

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

JAQUELINE DOS SANTOS BATISTA SOARES

DEMOCRACIA COMO NOÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO-MIDIÁTICO:
REPRESENTAÇÕES DE SUJEITOS, PDV E IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NA CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO
DE DEMOCRACIA NO ARTIGO DE OPINIÃO

BELO HORIZONTE
2022

JAQUELINE DOS SANTOS BATISTA SOARES

**DEMOCRACIA COMO NOÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO-MIDIÁTICO:
REPRESENTAÇÕES DE SUJEITOS, PDV E IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS NA CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO
DE DEMOCRACIA NO ARTIGO DE OPINIÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Linguística do Texto e do Discurso.

Área: Linguística do Texto e do Discurso
2B: Análise do Discurso

Orientador: Prof. Dr. Wander Emediato de Souza.

BELO HORIZONTE
2022

S676d Soares, Jaqueline dos Santos Batista.
Democracia como noção no discurso político-midiático [manuscrito]
: representações de sujeitos, PDV e imaginários sociodiscursivos na
construção da noção de democracia no artigo de opinião / Jaqueline
dos Santos Batista Soares. – 2022.
1 recurso online (284 f. : il., tabs., color.) : pdf.
Orientador: Wander Emediato de Souza.
Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.
Linha de Pesquisa: Análise do Discurso.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Letras.
Bibliografia: f. 279-284.
Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Discurso político – Teses 3.
Discurso midiático – Teses. 4. Discurso jornalístico – Teses. 5.
Democracia – Teses. I. Souza, Wander Emediato de. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

**DEMOCRACIA COMO NOÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO-MIDIÁTICO:
REPRESENTAÇÕES DE SUJEITOS, PDV E IMAGINÁRIOS
SOCIODISCURSIVOS NA CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE DEMOCRACIA NO
ARTIGO DE OPINIÃO**

JAQUELINE DOS SANTOS BATISTA SOARES

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 22 de agosto de 2022, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Wander Emediato de Souza (Orientador) –UFMG

Prof(a). Glaucia Muniz Proença Lara – UFMG

Prof(a). Paulo Henrique Aguiar Mendes – UFOP

Prof(a). Antônio Augusto Braico Andrade – CEFET-MG

Prof(a). Rodrigo Seixas Pereira Barbosa – UFG

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Glaucia Muniz Proenca Lara, Professora do Magistério Superior**, em 23/08/2022, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wander Emediato de Souza, Membro de comissão**, em 24/08/2022, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Seixas Pereira Barbosa, Usuário Externo**, em 24/08/2022, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Augusto Braico Andrade, Usuário Externo**, em 24/08/2022, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Aguiar Mendes, Usuário Externo**, em 26/08/2022, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1623178** e o código CRC **F7D0506D**.

Dedico esta pesquisa a todas e todos que me acompanharam durante a minha trajetória acadêmica que se consagra com a escrita desta tese, especialmente, à minha família, Lucinei, Camilla e Rafael, meu porto seguro e lugar de paz em todas as fases desta trajetória.

*O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.
Guimarães Rosa*

AGRADECIMENTOS

Escrever este agradecimento é como rememorar todas as dádivas vivenciadas em meu percurso acadêmico, em minha história. Afinal a vida não é segmentada. Uma parte dela não se paralisa para que a outra se realize. Seguem juntas, conectas, quase amalgamadas em constante (re) fazer-se. É lembrar de tantos momentos de escuta, diálogos, trocas, mesmo em contexto de isolamento. É a oportunidade de rememorar todas as vozes que corroboraram para a construção desta pesquisa. São tantas!

À Deus, Ábba, por em todo o tempo indicar-me que sempre esteve presente, sendo meu norte e refúgio, minha luz e força. À Jesus por seu amor incondicional e incansável por me ouvir nos momentos mais silenciosos e ser a voz que acalmava todas as tempestades. Amo-te com toda a minha força e entendimento, racionalmente e intencionalmente.

Ao querido, professor e orientador, Dr. Wander Emediato de Souza pela amizade, pela orientação cuidadosa e competente, pela confiança ao aceitar orientar esta pesquisa. Por propor valiosos momentos de crescimento intelectual e humanístico durante as discussões do *NAD* (Núcleo de Análise do Discurso) e nos ateliers do Projeto *Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis*.

Ao meu esposo, Lucinei Soares Costa, por ser presente em todos os sentidos, pela segurança e motivação que me impulsionam em direção aos desejos do meu coração. Por me lançar mais alto e desejar que eu voe mais longe com a segurança de saber que você está por perto. Por todo amor dedicado à nossa família, por não se esquecer e sempre nos lembrar das promessas de Deus. Sem sua serenidade, paciência e memória daquilo que nos traz esperança a escrita desta tese não fluiria.

À minha filha, Camilla Mariana Soares Batista, minha princesa, “meu leãozinho”, obrigada pela amizade, cumplicidade, companheirismo e amor. Sem sua serenidade nos momentos mais incertos, suporte emocional e zelo a escrita dessa tese não seria possível.

Ao meu filho, Rafael Kaiky Soares Batista, meu príncipe, “meu trevo”, obrigada pela força, amizade e amor em você vejo o cumprimento das promessas de Deus. Seu olhar cheio de esperança e de otimismo impulsionaram-me diante de incertezas durante a escrita desta tese.

À Minha mãe, Marcia Antônia dos Santos Batista, minha inspiração em tantos momentos incertos, medos e lutas. Obrigada, mãe, por todo amor e orações dedicados a mim e por fortalecer-me em fé. Seu encorajamento lançava-me a diante na escrita desta pesquisa. Ao meu saudoso pai, Antonio Nunes Batista, (*in memoriam*) por me ensinar que a felicidade está nas coisas cotidianas, nas conquistas diárias.

À minha avó, Mariza Leonilda dos Santos, pelo cuidado e amor, por ser minha ouvinte mais paciente e por ser exemplo de força. À minhas irmãs Juliana dos Santos Batista, Josiane dos Santos Batista, Jussara dos Santos Batista, Joyce dos Santos Batista, por serem fonte de alegria e guardiãs das nossas memórias, por serem força nos momentos difíceis. Continuemos unidas! À Lucilene Soares e Irís Soares por serem rede confiável de amor e amizade.

À Universidade Federal de Minas Gerais, ao Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos (Poslin), aos servidores técnicos e administrativos. Aos queridos e inspiradores professores com os quais tive a honra de aprender muito e que tanto contribuíram para a minha trajetória acadêmica nesta instituição da qual tenho muito orgulho. Obrigada por proporcionar o acesso a educação pública, gratuita e de excelência!

À banca examinadora pela significativa contribuição para o desenvolvimento dessa pesquisa. Aos queridos colegas do Poslin, Gabriela Pacheco, Mariana Pinter, Jaqueline Nogueira, Mariza Lacerda, Stener Carvalho, Maíra Santana, Tiago Peixoto e tantos outros pelos diálogos tão construtivos e divertidos. Aos sensíveis, Obrigada!

Aos queridos pastores Anderson Duarte e Aline Duarte pelo carinho, respeito e zelo para com minha família. À REVOG pelo acolhimento.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro concedido.

Nas democracias de todos os tempos, seja qual for a forma que adotem, exprimem-se certamente os intuitos mais nobres que os homens depositam em sua aspiração à liberdade e é preciso à humanidade o fato de que esses intuitos tenham podido se traduzir, graças a combates perseverantes, na forma do reconhecimento da liberdade de opinião, de expressão, de circulação, de domicílio, de crença etc. Goyarde-Fabre (2013).

RESUMO

Partindo do pressuposto de que a noção *democracia* pode ser considerada como um conceito inacabado, sempre em construção, assim como o próprio sistema democrático em muitos países, sobretudo na América Latina, propomos uma análise que tem por objetivo descrever e interpretar como os sujeitos postulam representações para a noção de democracia. Ao projetar um discurso com o propósito de *fazer ver* e *fazer pensar* (re) constroem os sentidos e as representações de locutores, enunciadore e da própria noção no âmbito do discurso político midiático. É em função das particularidades da noção de democracia entendida como um conceito constituído por uma heterogeneidade – em uma relação de transparência e ao mesmo tempo de opacidade – a partir da qual os sujeitos podem jogar com os sentidos -, que surge o interesse de nossa pesquisa em analisar como a organização discursiva do artigo de opinião pode refletir essa opacidade da noção em uma situação comunicativa de polêmica pública. A situação polêmica pública torna o conceito de democracia um acontecimento discursivo, pois nela instaura-se uma circulação dialógica e polarizada, produtora de uma miríade discursiva. Para essa análise, selecionamos um *corpus* composto por dez artigos de opinião das seguintes mídias de informação: cinco da “Folha de São Paulo”, um de “O Globo”, dois do “Estadão”, um do “O Tempo”, e um do “El país”. A pesquisa examinou quais as estratégias discursivas utilizadas pelos sujeitos na construção do ponto de vista sobre a noção de democracia. Para tanto, a pesquisa se fundamenta em abordagens teóricas integradas: a Teoria Semiolinguística (situação de comunicação, modos de organização, imaginários sociodiscursivos e opinião pública); a Teoria interacional do ponto de vista (gestão dialógica das vozes, posições e posturas enunciativas, imputação e modalização); e a argumentação (esquematisações, a problematização, a definição, as analogias, os argumentos, condicionais, restritivos etc.), com foco na gestão da polêmica que aponta para a construção de valores que sustentam a noção de democracia. Da descrição e análise dos artigos político-midiáticos emergiram noções de democracia customizadas por um processo no qual o ponto de vista adota a perspectiva desejada pelos locutores. Essa singularização assume um aspecto identitário na media em que busca atender ao viés político, ideológico e partidário de diferentes grupos a fim de persuadir, convencer e justificar as ações de distintos sujeitos. Nesse sentido, a face significativa da noção de democracia afasta-se de uma cognição socialmente convencionada, homogênea e socialmente partilhada e passa a ser moldada por uma apreensão cognitiva que particulariza seus sentidos.

Palavras-chaves: democracia, discurso político-midiático, ponto de vista, argumentação, situação de comunicação, polêmica.

ABSTRACT

On assumption that the notion of democracy may be considered as an unfinished concept and always in construction, as well as is the democratic system in many countries, especially in Latin America. In this research, we propose an analysis that aims to describe and interpret how people build representations about the notion of democracy. Besides this, when there is a projection of discourse with the purpose to *make see* and *make think* there is an action of reconstructing and/or constructing about the meanings and representations of speakers, enunciators, and the very notion within the scope of media political discourse. It is in the function of the particularities of the notion of democracy understood as a concept constituted by a heterogeneity - in a relationship of transparency and at the same time opacity - from which the subjects can play with the senses that the interest of our research in analyzing how the discursive organization of the opinion article can reflect this opacity of the notion in a communicative situation of public polemic. Accordingly, this polemic situation makes the concept of democracy as a discursive event because it establishes an intensely dialogical and polarized circulation about this concept. Then, for this analysis, we selected a corpus composed of ten opinion articles from the following information media: five from “Folha de São Paulo”, one from “O Globo”, two from “Estadão”, one from “O Tempo”, and one “El País”. In the analysis of these articles, we seek to examine which discursive strategies are used by the subjects in the construction of the point of view on the notion of democracy. Therefore, in this work, our theoretical basis will be the Discourse Analysis has as main approaches the Semiolinguistic Theory; as well as the Interactional Theory from the point of view (dialogical management of voices, enunciative positions, and postures, imputation, and modalization); and argumentation (schematization, problematization, definition, analogies, arguments, conditional, restrictive etc.), with a focus on polemic management that points to the construction of values that support the notion of democracy. From the description and analysis of political-media articles, notions of democracy have emerged customized by a process in which the point of view adopts the perspective desired by the speakers. Such singularity assumes an identity aspect as it seeks to meet the political, ideological and partisan bias of different groups in order to persuade, convince and justify different subjects' actions (ou - different players' actions). In this sense, the significant face of the notion of democracy moves away from a socially convention, socially shared and homogeneous cognition and starts to be shaped by a cognitive understanding that particularizes its meanings.

Keywords: democracy, political-media articles discourse, point of view, argumentation, communication situation, polemic.

RÉSUMÉ

Partant de l'hypothèse que la notion de démocratie peut être considérée comme un concept inachevé, continuellement en construction, comme l'est le système démocratique lui-même dans de nombreux pays, notamment en Amérique latine, nous proposons une analyse qui vise à décrire et à interpréter la manière dont les sujets postulent des représentations pour la notion de démocratie. En projetant un discours dans le but de *faire voir* et de *faire penser*, ils (re)construisent les significations et les représentations des locuteurs, des énonciateurs et de la notion elle-même dans le contexte du discours politique médiatique. C'est en fonction des particularités de la notion de démocratie comprise comme un concept constitué par une hétérogénéité - dans une relation de transparence et en même temps d'opacité - à partir de laquelle les sujets peuvent jouer avec les sens -, que l'intérêt de notre recherche se pose en analysant comment l'organisation discursive de l'article d'opinion peut refléter cette opacité de la notion dans une situation communicative de controverse publique. La situation controverse publique transforme le concept de démocratie en un événement discursif, puisqu'il s'y établit une circulation dialogique et polarisée, produisant une myriade discursive. Pour cette analyse, nous avons sélectionné un corpus composé de dix articles d'opinion provenant des médias suivants : cinq de « Folha de São Paulo », un de « O Globo », deux de « Estadão », un de « O Tempo » et un de « El país ». La recherche a examiné quelles stratégies discursives ont été utilisées par les sujets dans la construction du point de vue sur la notion de démocratie. À cette fin, la recherche se fonde sur des approches théoriques intégrées : la Théorie Sémiolinguistique; la Théorie interactionnelle du point de vue (gestion dialogique des voix, positions et prises de position énonciatives, imputation et modalisation) ; et l'argumentation, en se concentrant sur la gestion de la polémique qui renvoie à la construction des valeurs qui soutiennent la notion de démocratie. La description et l'analyse des articles politico-médiatiques ont fait émerger des notions de démocratie personnalisées par un processus dans lequel le point de vue adopte la perspective souhaitée par les intervenants. Cette singularisation comporte un aspect identitaire dans la mesure où elle cherche à répondre aux partis pris politiques, idéologiques et partisans des différents groupes afin de persuader, convaincre et justifier les actions des différents sujets. En ce sens, la face signifiante de la notion de démocratie s'éloigne d'une cognition socialement conventionnée, homogène et socialement partagée et commence à être modelée par une appréhension cognitive qui particularise ses acceptions.

Mots-clés : démocratie, discours politico-médiatique, point de vue, argumentation, situation de communication, polémique.

RESUMEN

Partiendo de la conjetura de que la noción de *democracia* puede ser considerada como un concepto inacabado, siempre en construcción, así como el propio sistema democrático en muchos países, especialmente en América Latina, proponemos un análisis que tiene como objetivo describir e interpretar cómo los sujetos postulan representaciones a la noción de democracia. Al proyectar un discurso con el propósito de *hacer ver y hacer pensar* (re)construyen los sentidos y las representaciones de los locutores, enunciadores y la propia noción en el ámbito del discurso político mediático. Es debido a las particularidades de la noción de democracia, entendida como un concepto constituido por una heterogeneidad – en una relación de transparencia y al mismo tiempo de opacidad – a partir de la cual los sujetos pueden jugar con los sentidos –, que el interés de nuestra investigación surge al analizar cómo la organización discursiva del artículo de opinión puede reflejar esta opacidad de la noción en una situación comunicativa de polémica pública. La situación de polémica pública hace del concepto de democracia un acontecimiento discursivo, pues en esa situación se establece una circulación dialógica y polarizada, productora de una miríada discursiva. Para este análisis, hemos seleccionado un *corpus* compuesto por diez artículos de opinión de los siguientes medios de información: cinco de “Folha de São Paulo”, uno de “O Globo”, dos de “Estadão”, uno de “O Tempo” y uno de “El País”. La investigación ha examinado cuáles son las estrategias discursivas empleadas por los sujetos en la construcción del punto de vista sobre la noción de democracia. Para ello, la investigación se fundamenta en planteamientos teóricos integrados: la Teoría Semiolingüística (situación de comunicación, modos de organización, imaginarios sociodiscursivos y opinión pública); la Teoría Interaccional del Punto de Vista (gestión dialógica de voces, posiciones y posturas enunciativas, imputación y modalización); y la argumentación, centrándose en la gestión de la polémica que apunta a la construcción de valores que sostienen la noción de democracia. De la descripción y del análisis de los artículos político-mediáticos han emergido nociones de democracia personalizadas por un proceso en el que el punto de vista adopta la perspectiva deseada por los locutores. Esa singularización asume un aspecto identitario en la medida que busca atender a los sesgos político, ideológico y partidista de diferentes grupos con la finalidad de persuadir, convencer y justificar las acciones de distintos sujetos. En este sentido, la faz significativa de la noción de democracia se aleja de una cognición socialmente convencional, homogénea y socialmente compartida y pasa a ser configurada por una aprehensión cognitiva que particulariza sus sentidos.

Palabras clave: democracia, discurso político-mediático, punto de vista, argumentación, situación de comunicación, polémica.

LISTA DE SIGLAS

AESIs – Assessorias Especiais de Segurança e informação

Ais– Atos Institucionais

AI – Ato Institucional

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DOPS – Departamento de Ordem e Política Social

MPL – Movimento Passe Livre

MBL – Movimento Brasil Livre

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDVs – Pontos de Vista

PFL – Partido da Frente Liberal

PSC – Partido Social

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

STF – Supremo Tribunal Federal

TRF – Tribunal Regional Federal – Partido da Social-Democracia Brasileira

TS – Teoria Semiinguística

QUADROS

Quadro 1 – Os quatro principais indicadores de comportamento autoritário	67
Quadro 2 – Modos de organização do discurso	110
Quadro 3 – Modalidades em Culioli.....	133
Quadro 4 – Configuração das modalidades de evidência e de probabilidade	136
Quadro 5 – Estudo do Modal (EMEDIATO, 2022)	138
Quadro 6 – Modalização no discurso político midiático	143
Quadro 7 – Modalidades no discurso político midiático	147
Quadro 8 – <i>Corpus</i>	173
Quadro 9 – Síntese do fenômeno modal	176
Quadro 10 – Processos e tipos de argumento	177
Quadro 11 – Síntese das estratégias argumentativas encontradas no <i>corpus</i>	254
Quadro 12 – Imaginários de democracia no discurso filosófico	259
Quadro 13 – síntese dos imaginários de democracia no discurso político-midiático.....	268
Quadro 14 – Fundamentos dóxicos mais relevantes.....	269
Quadro 15 – Gestão dialógica e posturas enunciativas no discurso político midiático.....	275

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquemática do Ato de Linguagem	91
Figura 2 – Dispositivo situacional do discurso político	99
Figura 3 – Lugares de fabricação do discurso	101
Figura 4 – Representação do contrato político-midiático.....	103
Figura 5 – Dupla vocação do Modo Enunciativo	112
Figura 6 – Esquema triangular da argumentação	149
Figura 7 – Esquema objetos dos acordos	153
Figura 8 – Esquema do processo de construção da polêmica pública	156
Figura 9 – Google Alerts	173
Figura 10 – Procedimentos da construção do Ponto de Vista	175
Figura 11 – Esquema argumentativo de noção de democracia em Freitas (2018).....	204
Figura 12 – Processo argumentativo em Freitas (2018).....	223
Figura 13 – Implicações argumentativas em Pondé (2018).....	229
Figura 14 – Esquema argumentativo da noção de democracia em Betto (2021).....	236
Figura 15 – Processo narrativo-argumentativo.....	237
Figura 16 – Comparação dissociativa em Mesquita (2019)	241
Figura 17 – Esquemática da noção de democracia em Mesquita (2019).....	245
Figura 18 – Esquema argumentativa da noção de democracia em Salvadori (2018).....	253

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
-----------------	----

PARTE I

MAPEAMENTO HISTÓRICO SITUACIONAL.....	28
--	-----------

1 CONTORNOS DO PROCESSO DE (RE)DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRO.....	29
1.1 DITADURA CIVIL MILITAR, DE 1964, RUPTURAS, PERMANÊNCIAS E OS REFLEXOS NA CONTEMPORANEIDADE.....	30
1.1.2 PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO MEMÓRIA E SILENCIAMENTO.....	35
2 OS SINAIS DA CRISE, JORNADAS DE JUNHO E O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF.....	40
2.1 ELEIÇÕES DE 2018: VOTO RESSENTIDO E (DES) ESPERANÇA NA EXTREMA DIREITA.....	48
3 DEMOCRACIA, DISCUSSÃO TEÓRICO FILOSÓFICA.....	55
3.1 GÊNESE DA DEMOCRACIA POR SIMONE GOYARDE-FABRE.....	56
3.2 DEMOCRACIA, AS REGRAS DO JOGO EM NORBERTO BOBBIO	61
3.3 DEMOCRACIA POLARIZAÇÃO E AUTORITARISMO EM STEVEN LEVITSKY E DANIEL ZIBLAT....	66
3.4 IMPASSES E CONTRADIÇÕES DA DEMOCRACIA BRASILEIRA EM LEONARDO AVRITZER, WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS E LUIZ FELIPE MIGUEL	72
3.5 DEMOCRACIA: AMBIVALÊNCIA DO SIGNO, DIMENSÃO SIMBÓLICA, MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES E AS RAZÕES PARA BUSCAR UMA DEFINIÇÃO.....	77

PARTE II

PROCEDIMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS.....	81
---	-----------

4 SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E POLÊMICA PÚBLICA.....	82
4.1 TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA	84
4.1.1 OS SUJEITOS DO ATO DE LINGUAGEM.....	89
4.1.2 CONTRATO DE COMUNICAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO-MIDIÁTICO.....	95

4.1.3 OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO.....	109
4.1.4 O MODO DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVO E A CONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA	111
4.1.5 O MODO DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E A CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS NARRATIVOS.....	117
5 SOBRE A TEORIA INTERACIONAL DO PONTO DE VISTA	118
5.1 DIALOGISMO: HIERARQUIZAÇÃO DE ENUNCIADORES E LOCUTORES NA GESTÃO DE PONTOS DE VISTA	122
5.1.2 RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA E CONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA	125
5.1.3 EFEITOS DOS PONTOS DE VISTA REPRESENTADO, NARRADO E ASSERTADO.....	130
5.1.4 MODALIZAÇÃO E MODALIDADE DOS PROCESSOS ENUNCIATIVOS.....	132
5.1.5 TEORIA INTERACIONAL DO PONTO DE VISTA E A MODALIZAÇÃO ENUNCIATIVA.....	140
6 PROCEDIMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS DO ENQUADRAMENTO ARGUMENTATIVO.....	149
6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A CONCEPÇÃO DE ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO	149
6.2 ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO POLÊMICO NO ARTIGO POLÍTICO-MIDIÁTICO.....	153
6.3 IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS	161
6.3.1 A ESTRUTURA DOS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS	167

PARTE III

ANÁLISE INTERPRETATIVO-DESCRITIVA.....	171
7 O QUE É DEMOCRACIA? ANÁLISE INTERPRETATIVA.....	172
7.1 APRESENTAÇÃO DO CORPUS	172
7.2 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	174
8 PERCURSO INTERPRETATIVO: REPRESENTAÇÕES DE DEMOCRACIA NO DISCURSO POLÍTICO MIDIÁTICO.....	177
8.1 DEMOCRACIA: DIALOGISMO, MODALIZAÇÃO ENUNCIATIVA E A CONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA.....	178
8.1.2 DEMOCRACIA LIBERAL E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE REINALDO AZEVEDO [T1].....	179
8.1.3 “DEMOCRACIA É A DITADURA DA LEI”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE MARCO ANTÔNIO FELÍCIO.....	189
8.1.4 “DEMOCRACIA É UM REGIME DE QUANTIDADES E DE VIRTUDES”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE LUIZ PONDÉ (T4).....	196
8.1.5 “DEMOCRACIA É O VOTO CONTRA O AUTORITARISMO”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO JÂNIO DE FREITAS (T3).....	202
8.1.6 “DEMOCRACIA É NÃO TEMER”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO ALUÍSIO ANTONIO MACIEL NETO (T7).....	208
9 DEMOCRACIA: ANÁLISE INTERPRETATIVA DAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS ENVOLVIDAS NA CONSTRUÇÃO NOCIONAL	216
9.1 “DEMOCRACIA É ENGAJAMENTO CONTRA O AUTORITARISMO”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE JÂNIO DE FREITAS (T2).....	216
9.2 “DEMOCRACIA É O RESPEITO À ORDEM INSTITUCIONAL”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE LUIZ PONDÉ (T5).....	224

9.3 “DEMOCRACIA É A SOLIDEZ INSTITUCIONAL E O ENGAJAMENTO POPULAR”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE FREI BETO (T6).....	230
9.4 “DEMOCRACIA É A REPRESENTAÇÃO DIRETA E A REFORMA CONSTITUCIONAL”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE MESQUITA (T10).....	238
9.5 “DEMOCRACIA É A AMPLIAÇÃO DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS DIANTE DE NOVAS FORMAS DE AUTORITARISMO”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE SALVADORI (T8).....	245
10 ANÁLISE DOS IMAGINÁRIOS DO DISCURSO POLÍTICO-MIDIÁTICO.....	256
10.1 DEMOCRACIA NO DISCURSO FILOSÓFICO: IMAGENS, IMAGINÁRIOS E REPRESENTAÇÕES.....	256
10.2 IMAGINÁRIOS DE DEMOCRACIA NO DISCURSO POLÍTICO MIDIÁTICO: IMAGENS, IMAGINÁRIOS E REPRESENTAÇÕES.....	259
10.2.1 IMAGINÁRIOS DA DEMOCRACIA LIBERAL NO DISCURSO DE AZEVEDO (T1)	260
10.2.2 IMAGINÁRIOS DA DEMOCRACIA DITATORIAL NO DISCURSO DE FELÍCIO (T9)	261
10.2.3 IMAGINÁRIO <i>impotentia populi</i> NO DISCURSO DE PONDÉ (T4)	262
10.2.4 IMAGINÁRIO <i>majestas populi</i> NO DISCURSO DE JÂNIO DE FREITAS (T3).....	264
10.2.5 IMAGINÁRIO DE DEMOCRACIA AGONÍSTICA NO DISCURSO DE NETO (T7).....	266
CONSIDERAÇÕES FINAIS	271

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

"O que é democracia?" "Vivemos uma democracia?" "Temos um regime democrático consolidado?", "Ainda somos uma democracia?". Nos últimos anos ouvimos essas questões com certa frequência no cenário político e midiático brasileiro, sobretudo, após a ascensão da considerada extrema direita ao poder nas eleições presidenciais de 2018.

Nessa conjuntura, as diversas vozes que se concentraram e se concentram em analisar a cena política fomentam um intenso debate acerca da noção de democracia, da existência ou não de um regime democrático no Brasil ou da suposta instalação de um sistema que implode a democracia em seu próprio interior, de modo semelhante ao que afirmam Levitsky e Ziblath (2018), ao analisarem como a onda populista de extrema direita subverteu o regime democrático nos Estados Unidos, assim como já ocorreu na Europa e em países da América Latina na década de 1970.

Desde a redemocratização do Brasil, vivemos períodos nos quais o país foi governado por representantes considerados de centro, de direita ou de esquerda tradicional. No ano de 2018, com a ascensão de um representante da extrema direita à presidência da república houve uma mudança radical de paradigma no espectro político brasileiro, que pode ter sido o combustível para uma suposta descrença ou desconfiança na democracia por uma parcela da sociedade. Saímos de um ciclo de governança, considerada de esquerda – moderada ou de centro esquerda – que durou dezesseis anos para um modelo presidencial visto como de extrema direita. Cenário que se constituiu em um processo de polarização radicalizada e ruptura política (ABRANCHES, 2019).

Nessa conjuntura, a cada discurso institucional, ações ou pronunciamentos (formais e informais) de atores políticos circularam, e ainda circulam, nas mídias, principalmente, jornalísticas, uma miríade de discursos com a finalidade de analisar, explicar ou justificar as diferentes posições reverberadas pelas instituições políticas e seus representantes. Ora esses discursos consideram que os acontecimentos/posicionamentos são típicos de uma democracia consolidada, ora defendem a inexistência ou fragilidade da democracia brasileira. Cogitamos que esses diferentes pontos de vista ou atitudes enunciativas se sustentam em diferentes imaginários sóciodiscursivos e contribuem para a construção de uma polêmica pública em torno da noção de democracia.

A partir da discussão do tema desta pesquisa junto ao professor Wander Emediato de Souza e nos ateliers do *Grupo de pesquisa em Temas Sensíveis* refletimos sobre aspectos que nos permitem olhar para a noção de democracia como uma temática ao mesmo tempo sensível e polêmica.

A noção de democracia vista como um tema sensível considera que, ao problematizar a noção, os sujeitos, inevitavelmente, buscam referências no passado na tentativa de explicar os acontecimentos presentes. Para isso, muitas vezes rememoram períodos que marcaram a história brasileira como o autoritarismo do período ditatorial, entre os anos de 1964 – 1985. Esse período ainda suscita questões dramáticas (portanto, sensíveis) na memória coletiva brasileira, como a perseguição, a tortura e o desaparecimento de opositores políticos. Além dessa alusão aos regimes autoritários¹ a noção é definida pelos sujeitos em relação de afastamento ou de aproximação com regimes totalitários que marcaram a história da humanidade, tais como o Nazismo e o Fascismo.

Como um tema polêmico, a disputa pelos sentidos da noção de democracia engaja diferentes setores do espaço público na problematização acerca da postura dos cidadãos, da instância política e do papel das instituições na construção dos significados, muitas vezes perpassados por valores individualizados. Nesse sentido, Emediato (2019)² afirma que “democracia não é apenas aquilo que nos cabe e que se orienta para nós, axiologicamente. Democracia é, justamente, polêmica, controversa e, por isso, complexa”. Esse funcionamento polêmico, controverso e complexo coloca em cena uma multiplicidade de vozes a pautar as agendas midiáticas que sob a justificativa de oferecer uma tematização de interesse da instância cidadã fomentam e irradiam o debate público em torno da noção.

Diante disso, esta tese se debruça sobre os sentidos mobilizados na construção das representações da noção de democracia por diferentes sujeitos no discurso político midiático. Para tanto, selecionamos como *corpus* artigos de opinião publicados por diferentes veículos de comunicação, nos quais os articulistas tentam analisar, justificar e se posicionar sobre o tema *democracia*. A mobilização de determinadas estratégias discursivas conduz a efeitos de sentido que – a depender do indivíduo ou do grupo que toma a palavra – podem ser produtores de

¹ Hanna Arendt (2012 [1958]) estabelece uma distinção entre as diversas manifestações de regimes totalitários em *As origens do totalitarismo*.

² Notas do ateliê promovido pelo Professor Dr. Wander Emediato de Souza junto ao Núcleo de Análise do Discurso NAD/POSLIN no âmbito do projeto de pesquisa *Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis : análise do discurso polêmico e da gestão interacional de pontos de vista em diferentes meios*, 2º/2019.

imagens dos sujeitos, de suas representações (ideológicas, culturais, sociais e imaginárias) e da própria noção de democracia.

Dito de outro modo, assim com afirma Goyarde-Fabre (2003, p. 5), nosso objetivo é pensar na oscilação da noção de democracia e nos julgamentos e valores que a acompanham, perpassada por seu registro psicossocial. Tais registros podem ser considerados como produtores de “vetores conceituais que se formam e se transformam provocando avatares da ideia de democracia”, que apontam para uma dimensão simbólica no processo de explicitação conceitual ou de justificação de posições sobre a noção.

A motivação dessa pesquisa originou-se dessa percepção de uma forte disputa simbólica pelos valores representados pela noção de democracia por diversos grupos e agentes sociais no âmbito do discurso político e midiático. Além disso, notamos que as tentativas de enquadramento e de (des) construção da identidade de certos atores da cena política a partir da apropriação de valores considerados democráticos, a depender das escolhas de quem toma a palavra, fomentam a circulação de diversos discursos acerca da noção.

Como foi dito anteriormente, o processo eleitoral de 2018 e a conseqüente ascensão de um grupo considerado de extrema direita à presidência da república intensificou a produção e a circulação de discursos que procuraram discutir os valores e a noção de democracia, constituindo uma polêmica discursiva sobre o tema. A discursivização da noção nessa situação de comunicação carrega traços de uma polêmica pública. Dito de outro modo, uma tensão constitutiva de diferentes imagens dos sujeitos e da própria noção de democracia, aspectos materializados nos mais diversos modos de enunciação.

Isso deve-se ao fato de que, no período investigado, surgiram inúmeras posições sobre atos políticos que contaram com a participação do presidente da república Jair Messias Bolsonaro. Esses atos tinham como pauta motivadora pedidos de intervenção militar e fechamento da suprema corte brasileira, o STF. Houve intensa mobilização da Suprema corte com vistas a investigar e a intervir na realização de tais atos, considerados antidemocráticos. Por outro lado, em posição contrária à da Suprema corte, os participantes dos atos ora mencionados e o presidente da república consideravam que se tratavam de atos democráticos – ainda que pedissem o fechamento do STF e a intervenção militar.

Tal conjuntura remodelou consideravelmente o contexto sociopolítico brasileiro e, diante das inúmeras opiniões sobre a noção, consideramos relevante uma pesquisa que identifique e faça a análise das posições discursivas e das imagens suscitadas pela noção de democracia, compreendida nesta pesquisa como motivadora de um acontecimento discursivo.

Vale ressaltar que, como veremos adiante, muitos trabalhos acerca da noção de democracia já foram realizados na área da ciência política, da filosofia, do direito e mesmo pelos estudos de linguagem. Nesse sentido, a originalidade desta pesquisa está na proposta de analisar o processo de construção da opinião sobre a noção de democracia em uma situação comunicativa particular, que institui uma polêmica pública e reacende a memória de temas sensíveis no imaginário coletivo.

Além disso, mobilizamos um aparato teórico-metodológico em uma perspectiva integradora que nos permitirá apreender o fenômeno em sua multiplicidade, que passa pela análise de posições enunciativas e enquadramentos acerca da noção, pelas identidades projetadas pelo discurso, pelo agenciamento das vozes, pelo processo de representação discursiva e argumentativa da noção e sua relação com os imaginários sociodiscursivos e os contratos de comunicação que se encontram na base das práticas discursivas.

Situamos nossa pesquisa no âmbito dos estudos de linguagem, sobretudo na Análise do Discurso de tendência francesa, pois nessa filiação teórica o sentido não é algo que nos é dado *a priori* pelo componente lexical ou pela organização sintática, mas construído de modo complexo em função do momento histórico, do condicionamento cultural, do componente psicossocial e em função da relação de alteridade e de dialogismo entre sujeitos situados.

Para Charaudeau (2009 [1983]), os sentidos se constroem em função de uma percepção psicossocial entre os sujeitos e os objetos do discurso. Portanto, o processo de significação “de um objeto só se constitui na intertextualidade” e em uma relação de alteridade. Outro aspecto que reforça a relevância desta pesquisa no âmbito da análise do discurso se encontra no livro *A conquista da opinião pública* no qual o autor afirma que a definição da noção de democracia abarca contradições que resultam em uma noção marcada por uma indeterminação produzida por componentes históricos, culturais e pelo modo como os sujeitos se relacionam e constituem o contrato político (CHARAUDEAU, 2016, p. 159).

Ao discutir o léxico de uma língua em relação ao discurso, Maingueneau (1997, p. 154) argumenta que, para apreender as noções de “socialismo, liberdade e democracia, por exemplo, recorrer ao dicionário de língua não apresenta grande interesse”, pois a compreensão desses valores exige ir além do sentido dicionarizado; é preciso considerar os valores dessas noções em relação à cena enunciativa do discurso político.

O trabalho com noções também foi realizado na pesquisa *Marcação e destituição de identidade político-discursiva em ensaios de intelectuais de esquerda*, na qual Lessa (2009) se debruçou sobre a noção de esquerda no espectro político com a intenção de verificar a validade dessa classificação para diferentes grupos. Ainda no viés da análise do discurso, em

Democracia no discurso de Lula sob o olhar da AD, Oliveira e Cazarin (2009) examinam a noção sob o viés das formações discursivas.

Como já foi exposto, nossa investigação busca pensar na construção do ponto de vista sobre a noção de democracia bem como nas suas reformulações em uma situação de comunicação de polêmica pública produtora de contextos discursivos dialógicos e heterogêneos. Visto que as mídias de informação jornalísticas se ocuparam em analisar a cena política, consideramos, em consonância com Charaudeau (2015), os discursos políticos em torno da noção de democracia. Assim, interessa-nos discutir como os discursos sobre o termo democracia emergem no contexto midiático como discurso político, fazendo com que o sentido da noção se torne plural e, ao mesmo tempo, dialógico.

Diante disso, interessa a esta tese responder às seguintes perguntas:

- i. *Como – e por quê - a noção de democracia se constitui como um tema sensível no artigo de opinião?*
- ii. *A enunciação da noção de democracia carrega traços de uma sociedade polarizada?*
- iii. *Como as posturas enunciativas refletem o dialogismo interacional dos pontos de vista sobre a noção?*
- iv. *Quais as representações de democracia são construídas pelos sujeitos?*
- v. *As representações da noção e dos sujeitos apontam para diferentes valores no processo de definição conceitual da noção de democracia?*
- vi. *Quais valores ancoram as representações sobre a noção?*
- vii. *Qual a função dos imaginários sociodiscursivos na constituição da noção de democracia?*

Diante disso, nosso objetivo mais amplo é investigar como se constrói/ atua no discurso político, veiculado nas mídias jornalísticas (*O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Tempo, El país*), o ponto de vista de diversos sujeitos sobre a noção de democracia, bem como a configuração argumentativa mobilizada para a discursivização e a justificação das posições acerca da noção. Tais aspectos podem apontar para possíveis imaginários sociodiscursivos a sustentar os posicionamentos dos sujeitos sobre a problematização "o que é democracia?" ou "o que são valores democráticos?". Ademais pretendemos descrever e analisar quais são as posturas assumidas pelos sujeitos no ato de enunciação. Se esses sujeitos buscam

uma identificação, aproximação ou distanciamento da opinião reverberada por diferentes atores políticos no contexto delimitado.

Em sentido *estricto*, buscamos, através das categorias disponibilizadas pelo nosso quadro teórico metodológico alguns objetivos específicos, quais sejam:

- descrever a situação de comunicação de polêmica pública na qual os discursos sobre a noção de democracia foram produzidos, buscando compreender os parâmetros envolvidos no contrato comunicativo (finalidade, identidade, tematização/problematização, dispositivo) e a função desses parâmetros na construção de uma lógica dos sujeitos e dos objetos;
- analisar os modos de enquadramento (esquematisações) da noção democracia no *corpus* selecionado;
- examinar a possível relação entre os imaginários sociodiscursivos e o processo de subjetivação dos saberes que preenchem de sentido a noção de democracia;
- descrever e analisar o funcionamento enunciativo e o dialogismo interno (gestão das vozes), as diferentes posições e posturas enunciativas, bem como a modalização em torno da noção de democracia;
- analisar os aspectos da organização descritiva relevantes (tais como a nomeação, a qualificação, a quantificação e a localização temporal e espacial) para a construção das identificações e para apontar os traços de avaliações e julgamentos dos sujeitos;
- analisar aspectos relevantes da argumentação em torno da noção de democracia, tais como a problematização, a definição, as analogias, os argumentos causais, condicionais, restritivos, etc.

A fim de organizar as discussões dividimos esta tese em três eixos. O primeiro eixo se ocupará de dois planos. Na primeira parte, pretendemos contextualizar a cena política e social brasileira, que funcionou como pano de fundo para a discursivização da noção de democracia. Em segundo plano, faremos uma discussão teórico filosófica sobre cenário das democracias pós-modernas no Brasil, países da América do Sul, América do Norte e Europa.

Esse trajeto de pesquisa coloca diante de nós o desafio de realizar uma investigação ancorada também em outras áreas do conhecimento. A análise do discurso, tradicionalmente, possui um caráter interdisciplinar que nos permite dialogar com diferentes estudos que se ocupam em analisar a condição das democracias contemporâneas, tais como Bobbio (2017 [1909]), que traz contribuições importantes para a reflexão sobre as contradições que envolvem as regras do jogo democrático (*O futuro da democracia*); Goyarde-Fabre (2003), ao propor uma

análise das condições da democracia clássica até a contemporânea em *O que é democracia?*; o olhar de Levitsky e Ziblat (2018) sobre a crise do sistema democrático nos Estados Unidos; as considerações de Avritzer (2016) e Santos (2017), autores que analisam os deslocamentos político-ideológicos que culminaram com a considerada “erosão de uma cultura democrática” brasileira. Esse viés interdisciplinar focalizado nas ciências políticas visa ancorar nossa leitura do *corpus*.

O segundo eixo é composto pelo nosso arcabouço teórico-metodológico. Nessa etapa construímos um aparato teórico metodológico capaz de nos oferecer mecanismos para a descrição e análise interpretativa do *corpus*. Nesse quadro, a Teoria Semiolinguística, de Charaudeau (2009 [1983]), e a noção de polêmica, de Amossy (2017), funcionarão como pano de fundo para pensarmos na discursivização da noção de democracia como um tema sensível constituído no interior de uma situação de comunicação de polêmica pública. Ainda nessa etapa propomos a descrição e a análise dos processos de construção interacional dos pontos de vista e do fenômeno da modalização, conforme postula Rabatel (2016), que possivelmente apontam para os valores sustentados por diferentes imaginários sociodiscursivos.

Para Rabatel (2005, 2013, 2014, 2016), os diferentes pontos de vista fazem emergir os conflitos políticos discursivos existentes em uma sociedade polarizada, aspecto que nos permite pensar a noção de democracia como tema social sensível,³ como afirma Emediato (2018). Assim, interessa a esta tese a construção de mecanismos para a descrição e a interpretação das condições de emergência enunciativo-argumentativa dos discursos em torno da noção de democracia, ancoradas em elementos sócio-históricos disponíveis nos imaginários sociodiscursivos.

Propomos, ainda, a descrição interpretativa das categorias retórico-argumentativas atuando nos processos argumentativos, como os tipos de raciocínios, de argumentos e de acordos que funcionam como elementos persuasivos em direção à noção de democracia que o orador pretende construir de modo impositivo. Os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958), Charaudeau (1992), Emediato (2010, 2020) e Fiorin (2015) nos ajudaram na construção de uma abordagem integrada da argumentação.

O terceiro eixo consiste na realização de duas etapas. A primeira se ocupa da descrição linguístico-discursiva do *corpus* à luz das categorias propostas no segundo eixo. Já a segunda

³ Projeto *Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis: análise do discurso polêmico e da gestão interacional de pontos de vista em diferentes meios* (EMEDIATO, Wander. Projeto de pesquisa. Câmara de Pesquisa da Faculdade de Letras da UFMGA, 2018).

etapa consiste na análise interpretativa dos dados observados na etapa de descrição. Desse modo, nosso trabalho se debruça sobre a elucidação dos efeitos de sentidos que emergem da estrutura enunciativa e argumentativa no processo de discursivização da noção. Ou seja, nessa etapa buscamos identificar "o que é democracia?" nas vozes dos locutores que se ocuparam em analisar, interpretar ou justificar as posições reverberadas por diferentes atores políticos. Explicitada a estrutura geral desta tese, em seguida, passamos a explicitação da composição de seus capítulos.

O capítulo I discute os contornos do processo de redemocratização brasileira desde a ditadura civil militar até o ano da redemocratização, 1985. No capítulo II lançamos luz sobre como acontecimentos como as *Jornadas de junho*, o impeachment da Ex-presidente Dilma Rousseff e as mudanças no paradigma político ideológico a partir das eleições de 2018 contribuíram para um considerado período de crise da democracia brasileira. Trata-se de uma tentativa de contextualização de fatores que culminaram na conformação do discurso político a reverberar nas diferentes mídias, representadas aqui por uma mostra de artigos de opinião, a questão "o que é democracia?".

No capítulo III, lançamos mão das reflexões advindas do discurso filosófico, a fim de compreender a noção de democracia desde sua gênese à contemporaneidade, a partir das reflexões de Norberto Bobbio (2017) acerca do pensamento democrático; do pensamento de Goyarde-Fabre (2003) ao propor uma genealogia da noção de democracia, desde a antiguidade clássica até a contemporaneidade; das contribuições de Levitsky e Ziblat (2018) ao apontar para aspectos que sugerem a observação da crise das democracias a partir do cenário político nos Estados Unidos; e, por fim, dos trabalhos de Santos (2017), Avritzer (2016) e Miguel (2016), que propõem uma análise da conjuntura política e das condições da democracia brasileira.

No capítulo VI, apresentamos o percurso teórico metodológico que ancora a descrição e a interpretação do objeto desta tese. Para isso, essa etapa tem como pano de fundo as contribuições da Teoria Semiolinguística e da noção de polêmica proposta por Amossy (2017), tendo em vista o impasse dialógico que emerge da dicotomização e da polarização do debate político. A Teoria Semiolinguística baliza nossa compreensão sobre os componentes da situação de comunicação (sujeitos da linguagem, contrato de comunicação, modos de organização do discurso).

O Capítulo V foi dedicado a construir os instrumentos de análise ancorados na Teoria Interacional do ponto de vista, a qual nos permite descrever e analisar o modo como os sujeitos, mesmo no regime do apagamento enunciativo, delocutivo, se posicionam subjetivamente no discurso; modalizam e produzem efeitos ora subjetivos ora objetivos ao

mobilizarem mecanismos linguísticos que apontam para uma relação de aproximação ou de distanciamento com o PDV de diferentes enunciadores. Como os pontos de vista representam posições dóxicas dos sujeitos, nossa análise dos imaginários sociodiscursivos ancoram nossas reflexões sobre como os aspectos sócio-históricos emergem do conteúdo proposicional dos diversos PDVs para refletir diferentes saberes (de conhecimento ou de crença), posições e valores.

No capítulo VI expomos os instrumentos de análise do enquadramento argumentativo. Nele tanto os processos argumentativos quanto os tipos de argumentos nos auxiliam a verificar como o orador constrói a noção de democracia, lançando mão de categorias retórico persuasivas. Ademais, buscamos verificar como os imaginários sociodiscursivos podem lançar luz sobre as representações de democracia

Os capítulos VII, VIII, IX e X foram destinados à análise interpretativa de trechos selecionados de nosso *corpus*. Neles objetivamos compreender e explicitar como os mecanismos linguístico-discursivos tanto no quadro enunciativo quanto no argumentativo direcionam a problematização *o que é democracia?*, produzindo efeitos de sentido que podem apontar para um contexto sócio-histórico polarizado, de disputa simbólica pelos valores veiculados pela noção de democracia.

O percurso interpretativo evidencia como os locutores agenciam enunciadores que encenam pontos de vista sobre os quais o locutor pode estabelecer relações de aproximação ou de distanciamento, investindo em processos argumentativos e dialógicos nos quais cada sujeito social postula a sua noção de democracia.

Na análise dos imaginários sociodiscursivos demonstramos como a disputa simbólica pelos valores sobre a noção de democracia pode se assentar em diferentes imaginários do discurso político. Além disso, a construção dos referentes nas etapas anteriores funcionará como modo de ancoragem na interpretação do enquadramento argumentativo, a fim de identificarmos como os locutores fazem valer as suas intenções, *como fazem ver, como iluminam, como colorem e como fazem saber* o que é democracia.

PARTE I

MAPEAMENTO HISTÓRICO SITUACIONAL

NÃO HÁ NADA COMO UM SONHO PARA CRIAR O FUTURO.

VICTOR HUGO, *OS MISERÁVEIS*

1 CONTORNOS DO PROCESSO DE (RE)DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRO

Neste capítulo, nosso foco recai sobre os movimentos de mudança e ruptura político-institucionais que ocorreram no Brasil desde a ditadura civil-militar (1964-1985), o processo de redemocratização, as *Diretas Já*, passando por alguns movimentos que indicaram os sintomas de uma crise no modelo de representação política institucional na atualidade – as *Jornadas de junho*, até as eleições presidenciais de 2018 e os processos discursivos em torno da noção de democracia no discurso político-midiático.

Esse percurso tem como objetivo clarificar nossa apreensão sobre um *corpus* que versa sobre a noção de *democracia* e os efeitos da mudança no paradigma político-ideológico e no modelo de gestão política concretizado nas eleições presidenciais de 2018, com a ascensão da considerada extrema direita à presidência da república. Para isso, buscamos ora descrever o passado recente ora refletir sobre acontecimentos presentes.

Olhamos para as experiências vividas no passado recente da política brasileira na tentativa de delinear os possíveis reflexos dos referidos eventos no presente. Essa dinâmica de compreensão das relações entre passado recente e presente busca explicitar as permanências, ausências e violações que assombram a argumentação sobre a noção de democracia, apesar de passados mais de trinta anos do Regime militar.

1.1 DITADURA CIVIL MILITAR, DE 1964, RUPTURAS, PERMANÊNCIAS E OS REFLEXOS NA CONTEMPORANEIDADE

A sociedade brasileira passou por diversos períodos de transformação política, social e econômica. Nesses diferentes momentos, os processos de mudança ou de ruptura política ocorreram por força de movimentos de oposição e de resistência que visavam a reabertura democrática e a superação do Estado de exceção instaurado durante a ditadura civil-militar que vigorou, principalmente, entre os anos de 1964-1985.

Embora nossa opção metodológica seja de iniciar nossas reflexões a partir de fatos políticos que marcaram a história política brasileira na década de 1960 – como a ditadura militar – é importante ressaltar que a presença de militares no governo brasileiro antecede os acontecimentos do período mais marcado na memória brasileira, os “anos de chumbo” (1964-1985).

De acordo com Bethell (2018), a presença e a interferência militar na política brasileira ocorre desde a década de 1940. Para a autora, os militares agiam como um “poder moderador” nas relações políticas. Isso significa que nenhum governo eleito pelo voto popular se sustentava no poder sem o apoio das Forças Armadas brasileiras. Entre os anos 1946 e 1964 foram eleitos quatro presidentes da república, mas apenas dois conseguiram concluir seus mandatos e eger seus sucessores: Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Juscelino Kubitschek (1956-1961).

João Belchior Marques Goulart era vice do presidente Jânio Quadros e com a renúncia de Jânio, João Goulart tomou posse como sucessor efetivo de Juscelino Kubitschek no período que compreendeu os anos 1961-1964. Entretanto, no dia 1º de Abril de 1964, a ala mais conservadora do Exército com apoio do Senado declarou a vacância da presidência da república. Ação alheia ao que propunha a Constituição brasileira, uma vez que o presidente João Goulart não havia oficialmente renunciado ao cargo de presidente e se encontrava em território brasileiro.

Os militares assumiram o poder e indicaram, por meio de uma junta militar (Marinha, Exército e Aeronáutica), o General Humberto Castello Branco à presidência da república. 1964 é considerado o marco inicial de um dos períodos mais violentos da história política brasileira, o Regime Militar.

De acordo com Reis (2000)

Aconteceu, naquele ano, uma vitória fulminante das forças conservadoras no país. Apoiado em amplos movimentos sociais, quase sem dar um tiro, dobrando resistências que se imaginavam consideráveis, unificando quase todas as Forças Armadas e as principais instituições republicanas, um golpe de Estado depôs o presidente da República legalmente eleito e instaurou uma ditadura que durou quinze anos (REIS, 2000, p. 03).

Além do apoio das Forças Armadas, o fortalecimento do Regime Militar brasileiro contou com a participação civil. As manifestações encabeçadas pelo movimento “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” eram compostas por políticos conservadores, mulheres de classe média e por setores mais conservadores da Igreja católica cujas reivindicações abarcavam, principalmente, uma cosmovisão ideológica de combate ao comunismo e o apoio à intervenção militar.

Essa cosmovisão ideológica sustentou a tomada do poder por meio da influência que exerceu sobre uma considerável parcela da sociedade. Podemos refletir sobre esse aspecto a partir do pensamento de Bobbio acerca do poder ideológico. No Brasil o poder ideológico – ao lado do poder político e do poder econômico – exerceu grande influência sobre a população civil garantindo adesão ao Regime Militar. Para Bobbio (1997, p. 11) esse poder:

(...) não se exerce sobre os corpos como poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, divisões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (...). Toda sociedade tem os seus detentores do poder ideológico, cuja função muda de sociedade para sociedade, de época para época, cambiantes sendo também as relações, ora de contraposição, ora de aliança, que eles mantêm com os demais poderes.

Desse modo, a presença fantasmagórica de uma ameaça comunista, supostamente contrária aos valores da propriedade privada, da liberdade econômica e dos valores cristãos⁴

⁴ De acordo com Ryrie (2014) hoje os valores religiosos cristãos são “um código anti-islâmico, antiacadêmico, antiglobalista, elitista”, antiminoritário. “Neste emprego, de forma alguma é um sistema de valores; trata-se do cristianismo como uma tribo, não um movimento. Ele pode estar vagamente ligado à rejeição de certos aspectos dos sistemas de valores seculares modernos, mas mesmo ele não é muito profundo. Os movimentos cristãos culturais modernos não são, me permitam dizer, marcados por seus compromissos ostentosos à ética sexual cristã tradicional. [...] A jogada que estes movimentos políticos estão fazendo é atacar o nosso secular moderno sistema de valores, o sistema antinazista, mas sem pôr nada em seu lugar. A retórica é a de uma reversão aos valores cristãos de antigamente, aos valores da cristandade, poderíamos dizer, mas tudo o que essas coisas parecem significar, na prática, é tentar desaprender as lições morais da primeira metade do século 20. [...] Se existe algo que as histórias destes políticos nos ensinou, é que este é exatamente o tipo de oposição que o mundo secular espera; ele quer cristãos que seguirão este roteiro, que farão caricaturas de si mesmos, que se permitem ser definidos pela crueldade, brutalidade, estupidez, e que vão, no final, mostrar-se errados. As lições morais do século 20, as lições que a discriminação, a crueldade e o assassinato são piores do que os erros sexuais ou doutrinários, não são ideias triviais e não são facilmente aprendidas. O mesmo poderia ser dito das grandes lições morais do século

tradicionais funcionou como mote de um ideal a ser combatido pela ala civil e conservadora da sociedade em aliança com o poder militar e econômico. É importante ressaltar que essa nomeação, ala civil conservadora, abarca tanto o cidadão comum quanto as instituições civis, tais como: as grandes mídias conservadoras e as igrejas.

As reivindicações explícitas do movimento civil em apoio à ditadura escamoteavam outros interesses das elites brasileiras. Essa parcela da população juntamente com o empresariado buscava barrar as Reformas de Base propostas por João Goulart, as quais contemplavam: a reforma agrária, atendimento a reivindicações por melhores condições de trabalho, reforma política e a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), colocado na ilegalidade desde 1946 por decisão do Tribunal Superior Eleitoral.

De acordo com Napolitano (2014), citado pelo *Memória e Resistência*⁵:

O empresariado nacional, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), os proprietários de terras, temerosos com as promessas de reforma agrária e a grande mídia liberal-conservadora taxaram as medidas políticas de João Goulart como destinadas a subverter a ordem social, ameaçar a propriedade privada e a economia de mercado. Imperava entre as elites nacionais o discurso macarthista anti-comunista da Guerra Fria (NAPOLITANO, 2014, *apud* *Memória e Resistência*).

O contexto de tensão geopolítica da Guerra Fria (1940) contribuiu para a disseminação de uma cosmovisão ideológica anticomunista que norteava a ordem mundial e sustentou o Regime Militar brasileiro. Compreendemos que o conflito ideológico instaurado na Guerra Fria produziu, e ainda produz, reflexos no embate entre os modelos político-econômicos capitalista e socialista, estendendo e polarizando a disputa entre os espectros políticos de direita e esquerda, sobretudo, no que tange ao pensamento civil ancorado no senso comum. A manutenção dessa visão polarizada afetou e afeta a sociedade nas decisões políticas, religiosas, na prática cidadã e na construção de representações sobre instituições e sujeitos.

19, tais como a lição de que a escravidão é um erro. Um cristianismo que tem futuro é aquele que acolhe estas lições e que não o faz de modo hesitante ou ranzinza, mas sim de todo o coração: e que então pergunta o que mais pode trazer para acrescentar alguma cor a um sistema de valores secular que somente parece capaz de debater sobre se os problemas devem ser vistos em preto e branco ou em tons de cinza. Um cristianismo que oferece algo a amar, além de todas as coisas que sabemos que devemos odiar. (RYRIE, 2014, p. 20-21).

⁵ O Projeto *Memória e Resistência* desenvolvido e mantido pela Universidade do Estado de São Paulo – USP, tem por objetivo estudar e difundir informações sobre as Ditaduras Cívico-Militares na América Latina e sobre os lugares de construção da memória dessas ditaduras. Esse tópico tem como referência as reflexões feitas pelo projeto mencionado. Indicamos na nota para evitar o uso repetitivo de referência no texto desta tese. Disponível em: <http://www.usp.br/memoriaeresistencia/?page_id=285>. Acesso em 06 de Jul de 2021.

Para Bobbio (1997, p. 12), “o principal meio do poder ideológico é a palavra, ou melhor, a expressão de ideias por meio da palavra, e com a palavra, agora e sempre mais, a imagem”. No contexto das eleições presidenciais no Brasil, em 2018, a dicotomização entre direita e esquerda produziu uma intensa polarização ancorada, principalmente, na circulação de ideias, visões de mundo e ideologias que remontam ao discurso macarthista, anticomunista, sobretudo, pelo fato de os protagonistas daquele pleito, Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro, serem sujeitos ligados, respectivamente, ao Partido do Trabalhadores – considerado pela ala conservadora uma ameaça comunista aos valores conservadores – e o Partido Social Liberal, que assume forte posição conservadora.

Outros dois aspectos devem ser considerados no cenário de deposição de João Goulart, pois guardam algumas semelhanças com o contexto político atual no que tange às decisões políticas. O primeiro, já explicitado, refere-se à cassação do mandato de João Goulart apoiada pelas Forças Armadas e pelo discurso conservador – de combate à ameaça comunista e à corrupção, de proteção da propriedade privada e da família; o segundo aspecto diz respeito ao apelo à restauração da democracia.

Contraditoriamente, na conjuntura atual, após as eleições de 2018, assistimos ao mesmo discurso da extrema direita no poder com ameaças à democracia brasileira, sob fundo de combate à corrupção e ao comunismo, contando com intensa participação militar na base do governo. Os principais ministérios e posições de comando do poder executivo são ocupados por militares, responsáveis pelas decisões estratégicas da administração pública. As instituições e os demais poderes da república brasileira, a despeito da Constituição Federal, sofrem com as constantes tentativas de influência e ameaças de intervenção militar nas decisões no âmbito dos três poderes. Esse clima de constante apreensão fomenta diversos debates sobre a noção de democracia, pois é capaz de suscitar na memória coletiva todos os acontecimentos que marcaram o Regime Militar.

No Regime Militar, em meados da década de 1960, após a deposição de João Goulart, e início da década de 1970, com a indicação do general Humberto Castello Branco e sua morte acidental, sendo ele sucedido por uma junta militar, o Brasil passa a viver o chamado “Milagre econômico”. Para Bethell (2018 *apud* Memória e Resistência) com a tomada de poder, por meio de Castello Branco, os militares assumiram o controle do país com a promessa de promover reformas nas instituições políticas, estabilizar a economia, restabelecer a disciplina e a hierarquia militares e restaurar a democracia.

Naquela conjuntura, a política econômica do general Humberto Castello Branco privilegiou a abertura ao capital estrangeiro, a censura aos meios de comunicação e intensa

propaganda a respeito do controle sobre a alta da inflação e de um expressivo índice de crescimento econômico. O controle e censura das mídias de informação oposicionistas e o apoio da grande imprensa brasileira permitiram que a ditadura civil-militar se consolidasse no poder, pois blindava o regime militar contra investigações oposicionistas, denúncias acerca da condução da administração pública e da repressão violenta.

Na tentativa de compreensão dos movimentos políticos atuais é possível perceber gestos que acenam ao passado. Como exemplo, podemos mencionar o modo de comunicação estabelecido pelo presidente da extrema direita, Jair Messias Bolsonaro, com seus apoiadores, assim como as relações que mantém com a mídia de referência. Diferentemente dos demais ocupantes do poder executivo, a comunicação presidencial é veiculada via recursos tecnológicos e virtuais, não institucionais; a comunicação via redes sociais alcança e dialoga diretamente com apoiadores do governo.

Em contrapartida, as mídias consideradas pelo governo como oposicionistas são atacadas, ridicularizadas. A censura não impede a circulação ou veiculação de jornais, como no passado, mas há um processo que visa ao descrédito e a desqualificação das mídias de informação tradicional com a finalidade de exercer o controle sobre a comunicação midiática, via redes sociais ou dialogando apenas com mídias de informação e jornalistas favoráveis ao governo.

Na década de 1960, legitimada por cinco Atos Institucionais (AIs) e pelas Assessorias Especiais de Segurança e informação (AESIs), criada para “vigiar funcionários, professores e alunos” o governo militar impunha forte repressão aos seus opositores. Bethell (2018 *apud* Memória e resistência) afirma que:

Estima-se que logo nos primeiros anos da ditadura, entre 3 ou 5 mil funcionários públicos, metade deles das Forças Armadas, foram cassados ou aposentados compulsoriamente. Mais de 500 professores universitários, jornalistas e diplomatas perderam os seus direitos políticos e os seus empregos (BETHELL, 2018).

O período de maior repressão, perseguição política e exílio imprimido aos opositores da ditadura militar foi deflagrado após a imposição de uma nova Constituição Federal (1967), na qual Castelo Branco promovia a implementação da repressão como diretriz para a legislatura nacional. No mesmo ano a perseguição e a tentativa de aniquilação de opositores ficou ainda mais dura quando o General Arthur Costa e Silva assumiu o poder.

Em junho de 1968, após vários conflitos violentos entre os militares e opositores do Regime Militar eclode a manifestação de rua conhecida como a “Passeata dos 100 mil”, na qual o Movimento estudantil, artistas, jornalistas, intelectuais e parte da sociedade civil protestaram

contra o Regime Militar, a violência policial e a violação de direitos, manifestando-se a favor da democracia. Embora a passeata dos 100 mil tenha sido um grande movimento inspirado em manifestações que aconteciam em outras partes do mundo – como, por exemplo, os protestos do movimento estudantil de maio de 1968 na França – no Brasil ela aconteceu sob a anuência dos militares.

Esse abrandamento das ações do Regime diante de um grande movimento contra a repressão só foi possível porque a abordagem violenta a outros pequenos movimentos estudantis, anteriores à “Passeata dos 100 mil”, culminou com a morte de estudantes, resultando em uma repercussão negativa sobre a violência do Regime Militar. As Forças Armadas, braço do Regime, precisavam melhorar a sua imagem frente à população. Apesar desse gesto de “permissão” para a manifestação mencionada, nos meses que se seguiram houve violenta repressão a vários outros protestos que pediam a libertação de estudantes presos, o fim da censura e a restauração das liberdades democráticas.

Em resposta aos inúmeros atos contra o Regime Militar, em 13 de dezembro de 1968, o general “linha dura”, Arthur Costa e Silva, promulga o Ato Institucional número cinco (AI-5), revogando garantias constitucionais e instaurando o “Terrorismo de Estado no Brasil”. Inicia-se o período mais repressivo do Regime Militar conhecido como “anos de chumbo”. Com o AI-5 instaurou-se um ambiente no qual cidadãos comuns passaram a ser perseguidos, sequestrados, submetidos a interrogatórios, torturas e julgamentos ilegais pela justiça militar sob acusação de crimes contra a “segurança nacional”. O sistema democrático foi restaurado somente 25 anos depois, em 1989, com a mobilização por eleições diretas, as *Diretas Já*.

1.1.2 PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO MEMÓRIA E SILENCIAMENTO

O movimento denominado *Diretas Já* é considerado o marco da restauração democrática no Brasil. Entretanto, o processo de transição democrática ou de ruptura com a Ditadura civil-militar instaurada em 1964 foi problemático e, ainda hoje, suscita debates sobre silenciamentos acerca da atuação civil-militar nos “anos de chumbo” e a permanência da influência militar na restauração democrática.

Em 1979, o país parecia entrar em uma nova fase com a revogação dos Atos Institucionais, desde o início do ano, com a aprovação da Lei da Anistia e retorno de exilados políticos, porém ainda estavam em pleno funcionamento as agências de repressão. Elas

juntamente com as forças conservadoras permaneciam intocadas e profundamente inconformadas com o processo de transição democrática, pois

eram a expressão radicalizada de um conjunto de forças políticas conservadoras que observavam com reservas o retorno do regime democrático e que detinham considerável influência e poder de decisão no governo federal, em governos estaduais e municipais, sem falar no poder judiciário e no Congresso Nacional (REIS, 2000, p.7).

Reis (2000) sustenta que, na década de 1980, a grande maioria resolveu silenciar sobre o ciclo que se encerrava considerando que a transição democrática era frágil e problemática demais para suportar debates sobre feridas ainda abertas. Naquele momento, o processo político estava nas mãos do último governo militar que conduzia a transição de modo precário em meio a tensões. Havia de um lado a luta pela redemocratização e de outro as forças remanescentes dos aparelhos repressivos da Ditadura civil-militar e suas bases sociais que permaneciam incólumes.

A comunidade de informação do regime militar, atuante durante os anos de repressão, agia no sentido de breçar ou reverter a redemocratização do país e, para isso, exprimiam posições de extrema direita, contrárias às políticas governamentais de reabertura. Reis (2000) afirma que no momento da transição democrática

o interessante é que as Forças Armadas, como se fossem “um Estado dentro do Estado”, continuaram sustentando, e sustentam até hoje, a versão divulgada pelo projeto Orvil, o que se pode verificar em sites, colégios, escolas e centros de formação militares e em clubes que reúnem oficialidades de Exército, Marinha e Aeronáutica. Em outras palavras, para as Forças Armadas, a ditadura continua sendo apresentada – e cultivada – como uma “revolução democrática” que salvou o país do comunismo e do caos.

A liderança do Rio de Janeiro, representada por Leonel Brizola, propôs um apaziguamento das relações de oposição radical à Ditadura civil-militar em direção ao diálogo nacionalista e ao manifesto apoio à prorrogação do mandato do general João Figueiredo à presidência. Essa articulação corroborava a posição de Ulysses Guimarães “fervoroso apoiador da instauração da ditadura”, em 1964, que posteriormente se tornou o presidente do Movimento Democrático Brasileiro, principal partido de oposição à ditadura desde 1970.

Sobre essas contradições no interior do processo de redemocratização do Brasil, Reis (2019, p. 275) considera que:

No contexto de um processo marcado por uma prolongada transição, negociada e barganhada, embutiu-se a lei da Anistia um dispositivo matreiro que foi interpretado como abrigando sob suas asas torturados e torturadores. Uma incongruência, pois os primeiros eram conhecidos, haviam sido presos, batidos, exilados, julgados (muitos desaparecidos ou mortos). Já os agentes do Estado, responsáveis diretos pelas torturas, e a cadeia de comando que as havia autorizado, nem sequer seus nomes eram então plenamente conhecidos. Na alegria da abertura, falar dos crimes da ditadura civil-militar era quase uma atitude de mau gosto. Ou uma provocação.

O silenciamento e o apagamento da memória das violações de direitos e dos crimes cometidos por agentes do Estado durante o período ditatorial permaneceram na obscuridade mesmo ao longo dos anos 1980 e 1990, após a consagração da transição e a aprovação de uma nova Constituição, em outubro de 1988. Reis (2019, p. 275) ressalta que poucos se dispuseram a discutir e a compreender as bases históricas, sociais conservadoras e autoritárias impostas pela ditadura “quase sem dar um tiro” e que se retirava sem “levar pedradas”. “Celebrou-se a gesta épica das esquerdas, radicais ou moderadas, amalgamando-as sob o nobre título da ‘resistência’ ” (REIS, 2019, p. 275).

Entretanto, essas reconfigurações semânticas dificultaram o esclarecimento de quem não resistiu à ditadura. Reconfigurou-se também o sentido da luta armada como a luta da “extrema esquerda da luta democrática” ainda que não “houvesse evidência de compromissos democráticos nas propostas e nas ações dos revolucionários”. Para o autor, as esquerdas revolucionárias seguiam o padrão “catastrófico” das revoluções inauguradas pela Revolução Russa e pelo bolchevismo; eram “partidários de ditaduras revolucionárias” como modo de empreender as transformações radicais que preconizavam para o país (REIS, 2019, p. 275).

É nessa conjuntura que se construíram silenciamentos sobre os apoios, “as acomodações e a relativa normalidade da vida cotidiana sob a ditadura”. Existiu uma complexidade nos laços e no apoio difuso que se estabeleceu entre a ditadura e importantes setores sociais. Essa relação de proximidade que se deu no início da ditadura permaneceu sob aparente distanciamento em momentos posteriores. O apagamento da participação de setores difusos durante a ditadura encobre as nuances desse período histórico. Reis (2019, p. 277) destaca as consequências desse movimento para a sociedade:

A preeminência das corporações militares, indisputada, justificando o conceito de ditadura militar, diversas vezes encobriu a participação – ativa e consciente – de numerosos grupos civis, e não apenas entre as elites dominantes. Levantar e discutir o assunto, por muito tempo, e ainda hoje, tem sido caracterizado, em um viés autoritário, como propício a “dar armas ao inimigo” ou como “revisão”, como se a história, como qualquer disciplina ou ciência, não avançasse, sempre, através de questionamentos e de revisões. Para o incomodo debate, memorialistas, historiadores e outros produtores de narrativas históricas se concentraram na ideia de uma ditadura isolada, como se fora uma chapa de aço imposta de cima para baixo à sociedade

brasileira. Assim setores da academia, livros didáticos, sistemas de ensino, governos, filmes e livros, cada um a seu modo, contribuíram na busca de um caminho fácil que viabilizasse “virar a página”. E assim, embora despontassem questionamentos, prevaleceu, em escala social, um denso silêncio sobre os anos da ditadura.

O apagamento da memória sobre os anos ditatoriais inaugurados em 1964 não foi um processo particular ao período de redemocratização iniciado na década de 1970, tampouco se restringe ao Brasil. No período ditatorial que vigorou entre 1937 e 1945, antes da derrubada de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, foi construída uma ampla aliança entre os setores conservadores, trabalhistas e comunistas. Naquele contexto, ao fim do período varguista, a memória da prática da tortura, implantada como política de Estado, foi legada ao limbo, “publicamente omitida”. “Jogou-se um manto sobre os crimes do varguismo”. A primeira eleição, realizada em dezembro de 1945, com apoio de Vargas, lançou ao posto de presidente da República Eurico Dutra, “simpatizante declarado do nazifascismo”, apresentado sob a imagem de liberal (REIS, 2019, p. 278).

Silenciamento semelhante ocorreu em outros países durante períodos dramáticos de transição. De acordo com Reis (2019, p. 278)

O exercício da memória do silêncio não é algo específico da história brasileira, cujo povo é simplória e injustamente acusado de “não ter memória”. Outros povos, em outras situações, recorreram ao mesmo procedimento. A maneira como a sociedade francesa reagiu à colaboração com os nazistas é um caso clássico. Uma sociedade impregnada de história, sem dúvida, mas precisou de quase trinta anos para começar a encarar a infâmia da associação com os próprios opressores. Processos análogos ocorreram na Alemanha depois da queda de Hitler, na União Soviética após a desestalinização, na Itália depois da queda do fascismo. Alemães, russos e italianos, assim como franceses e brasileiros, exercitam, sim, a própria memória. Entretanto, em diferentes momentos, preferiram silenciar sobre o passado, por motivos que é preciso elucidar e compreender.

As consequências de tantas omissões, recalques e silenciamentos têm custos para a história e para a construção democrática das sociedades que percorrem esses meandros. No Brasil a formulação da Constituição de 1988, apelidada por Ulysses Guimarães, presidente da constituinte, por “constituição cidadã”, promulgou avanços e inovações importantes no que tange aos direitos civis, políticos e sociais. “Entrelaçados, porém, com os direitos reconhecidos, como cacos incrustados no corpo constitucional, também eram visíveis os legados – pesados – do período ditatorial” (REIS, 2019, p. 279).

De acordo com o pesquisador, em meio às inegáveis conquistas da Constituição, permaneceram inalterados o modelo econômico de sociedade reforçado pela ditadura, a hegemonia do capital financeiro apoiada pelo Estado, a monopolização do sistema bancário a

serviço do capital comercial e industrial, a degradação ambiental e a exploração de fronteiras agrícolas impulsionadas pelo agronegócio, a alta concentração de terra e renda que expulsa milhares de famílias camponesas para as regiões periféricas das grandes cidades.

Ademais, a desenfreada expansão de obras faraônicas agenciadas por grandes empreiteiras “criadas à sombra da ditadura”, e que “exerciam nefasta influência nos governos civis subsequentes e no próprio curso da construção democrática do país” corromperam os partidos políticos e os processos eleitorais brasileiros, aprofundando as desigualdades sociais e regionais no país (REIS, 2019). No contexto mais recente, discutiremos em tópico posterior, como as constantes denúncias de corrupção envolvendo grandes empreiteiras foram responsáveis pelo desgaste de diversos partidos políticos, sobretudo, o Partido dos Trabalhadores, motivando o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e trazendo consequências para o processo eleitoral de 2018, ao reforçarem, o discurso conservador.

Mais uma herança das prerrogativas abertas pela ditadura é a formação de oficiais das três Forças Armadas, não submetidas à supervisão do Ministério da Educação ou de qualquer outra instituição civil. A formação militar mantém padrões anacrônicos, autoritários, e por vezes “negacionistas” sobre fatos históricos incontornáveis. Entre tantas graves distorções está a “transmutação da ditadura e do golpe civil-militar que a originou num regime produto de uma revolução democrática” (REIS, 2019, p. 280).

Distorção histórica que ecoa nos dias atuais e ganha as ruas em diversos atos, saudosistas e nostálgicos da ditadura militar, a favor do governo federal, também apoiador nostálgico da ditadura de 1964. Esses atos saudosistas assumiram mais força durante os protestos de 2014, 2015, mas, sobretudo em 2018, quando alguns protestos ganharam contornos explicitamente antidemocráticos ao clamar por intervenção militar.

Além de todas as distorções da ditadura militar mantidas após o período de redemocratização, é importante ressaltar o papel das grandes mídias. Reis (2019) afirma que, mesmo após a redemocratização, foram mantidas as corporações que operaram sob as bençãos e os estímulos diretos do regime ditatorial. Empresas midiáticas alcançaram níveis de monopolização do espaço midiático desconhecidos em qualquer país do mundo capitalista. Não houve nenhuma forma de controle sobre a dinâmica que permitiu grande centralização midiática no país, e isso produziu impactos negativos para a construção democrática.

Nos próximos tópicos discutiremos como a permanência de certa centralização e o monopólio das mídias tradicionais tiveram seu papel questionado nas Jornadas de junho e nos protestos de 2014, 2015 e de 2016, ou tiveram papel preponderante ao vazar denúncias de

investigação do Ministério Público no processo conhecido como Lava jato e, de algum modo, interferindo no processo eleitoral de 2018.

2 OS SINAIS DA CRISE, JORNADAS DE JUNHO E O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

“Mas o que acontece no Brasil, para tanta gente sair às ruas em protesto, se está terminando com a pobreza e se torna uma potência mundial?”. É com essa problematização interdiscursiva, relacionada ao fenômeno Jornadas de junho, que o pesquisador Ricci (2014, p. 44) abre o seu texto intitulado os *Sinais da crise*. Tal questionamento naquele não tão distante 2013 resultava de certa perplexidade diante de movimentos que eclodiram em várias capitais brasileiras. Desde o processo de redemocratização, do movimento das Diretas Já, em 1989, não se via mobilização popular semelhante no país do carnaval e do futebol.

Ricci analisa as causas que levaram milhões de brasileiros às ruas a partir da noção de “Fordismo tardio”, ancorado nas concepções do pacto fordista ou fordista-keynesiano de 1930. O pacto fordista fundamentava-se no consumo de massas, a partir da indústria automobilística e da construção civil. Através do custo reduzido de bens de consumo, os trabalhadores tiveram acesso a um pacto produtivo tendo o Estado como mediador dos custos de cestas básicas e da regularização setorial de crédito para a indústria.

De acordo com o pesquisador, o ciclo mais vigoroso do fordismo ocorreu entre os anos de 1930 e 1950, quando houve uma disseminação do modelo para países da Europa Ocidental e Japão, entrando em crise no final do anos 1970.

No contexto brasileiro, Ricci explica que:

Lula introduziu o pacto desenvolvimentista fordista num cenário internacional adverso (daí se caracterizar por fordismo tardio), o que necessariamente exigiu a figura carismática como timoneiro deste projeto, por enfrentar crises externas cíclicas que o abalaram permanentemente, a começar pela crise do subprime norte-americano em 2008. A troca de guarda, com a vitória de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010, revelou a necessidade capital da figura da liderança carismática, predicado inexistente na figura da nova Presidente da República, o que transformou sua gestão em somatória de crises políticas e pêndulos de popularidade (RICCI, 2014, p. 45).

Os elementos do fordismo tardio implementados na gestão do governo Lula, segundo Ricci, ancoraram-se em três causas:

- i. A primeira causa centra-se no esgotamento e desequilíbrio do modelo estatal-desenvolvimentista implementados no governo Lula. Para explicá-la, Ricci aponta

três elementos constitutivos do fordismo tardio forjado na gestão Lula, quais sejam: *a)* a centralização orçamentária que provocou o enfraquecimento da participação popular nas decisões locais; *b)* a nacionalização de programas sociais de transferência de renda como o Programa Bolsa família, em 2006, que provocou o deslocamento do voto tradicional petista para a parcela menos abastada da sociedade. Esse leitorado constitui o que Singer (2012), citado por Ricci, denomina “conservadorismo popular”, marcado pela tentativa de superação da pobreza dentro da ordem social pelo consumo e não pelo acesso a direitos ou pela ação política organizada. Ricci considera que, se a inclusão pelo consumo estabelece um patamar básico para a construção da cidadania, controle social sobre espaços e políticas públicas, não contribui para o rompimento do caráter intimista dessa cidadania. Ao contrário, a demanda por serviços públicos de qualidade amplia e torna complexa a concepção de direito ao consumo. Isso favoreceu a possibilidade da criação de um discurso pedagógico nas manifestações de junho, permitindo ao consumidor exercer seu direito de definir a prática estatal; *c)* o terceiro elemento foi a inclusão de Organizações Não Governamentais e centrais sindicais nas tomadas de decisão estatal, reproduzindo o modelo da socialdemocracia europeia. Esse modelo afastou as centrais sindicais das ruas e tutelou a sociedade civil por meio de um pacto conciliatório, evitando conflitos e proporcionando um otimismo consumista. O fordismo tardio brasileiro possibilitou a emergência da cultura conservadora popular e forte dependência do Estado para a manutenção do consumo das famílias de baixa renda.

- ii. A segunda causa é a emergência e o ressentimento da hegemonia conservadora na cultura nacional. Composta pelos setores mais abastados e também por segmentos sociais que ascenderam em sua renda e consumo no último período da gestão Lula. Ricci afirma que essa hegemonia conservadora, denominada “onda conservadora”, é constituída por três movimentos: *a)* o conservadorismo reativo das classes médias tradicionais ressentidas pelo rebaixamento da qualidade de vida e pelo acesso das camadas populares aos serviços e bens antes privativos aos mais abastados; *b)* a onda conservadora de origem das camadas sociais menos abastadas que melhorou seu poder de compra, mas levou-as a temer um retorno à privação de consumo. Caracterizada por um forte pragmatismo, a valorização da família, da ideia de meritocracia como modo de ascensão socioeconômica, sustenta forte desconfiança sobre as ações públicas e confrontos com a ordem social vigente; *c)* o terceiro

movimento, denominado “onda cultural conservadora”, que vem desmontando a hegemonia de esquerda. Ricci afirma que o ressentimento das classes médias tradicionais está relacionado ao rebaixamento do seu poder de formação da opinião pública, a partir das eleições de 2006 em virtude das políticas de transferência de renda. Além disso, desde a década de 1990 essa camada social rompeu com as organizações de representação popular que até então tinham um papel na formulação de demandas sociais e políticas públicas para ampliação de direitos civis e sociais, sendo influenciada pelos valores neoliberais com apelo às privatizações, valores individualistas, disputa de mercado. Outro fator que caracteriza esse movimento é a forte inflexão religiosa disseminada pelo catolicismo e pelo fenômeno neopentecostal; seu ideário é marcado pelo domínio da lógica privada como moralmente superior em oposição à institucionalidade pública e pelo repúdio à manifestação de determinadas autoridades públicas.

- iii. A terceira causa ancora-se no intenso e acelerado desgaste das instituições públicas de representação política formal. Ricci sustenta a hipótese de que, se as manifestações de junho superaram a negação do espaço público (as ruas) como deslegitimados, reforçando o ideário da “ideologia da intimidade” (como foi visto no item anterior), também é necessário considerar que as ruas foram tomadas por uma catarse juvenil difusa. O discurso das ruas negava a prática de governos e as estruturas formais de representação. Havia um conjunto de sinais que apontavam para o desgaste das instituições públicas no Brasil e que se aprofundaram com as manifestações de junho de 2013. Ricci cita uma pesquisa do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) que observou, entre o ano de 2012 e de 2013, um declínio na confiança institucional. Essa pesquisa reafirma o que já foi sinalizado na segunda causa: a família foi o único agrupamento considerado confiável e sinalizou para a forte descrença e desconfiança em relação ao Congresso Nacional, aos partidos políticos e à representação política, principalmente na região centro-sul do país.

Avritzer (2016) corrobora a análise apresentada por Ricci (2014). Para Avritzer os conflitos que contribuíram para a emergência das Jornadas de junho passaram a formar um novo campo de participação social para além do Partido dos Trabalhadores. Naquele contexto deixou de existir o monopólio da participação vinculada a certo campo político. Esse monopólio vigorou desde a redemocratização até junho de 2013, ligado ao conjunto de movimentos sociais e atores ligados ao Partido dos Trabalhadores. A partir de 2013, há uma forte fragmentação e

pluralização do marco participativo. De um lado, estão os atores que já não pertencem ao campo petista, como o Movimento Passe Livre que inaugurou as manifestações de junho. De outro lado, pela primeira vez desde 1964, a desinterdição do campo político-participativo levou às ruas movimentos conservadores.

Avritzer afirma que:

a reaparição desses atores conservadores em 2013, 2014 e em março, abril e agosto de 2015 muda o aspecto dos protestos. Com isso, duas redefinições importantes ocorrem na política brasileira: acentua-se a crise do presidencialismo de coalizão, em especial, da vertente que se opõe publicamente à corrupção, um tema clássico da classe média brasileira. Em segundo lugar, cria-se um polo participativo conservador que muda a agenda da mobilização, fenômeno que aparece na cena política a partir daí (AVRITZER, 2016, p. 63).

Para o autor, o ponto fulcral das manifestações de junho foi a ruptura do campo da participação social no Brasil entre 2010 e 2013. A onda de manifestações que eclodiu desse contexto só teve precedentes em dois momentos: na campanha das Diretas Já e no movimento dos Caras-pintadas pelo *impeachment* do ex-presidente Collor. O elemento comum desses três momentos foi a ocupação das ruas como processo de democratização do espaço público.

Entretanto, as manifestações de junho se distanciam dos dois outros movimentos citados nos seguintes aspectos: rompimento com o controle midiático das grandes emissoras e ascensão de mídias alternativas, processo chamado por Avritzer de *intermedia agenda setting*, ou seja, a mobilização mudou o perfil dos sites de informação mais consultados. As mídias tradicionais que detinham o controle do espaço midiático passaram a disputar a informação com as mídias alternativas. Outro aspecto que caracteriza o distanciamento é a ruptura do campo participativo e a mudança de foco das manifestações que passaram a ser contra o governo e o Partido dos Trabalhadores, com a consequente fragmentação e disputa pelas pautas reivindicatórias dos manifestantes por movimentos conservadores.

É importante ressaltar esse último aspecto, mencionado pelos dois autores, que a ascensão de pautas e agendas abertamente conservadoras deu lugar e voz a atores considerados como autoridades nesse espectro político na internet. Segundo Avritzer (2016, p. 72) o Movimento Contra a Corrupção Acorda Brasil expressava uma seletividade contra a corrupção que ignorava determinados casos e focava nos elementos que comprometiam o Partido dos Trabalhadores. A perda do protagonismo do Movimento Passe Livre deu lugar a uma perda do controle de esquerda no âmbito das manifestações e provocou o rompimento do governo sobre o espaço público (as ruas) e de modo mais amplo o controle sobre um campo de atuação de esquerda.

Avritzer ressalta que as manifestações que estouraram em diversas capitais do país tiveram êxito em sua reivindicação primária: a redução na tarifa de transporte coletivo, mas as consequências políticas foram diferentes em cada município. Em São Paulo, elas geraram um “vigoroso movimento conservador que repercutiu nas eleições de 2014”.

No pleito de 2014 o PSDB, num movimento que compreendemos como “compensação midiático-ideológica”, ou “contrapartida midiático-ideológica”, começa a ter um destaque negativo durante a campanha de 2014, o que faz com que a ex-presidenta Dilma seja reeleita – aliás, que ela vença Aécio Neves – e que o posicionamento antipolítica de muitos setores da sociedade seja fortalecido, uma vez que, possivelmente, o porto seguro de parte da sociedade se via também corrompido em meio a denúncias de corrupção e lavagem de dinheiro⁶.

Naquela conjuntura, pós eleições, o movimento conservador e antipolítica, aliado à mídia televisiva, produziu outra agenda, fazendo com que os protestos adquirissem uma outra concepção, um protesto contra o governo da presidenta reconduzida ao executivo.

O governo Dilma tornou-se paulatinamente o centro dos protestos e essa migração de temas antes relacionados às formas de democracia, que se configurava por meio de críticas ao modo como o governo federal e o Congresso Nacional governavam, através de acordos para a nomeação de cargos públicos, dá lugar a uma lógica fissurada do campo participativo. A partir daí, há o vislumbre de uma onda antipolítica que nega a institucionalização e a politização das ruas (AVRITZER, 2016).

Com isso, rompe-se uma lógica mais à esquerda e surge uma interdição de fundo conservador que não ocorria desde 1964. Nesse cenário, instaura-se uma agenda fortemente ofensiva ao governo Dilma, que não se arrefece mesmo após a reeleição da presidenta em outubro de 2014, e que é reforçada com as manifestações de março de 2015. Entretanto, Santos (2017, p. 45) considera que:

A popularidade de Dilma desabou, ainda lá em 2013, para não mais se recuperar. O governo ingressava no fluxo de desmoralização e descrédito a que estavam submetidos os governos em todos os países, sequela da crise econômica iniciada em 2008. Contra uma oposição pouco respeitada e sem programa claro, mas valendo-se da onda anti-Dilma (...)

A forte rejeição ao governo Dilma acentuou-se no segundo mandato presidencial, pois as constantes denúncias de corrupção envolvendo a base aliada e a incapacidade do Executivo

⁶ “Eleições de 2014: Aécio será investigado por corrupção e lavagem”. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/eleicao-de-2014-aecio-sera-investigado-por-corrupcao-e-lavagem/>> Acesso em 03 de jun de 2017.

em dialogar com o legislativo ou impor limites às práticas clientelistas agravou as condições de governabilidade. As denúncias de corrupção ligadas à Petrobrás, com o desencadeamento das investigações da Operação Lava Jato e da Polícia Federal, se confirmavam como verdadeiras e, conseqüentemente, atingiram a base partidária, fortalecendo o discurso da oposição.

Uma agenda seletiva anticorrupção pautada pelo viés conservador torna-se a pauta de setores conservadores no país. Com as manifestações de março de 2015, a agenda conservadora intensifica o debate anticorrupção identificada fortemente apenas com o governo, “sem problematizar aspectos como o financiamento de campanhas eleitorais ou as relações entre grandes empreiteiras e obras públicas”. O discurso de combate à corrupção no Brasil ignorava o envolvimento de outros partidos e atores políticos nos escândalos de corrupção e acabou por colar no Partido dos Trabalhadores a identificação de partido mais corrupto da história, mesmo sendo esse o partido que construiu um dos programas mais sofisticados de combate a essa prática (AVRITZER, 2016).

A partir de 1988, três instituições de controle da corrupção foram criadas pelo Estado brasileiro: o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União e a Polícia Federal. Ao Tribunal de Contas da União compete decretar a legalidade ou ilegalidade dos gastos realizados pelo Tesouro Nacional. Ele tem autonomia e jurisdição para julgar as contas públicas. A Controladoria-Geral da União examina a prestação de contas do Executivo e controla as despesas em andamento e não *post-factum*. Já as operações integradas da Polícia Federal cumpriram o papel de integrar as estruturas de combate a crimes dentre os quais se destaca a corrupção. Essas operações passaram de 15 em 2003, ano em que Lula assumiu a Presidência da República, para 288 em 2009.

Avritzer (2016, p. 90) destaca que o Tribunal de Contas da União:

se converteu a partir do final do primeiro semestre de 2015 em uma das arenas principais da luta política em curso a partir de um parecer do ministro Augusto Nardes sobre as contas do governo Dilma em 2014 e os empréstimos informais realizados por bancos públicos, BB e Caixa ao Tesouro Nacional, popularmente conhecidos como “pedaladas fiscais”. O parecer de Nardes foi aprovado por todos os ministros do TCU em outubro de 2015.

O autor afirma que três instituições se encontravam no centro da crise instaurada no governo Dilma e do impasse democrático: o Tribunal de Contas da União, o Tribunal Superior Eleitoral e a Justiça Federal; as duas últimas ligadas ao Poder Judiciário. Uma forte judicialização da crise contou com grande legitimidade de indivíduos sem mandato, mas que

estavam à frente das instituições judiciais que decidiram a continuidade ou não do governo Dilma.

A sustentação do governo dependia de negociações pragmáticas com o parlamento. Nesse sentido Miguel (2016, p. 33) afirma que:

A compra de apoio abriu um flanco fácil para a mobilização dos setores conservadores, que singularizam o PT e esquerda como únicos culpados pelos problemas éticos da política brasileira. Ao mesmo tempo, seja por inexperiência, seja pela permanência de um compromisso moral, os governos petistas não foram capazes de sustar as investigações, como faziam seus antecessores; ao contrário, reforçaram os aparatos de controle do Estado. Com a ascensão de um grupo altamente adestrado e ideologizado de promotores e juízes, em parceria deliberada com a grande mídia, estava montado o cenário para a criminalização do petismo (e da esquerda).

O processo de judicialização se aprofundou com o pedido de *impeachment* da presidenta colocado para apreciação pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acusado de ocultação de patrimônio no exterior e de corrupção. Em síntese, o agravamento dos impasses vividos pela democracia brasileira envolveu os seguintes elementos: a votação do pedido de abertura de processo contra o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha; a elaboração de um parecer acusando-o de mentir à CPI da Petrobrás e a aceitação por Cunha do pedido de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff (AVRITZER, 2016).

Segundo Avritzer todos esses elementos apontavam para uma saída político/judicial para a crise que poderia abalar o equilíbrio entre os poderes constituídos ao longo dos últimos trinta anos, hipótese que vimos se concretizar com a destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016 e o forte impacto da Operação Lava Jato sobre o Partido dos Trabalhadores, sobretudo, no período eleitoral do ano de 2018, o qual discutiremos em tópico posterior.

Para Miguel (2016, p. 31), o processo político-judiciário instaurado contra a ex-presidenta Dilma Rousseff marca uma fratura irremediável no experimento democrático iniciado no Brasil em 1985, pois ainda que de modo limitado e contraditório, a ordem balizada pela Constituição de 1998 garantia a vigência das instituições mínimas da democracia liberal: “o voto popular como meio necessário para a obtenção de poder político e o império da lei”. Para o pesquisador, a derrubada da presidenta mediante um processo considerado ilegal, sinalizou que tais institutos deixaram de funcionar e, em consequência, o sistema político em vigor no país não pode mais receber o título de “democracia”, mesmo em uma compreensão mais relativizada da palavra.

Com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, o vice presidente Michel Temer assumiu interinamente a presidência da República. O governo avançou o mais rápido

que pôde na aprovação de pautas neoliberais e conservadoras. A “entrega do patrimônio público, avanço do fundamentalismo, retirada de direitos trabalhistas, criminalização do pensamento crítico, recuo da legislação ambiental, arbitrariedade escancarada da força policial, cortes nas políticas sociais”, todas essas ações arbitrárias aconteceram diante da postura inerte do Supremo Tribunal Federal, “suposto guardião da Constituição” (MIGUEL, 2016, p. 36).

Se há um saldo positivo das manifestações de junho, podemos considerar a quebra do monopólio das mídias tradicionais na cobertura dos protestos e a abertura de diálogo com as mídias alternativas que repercutiram os movimentos e modificaram a dinâmica das mídias tradicionais. Conforme Batista-Soares (2017), equipes de jornalismo independentes como o Mídia Ninja tiveram papel importante na denúncia de abordagens policiais truculentas que acabaram por contribuir para a ampliação dos protestos.

Nesse sentido Avritzer (2016, p.74) considera que:

As manifestações de junho foram o primeiro evento público que questionou na raiz o controle do espaço midiático. Ela o fez porque os participantes não só questionaram o espaço midiático, algo que já havia sido feito pela campanha das Diretas Já e pelo impeachment de Collor, mas principalmente porque os participantes já se orientavam por mídias alternativas. Tanto os sites e os perfis de movimentos como o MPL e o *Anonymous* Brasil passaram a ser os mais acessados e tentaram colocar as pautas principais do movimento (...). Além disso, órgãos como o Mídia Ninja adquiriram centralidade na cobertura do movimento. Mas essa orientação progressista não sobreviveu à entrada dos atores conservadores, que se aliaram à mídia televisiva e produziram outra agenda. Ainda durante o mês de junho e principalmente depois do fim dos protestos, a interpretação da grande mídia passou a prevalecer e foi o que determinou uma concepção convencional das manifestações como um protesto contra o governo federal ou contra o governo Dilma.

Avritzer argumenta que essa pluralização midiática foi importante durante as manifestações, pois evidenciaram a orientação dos movimentos em torno de uma agenda progressista como as reivindicações do Movimento Passe Livre (MPL) pela redução nas tarifas de transportes públicos e a democratização das obras da Copa do Mundo de 2014.

Por outro lado, é no contexto das manifestações que vimos emergir os primeiros sinais do crescimento de uma onda conservadora pautada por valores anti-institucionais, intolerantes e antidemocráticos. Pela primeira vez após 1964, esse movimento político ganhou voz e força na cena política brasileira, trazendo consequências para as eleições que ocorreram em 2018, tal como a ascensão de um candidato considerado de extrema direita ao posto de mandatário do poder Executivo.

2.1 ELEIÇÕES DE 2018: VOTO RESENTIDO E (DES) ESPERANÇA NA EXTREMA DIREITA

A emergência de uma onda conservadora ainda em 2013, como foi bem delineado na seção anterior, impulsionou discursos ligados ao espectro político da considerada extrema direita, lançando à disputa eleitoral candidatos e partidos considerados de extrema direita. Pela primeira vez a guinada à direita alcançou uma força inesperada no Brasil, pós 1964.

Nas eleições presidenciais de 2018, apesar de Bolsonaro ter apenas 8 segundos na propaganda eleitoral, o presidenciável, considerado de extrema direita, vinha tendo sua imagem construída por programas populares de televisão ao longo dos anos em que ocupou uma cadeira no legislativo federal. Ele ganhou as eleições com apenas 8 segundos de campanha televisiva, sem participar dos principais debates eleitorais que tradicionalmente são emitidos pelas emissoras televisivas do país. Além disso, Bolsonaro não apresentou ou propôs um programa de campanha que fosse amplamente divulgado aos eleitores.

Deputado federal havia mais de três décadas, compunha a base da Câmara Legislativa Federal conhecida como baixo clero, composta por deputados considerados de baixa expressão política no congresso. Essa eleição contrariou diversas análises clássicas da ciência política, “as quais assumiam, categoricamente, que sem tempo suficiente de horário eleitoral gratuito e sem um partido político expressivo não havia chance nenhuma de o candidato chegar ao Planalto” (SOLANO, 2019, p. 307).

Há indícios que a virada à direita, ou a bolsonarização, tenha sido um fenômeno que alcançou não apenas o cargo máximo no poder Executivo, mas espalhou-se pelo Brasil, repercutindo nas eleições para o Executivo e o Legislativo em nível estadual e federal. Jair Bolsonaro conseguiu que o minúsculo PSL obtivesse 52 deputados; em Minas Gerais, com o partido Novo, foi eleito Romeu Zema, eliminando o tucano Antonio Anastasia; no Rio de Janeiro o ex-juiz Wilson Witzel, do PSC, venceu o emedebista Eduardo Paes; em São Paulo João Dória ganhou as eleições com a jogada de marketing BolsoDória, conhecida como uma aliança com o então candidato do PSL (SOLANO, 2019).

Ampliando um pouco mais essa reflexão, é importante ressaltar que os acontecimentos que se passaram no Brasil precisam ser analisados em relação ao contexto internacional, sobretudo na América Latina. As propostas nacionalistas de direita cresceram por toda parte. Isso se deve à mobilização de forças ressentidas do processo de revolução da informação e da globalização que modificaram profundamente as condições de vida e de trabalho. Saltam aos olhos problemas não apenas de ordem econômica, mas que extrapolam a dimensão cultural, ameaçando tradições, valores éticos e morais (REIS, 2019).

Para Solano (2019), em diversos países, tais como Estados Unidos com Donald Trump, Itália com Matteo Salvini e Hungria com Viktor Orbán, foram eleitos candidatos da extrema direita que conseguiram capturar o ressentimento, a frustração e a desesperança ao se apresentarem com promessas de renovação. Nesse contexto, os partidos políticos tradicionais tornaram-se governistas burocratas, ocupados com o poder, sofreram os reflexos do desgaste institucional e carregaram a culpa pelas crises econômicas e sociais, imputadas pelo cidadão comum. O voto em candidatos da extrema direita é denominado “voto de castigo”. Conseqüentemente,

aproveitando o mal-estar causado sobretudo por uma nova etapa da revolução tecnológica – que gera desemprego, perda de poder aquisitivo, crises migratórias, insegurança pública, desesperança no futuro –, grupos de extrema direita se fortalecem explorando a retórica antissistema (SOLANO, 2019, p. 308)

De acordo com Reis (2019, p. 284), o olhar desatento das esquerdas e de forças progressistas em relação a essas “multidões desamparadas e entregues à própria sorte” abriu uma lacuna ocupada por direitas autoritárias que se colocam, “com sombria eficácia”, na posição de liderança a acolher esse desamparo. Esse fenômeno foi evidente e óbvio no Brasil, assim como foi a subestimação dos setores conservadores pelos principais partidos reformistas. Entretanto,

(...) múltiplos fatores convergiram para a construção da situação atual, em que se tornou clara uma ameaça concreta à democracia brasileira. Há margens, porém, e consideráveis para organizar linhas de resistência. A maioria conquistada por Jair Bolsonaro foi expressiva, sem dúvida, mas é preciso evitar o pânico e a sinistrose. Ele não chegou a ter 40% dos votos, considerado o universo total dos eleitores. E muitos que votaram nele não integram o núcleo duro radicalmente autoritário. Basta ler reportagens e entrevistas com eleitores do vencedor para constatar a fluidez e a imprecisão das opiniões de eleitores, muitos dos quais, há quatro anos, depositaram seus votos no PT e em seus candidatos (REIS, 2019, p. 284).

Como já foi mencionado, a tendência política que se instalou no Brasil não apresentou, desde os debates eleitorais, questões programáticas ou propositivas. Ela foi construída a partir da negação, do antipetismo, do antipartidarismo. Ela é, sobretudo, antissistêmica. Entretanto, ainda não possui pretensões claras a não ser a política dos antagonismos e o avesso à alteridade que se tornou uma força eleitoral irresistível. Esses elementos discursivos já soavam com bastante força desde o *impeachment*, quando se construiu a base do bolsonarismo ancorada em um repertório que acenava timidamente em 2013, e explodiram em 2015 e 2016 (SOLANO, 2019).

A emergência de uma onda conservadora no país se deve a diversos fatores, sobretudo, ao discurso contra a corrupção em reação aos diversos escândalos envolvendo o Partido dos

Trabalhadores, o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff e o fenômeno jurídico denominado Lava Jato, investigação fortemente midiaticizada, que reacendeu as esperanças ressentidas da parcela conservadora do país.

Bolsonaro conseguiu cooptar a insatisfação do cidadão médio com a crise econômica e política, gerada, principalmente, pelos constantes escândalos de corrupção, transformando tudo isso em potência eleitoral. O antipetismo ganhou ainda mais força com o vazamento de informações das investigações realizadas no âmbito da operação Lava Jato. A força tarefa constituída por promotores, juizes e a polícia federal conduzia investigações sobre o envolvimento de grandes empreiteiras e de partidos políticos em desvios de recursos públicos.

Nessa conjuntura, houve intensa e seletiva midiaticização das investigações e vazamentos de informações que levantavam suspeitas, sobretudo, sobre o Partido dos Trabalhadores e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as quais reforçaram o discurso antipetista e de combate à corrupção. O ex-presidente Lula, principal adversário político de Bolsonaro no pleito de 2018, tornou-se réu na operação Lava Jato, em 2016, quando o juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, aceitou a denúncia do Ministério Público Federal. Lula foi implicado nas denúncias do Ministério Público, acusado de ter recebido a propriedade de um tríplice, no Guarujá, da empreiteira OAS, como parte de propina em troca de contratos entre a empreiteira e a Petrobrás, estatal brasileira, lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

O juiz de primeira instância, Sérgio Moro, condenou Lula ainda em 2017 e a condenação foi confirmada pelos desembargadores do Tribunal Regional Federal (TRF) da quarta região e pelo Supremo Tribunal de Justiça (STF), em 2018. Após essa condenação Lula poderia tornar-se inelegível pela lei da Ficha Limpa, sancionada por ele em 2010. Em teoria Lula estaria inelegível por oito anos em razão da condenação pelo órgão colegiado composto pela quarta turma do Tribunal Regional Federal.

Confirmada a condenação, o ex-presidente foi preso em abril de 2018 após um dramático comparecimento à Polícia Federal. Lula anunciou que se entregaria durante um ato ecumênico realizado no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em homenagem à ex-primeira dama, Marisa Leticia, morta em 2017. Ele foi impedido de comparecer à Polícia pela militância que acompanhava o ato ecumênico e bloqueava a saída do ex-presidente.

Ao entregar-se à Polícia Federal, Lula estava rodeado por apoiadores e repórteres. Foi uma cena histórica e cinematográfica, justificada em função da posição que Lula ocupava e ainda ocupa no imaginário político e popular. Figura carismática, capaz de conduzir as emoções tanto de apoiadores quanto de seus adversários políticos e antipetistas. Lula permaneceu

encarcerado, e considera-se que esse fato deu outros rumos para as eleições presidenciais de 2018.

Singer e Venturini (2019, p. 363) sustentam alguns fatores de curto prazo, cujo impacto nas eleições merecem atenção. Para os autores “a complicada substituição de um candidato (Lula), quase em cima do primeiro turno, que tinha 39% das intenções de voto; o atentado contra Bolsonaro; e a utilização irregular do *WhatsApp* por parte da campanha vitoriosa”.

A inelegibilidade de Lula foi confirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral em setembro de 2018. Até então ele liderava as intenções de voto em todos os cenários da disputa eleitoral. De acordo com os autores, a estratégia de Lula em adiar a indicação de outro candidato para substituí-lo, em função da sua prisão, até setembro de 2018, gerou dúvidas sobre quem seria o candidato do Partido dos Trabalhadores. Fernando Haddad foi o indicado pelo Partido do Trabalhadores para substituir Lula; entretanto, a demora na sua indicação pode ter confundido os eleitores. Singer e Venturi (2019, p. 363) explicam que talvez não votar em Haddad

tenha sido uma escolha de alguns, embalados pela campanha de que “eleição sem Lula” seria “fraude”. (...) cabe mencionar o que porventura talvez tenha sido o elemento principal: a própria impossibilidade de Lula concorrer, em uma circunstância na qual as vicissitudes do segundo mandato de Dilma reforçavam a ideia de que só a capacidade individual de Lula seria capaz de lidar com a complicada situação nacional.

O aspecto relevante para a escolha do substituto de Lula deveu-se à trajetória de Haddad no Partido dos Trabalhadores, mas, naquele momento, principalmente ao fato de tanto Haddad quanto Bolsonaro sustentarem altos níveis de rejeição do eleitorado. Nos bastidores das respectivas campanhas considerava-se que os dois candidatos eram reciprocamente preferidos em virtude da paridade de rejeição. Singer e Venturi (2019, p. 361) afirmam que:

Como candidato do PT e de Lula, Haddad concentrava os atributos mais explícitos para galvanizar contra si os eleitores ao centro ou indecisos que, embalados pelo antipetismo, estariam dispostos a revelar os arroubos radicais de Bolsonaro, aderindo à sua pregação antiesquerdista. De maneira semelhante, conhecido por reiteradas declarações homofóbicas, racistas, misóginas e de enaltecimento a torturadores, Bolsonaro carregaria a pecha de fascista, capaz de trazer a Haddad desde os votos de ex-petistas à esquerda, indecisos de centro e até de uma direita democrática e esclarecida em termos de costumes, disposta a aceitar algum grau de esquerdismo diante da alternativa autoritária.

O segundo fator importante na definição das eleições de 2018 ancora-se no atentado à facada sofrido por Bolsonaro em setembro de 2018. Os pesquisadores afirmam que a agressão sofrida pelo candidato da extrema direita o colocou em evidência. Diversos observadores

ressaltaram que esse acontecimento o colocou na posição de vítima. Talvez, esse episódio tenha influenciado segmentos que não tinham muitas informações sobre o deputado. “Ao mesmo tempo, a facada o protegeu dos ataques que começava a sofrer no horário eleitoral”. Hospitalizado, Bolsonaro tinha justificativas para não comparecer aos principais debates eleitorais, estando desobrigado a discutir itens da agenda política. Assim, minimizou a exposição de suas fragilidades pessoais e programáticas, de submeter-se ao contraditório ao não ser sabatinado pela imprensa e, conseqüentemente, de um desgaste de sua imagem.

Já o terceiro fator presente nas eleições foi citado pelos pesquisadores com base na reportagem, “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”, publicada pela *Folha de São Paulo*, em outubro de 2018, que confirmou que a equipe do futuro presidente teria contratado serviços de impulsionamento de mensagens em larga escala no *WhatsApp* com recursos doados por empresas privadas. A prática de doações privadas a campanhas eleitorais é vedada pela legislação; no entanto, de acordo com a reportagem, foi utilizada pela equipe de Bolsonaro a fim de difundir conteúdos alarmantes e temas comportamentais sensíveis ao conservadorismo.

Os pesquisadores citam também outro elemento contextual que possivelmente engajou o crescimento de Bolsonaro. O inesperado crescimento das intenções de voto no ex-militar entre o eleitorado popular feminino. Esse crescimento se deu paradoxalmente após a difusão da campanha denominada #EleNão, fortemente difundida e construída pelas redes sociais. Essa campanha foi a maior mobilização contra o capitão, realizada uma semana antes do primeiro turno das eleições de 2018.

As manifestações promovidas pela campanha #EleNão foram protagonizadas pelas redes sociais por mulheres engajadas de forma plural e suprapartidária, ao mesmo tempo em que milhões de pessoas foram às ruas em repúdio às posições ultradireitistas de Bolsonaro. Em oposição a esses movimentos, houve uma massiva circulação de “vídeos com montagens de cenas escatológicas e de nudismo, potencialmente ofensivas, falsamente captadas nos atos de inspiração democrática e feminista” (SINGER, VENTURI, 2019, p. 365). Entendemos que o crescimento do apoio feminino ao então candidato foi estimulado pela onda conservadora antifeminista que considera todas as expressões do feminismo nocivos aos valores cristãos⁷, à feminilidade da mulher e à defesa da vida ao apoiar, por exemplo, pautas relativas ao aborto.

Apesar de destacar esses fatores de fundo contextual/ factual para explicar a eleição de Bolsonaro, em 2018, Singer e Venturini afirmam que as motivações para o voto em Bolsonaro

⁷ Para os conservadores os valores cristãos estão relacionados à manutenção

podem ser diversas e diferem-se substancialmente a depender da classe social dos eleitores. Nos segmentos de alta rentabilidade uma parte significativa do eleitorado já estava ideologicamente identificada com o caráter autoritário e antiesquerda do ex-militar; outra parcela focou no poder concentrado em Bolsonaro, como uma representação do poderio militar, para desconstruir a estrutura de corrupção; os mais pobres aderiram a Bolsonaro após o avanço da campanha, considerando que ele seria capaz de restabelecer uma política de segurança por acreditarem que Bolsonaro seria capaz de combater a criminalidade que os vitima (SINGER, VENTURI, 2019, p. 368-369).

Com a consagração da vitória do candidato da considerada extrema direita nas urnas, Bolsonaro, o capitão militar reformado, torna-se o primeiro presidente ultraconservador a assumir o posto de presidente da república após a redemocratização. Com isso, há forte mudança no paradigma político brasileiro. O ciclo controverso, mas democrático, de disputa política e de oposição racional entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social-Democracia Brasileira havia se interrompido por eleições disruptivas. Starling (2019, p. 346) considera que até então

o ciclo PT-PSDB assegurou a estabilidade democrática na nossa Terceira República. O encerramento desse ciclo abriu um vazio político rapidamente preenchido por um candidato de extrema direita, desalinhou o sistema de partidos, transformou o Legislativo em agente de crise – e o país passou a flertar com o risco de inversão democrática. E então, sem estabilidade no centro as extremidades se perfilaram e a polarização de instalou.

Conseqüentemente, o PSDB, Partido da Social-Democracia Brasileira, foi fortemente prejudicado por fatores conjunturais, pela adesão ao bloco governista de Michel Temer desde o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. “Bolsonaro começou a se projetar no cenário político quando a base societária do PSDB transitou de uma oposição racional ao lulismo para a postura fanática que se gestou no bojo da movimentação pelo impedimento de Dilma”. Já o Partido dos Trabalhadores, com Haddad, conseguiu manter os eleitores de menor faixa de renda e manteve expressiva votação no segundo turno, apesar da derrota, o “lulismo saiu vivo das eleições de 2018” (SINGER, VENTURI, 2019, p. 337).

Com a eleição de Bolsonaro instalou-se no país um clima de rupturas. Rupturas com os partidos de base tradicional, fragmentação partidária, fim do ciclo PT-PSDB. Esse pleito inaugurou um novo modo de fazer política. Bolsonaro “desdenhou a campanha tradicional. Preferiu as redes sociais, nas quais vinha formando com bastante antecedência, uma audiência com alto poder de disseminação de suas mensagens”(ABRANCHES, 2019, p. 16).

Para Abranches (2019), essa foi nossa primeira campanha efetivamente digital em um contexto de digitalização e consciência política digital ainda incipiente. Isso levou a uma disseminação organizada e a uma campanha de disseminação profissional, com uso de *bots* e *sockpuppets*, que espalhou uma “epidemia de memes e fake News”. Em consequência desse alto teor de estímulos digitais, tivemos uma campanha altamente polarizada e radicalizada, com grande carga emocional, emoções primárias e interesses variados.

A polarização na sociedade brasileira assumiu os mesmos contornos observados no Estados Unidos e na Europa. Abranches afirma que se trata de uma polarização afetiva na qual:

Os rótulos políticos usados são vazios de conteúdo programático, despolitizados e cheios de conteúdo emocional, tipo “amo a nós, logo odeio a eles”. Esse tipo particular de polarização responde a estímulos que levam as pessoas a sentir que pertencem a um grupo com identidade própria e antagônico a outro, em um contexto de perda generalizada de referências. A radical separação entre “nós aqui e eles lá” alimenta uma visão do outro fortemente estereotipada, preconceituosa e belicosa. Um ingrediente tóxico nas relações sociais e políticas. (...) na política, no limite leva à violência e à formação de milícias, digitais e reais (ABRANCHES, 2019, p. 19-20).

A polarização vista nos anos de 2018 e 2019 não se encerrou com o fim do período eleitoral ou da posse do presidente da república. Os anos de 2020 e 2021 continuaram marcados por intensa polarização.

Diversos protestos se instauraram por diferentes capitais do Brasil. Tanto a oposição quanto os apoiadores do presidente Bolsonaro tomaram as ruas por diferentes pautas. Em 2020, as pautas bolsonaristas giraram, principalmente, em torno da suspensão de medidas restritivas ao avanço da pandemia de covid-19. O presidente manifestou-se abertamente contra as medidas de distanciamento, isolamento social, restrição de funcionamento do comércio e de escolas, sob o discurso de que a economia não poderia parar em função de uma gripe. Já em 2021, ano que antecede as eleições presidenciais de 2022, a direita, estimulada pelo discurso de fraude nas urnas eletrônicas, sustentado por Bolsonaro, manifesta-se pelo retorno do voto impresso.

Outro fato importante que intensificou a polarização dentro e fora do ambiente virtual foi a anulação do processo de condenação que tornava Luiz Inácio Lula da Silva inelegível pelo Supremo Tribunal Federal, por motivos já explicitados anteriormente.

Nesse contexto, Lula volta a se posicionar como principal adversário de Bolsonaro, manifesta publicamente críticas ao presidente sobre a condução e a falta de articulação para implementação de medidas protetivas contra a franca expansão da pandemia de covid-19 em território brasileiro, a forte recessão, o desemprego e a fome que voltam a assombrar os brasileiros, além de se posicionar sobre os discursos antidemocráticos da extrema direita, tais

como a volta do voto impresso, as manifestações de militares no âmbito político e pedidos de intervenção militar por apoiadores de Bolsonaro.

Os discursos que clamam por intervenção militar e voto impresso além de inconstitucionais, por violarem princípios regidos pela Constituição Brasileira, promulgada em 1988, são anacrônicos. Em um país, como o Brasil, no qual as dimensões territoriais são continentais, as eleições ocorrem – mesmo em situações extremas de acesso, devido à distância dos grandes centros – de maneira regular, sistemática e com sistemas eletrônicos de apuração seguros. Com as constantes denúncias de corrupção, a falta de aparato para fiscalização das eleições e a opção pelo voto impresso fortaleceriam a volta de fraudes, a coação e a manipulação do sistema eleitoral.

Nesse momento não é possível lançar certezas sobre o futuro da democracia ou sobre a garantia da ocorrência pacífica de eleições em 2022. A justiça Eleitoral é constantemente acusada por Bolsonaro e seus apoiadores de fraude nas eleições e, como já foi explicitado, cresce a desconfiança da ala bolsonarista a respeito do uso da urna eletrônica. Abranches (2019) afirma que as instituições brasileiras têm demonstrado certa robustez durante crises mais traumáticas, mas que somente a emergência de novas lideranças será capaz de realinhar o sistema partidário, após eleições tão disruptivas. Ao contrário, corre-se o risco de um prolongamento na crise de transição e elevação dos riscos para a estabilidade institucional democrática.

No momento em que escrevemos esta tese a polarização na cena política permanece como parte da vida brasileira. Escrever e pesquisar no calor dos acontecimentos exige certa concentração para não nos desviarmos do objetivo inicialmente proposto nesta pesquisa. Entretanto, julgamos importante para os apontamentos realizados ao longo das nossas reflexões e para o conhecimento do leitor lançar um olhar sobre fatos que ocorrem em simultaneidade.

3 DEMOCRACIA DISCUSSÃO TEÓRICO FILOSÓFICA

Nesta seção apresentamos algumas reflexões sobre a noção de democracia e o funcionamento dos sistemas democráticos a fim de ampliarmos a discussão proposta nesta pesquisa. Para isso, faremos um percurso por diferentes concepções de democracia e de análises do seu funcionamento.

3.1 A GÊNESE DA DEMOCRACIA POR SIMONE GOYARDE-FABRE

Neste tópico abordaremos a noção de democracia a partir do pensamento de Simone Goyarde-Fabre. Em *O que é democracia?*, a pesquisadora propõe um percurso genealógico e crítico no qual discute a noção de democracia bem como seu funcionamento como sistema de governo. Para a autora, na antiguidade, quando os filósofos discutiam questões políticas, preocupavam-se em examinar as estruturas reais da Cidade-Estado por diversos ângulos, tendo como objetivo principal descobrir as virtudes ou imperfeições que a estruturavam a fim de propor um ideal político e traçar rumos para reformas institucionais.

Essa postura reformista era um pensamento político constante na Grécia antiga e que vai além do caráter metodológico da reflexão filosófica. O conceito de democracia era situado, por um lado, dentro de um quadro lógico de um ordenamento tipológico dos modos de governo e, por outro, no quadro axiológico dos juízos de valor.

No mundo antigo a democracia foi submetida ao signo da ambivalência, geradora de esperanças, mas também de ameaças. Tinha-se um regime capaz de estabelecer uma oposição à tirania e que repousava sobre os princípios fundamentais: a Constituição, a cidadania e a lei. O prestígio da era democrática remontava a fatos gloriosos associados a Atenas e à estatura de Péricles e Demóstenes. No poder democrático viria a crescer o ideal de liberdade e nascia a esperança de que a democracia poderia levar o povo e seu governo a coincidirem. Entretanto, apesar das virtudes, nasceu também a aporia democrática, nunca superada efetivamente pela história.

No século IV e V a. C., Platão, em sua crítica democrática, avaliou que o poder do povo provocava efeitos deletérios para a Cidade-Estado. Para o filósofo, esse era um erro inscrito nos fundamentos da democracia. A crítica de Platão contra o regime democrático sustentava que a anarquia real ou potencial ronda toda democracia. Essa crítica deixou marcas profundas na ideia de democracia, pois nela a demagogia aparece como uma sombra inevitável do regime democrático e, com isso, é possível pensar que, a despeito dos princípios Constitucionais, da cidadania e da legalidade, ela pode abrir espaço para novas formas de tirania.

Já Aristóteles inscreveu a democracia no âmbito da lei do metabolismo dos regimes políticos e situou-a, definitivamente, muito longe da *politie*, ou seja, longe do Estado ideal. O filósofo inscreveu a democracia no âmbito de uma lógica numérica que determinava sua supremacia, sendo a Constituição o critério que formalizava e detinha autoridade sobre todos os assuntos da Cidade-Estado.

Para o estagirita, como as normas constitucionais determinam que o poder é formado por parte significativa ou pela totalidade dos cidadãos, a democracia evidencia uma forma de regime na qual todos devem se envolver no governo da cidade. Ao observar cento e cinquenta constituições gregas e bárbaras, ele considerou que todo regime político é compósito e funciona em caráter simbiótico, pois, além do número de cidadãos participantes das decisões, elementos díspares como o nascimento, a fortuna, o mérito, a profissão, os grupos sociais, influenciavam os regimes democráticos.

Para Goyarde-Fabre (2013, p. 33), Aristóteles rejeitou a teoria platônica que considerava a democracia uma degenerescência “cíclica que afeta os regimes políticos como também todas as coisas em escala cósmica” – de acordo com Platão, “tudo que nasce está sujeito à corrupção”⁸. Ao contrário do pessimismo platônico, Aristóteles considerou que as Constituições jamais são puras, pois pertencem a situações sócio-históricas complexas e, assim, julgou pertinente observar as formas normais ou patológicas do governo das cidades. Aristóteles concluiu que se a “tirania é um mal paroxístico, a oligarquia e a democracia também são regimes desviados, embora menos nefastos que a tirania”⁹.

Ademais, Aristóteles julgou a natureza intrínseca da democracia por meio do confronto com outros tipos de governo em situações históricas concretas. Esse olhar comparativo entre diversas formas de governo o levou a considerar que, quando a maioria está no poder, “a democracia inflige um desvio à República ou *politie*”, um efeito tão deletério quanto os desvios da aristocracia para a oligarquia ou da monarquia para a tirania. Diante disso, a democracia pode resultar em um mau governo, uma vez que a autoridade do povo que governa se exerce, em geral, em detrimento dele mesmo. Isso leva a ignorar que a finalidade primeira da política é o bem comum, o que não significa que a justiça se instaura ao igualar as condições dos cidadãos em vez de tirar partido das suas diferenças e de suas complementaridades (GOYARDE-FABRE, 2013, p. 34-35).

Em contrapartida, a partir do século XVI a ideia de democracia fundamentada e controlada pelo pensamento teológico-político da Idade Média veio acompanhada de grande esperança. É no cenário de guerras e de grandes massacres que a filosofia política foi impulsionada para um pensamento humanista de emancipação dos povos na Europa.

Nesse contexto, surgiram ao menos duas correntes de pensamento democrático. Por um lado, Maquiavel afirmava que a condição necessária para a liberdade e para a conquista de uma política equilibrada dependia da escuta da *vox populi*. Entretanto, se essa conquista tivesse que

⁸ A República, VIII, 546 a.

⁹ Aristóteles, A política, III, 1279b 16; 1278b 32ss.

vir do povo seria lenta, difícil e incerta. Por outro lado, surgiram autores mais esperançosos a respeito da democracia, lançando apelos ao civismo da população, tais como: *A Cidade do Sol*, *A Nova Atlântida*, obras panfletárias como os *Vindiciae contra Tyranos*, a teoria da *consociatio symbiotica de Althusius*. Todas essas obras refletiam a esperança na *majestas* do povo como mais respeitável que o *imperium* dos reis, pois naquela há promessas.

No século XIX, com a explosão do “fato democrático”, Tocqueville evocou os temores platônicos nos quais se sustenta que a democracia é um mal político cujas raízes estão na mentalidade popular que a corrói até desestabilizar todas as instituições, por mais sólidas que pareçam ser. Nos dias atuais, ainda se considera que a democracia é vítima de uma crise endêmica, pois em meio a seus avanços provoca a despolitização da política. Nesse sentido, a democracia é vítima de seus próprios esforços para se proteger e se consolidar.

De acordo com Goyarde-Fabre (2003, p. 61)

A democracia antiga assim como a democracia moderna, que tantos afirmam serem alomorfas, têm em comum um caráter vertiginoso que as mata: tem a face de Jano, que oferece ao mesmo tempo a sombra funesta da anarquia sociopolítica e a claridade viva da autonomia dos cidadãos. Embora a democracia extraia sua energia do vetor ideal da liberdade, engendra uma miragem que, como hoje sabemos melhor do que nunca, está carregada das ameaças do esmagamento totalitário. Na perenidade de seus princípios, a democracia não podia evitar – e a história vem a confirmá-lo – que se introduzisse em suas instituições a equivocidade de sua natureza.

Isso significa que, desde sua emergência na antiguidade, a ideia de democracia não escapou de ter sob sua aura ou essência a desconfiança que ainda na contemporaneidade, continuam a miná-la. Esse aspecto não é suficiente para condenar a ideia da democracia, mas não se pode abdicar de uma reflexão sobre a sua essencialidade. Apesar de suas promessas, a “democracia está carregada de ameaças e nas luzes do progresso da consciência política que ela faz brilhar, espreita uma sombra mortífera” (GOYARDE-FABRE, 2003, p. 61). De acordo com a pesquisadora:

[...] Com efeito, embora a ideia democrática tenha se imposto, desde a Grécia antiga até o universo contemporâneo, principalmente na história ocidental e, mais recentemente, no mundo inteiro, com tamanha força que atualmente existem poucos países no nosso planeta que não a reivindicuem, **sua colocação em prática deu e ainda dá lugar a diferenças de apreciação**. Uns a exaltam incondicionalmente como sendo o caminho para a liberdade e a igualdade e pelo fato de constituir um progresso político e social; outros a criticam severamente deplorando a uniformização que, dizem eles, ela instala nas sociedades nas quais provoca a supressão das elites e a degradação do homem; **outros vão ainda mais longe e denunciam a crise institucional e social que nela se instala e que, em nossa época, a solapa dolorosamente, fazendo pesar sobre ela uma ameaça endêmica de desagregação**. Ademais, seja ela desejada ou temida, exaltada ou criticada, **a democracia como que por natureza, suscita ásperas querelas ideológicas; ao mesmo tempo um**

milantismo obstinado empenha-se ou bem a defendê-la ou bem a combata-la.
(GOYARD-FABRE, 2003, p. 02; grifos nossos)

O caminho é o da análise da ambivalência do signo democracia, ambivalência estranha e onerosa que agregou tanto à sedução e às esperanças quanto às ameaças veiculadas pela ideia de democracia. “A democracia aparece como uma aventura humana tão inquietante quanto embriagante”. Desde os tempos nos quais Platão vilipendiava a “sociedade aberta”, seguido por Aristóteles que considerava a Constituição como um “regime desviado” (GOYARDE-FABRE, 2003, p. 82) ela adquiriu tal envergadura que quase se confunde com o sentido da nossa história.

As ameaças que permearam a democracia desde o século V a.C., colocaram-se em oposição à esperança que surgiu no século XVI a partir das revoluções liberais, ao afirmarem a soberania popular sustentadas, principalmente, pelas ideias de Rousseau e Sieyès. A democracia ancorada na soberania popular continuou enfrentando ameaças, pois no plano político considerava-se que “a soberania do povo movida pelos ímpetos de sua potência ilimitada corria o risco de ser tão perigosa para a ordem e liberdade pública” quanto o domínio “absoluto e ilimitado do monarca” (GOYARDE-FABRE, 2003, p. 82). Assim, a promoção política do povo produzia, por seus movimentos, uma crise que agravava e ameaçava redundar na negação da política. Para Goyarde-Fabre

[...] a ideia aparentemente simples à qual corresponde a ideia nominal da democracia como “governo do povo pelo povo”, [algo insólito, inalcançável, uma curiosidade histórica] não pertencer a um registro unitário e homogêneo: **oscila entre o registro constitucional da política e o registro psicossocial das mentalidades, fazendo pesar sobre ela dilemas dilacerantes que impedem responder de modo uniforme à pergunta “o que é democracia?”** (GOYARD-FABRE, 2003, p. 03; grifos nossos).

Entretanto, apesar das considerações um tanto céticas a respeito da participação popular, “promoção popular”, entendemos que é essa participação o sentido próprio da democracia. Participação efetiva e ampliada em todas as formas da vida cidadã. Não somente na escolha representativa, como é o caso do Brasil, mas na consciência de direitos e deveres, do acesso a esses direitos para a construção de uma sociedade que não nega ou compreende a política como algo que lhe é exterior, mas como parte necessária da vida coletiva e individual.

Para clarificar a ideia de democracia, é necessário levar em conta tanto as incertezas do seu campo próprio como as modificações que, em sua permanência, a afetaram. Existem inflexões e variações que acompanharam o lento desenvolvimento do modelo democrático até condená-lo, hoje, à profunda crise que ameaça sua existência. Deve-se apreender as constantes

que constituem a essência democrática e a vinculam tanto às esperanças quanto às imperfeições da natureza humana. De acordo com a autora

ao explorar o campo heterogêneo da ideia de democracia é importante não ceder à moda intelectual de uma interpretação sedutora, comumente chamada de a “querela” entre os modernos e os antigos. Pois, por um lado a noção moderna de democracia, longe de rejeitar, no campo institucional, os parâmetros estabelecidos pelas democracias antigas, pelo contrário os refinou e remodelou a fim de enriquecer seu sentido e conseguir, do ponto de vista teórico, conceituá-los e, do ponto de vista prático, inseri-los na técnica jurídico-política. Por outro lado, [...] foi a lenta transformação do modelo constitucional das antigas cidades que permitiu desenhar a épura dos “regimes” políticos e determinar nele a especificidade de uma ordem democrática. (GOYARD-FABRE, 2003, p. 03-04; grifos nossos)

Diante disso, a análise da noção de democracia deve levar em conta a apreensão dos “vetores conceituais que se formam e transformam provocando os avatares da ideia democrática” (GOYARDE-FABRE, 2003, p. 5). Trata-se de explicar o registro psicossocial da noção de democracia que aponta para uma dimensão simbólica no processo de explicitação conceitual ou de justificação de posições e valores sobre a noção.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a compreensão de que não existe ruptura entre o modelo democrático dos antigos e a ideia moderna de democracia. São os mesmos parâmetros institucionais, as mesmas exigências existenciais que atuam agora e no passado. Em consequência, tanto nas estruturas jurídico-políticas quanto na mentalidade do mundo atual há uma repercussão das instituições originárias dos povos antigos (GOYARDE-FABRE, 2003).

Entretanto, convém lembrar que a democracia direta que despontou na antiguidade grega hoje pode ser considerada como curiosidade histórica. Embora a etimologia da noção de democracia efetivamente designe tanto no presente como no passado um modo de governo no qual o poder é exercido pelo povo, de forma direta, a noção adota diversas faces expressas pelos inúmeros adjetivos que a qualificam simbolicamente.

Assim, a democracia representativa é a ação do povo por meio de seus representantes; na democracia governada o povo é soberano, mas delega seus poderes; na democracia governante os partidos assumem papel principal; na democracia consciente o povo é passivo em relação às decisões. A noção de democracia pode ser declarada como liberal ou socialista, popular ou plural, constitucional, parlamentar ou pluripartidária.

O fato é que a democracia está sempre em renovação e paradoxalmente age em prol da segurança nos países ocidentais, porém ainda ocorrem massacres humanitários e étnicos nas mesmas regiões, ditas em desenvolvimento. Por um lado, a democracia está envolvida em uma névoa de incertezas e por outro em uma aura mágica que impõe a obrigatoriedade de alcance

planetário, como a melhor forma de governo. Uma lei democrática da Terra, segundo Goyarde-Fabre.

Essa lei democrática da Terra possui uma longa e reveladora história que aponta para a natureza complexa e os efeitos nebulosos da democracia, sem, contudo, dar conta de clarificar com perfeição a sua significação. Ela deixa transparecer que a democracia sempre teve a pretensão de ser o “governo do povo e pelo povo e que sempre reivindicou para si o amor do povo” (GOYARDE-FABRE, 2003, p. 2).

Contudo, como vimos, a imagem da noção de democracia como demofilia é opacificada por contradições que lhe são imanentes e a ideia aparentemente simples de que a definição nominal da noção de democracia corresponda ao “governo do povo pelo povo” comporta a contradição de não pertencer a um registro unitário ou homogêneo. Essa ideia oscila entre o registro constitucional da política e o registro psicossocial das mentalidades que, no nosso entendimento, lança a noção de democracia em um dilema semântico-discursivo, envolto nas diferentes disputas pela dimensão simbólica da noção.

3.2 DEMOCRACIA, AS REGRAS DO JOGO EM NORBERTO BOBBIO

Na obra *O futuro da democracia*, Norberto Bobbio, autor de uma obra fundamental no âmbito da teoria democrática, traz importantes contribuições para a reflexão sobre as contradições que envolvem as regras do jogo democrático e a própria noção de *democracia*.

A fim de propor definições mínimas acerca da noção de democracia o autor parte da premissa de que “o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático” é considerando-a como constituída por um “conjunto de regras (primárias ou fundamentais)” que indicam quem está apto ou legitimado a tomar as decisões coletivas e por meio de quais procedimentos. Nesse sentido,

a regra fundamental da democracia é a regra da maioria, ou seja, a regra à base da qual são consideradas decisões coletivas – e, portanto, vinculatórias para todo o grupo – as decisões aprovadas ao menos pela maioria daqueles a quem compete tomar a decisão (BOBBIO, [1984] 2017, p. 35).

Apesar de a definição mínima de democracia supor a participação de um número muito elevado de cidadãos nas decisões da sociedade, trata-se de uma consideração vaga, pois os discursos políticos inscrevem-se em um universo no qual os cidadãos estão inseridos parcialmente, “aproximadamente” ou “na maior parte das vezes”. Isso desvela a

impossibilidade de se dizer que “todos” participam ativamente. Entretanto, mesmo para uma definição mínima de democracia, como a proposta pelo autor, não basta apenas a atribuição a um grande número de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente nas decisões coletivas, tampouco a existência de procedimentos/ regras que abarquem os anseios da maioria.

É necessário haver uma terceira condição, as escolhas colocadas diante daqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que vão tomar as decisões coletivas devem ser alternativas reais. Para isso, aos chamados a decidir devem ser garantidos os “direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião e de associação etc.”. A partir desses direitos originou-se o Estado liberal e construiu-se a doutrina do Estado de direito. Isto é, a origem do Estado que não “apenas exerce o poder *sub lege*”, mas que o exerce no âmbito do reconhecimento constitucional dos direitos individuais invioláveis, fundamento que caracteriza um regime democrático.

As normas constitucionais que norteiam os direitos não são em si as regras do jogo democrático, mas elas instituem as regras preliminares que permitem o desenrolar do jogo. Consequentemente, o Estado liberal pode ser considerado como o pressuposto histórico e jurídico do Estado democrático. Estado liberal e Estado democrático funcionam em uma relação de interdependência descrita por Bobbio da seguinte maneira:

na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático, e na direção oposta que vai da democracia ao liberalismo, no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais. Em outras palavras: é pouco provável que um Estado não liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia, e de outra parte é pouco provável que um Estado não democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais. A prova histórica desta interdependência está no fato de que Estado liberal e Estado democrático, quando caem, caem juntos (BOBBIO, [1984] 2017, p. 37).

Os princípios do Estado liberal e do Estado democrático nos permite pensar na situação da democracia. Tanto a garantia de liberdade individual quanto dos direitos constitucionais são pilares básicos para o bom funcionamento do sistema democrático. Para o autor o discurso sobre as regras do jogo é extremamente importante, pois não pode ser eliminado sob pena de criarmos um problema insolúvel para o sistema democrático. Isso se deve a duas razões:

antes de tudo, porque o que distingue um sistema democrático dos sistemas não democráticos é um conjunto de regras do jogo. Mais precisamente, o que distingue um sistema democrático não é apenas o fato de possuir suas próprias regras do jogo (todo sistema as tem, mais ou menos claras, mais ou menos complexas), mas sobretudo o fato de que essas regras, amadurecidas ao longo de séculos de provas e contraprovas, são muito mais elaboradas que as regras de outros sistemas e

encontram-se hoje, quase por toda parte, constitucionalizadas (...) (BOBBIO [1984] 2017, p. 105-106).

Portanto, um determinado contexto histórico, no qual a luta política é ancorada a partir de determinadas regras e o respeito a estas, constituiu pilar da legitimidade dos representantes e do sistema democrático. Quem coloca o problema do novo modo de fazer política não pode se eximir de exprimir a própria opinião sobre essas regras, afirmar se as aceita ou não, como pretende substituí-las se não as aceita. Isso se deve a alguns fatores, segundo Bobbio:

- Em todas as constituições democráticas estão previstos procedimentos para a revisão das próprias normas constitucionais;
- Existe um nexo estreito entre as regras dadas e aceitas do jogo político de um lado, e os sujeitos que são os atores deste jogo e os instrumentos que podem ser usados para levá-lo a bom termo, de outro;
- As regras do jogo político são constitutivas, previstas, reguladoras.

Além disso, Bobbio destaca que é importante refletir acerca dos contrastes entre os ideais democráticos e a democracia real. A instituição de regras e procedimentos que sustentam a democracia surgiram a partir de embates, lutas que produziram ideais democráticos que muitas vezes refletem as impossibilidades para a consolidação de uma democracia real. Essas duas faces da democracia podem ser consideradas como motivadoras das tensões existentes nos regimes democráticos.

Bobbio ([1984] 2017, p. 67-68) cita quatro grandes ideais democráticos instaurados em decorrência de legados históricos, quais sejam: o *ideal da tolerância*, legado das guerras religiosas que pode ser ameaçado pelo fanatismo ou pela crença na própria verdade a ser imposta a todos pela força; o *ideal da não violência*, em que segundo Karl Popper um governo democrático pode ser distinguido de um não democrático a partir da possibilidade de que apenas no primeiro caso os cidadãos podem se livrar dos seus governantes sem derramamento de sangue, sem recurso à violência; o *ideal da renovação gradual da sociedade*, que comporta o livre debate de ideias, a mudança das mentalidades e das formas de viver, considerando que apenas nas democracias é possível a expansão de revoluções silenciosas; o *ideal da irmandade*, a *fraternité*.

Já a democracia real é considerada pelo autor como uma expressão de sentido comum a “socialismo real”. O contraste entre ideais democráticos e democracia real consiste basicamente no exame entre o que foi prometido e o que foi realmente implementado. Nesse sentido o

contrato político é construído em uma dualidade. De um lado, estão as promessas sustentadas nos ideais democráticos e, de outro, está o não cumprimento dessas promessas que faz com que o Estado permaneça em constante tensão entre as lideranças políticas eleitas e os cidadãos que os elegem.

Além de pensar nas formas interdependentes de Estado liberal e Estado democrático Bobbio ([1984] 2017) propõe o contraste entre duas concepções de democracia, a democracia representativa e a democracia direta. O autor parte da premissa consensual de que existe uma exigência de mais democracia ou de que a exigência de democracia representativa seja acompanhada ou substituída pelo modelo de democracia direta.

Começaremos pela democracia direta. O filósofo ressalta que a exigência de uma democracia direta não é nova, ao lembrar que Jean-Jacques Rousseau considera a soberania popular como uma ideia impossível de ser representada. Assim, se por democracia direta compreende-se a participação de todos os cidadãos em todas as decisões a eles pertinentes, a proposta é insensata. Devido à complexidade das sociedades modernas industriais é algo materialmente impossível que todos decidam sobre todas as questões pertinentes à vida coletiva.

Para o autor também não é humanamente desejável do ponto de vista ético e intelectual da humanidade que todos participem de toda e qualquer decisão, nem que a esfera da vida privada seja eliminada pela esfera pública, em função do arriscado jogo existente na compreensão do homem total de Marx em analogia ao cidadão total de Rousseau, como polemizou Dahrendorfr. Bobbio ([1984] 2017, p. 71) afirma que cidadão total é uma concepção igualmente ameaçadora, tal como o Estado total, pois produziu uma interpretação da “democracia rousseauiana como democracia totalitária em polêmica com a democracia liberal”

“O cidadão total e o Estado total são as duas faces da mesma moeda”. Para Bobbio ([1984], p. 72) essas duas representações tem o mesmo princípio: “tudo é política”. Concepção que reduz todos os interesses humanos aos interesses da pólis. Consequentemente, a politização integral do homem e a resolução do homem no cidadão, produz “a completa eliminação da esfera privada na esfera pública”. (BOBBIO [1984], 2017, P. 71-72).

Ao conceituar a democracia representativa o autor enfatiza que é preciso distingui-la de Estado parlamentar. A democracia representativa consiste, grosso modo, no fato que as deliberações coletivas são tomadas por pessoas eleitas; já o Estado parlamentar é o Estado no qual é representativo o órgão central ao qual chegam as reivindicações e do qual partem as decisões coletivas fundamentais, o parlamento.

Para Bobbio ([1984] 2017, p. 74)

Do mesmo modo que nem todo Estado representativo é um Estado parlamentar, o Estado parlamentar pode muito bem não ser uma democracia representativa. Se por democracia entendemos, como devemos, um regime no qual todos os cidadãos adultos têm direitos políticos – onde existe, em poucas palavras, o sufrágio universal –, devemos considerar que historicamente os parlamentos vieram antes da extensão do sufrágio e que, portanto, por muito tempo existiram Estados parlamentares que eram representativos, mas não democráticos.

Nas democracias representativas, os representantes são pessoas eleitas pelos cidadãos e que possuem duas características: a) ganham a confiança do corpo eleitoral; entretanto, uma vez eleitos não são mais responsáveis diante dos seus eleitores e seu mandato não é revogável; b) não pode ser responsabilizado diretamente perante seus eleitores, pois ao ser eleito é convocado a tutelar os interesses gerais da sociedade civil e não apenas os interesses particulares de uma ou outra categoria (BOBBIO, [1984] 2017).

De acordo com o autor, uma das consequências dos sistemas políticos nas democracias representativas é que os representantes – como não são representantes de categorias distintas, mas representantes dos interesses gerais – acabam por formar uma categoria à parte, a categoria dos políticos de profissão. Nas palavras de Max Weber, citado por Bobbio, esses são políticos que não vivem apenas para a política, mas vivem da política. Ou seja, transformam-se numa categoria que considera a política como forma de ascensão social, econômica e de manutenção do poder.

Em síntese, no que tange à democracia real, ela apresenta dificuldades e incoerências para alcançar suas condições plenas. Isso devido às pressões impostas pela permanência das oligarquias e seu poder invisível, a revanche dos interesses particulares, a limitação dos espaços de participação política, as dificuldades e insuficiente educação dos cidadãos, as promessas não cumpridas pelos ideais democráticos forçados a se submeter às exigências da prática (NOGUEIRA, 2017 *apud* BOBBIO, [1984] 2017).

Entretanto, essa crítica à democracia real não torna Bobbio um cético a respeito do funcionamento dos regimes democráticos. Para o autor “a democracia não goza no mundo de ótima saúde, mas não está a beira do túmulo”. Apesar de seus defeitos, a democracia permite a esperança, pois pode ser melhorada ao longo dos processos. Bobbio procura pensar a noção de democracia no bojo da tradição liberal em diálogo com a tradição socialista, ao propor a reflexão sobre liberdade e direito constitucional (NOGUEIRA, 2017 *apud* BOBBIO [1984] 2017).

De acordo com Nogueira (2017), Bobbio define a democracia como um método de governo – um conjunto de regras de procedimentos que em conjunto orientam as decisões coletivas – no qual há a previsão da participação ampla e facilitada dos cidadãos. Nogueira afirma que no Brasil vivemos um tempo de excessiva burocratização, corporativismo e assembleísmo aspectos dificultadores para fazer valer as regras do jogo democrático.

Nesse sentido, a teoria proposta por Bobbio vai de encontro aos ideais de uma direita reacionária e das diversas formas de dogmatismo que subvertem as regras do jogo. Apesar de Bobbio discutir o funcionamento da democracia, tendo como pano de fundo o contexto europeu suas afirmações são pertinentes para pensarmos a atual conjuntura brasileira de emergência dos ideais da extrema direita. Esse tempo exige o fortalecimento das instituições e a reafirmação das regras do jogo, pois sua subversão pode aprofundar as contradições já existentes no sistema democrático brasileiro, trazendo à tona memórias de um passado que insiste em permanecer amalgamado no sistema político, como já foi delineado em seção anterior.

3.3 DEMOCRACIA, POLARIZAÇÃO E AUTORITARISMO POR STEVEN LEVITSKY E DANIEL ZIBLAT

Outra importante consideração sobre a noção de democracia é abordada na obra de Levitsky e Ziblat (2018). Os autores analisam a crise do sistema democrático nos Estados Unidos e as consequências desse acontecimento para as democracias em desenvolvimento, como em países da América Latina.

Na obra *Como as democracias morrem*, Steven Levitsky e Daniel Ziblat, 2018, pesquisaram como a chegada de Donald Trump polarizou o sistema democrático estadunidense acirrando os ânimos entre políticos e cidadãos democratas e republicanos. A pesquisa realizada pelos autores ressalta o caminho de construção da democracia nos Estados Unidos da América (EUA), ressaltando eventos que a enfraqueceram e a fortaleceram. Entretanto, a obra não se ocupa apenas do cenário democrático nos EUA; propõe-se a analisar inúmeros exemplos de como o autoritarismo pode sobrepor-se à democracia, sem contudo, como no passado, lançar mão do uso da força ou da violência.

“*A democracia norte-americana está em perigo?*”, problematizam os pesquisadores na seção introdutória da obra. Essa questão surge a partir de um longo trabalho de estudo acerca das democracias que morreram em vários países, “fracassos da democracia em outros lugares e tempos”. Os exemplos são diversos: “os sombrios anos 1930 na Europa”, os “repressivos anos de 1970 na América Latina”, novas formas de autoritarismo que em todo o mundo fez com que as democracias morressem. Os autores sustentam que as democracias são sempre muito frágeis,

mas que, até o ano de 2016, consideravam o regime democrático americano como sólido, pois o país possuía uma Constituição que sustentava a liberdade, uma classe média historicamente robusta, educação e saúde de alto nível, um setor privado diversificado, aspectos que protegeriam a democracia de colapsos democráticos vivenciados em outras partes do mundo (LEVITSKY, ZIBLAT, 2018, p. 13).

As eleições de 2016 reconfiguraram o sistema político americano. Para os autores, a disputa eleitoral tornou-se polarizada. Os políticos norte-americanos consideravam os rivais como inimigos, intimidavam a imprensa livre e ameaçavam rejeitar resultados de eleições. Essas são tentativas de enfraquecer as salvaguardas institucionais e democráticas, como os tribunais, serviços de inteligência, escritórios e comissões de ética. Os estados norte-americanos corriam o risco de tornar-se “laboratórios de autoritarismo”, pois os que estavam no poder reescreviam regras eleitorais, redesenhavam distritos eleitorais e rescindiam direitos eleitorais para garantir que não perderiam as eleições. De acordo com os autores:

Em 2016, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, um homem sem nenhuma experiência em cargos públicos, com aparente pouco compromisso no que diz respeito a direitos constitucionais e dono de claras tendências autoritárias foi eleito presidente. (...) Os Estados Unidos fracassaram no primeiro teste em novembro de 2016, quando elegemos um presidente cuja sujeição às normas democráticas é dúbia. A surpreendente vitória de Donald Trump foi viabilizada não apenas pela insatisfação das pessoas, mas também pelo fracasso do Partido Republicano em impedir que um demagogo extremista em suas próprias fileiras conquistasse a indicação (LEVITSKY, ZIBLAT, 2018, p. 19).

Para os autores, são os partidos e não as massas os responsáveis por frear líderes demagógicos e autoritários, pois

demagogos potenciais existem em todas as democracias, e, ocasionalmente, um ou mais de um deles faz vibrar a sensibilidade pública. Em algumas democracias, porém, líderes políticos prestam atenção aos sinais e tomam medidas para garantir que os autoritários fiquem à margem dos centros de poder. Ao serem confrontados com extremistas e demagogos, eles fazem um esforço orquestrado para isolá-los e derrotá-los. Embora as respostas populares aos apelos extremistas sejam importantes, mais importante é saber se as elites políticas, e sobretudo os partidos, servem como filtros. Resumindo, os partidos políticos são os guardiões da democracia (LEVITSKY, ZIBLAT, 2018, p. 31).

Líderes autoritários devem ser identificados e mantidos fora do poder. Não existe nenhuma democracia com um sistema de alarme prévio, porém muitos autoritários podem ser reconhecidos com bastante facilidade antes que alcancem posições de poder. Na Alemanha, Hitler esteve na liderança de um golpe fracassado; na Venezuela, Chaves liderou uma insurreição militar frustrada; Mussolini, junto aos camisas negras, envolveu-se em violência

paramilitar na Itália; em meados do século XX, na Argentina, Juan Perón liderou um golpe exitoso dois anos e meio antes de concorrer à presidência.

Entretanto, nem sempre é possível perceber todo o autoritarismo de certos líderes antes que cheguem ao poder. Os autores citam o caso do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, que aderiu às normas democráticas. No início de sua carreira, entre 1980 e 2002, Orbán e seu partido Fidez governaram sob a aparência de democratas liberais. Ao retornar ao poder em 2010, Orbán assumiu uma guinada autoritária. Para os autores, é possível identificar líderes políticos autoritários mesmo em políticos que não têm histórico antidemocrático a partir de quatro sinais de alerta que podem ajudar a reconhecer um autoritário. Conforme quadro abaixo:

Quadro 1. Os quatro principais indicadores de comportamento autoritário

<p>1. Rejeição das regras democráticas do jogo (compromisso débil com elas)</p>	<p>Os candidatos rejeitam a Constituição ou expressam a disposição de violá-la?</p> <p>Sugerem a necessidade de medidas antidemocráticas, como cancelar eleições, violar ou suspender a Constituição, proibir certas organizações ou restringir direitos civis ou políticos básicos?</p> <p>Buscam lançar mão (ou endossar o uso) de meios extraconstitucionais para mudar o governo, tais como golpes militares, insurreições violentas ou protestos de massas destinados a forçar mudanças no governo?</p> <p>Tentam minar a legitimidade das eleições, recusando-se, por exemplo, a aceitar resultados eleitorais dignos de crédito?</p>
<p>2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos</p>	<p>Descrevem seus rivais como subversivos ou opostos à ordem constitucional existente?</p> <p>Afirmam que seus rivais constituem uma ameaça, seja à segurança nacional ou ao modo de vida predominante?</p> <p>Sem fundamentação, descrevem seus rivais partidários como criminosos cuja suposta violação da lei (ou potencial de fazê-lo) desqualificaria sua participação plena na arena política?</p> <p>Sem fundamentação, sugerem que seus rivais sejam agentes estrangeiros, pois estariam trabalhando secretamente em aliança com (ou usando) um governo estrangeiro – com frequência um governo inimigo?</p>
<p>3. Tolerância ou encorajamento à violência</p>	<p>Têm quaisquer laços com gangues armadas, forças paramilitares, milícias, guerrilha ou outras organizações envolvidas em violência ilícita?</p> <p>Patrocinaam ou estimularam eles próprios os seus partidários a ataques de multidões contra oponentes?</p>

	<p>Endossaram tacitamente a violência de seus apoiadores, recusando-se a condená-los e puni-los de maneira categórica?</p> <p>Elogiaram (ou se recusaram a condenar) outros atos significativos de violência política no passado ou em outros lugares do mundo?</p>
4. Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia	<p>Apoiaram leis ou políticos que restringiram liberdades civis, como expansões de leis de calúnia e difamação ou leis que restringem protestos e críticas ao governo ou certas organizações cívicas ou políticas?</p> <p>Ameaçaram tomar medidas legais ou outras ações punitivas contra seus críticos em partidos rivais, na sociedade civil ou na mídia?</p> <p>Elogiaram medidas repressivas tomadas por outros governos, tanto no passado como em outros lugares do mundo?</p>

Fonte: Levitsky e Ziblato (2018, p. 34-35)

Um político que se enquadre em qualquer um desses princípios deveria ser motivo de preocupação para o sistema político. Para os autores, os políticos do tipo *outsiders* populistas, *antiestablishment* que afirmam ser a voz do povo, entram em guerra contra o que nomeiam como uma elite corrupta e conspiradora, negam a legitimidade dos partidos, atacando-os como antidemocráticos e antipatriotas, são o tipo de candidato que tende a dar positivo no teste do autoritarismo. Esses candidatos afirmam aos eleitores que o sistema vigente não é uma democracia verdadeira, pois foi sequestrada, corrompida e fraudada pelas elites. Sob a promessa de sepultar essa elite e devolver o poder para as mãos do povo esse candidato tem seu discurso levado a sério.

Após eleitos, líderes populistas investem contra as instituições democráticas. Na América Latina todos os quinze presidentes eleitos na Bolívia, no Equador, no Peru e na Venezuela entre 1990 e 2012 eram *outsiders* populistas. “Alberto Fujimori, Hugo Chávez, Evo Morales, Lucio Gutiérrez e Rafael Correa. Todos os cinco acabaram enfraquecendo as instituições democráticas” (LEVITSKY; ZIBLAT, 2018, p. 32).

De acordo com Levitsky e Ziblato (2018, p. 34), é mais fácil propor soluções do que manter políticos autoritários fora do poder, tendo em vista que nas democracias o banimento ou a proibição de candidaturas não devem ser considerados como barreira para líderes extremistas.

Os pesquisadores consideram que o dever de “separar o joio do trigo” está nas mãos dos partidos e das lideranças partidárias. “A guarda bem sucedida dos portões da democracia” exige que partidos estabelecidos isolem e derrotem forças extremistas com ações que tenham por objetivo manter políticos autoritários fora das chapas eleitorais em época de eleição, não nomear extremistas para cargos de escalão superior, mesmo quando são potenciais captadores de voto, erradicar extremistas nas bases dos partidos, evitar aliança com partidos e candidatos antidemocráticos. Essas ações dos partidos pró-democracia evitam a legitimação e a propensa respeitabilidade pública de figuras autoritárias.

Sempre que surgem líderes extremistas como sérios competidores, os partidos predominantes e pró-democratas devem forjar uma frente única para derrotá-los, mesmo estando em posições ideológicas distantes, mas comprometidos com a democracia, pois

em tempos extraordinários, a liderança partidária corajosa significa pôr a democracia e o país à frente e explicar claramente aos eleitores o que está em jogo. Quando um partido ou um político dá resultado positivo em nossa prova dos nove como uma ameaça eleitoral séria, não há muitas alternativas. Frentes democráticas unidas podem impedir que extremistas conquistem o poder, o que pode significar salvar a democracia (LEVITSKY, ZIBLAT, 2018, p. 35)

Em outras palavras, quando um candidato apresenta propensão a ser simpático a um dos quatro princípios indicadores de autoritarismo, é necessário uma base partidária capaz de estabelecer alianças, a fim de impedir a ascensão de líderes inclinados ao autoritarismo. Trazendo para o contexto das eleições presidenciais brasileiras, podemos considerar que o pleito de 2018, caso tivesse como baliza os quatro princípios apresentados pelos autores, não teria culminado na candidatura e posterior assunção do cargo da presidência da república personalidades políticas como Jair Messias Bolsonaro. Tampouco seriam eleitos diversos candidatos ao governo dos estados e municípios considerados *outsiders* populistas que surfaram no suposto conservadorismo da crescente onda de negação política de extrema direita.

Starling (2019) afirma que o fenômeno de negação da política e de deterioração partidária fez com que os tradicionais partidos políticos (o Partido dos Trabalhadores, o Partido da Social Democracia Brasileira, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, atual Movimento Democrático Brasileiro) perdessem força na cena política brasileira. Desde a redemocratização esses três partidos políticos equilibravam o debate político democrático. A desestruturação identitária desses partidos causou o fenômeno que consideramos como a despolarização da política. Um esvaziamento da noção e do modo tradicional de fazer política

que acentuou o repúdio de uma parcela da população aos partidos e políticos tradicionais, conhecidos no cenário político brasileiro.

Paradoxalmente, apesar de Jair Messias Bolsonaro ocupar uma cadeira no congresso havia mais de três décadas, ele cresceu na corrida presidencial em função de autodenominar-se “antipolítico”, no sentido de ser contra o pragmatismo político que sustenta a governabilidade a partir de acordos políticos, distribuição de cargos, pastas ministeriais etc. Surfou na onda do antipetismo – aprofundado com a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a corrida presidencial. Reconhecido pela ala mais conservadora da extrema direita como afeito à Ditadura Militar, Jair Messias Bolsonaro foi o deputado que durante sessão de votação do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff dedicou o voto favorável à destituição da presidenta ao reconhecido torturador, “o terror de Dilma Rousseff”, coronel Carlos Brilhante Ustra.

Pinho¹⁰ (2021), professor da Fundação Getúlio Vargas, em artigo publicado no *Jornal Folha de São Paulo*, assevera que:

Bolsonaro não nasceu para a democracia, mas para viver à margem desta, dos ordenamentos jurídicos, nem mesmo respeitando a liturgia do cargo. A presidência populista de Bolsonaro é um acidente de percurso da democracia brasileira. Na verdade, esse DNA já existia desde a vida militar, quando se posicionava contra a própria instituição que o albergava.

Após eleito, Jair Messias Bolsonaro permanece com o caráter populista que o elegeu, investe contra as instituições democráticas que respondem a tempo barrando medidas antidemocráticas. As instituições brasileiras têm reagido aos ataques à democracia demonstrando, que mesmo diante de um cenário turbulento, dificilmente terão seus pilares constitucionais esvaziados ou corroídos.

Mounk¹¹ (2019) afirma que Bolsonaro “cria desilusão” contra as instituições democráticas para fortalecer o seu poder. O cientista político considera que a influência dos militares e a consequente aliança com a presidência da república é um dos indícios da disfunção política brasileira. Para o pesquisador, a eleição de Bolsonaro foi uma “resposta iliberal aos problemas da democracia brasileira”. Em outras palavras, na alternativa iliberal há um crescente

¹⁰ J.A.G. PINHO. *Bolsonaro tem pressa*. Estadão. São Paulo, 19 de jul. 2021. Política. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/bolsonaro-tem-pressa/> >

¹¹ RUAM, G. S. Yascha Mounk. ‘*Bolsonaro cria desilusão com as instituições para fortalecer seu poder*’. O Globo Época. São Paulo, 07 de maio de 2019. Cultura. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/epoca/yascha-mounk-bolsonaro-cria-desilusao-com-as-instituicoes-para-fortalecer-seu-poder-23646296> >

ataque à liberdade de expressão, o desprezo pela imprensa livre, o anti-intelectualismo e a deslegitimação da independência das instituições democráticas.

Entretanto, as democracias liberais não possuem muita estabilidade. No caso brasileiro, o autor ressalta que é necessário que a oposição lute para reconquistar o espaço assumido pela liderança populista e os direitos ou uma ditadura pode ser instalada, como na Turquia. Ele ressalta a necessidade de uma barreira institucional para frear a expansão do poder atribuído à alternativa iliberal.

Para isso, é preponderante a unidade da maioria congressista, a fim de criar essa barreira institucional, bem como o “zelo da população pelos valores democráticos e da afluência de um país” (MOUNK, 2019). Mounk avalia outro ponto de preocupação, que ele viu com muita surpresa ao visitar o Brasil: o fato de que parte das elites políticas considere os militares como a única alternativa para a crise da democracia. Entendemos que esse último fator assume relevância se considerarmos que o Brasil possui um passado ditatorial ainda a ser resolvido e que há forte presença de militares no centro político do governo Bolsonaro.

3.4 DEMOCRACIA BRASILEIRA, IMPASSES E CONTRADIÇÕES POR LEONARDO AVRITZER, WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS E LUIZ FELIPE MIGUEL

No contexto brasileiro, Avritzer (2016), Santos (2017) e Miguel (2016) analisam os deslocamentos político-ideológicos que culminaram na considerada “erosão de uma cultura democrática”, trazendo mudanças profundas no contexto político e social. Esse viés interdisciplinar visa ancorar nossa leitura do *corpus* de modo mais ampliado.

Avritzer (2016) afirma que, desde 1998, quando da aprovação do texto constitucional em vigor, a democracia brasileira é capaz de operacionalizar a governabilidade ao mesmo tempo em que cria mecanismos de participação.

Além disso, o sistema democrático proporcionou a estabilização da relação entre o Executivo e Legislativo, garantindo a aprovação de projetos de lei fundamentais para o desenvolvimento do país, tais como a estabilização da moeda e a introdução de políticas sociais como o Bolsa Família e o aumento real do salário mínimo. Entretanto, o autor considera que esse cenário, analisado em 2016, marca o fim de um ciclo da democracia brasileira no que diz respeito ao presidencialismo de coalizão e à capacidade de os governos de esquerda ancorarem o sistema político.

O encerramento desse ciclo benéfico da democracia brasileira marca os impasses gerados no interior do próprio sistema democrático, devido às contradições já discutidas anteriormente. Avritzer (2016, p. 112) considera que:

Vale a pena pensar quais são as contribuições que a democracia brasileira pode dar para a saída dos impasses que ela mesma gerou. Quatro pontos importantes são: os limites do exercício da oposição, os limites do presidencialismo de coalizão, os limites da participação e os limites do combate à corrupção. Cada um envolve um desafio: o de ser oposição democrática; o de realizar coalizões que não sejam destrutivas do Estado e da governabilidade; o de ampliar a participação social para a infraestrutura para democratizá-la; e o de tornar o Estado brasileiro mais imune à incidência da corrupção. Respeitados esses limites, não há dúvidas sobre uma saída democrática para a crise.

A forma como a oposição política é feita afeta a democracia. Por meio de um processo denominado “americanização da oposição”, Avritzer faz uma analogia ao partido republicano que realizou oposição constante ao governo Obama nos Estados Unidos. No caso brasileiro, desde as eleições de 2014, o PSDB colocou-se como oposição constante, desde a tentativa de cancelamento da posse do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff no Tribunal Superior Eleitoral, e ao barrar a readequação do orçamento federal na Câmara dos Deputados, medida que dialogava com a plataforma de governo peessedebista.

A oposição assumiu um caráter predatório diante do inconformismo com a derrota nas eleições presidenciais de 2014. Aécio Neves, candidato derrotado, se posicionava contra as propostas do governo que se assemelham às concepções políticas do seu partido. Essa postura revelava que o objetivo da oposição era a derrubada do governo, a fim de convocar novas eleições.

No Brasil, a influência de forças conservadoras diminuiu após sucessivas derrotas em eleições entre os anos de 1985-2010. A primeira derrota eleitoral ocorreu em 1986 quando a Aliança Renovadora Nacional perdeu todos os governos estaduais. Isso fez com que a direita que advogava uma herança autoritária deixasse de existir no Brasil. O único partido de base conservadora era o Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas, que tinha o movimento em prol da democratização a seu favor. A segunda grande derrota da direita brasileira deu-se com o *impeachment* do ex-presidente Collor de Melo, apoiado, principalmente, pelo PFL.

Entretanto, desde 2013, com as Jornadas de junho e as manifestações de 2015, surgiu uma “nova direita” que procura romper com os velhos paradigmas, ligados a setores atrasados da economia, instituindo uma caricatura cultural brasileira que funde a figura do coronel e do atraso. Inicialmente, a “nova direita” surge com um perfil de defesa da agenda econômica liberal e da propriedade privada, assim como o foco no combate à corrupção (elemento que

fazia parte dos setores conservadores e que desaparece após 1964). Em 2015, os grupos que apareceram em 2013 reúnem-se em torno do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Vem Pra Rua, assumindo forte capacidade de mobilização nas ruas ao ponto de pautar a conjuntura política e midiática.

A classe média econômica é a protagonista dos movimentos conservadores que surgiram nesse contexto. Instaurou-se uma nova forma de participação e de mobilização que sustenta discursos de intolerância política, reivindica medidas antidemocráticas com foco na mobilização do Congresso Nacional, procurando relativizar o caráter laico do Estado. Diante disso, entendemos que a oposição saudável ao Estado e à democracia deve assumir valores de defesa da governabilidade e da tolerância.

Outro importante acontecimento que colocou impasses à democracia brasileira refere-se à atuação do Poder Judiciário. No primeiro semestre de 2015, o Poder Judiciário colocou o Executivo na defensiva com práticas políticas questionáveis, tal como o vazamento seletivo de informações da Operação Lava Jato, abuso do recurso a prisões preventivas e declarações que tinham como objetivo desestabilizar o campo político. Para Avritzer (2016), a conduta do Poder Judiciário brasileiro mostra o perigo de uma solução para os impasses existentes nos regimes democráticos que não passem pelos poderes constituídos pelo voto popular e o diálogo equilibrado entre dois dos três pilares da democracia brasileira, o Executivo e o Judiciário.

Santos (2017, p. 37), em certa medida, corrobora a discussão proposta por Avritzer. Para o pesquisador, os impasses colocados ao regime democrático brasileiro a partir da deposição da ex-presidenta Dilma Wana Rousseff, não podem ser analisados a partir de uma perspectiva simplória que associa a Comissão Parlamentar de Inquérito de 1954¹² com a operação Lava Jato ou com o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma, sob o risco de procedermos a uma

¹² A comissão parlamentar de inquérito de 1954 foi resultado de ações que udenistas, grande imprensa, setores das Forças Armadas e segmentos do capital internacional empreenderam, visando desestabilizar o governo Vargas. Essas ações tinham, como pano de fundo, divergências estruturais relativas ao programa de governo do presidente. Dessa forma, fatos como: criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito relativa aos empréstimos do Banco do Brasil para o jornal *Última Hora*; divulgação do Manifesto dos Coronéis, exigindo recomposição salarial; forte reação à proposta governamental de aumento de 100% do salário mínimo em 1954; pressões objetivando a deposição do Ministro do Trabalho, João Goulart; articulada e contundente campanha dos principais periódicos da grande imprensa contra o presidente Vargas, tinham meta maior do que o afastamento de Vargas do poder. Na verdade, o que estava em jogo eram dois projetos, ambos capitalistas, mas diferentes em suas metodologias e prioridades para o Brasil. Para a oposição, afastar Vargas significava, antes de tudo, abortar, de forma definitiva, um modelo social e econômico que, por se escudar em um forte discurso nacionalista/estadista, era incompatível com a internacionalização mais aprofundada da economia brasileira, por eles considerada mais moderna e eficaz para o país. Para Dulci, o que os opositores de Vargas postulavam "era a adoção de um modelo de desenvolvimento associado ou interdependente...", com ênfase na iniciativa privada e na contenção da expansão do Estado e das políticas de bem estar social (DELGADO, 2005). Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-87752005000200013>> Acesso em: 27 de junho de 2022.

trivialização do complexo processo político brasileiro. Em 1954, a denúncia de grande comprometimento do Estado com práticas de corrupção cumpriu efetivamente seu papel coadjuvante na construção da “paranóia anticomunista”, culminando no suicídio de Getúlio Vargas e na deposição de João Goulart, então Ministro do trabalho (SANTOS, 2017, p.40).

Na atualidade “o ambiente promíscuo, em que se misturam doutrinas jurídicas e preferências partidárias” produz sérias implicações para a operação das estruturas estatais e para o desenvolvimento de projetos nacionais de longo prazo, assim como desvelou o cenário problemático nos quais se instauravam as relações entre instituições parlamentares e empresários brasileiros e estrangeiros de grande porte. Para Santos (2017, p. 40), isso revelou que:

(...) no Brasil nem os liberais morrem de amores pela democracia, nem os empresários são apaixonados pelo livre mercado, o empresariado busca constantemente liquidá-lo, criando monopólios, cartéis e oligopólios. Em sua maturidade, ou degenerescência, o capitalismo abandona o atendimento a preferências dos consumidores, baseado na competição, e se empenha em condicionar as necessidades das pessoas, asfixiando o livre mercado e impondo a hegemonia dos grandes conglomerados.

De acordo com Santos (2017, p. 40), a incidência de tentativas bem-sucedidas de golpes denotam como as denúncias de corrupção são associadas ao “repúdio a mobilizações sociais e econômicas dos setores subalternos da população”. Como ressalta o autor, “inegavelmente, pobres não dão golpes de Estado, não tentam soluções revolucionárias”, demonstram “... reação indignada apenas contra processos de corrupção”. Para o autor, “o problema da corrupção exige tratamento menos superficial do que o estilo leviano dos denunciadores contumazes”. Enfatizar que a corrupção faz parte da administração e dos negócios nas sociedades mercantis permite aos conservadores a insinuação de que essa conduta é própria aos desvios congênitos de governos de inclinação popular. Desse modo, a cobrança rigorosa na análise desse fenômeno atribuído aos governos populares é vista com simpatia.

Miguel (2016, p. 31-35) avalia que “a democracia é um conceito em disputa”. Para o autor, o acirramento de compreensões sobre a democracia leva à polarização dos ideais democráticos. À esquerda entende-se que a democracia deve conceder maior autoridade efetiva às pessoas comuns, realizando de maneira mais plena o ideal de igualdade política. Nesse sentido, as condições materiais de vida estão fortemente relacionadas à possibilidade de ação, provocando um “insulamento das práticas democráticas a um espaço social restrito”. Por outro lado, para o pensamento conservador, os limites sociais impostos às práticas democráticas são inevitáveis e necessários. Isso leva a uma concepção de democracia que abarca, em uma visão minimalista, ao menos três condições: i) democracia como um procedimento de legitimação da

autoridade política por meio do voto popular no qual a obtenção da maioria eleitoral funciona como garantidora automática de que “os governantes serão cumpridores fiéis da vontade popular”, conforme postula A. Downs; ii) como um modelo que permite à “elite política controlar o governo com competência sem se autonomizar do restante da sociedade, como propõe G. Sartori; ou, ainda, iii) numa visão schumpeteriana, a democracia não passa de um ritual desprovido de outro significado que não seja a obtenção do consentimento dos governados com o objetivo de mitigar os custos da dominação (MIGUEL, 2016).

De acordo com Miguel (2016), no caso brasileiro, a erosão da democracia ocorre quando um dos ideais que sustenta a concepção do que é democracia é relativizado. Para o autor, o impedimento da ex-presidenta Dilma afrontou abertamente as regras estabelecidas, marcando uma ruptura no entendimento de que o voto é o único meio legítimo de alcançar o poder. Nesse sentido houve a violação de um princípio liberal básico postulado por Robert Dahl, qual seja, a democracia eleitoral que fundamenta o princípio da *intercambialidade*.

De acordo com tal normativa, nenhum grupo ou indivíduo tem poder de vetar a maioria gerada nas urnas. A relativização desse princípio desvela que mesmo “limitada e indigna dos seus ideais mais elevados”, a democracia incomoda as classes dominantes, pois como regime de maioria o consentimento dessa maioria torna-se condição para o exercício do poder e pode ser que o interesse dessa maioria se faça ouvir também.

Diante disso, coloca-se uma questão simbólica importante. Nos governos petistas, populações subalternas, que viviam em situação de exclusão, tiveram espaço para reivindicar seu direito de falar por si mesmo e de questionar sua exclusão em muitos espaços, tais como a universidade. Isso fez com que “os privilegiados” perdessem “a sensação de que sua superioridade social era natural” e “inconteste”, levando, também, à perda da “exclusividade na ocupação de posições de prestígio”. Miguel afirma que para elite:

(...) o risco da democracia é esse: ela abre uma brecha para que se ouçam vozes silenciadas, para que o jogo das elites seja bagunçado. E, como o direito de voto e a norma formal da igualdade política obtém grande força normativa, reverter a democracia é tarefa custosa. O golpe político, no Brasil, foi desferido a jato. Mas sua preparação levou anos, com o trabalho de deslegitimação dos governos eleitos, levado a cabo pela mídia, pelos institutos privados destinados à disputa ideológica e pelos movimentos pretensamente “espontâneos”, mas, que como já está comprovado, foram financiados e treinados por fundações estadunidenses (MIGUEL, 2016, P. 34).

Os governos do Partido dos Trabalhadores mantiveram os limites institucionais e pragmáticos impostos pela política brasileira, ou seja, adaptaram-se ao *modus operandi* da política brasileira. Ao desempenhar governança sem confrontar os privilégios dos grupos mais

poderosos – a elite política e econômica – os governos petistas assumiram que esses grupos deveriam ser acomodados ao governo e não afrontados. Desse modo, a elite política tradicional foi inserida no projeto de poder petista que loteou generosamente o Estado brasileiro e garantiu ao grande capital financeiro a manutenção de lucros exorbitantes. Além disso, o Partido dos Trabalhadores desmobilizou movimentos sociais que poderiam pressionar o governo para transformações mais profundas com o objetivo de alcançar uma democracia mais igualitária e autônoma (MIGUEL, 2016).

3.5 DEMOCRACIA: AMBIVALÊNCIA DO SIGNO, DIMENSÃO SIMBÓLICA, MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES E AS RAZÕES PARA BUSCAR UMA DEFINIÇÃO

Nesta seção, apresentamos algumas reflexões sobre as múltiplas faces que a noção de democracia pode assumir. A noção de democracia possui uma dimensão simbólica que escapa às limitações da natureza sónica, conforme postula Saussure; ela abarca uma dimensão simbólica ancorada em aspectos de natureza enunciativa, discursiva e dialógica.

O percurso ora delineado nos permite pensar como a noção de democracia revela-se como uma palavra polissêmica, heterogênea e multifacetada. A diversidade de pesquisas já realizadas indica a existência de distintas concepções sobre o que é democracia. Ao lado dessas distintas concepções, espectros ideológicos postulam noções, percepções e vertentes pragmáticas de democracia iluminadas por diferentes matizes, como num caleidoscópio.

Essa visão caleidoscópica permite que grupos iluminem a noção de democracia do modo mais agradável ou pertinente aos seus valores, crenças ou objetivos, produzindo efeitos de sentido dependentes de cada matiz ideológico. Até o momento nossa hipótese é a de que a noção de democracia é um signo em disputa argumentativa, polissêmico e dependente do contexto enunciativo e dialógico do sujeito que a problematiza.

Entender a noção como um signo multifacetado não significa que todas os atos de fala sobre a noção possuam os mesmos valores. Assim como os diversos matizes ideológicos, consideramos ainda o fator histórico, ou seja, o contexto situacional no qual a argumentação sobre a noção de democracia se assenta como indispensável para compreender o funcionamento da noção. Em cada momento da história da sociedade fatos, acontecimentos e a própria evolução do Estado Democrático de Direito podem moldar ou dar os contornos aceitáveis para a noção.

Como foi mencionado anteriormente, a palavra democracia foi difundida entre os cidadãos atenienses durante o período de Péricles, no século V a. C.. A palavra democracia é

formada por dois vocábulos gregos que, juntos, implicam uma concepção singular de relações entre o povo e os seus governantes: “*demos*” significa povo ou muitos, enquanto “*kracia*” quer dizer governo ou autoridade.¹³ Segundo Heródoto, foi Péricles quem usou pela primeira vez, em sua oração fúnebre em homenagem aos heróis da guerra do Peloponeso, a ideia de que a democracia é o governo “do povo, pelo povo e para o povo”.

Tosi (2020) afirma que, ao longo do tempo, a noção de democracia é tão desgastada pelo uso intensivo e pela polissemia de significados que merece sempre ser revisitada e reinterpretada dada a sua essencialidade para a teoria e prática política contemporânea. Esse desgaste da noção por meio da fala ostensiva, da reivindicação dessa concepção por diferentes governos, até mesmo governos autoritários, impõe uma interpretação simbólica dos diferentes atos humanos.

Esse processo implica a construção de concepções da noção ancoradas em valores que guardam a essencialidade inerente ao viés ideológico de cada grupo ou indivíduo sobre a noção de democracia. Nesse sentido, vale adotar a concepção da noção não como signo vazio, autônomo, a-histórico, absoluto, como propõe a dicotomia saussuriana, mas como envolvida em uma dimensão histórica, simbólica e semiótica que particulariza os efeitos de sentido sobre os quais os sujeitos investem a noção.

Para Barthes (1980, p. 134-139) “o significante é vazio, o signo pleno, é um sentido. (...) existem entre o significante, o significado e o signo implicações funcionais. (...)”. Nesse sentido, a palavra democracia, em seu sentido dicionarizado, ignora a atuação, a concepção e a intencionalidade simbólica dada à noção pelos diversos grupos que disputam as representações para além da dimensão significante, que, de algum modo, lhes é comum. Ao considerar a noção de democracia por uma perspectiva simbólica, temos na sua discursivização sentidos não arbitrários, pois são motivados em função da intencionalidade dos sujeitos.

Como exemplo, podemos pensar nos grupos que consideram a fala ofensiva a grupos minoritários como um direito democrático ligado à liberdade de expressão, ou seja, como um direito constitucional. A reinterpretação da noção de democracia e de liberdade são motivadas pela intenção em opacificar o sentido literal da fala ofensiva revestida que está pela concepção literal das noções de democracia e liberdade de expressão.

Enquanto convenção, a noção de democracia retoma uma memória, designa a noção e a faz compreender de modo imperativo a partir de valores próprios, de uma ordem comparativa da história, dos fatos e das decisões políticas. É a partir desse valor comum ou de um núcleo

¹³ Universidade do Estado de São Paulo. Verbetes Democracia. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/relatorio/Anexo_02_Democracia-verbete.pdf>

comum, tal como a observância da norma constitucional vigente como baliza para as ações políticas que cada sujeito produz e subordina uma miríade discursiva e as múltiplas representações sobre o que é democracia.

Como um sistema semiológico de valores em torno do sentido final da noção permanece sempre uma “espessura virtual” (TOSI, 2020) na qual flutuam outros sentidos possíveis, quase constantemente (re) interpretados. Assim a língua propõe à noção um sentido aberto mais forte do que as explicações racionais que podem desmenti-lo, conduzindo a racionalização do significado pelo significante.

O uso prolongado não conseguiu esvaziar ou despolitizar a palavra democracia. Permanecem os seus valores essenciais tidos como universalistas, os quais os diferentes espectros políticos lançam mão e disputam, dando a eles o sentido que intencionam. Nesse caso, a noção de democracia assume uma autossignificação, parece significar sozinha, pois se combina com os diferentes feixes que a ilumina no interior de um caleidoscópio ou outro, criando novas significações e efeitos de sentido, tais como uma noção idealizada e alargada que acolhe propostas de intervenção militar, exclusão, aniquilação e perseguição de grupos de matizes ideológicos opostos, significados como “inimigos da democracia”.

Como signo linguístico, no sentido bakhtiniano, a noção de democracia comporta uma exterioridade significativa para além do seu significado dicionarizado e da forma; ela assume uma perspectiva discursiva, dialética e dialógica. É importante clarificar o sentido dado a cada evento enunciativo no qual a noção é discursivizada em função de aspectos ideológicos e históricos. Como produto ideológico, o signo linguístico possui uma significação, representa ou substitui algo que está no seu exterior - imediato. Já como processo histórico carrega traços do contexto de produção, da situação comunicativa em função da posição dos sujeitos e das vozes sociais imbricadas no procedimento histórico e enunciativo da noção.

Ao buscar a compreensão das distintas definições de sujeitos para o que é democracia deparamo-nos com a permanência daquilo que é simbólico, político e irremediável, pois estamos sempre comprometidos com o político (ORLANDI, 2009). Nesse sentido, as interpretações ou as várias representações de sujeitos sobre a noção de democracia resultam em significados dependentes do modo como o tecido social está simbolizado.

A democracia é discutida em um campo no qual são produzidas as lutas políticas e sociais. Ela é elemento central e balizador das decisões institucionais e das posições dos diferentes poderes. Assume, portanto, uma dimensão cognitiva social que ordena a vida através de uma dimensão simbólica no tocante à representação do poder e da memória do passado. Para

Bourdieu (1989), a dimensão simbólica está presente em uma estrutura que constitui as disposições, as ações e a compreensão dos indivíduos no âmbito da vida social.

Desse modo, a compreensão da palavra democracia e sua dimensão simbólica na vida dos indivíduos constitui-se como terreno para as disputas acerca dos valores da noção, produzindo diversos efeitos de sentido.

Como sistema ou programa de governo a noção de democracia possui mecanismos que permitem em seu interior tanto a legitimação quanto deslegitimação da ação institucional dos agentes políticos e midiáticos, a depender dos sujeitos que operam as instituições de Estado. A noção está relacionada à efetivação de instrumentos de governança e de valores sociais que apontam para a sua representação simbólica no interior da sociedade.

Ela assume uma dimensão importante no processo político, pois os atos dos agentes políticos – representantes escolhidos pelos cidadãos – são balizados pelos valores e instrumentos democráticos. Assim, a visão caleidoscópica da noção leva em conta os diferentes matizes ideológicos, ancorados nos valores que suscitam as ações, a compreensão individual e coletiva dos sujeitos no que tange à noção de democracia.

PARTE II

PROCEDIMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS

*A QUESTÃO É SABER SE VOCÊ PODE OBRIGAR AS PALAVRAS
A QUERER DIZER COISAS DIFERENTES.
A QUESTÃO É MOSTRAR A ELAS QUEM MANDA...
LEWIS CARROL*

4 SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E POLÊMICA PÚBLICA

Nesta pesquisa os postulados teórico-metodológicos da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau e a concepção de polêmica social de Ruth Amossy constituem a base de nossas análises descritivas e interpretativas. A primeira abordagem contribui para a compreensão da organização discursiva em função dos aspectos que emergem do quadro situacional, enquanto a segunda perspectiva nos permite ancorar nossas considerações sobre a organização argumentativa da polêmica pública em torno na noção de democracia no artigo de opinião.

Charaudeau (1983/2009), em *Linguagem e discurso*, propõe uma metodologia para a descrição e análise linguística capaz de englobar diferentes aspectos discursivos. Para o autor os sentidos de um discurso, ou no nosso caso, de uma palavra, não podem ser considerados em sentido literal ou dicionarizado. A constituição dos sentidos se aloca, inevitavelmente, na relação entre a situação de comunicação, que abrange o contexto externo/extralinguístico; o contexto interno, categorias da língua; o dispositivo comunicacional e os parceiros da troca linguageira.

É importante destacar a relevância que o autor confere às imagens que os sujeitos do ato de linguagem produzem de si e que são balizadoras das intencionalidades e da produção de sentidos, além dos saberes partilhados que permeiam o universo discursivo. Dessa forma, os discursos produzidos trarão marcas textuais que carregam sentidos relacionados a uma situação de comunicação específica.

As questões levantadas por Charaudeau são importantes para esta pesquisa, pois nos permitem pensar o espaço externo, social, em relação com o espaço interno, o nível linguístico-discursivo. Assim, a organização enunciativa nos traz elementos relevantes para compreensão do funcionamento interno do discurso, ou seja, as atitudes modais dos sujeitos quando discutem a noção. Por outro lado, e de modo complementar, a organização argumentativa nos permite analisar como os sujeitos justificam suas noções e as integram em um quadro de racionalização voltado para a imposição de um esquema de verdade. As configurações enunciativas e

argumentativas estão relacionadas ao quadro externo – social, seja no âmbito da realização do contrato de informação das mídias que representam, seja no âmbito do discurso político.

Os debates sociais acerca da noção de democracia resultaram, de algum modo, em discursos extremamente dialógicos e polêmicos. Tais discursos buscaram avaliar, justificar, definir o objeto de discurso e os indivíduos – avaliações ancoradas em uma partilha social e ao mesmo tempo individual – fazendo circular diversos pontos de vista sobre a noção de democracia em diferentes domínios e práticas sociais.

Amossy (2017, p.101) afirma que é “na circulação dos discursos que se constrói a polêmica como conjunto de confrontos verbais sobre uma questão social” e que a análise desses conjuntos verbais deve ser realizada em observância à *função* social no espaço democrático e ao *funcionamento* discursivo da polêmica pública. Para Emediato (2018)¹⁴ além da função de gestão verbal do conflito no modo do dissenso, ao alimentar o debate social, a polêmica, de algum modo, interfere nos imaginários sociais, nas instituições e nas deliberações públicas, pois é na esfera pública que se desdobram os debates sobre temas de interesse comum nas democracias.

Nesse sentido, a polêmica pública sob a qual circularam as inúmeras representações discursivas sobre a noção de democracia pode trazer consequências interessantes para esta pesquisa no que se refere à compreensão da função dos discursos polêmicos na esfera pública, ao funcionamento dos modos de enunciação da noção de democracia e acerca da percepção das imagens e dos valores construídos pelos sujeitos nas relações mútuas instauradas pela situação de comunicação.

De certo modo, em termos de funcionamento discursivo, em Amossy (2017) tanto o nível externo quanto o interno interferem na construção discursiva da polêmica, concepção que, de alguma maneira, aproxima as considerações da autora dos postulados da teoria semiolinguística de Charaudeau. Ao explicar o funcionamento discursivo da polêmica, sua função social na gestão do desacordo nas democracias e as relações com o outro, a autora o faz a partir de uma perspectiva discursiva que abrange os diversos gêneros textuais e domínios de prática, tais como: a fala política, os debates televisivos, o artigo de opinião, o blog, fóruns de discussão na internet, programas de televisão. Para a autora a polêmica pública se constrói na circulação desses discursos, mas não na forma do diálogo clássico ou do acordo, pois

¹⁴ Projeto *Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis: análise do discurso polêmico e da gestão interacional de pontos de vista em diferentes meios* (EMEDIATO, Wander. Projeto de pesquisa. Câmara de Pesquisa da Faculdade de Letras da UFMGA, 2018).

(...) os discursos não se estruturam necessariamente em interações simétricas nas quais cada intervenção reage à anterior. Eles circulam de forma paralela; só se confrontam indiretamente ou se cruzam ocasionalmente. No entanto, ao gravitar simultaneamente no espaço público, todos contribuem para a construção de uma polêmica sobre determinado assunto de interesse público (AMOSSY, 2017, p. 101).

As pesquisas de Charaudeau ressaltam as particularidades dos dispositivos comunicacionais, que estruturam o funcionamento discursivo em diversos domínios de prática, resultando em efeitos de sentido entre interlocutores. Para o autor, a depender do contrato de comunicação, a significação e os efeitos de sentidos não são resultantes, apenas, de esquemas pré-construídos que se repetem sempre do mesmo modo, mas de um jogo complexo entre interlocutores que coloca em pauta relações de poder e contrapoder, marcando a “indeterminação” da noção de democracia em um cenário de crise representativa (CHARAUDEAU, 2016).

Consideramos, em consonância com Amossy (2017, p. 102), que as relações que marcam a indeterminação da noção de democracia podem ser vistas a partir da polifonia, ou seja, da “multiplicidade de vozes que intervêm sobre uma questão controversa”, uma vez que é na “circulação dos discursos” ou no “entrecruzamento de discursos no espaço público” que se deve compreender a complexidade da função social e do funcionamento discursivo comunicacional da polêmica.

Diante disso, o quadro teórico-metodológico delineado nesta pesquisa intenciona a compreensão da complexidade discursiva instaurada em uma situação de comunicação particular. Nesse sentido, interessa-nos as relações enunciativas e dialógicas que apontam para uma orientação argumentativa; os modos de iluminação da noção, um *fazer ver* (Grize, 1990), a construção de imagens e valores entre interlocutores que constituem os imaginários sociodiscursivos na polêmica pública em torno da noção.

4.1 TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

Inaugurada em 1979 – a partir do desenvolvimento de uma pesquisa que culminou na tese de doutoramento de Patrick Charaudeau – ao longo de quatro décadas a Teoria Semiolingüística, doravante TS, continua amplamente difundida por meio de diversas obras e artigos que a consolidam no âmbito da AD. Dentre as obras publicadas pelo autor, destacamos *Langage et Discours - Elements de Sémiolinguistique*, 1983; e *Grammaire du sens et de l'expression*, 1992. Essas obras reúnem um robusto quadro teórico metodológico desenvolvido pela TS.

Patrick Charaudeau também se destacou no estudo do discurso das mídias e, nesse caso, há especial enfoque em *Le discours d'information médiatique* (1997) e em “O discurso das Mídias” (2013), obras nas quais o autor elucida o funcionamento do dispositivo da comunicação midiática e suas funções no espaço público e cidadão. Além disso, há obras dedicadas à análise do contrato de comunicação estabelecido pelo discurso político, tais como *O discurso político* (2015) e *A Construção da opinião pública* (2016).

Além dessas obras importantes que consolidam a teorização, a Semiologia está em constante desenvolvimento por meio de outras obras e artigos publicados que reforçam suas bases metodológicas, possibilitando que as pesquisas em Análise do Discurso assumam clareza e coerência analítica sobre os aspectos sociais e discursivos que permeiam o ato linguageiro sem prescindir dos aspectos linguísticos. A descrição e a análise das dimensões interna e externa permitem uma incursão sobre a língua em seu funcionamento discursivo, perspectiva imprescindível para a análise do objeto pelo viés dos estudos linguísticos e, principalmente, no âmbito da Análise do discurso.

A perspectiva teórica de Patrick Charaudeau (2009 [1983]) contribuiu significativamente para a renovação do campo da análise do discurso. Ao privilegiar uma análise do discurso ocupada com os aspectos linguístico-discursivos (os Modos de Organização) e ainda com os aspectos extralinguísticos (as condições de produção e os fatores históricos), a dimensão cultural das práticas sociais e os fatores psicossociais que envolvem os parceiros de uma troca linguageira, atravessados por uma memória discursiva – a *Situação de comunicação*¹⁵, ela renovou o quadro teórico e metodológico da AD, até então dominado pela perspectiva representacional. Em suma, a T.S. propõe uma ampliação metodológica de abordagem do discurso para além dos aspectos ideológicos característicos das abordagens *representacionais*, como visto na primeira fase de desenvolvimento da análise do discurso¹⁶.

Posicionar-se em uma teoria Semiológica na Análise do Discurso parte das evocações da própria nomeação da tendência. *Semio*, de *semiosis*, o conceito convoca-nos a pensar no sentido e na sua configuração como construção realizada por meio da relação entre as formas e os sentidos (em diferentes sistemas semiológicos) a depender de um sujeito intencional com um projeto de influência social em um determinado quadro de ação; e *linguística*, uma vez que a matéria principal das formas são as línguas naturais em um

¹⁵ Para Charaudeau (1983, 2009, p. 69) a *Situação de comunicação* constitui as condições de existência do ato de linguagem, porém lhe é externa e se refere ao ambiente físico e social que lhe deu origem.

¹⁶ Conforme Emediato (2020)

movimento duplo de semiotização do mundo: um externo (os aspectos sociais) e um interno (a construção do texto e do sentido) (CHARAUDEAU, 2009).

Desse modo, pensar a noção de democracia tendo como base a Semiologia leva em consideração como a noção foi mobilizada em determinada situação de comunicação por diferentes sujeitos, além dos fatores históricos, sociais e psicossociais que constituem o espaço público brasileiro. Implica uma fazer descritivo e interpretativo do processo de construção dos sentidos, das imagens de sujeitos, dos sistemas políticos, bem como dos aspectos discursivos e jogos interacionais mobilizados pelos locutores e enunciadorees na busca de elucidar, responder ou definir *o que é democracia*.

Ao refletirmos sobre a construção da noção de democracia ou sobre as posições enunciadas no discurso político, veiculadas pelo artigo de opinião, compreendemos que a linguagem não pode ser concebida como um objeto transparente, decifrada por meio de método ou “atividade de abstração”¹⁷, que conduz à percepção apenas “do que” nos fala a linguagem ou “qual o mundo já organizado que se encontra por trás da linguagem”. Além disso, a concepção de linguagem não deve ser apreendida, apenas, como “objeto não transparente”, através de métodos de “atividades de elucidação”¹⁸, conduzindo-nos apenas ao ‘como nos fala’ a linguagem ou “como a significação é significada” (CHARAUDEAU, 2009 [1983] , p. 19, grifos do autor).

Por assim dizer, ambos os movimentos explicitados, a *atividade de abstração* e a *atividade de elucidação*, são tendências de linguagem que, na perspectiva da Semiologia, devem ser concebidas de modo colaborativo no processo de descrição e análise linguística. Para o autor, o “[...] objeto do conhecimento é o *do que* fala a linguagem através do *como* fala a linguagem, *um constituindo o outro* (e não um *após* o outro). O mundo não é dado a princípio. Ele *se faz* através da estratégia humana de significação”, funcionando como um jogo de deslocamentos *de um lado para outro*, criando um espaço discursivo intertextual como lugar em que os sujeitos constroem os sentidos (CHARAUDEAU, 2009 [1983] p. 20-21, grifos do autor).

As antinomias que evidenciam a relação conflituosa entre as duas tendências já delineadas, como bem aponta Charaudeau, nesse caso, constituem-se como aspectos participantes da linguagem e dos sentidos, pois ela [a linguagem] “é produzida de tal forma que

¹⁷ Para Charaudeau (2005) a *atividade de abstração* consiste na manifestação linguageira que possibilita a distinção e generalização das estruturas linguísticas de modo imanente.

¹⁸ A *atividade de elucidação* ocupa-se da manifestação linguageira em função de um contexto.

acaba sendo marcada pelo selo da *discordância* e da *concordância*”, instituindo os sujeitos do ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2009 [1983] p. 20, grifos do autor).

Charaudeau (2009 [1983]) esclarece que o ato de linguagem é, então, compreendido como uma associação de atos que significam o mundo por meio das condições de produção, da instância de transmissão e dos sujeitos envolvidos em uma relação de *intercompreensão* na busca pelos possíveis processos significantes. Ou seja, trata-se de um processo colaborativo na construção dos sentidos e não apenas de um procedimento linear de troca de informações entre instância de produção e de recepção. Há uma participação complexa das duas instâncias na busca pelos sentidos, mesmo nas situações conflituosas.

Falamos de *intercompreensão* por entendermos que ao mobilizar a memória de acontecimentos recentes na história democrática brasileira ou operar certas escolhas, e não outras, na problematização da noção de democracia, o locutor espera que o interlocutor compreenda as referências selecionadas como pistas para a construção do sentido. Para Dahlet (2019)¹⁹ “a compreensão não é dada *a priori*, ela é conquistada no processo de intercompreensão. Se fosse dada *a priori* seria instrumento (sem ruído) de comunicação”. Esse procedimento estabelece uma busca dos locutores e interlocutores por um processo de *intercompreensão* acerca do objeto. Uma busca por compreensão mútua sobre o que é democracia ou sobre os valores que a sedimentam e nos quais se assentam os ideais do Estado democrático de direito.

Por mais que, nas democracias, a discussão política se construa na forma do dissenso no interior de pontos de vista opostos, por vezes antagônicos, pode-se considerar a existência de uma busca por compreensão entre os interlocutores na medida em que, ao por, dispor ou postular opiniões sobre determinado assunto, há também uma busca por elucidar, iluminar, justificar uma das facetas ou posições assumidas na problematização temática de interesse do cidadão. Tal processo tem por finalidade estabelecer uma via de identificação mútua, dialógica, em meio a um esforço que parece apontar para tentativas de compreensão entre as instâncias de comunicação.

Charaudeau considera a atividade de *intercompreensão* como fundadora da linguagem, participante do “fenômeno de criação dos signos que nascem em um uso e se constituem ao mesmo tempo em uma soma de relações de *intercompreensão*”, já que a “função polêmica” e a “função de elucidação” carregam traços do sujeito individual, que instaura relações de

¹⁹ Notas do curso “Métodos em análise do discurso; o sujeito e sua enunciação”, ministrado pelo Professor Drº Patrick Alfred Dahlet no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos POSLIN/ FALE 1º/ 2019.

“discordância” ao emitir um ponto de vista; e do sujeito coletivo, instituído pelas relações de “concordância”, atuando com função de homogeneização social mesmo diante da existência de uma diversidade de pontos de vista. A discordância e a concordância, a função polêmica e a função de elucidação são balizadoras do jogo de linguagem e de cumplicidade em direção ao processo de *intercompreensão* para a afirmação de um consenso que se interpela de forma dialética (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 45. Grifos do autor).

A pesquisa desenvolvida nesta tese não se ocupa, de modo empírico, do processo de recepção. Tal perspectiva demandaria uma outra postura teórica e metodológica para seu desenvolvimento, visto que o processo de comunicação não pode ser analisado ou interpretado como um movimento linear, no qual os sentidos estariam previstos tanto para a instância de produção quanto de recepção.

Isso se deve ao fato de o ato de comunicação ser compreendido como um procedimento complexo e assimétrico, ou seja, quem transmite a mensagem tem uma intencionalidade, porém, dificilmente, a interpretação na instância receptora pode ser controlada. Se assim o fosse, a significação seria algo explícito dada a suposta autonomia e transparência da língua em um movimento em que a significação se construiria apenas por meio “da soma de palavras ou de frases” (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 17).

Entretanto, a Semiolinguística nos permite levantar hipóteses interpretativas que apontam para efeitos de sentido produzidos pelo ato de linguagem ao considerar os condicionantes de caráter extratextual e os implícitos que interferem na produção de sentidos mesmo em contextos monológicos, em que os parceiros da troca não estão presentes fisicamente.

CHARAUDEAU (2009 [1983]) pensa a linguagem como um procedimento de *mise-en-scène* entre os participantes da situação de comunicação, um jogo de imagens construídas pelo discurso, resultante das competências languageiras: uma situacional, todo ato de linguagem se produz no interior de uma situação de comunicação; uma semiolinguística, saber organizar o ato de linguagem e as categorias da língua de acordo com as visadas ou modos de organização do discurso (enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo); uma semântica, saber construir sentidos a partir das categorias da língua; e dos saberes ou imaginários que perpassam a sociedade.

O domínio dessas competências languageiras auxiliam tanto o processo de produção dos discursos sobre a noção de democracia quanto o processo de recepção em termos de possibilidades interpretativas da zona leitora de cada texto de opinião. É a partir do jogo de imagens recíprocas e da mobilização de saberes que o ponto de vista sobre a noção de democracia se estrutura.

Em consonância com a perspectiva de Charaudeau (2009 [1983]), Machado (2005) afirma que a linguagem “expressa o conflito existente entre o sujeito individual único e o sujeito coletivo que nela se faz ver, entre os saberes sedimentados coletivamente e individualmente” (MACHADO, 2005, p.31). Esta pesquisa se ocupa desse duplo movimento que contribui para a percepção dos efeitos de sentidos, fenômeno sob o qual se instauram os “atos de linguagem”. Para Machado (2005):

(...) o ato de linguagem só pode ser considerado como tal se levarmos em conta sua parte explícita e o jogo que ela estabelece com a parte implícita, segundo as condições do discurso ou contexto em que tal ato se insere. Lembremos ainda que tais condições dependem de relações de hierarquia, dos rituais de troca linguageira, dos rituais de polidez que os diferentes sujeitos mantêm entre si, ou seja: tudo está ligado às relações que serão tecidas entre os *sujeitos-comunicante/ enunciador* face aos *sujeitos-destinatário/ interpretante*. (MACHADO, 2005, p. 29)

Ao considerar que o ato de linguagem se estabelece quando levamos em conta o jogo existente entre explícito/ implícito, a hierarquização entre locutores/ enunciadores e as condições de discurso, essa tese assume relevância mesmo diante de inúmeras pesquisas que já se ocuparam do tema democracia. Isso se deve ao fato de no contexto analisado existirem relações implícitas, de caráter situacional, que condicionam o que está explícito na tessitura discursiva, bem como no jogo estabelecido entre os sujeitos do ato linguageiro.

A noção de discurso, em Semiolinguística, pode ser pensada como uma materialidade que, para significar, depende da observação de alguns aspectos, a saber: a situação de comunicação ou condições de produção; a identidade dos sujeitos de uma troca comunicativa; a intencionalidade (visadas) estabelecida pelo contrato de comunicação; os saberes partilhados entre os interlocutores e as categorias da língua. Todos esses aspectos são constitutivos de um funcionamento interno (as categorias dos modos de organização), imbricados ao funcionamento externo da estrutura discursiva (os aspectos sociais), uma dupla face do tecido que constitui e estrutura o discurso.

4.1.1 OS SUJEITOS DO ATO DE LINGUAGEM

A emergência do sujeito na Análise do Discurso foi fundamental para o desenvolvimento das pesquisas desse campo de estudos. No interior da AD, a Semiolinguística se insere no âmbito de uma importante renovação teórica ao prolongar a concepção de sujeito – para além do sujeito assujeitado e do sujeito função, de “um não sujeito”, impossibilitado de falar por si mesmo frente as restrições que lhe seriam impostas pela ideologia, conforme a “fase *representacional*” da Análise do discurso (EMEDIATO, 2020) –; e lançar mão do sujeito que

possui um estatuto social e desempenha papéis discursivos em função do caráter situacional da comunicação, colocando em relevo aspectos enunciativos (os modos de organização), pragmáticos (propriedades linguístico-discursivas e situacionais voltadas para os interlocutores e para a ação comunicativa) e parâmetros contratuais (dispositivos comunicacionais e convenções de ação). A Semiologia constitui um campo de estudos em torno de questões discursivo-enunciativo-pragmáticas, como bem delineado por Emediato (2020), ao propor uma organização integrada para os estudos em AD.

Além disso, a Semiologia se aproxima da proposta bakhtiniana, ao considerar a linguagem em uma dimensão de alteridade e de dialogismo entre sujeitos (interlocutores) e enunciados. Em outras palavras, a linguagem só se define em relação aos sujeitos que participam do processo comunicativo. A palavra sempre irá ao encontro do outro em um movimento dialético com a intencionalidade de produção de efeitos entre os sujeitos. De acordo com Bakhtin (2003, p. 302), ao tomarmos a palavra, sempre levamos em conta “um fundo aperceptível da percepção” do discurso pelo destinatário, isto é, fazemos um cálculo baseando-nos na situação comunicativa, nos conhecimentos culturais, nas concepções e nas convicções; aspectos que determinam a compreensão interlocutivo-responsiva de um enunciado.

No quadro da Semiologia, Charaudeau (2014) problematiza a existência de um sujeito, em certa medida, orientado pelo *Contrato de comunicação* e pela *situação de comunicação* – na qual surgem os parceiros da troca linguageira –, mas com certa liberdade para fazer suas escolhas e operá-las no discurso. Disso resulta que o sujeito não possui total liberdade, pois encontra coerções no *contrato de comunicação*, composto por balizas (ou regulações) relativamente estáveis.

Charaudeau (2006, p. 71) enfatiza que

Nenhum ato de comunicação está previamente determinado. Se é verdade que o sujeito falante está sempre sobredeterminado pelo contrato de comunicação que caracteriza cada situação de troca [...] é apenas em parte que está determinado, pois dispõe de uma margem de manobra que lhe permite realizar seu projeto de fala pessoal, ou seja, que lhe permite manifestar um ato de individualização: na realização do ato de linguagem, pode escolher os modos de expressão que correspondam a seu próprio projeto de fala.

Na *situação de comunicação*, o sujeito opera as escolhas do que pode e deve ser dito e deixa traços de sua presença e dos processos de (re) significação das palavras/conceitos e dos sentidos enunciados no ato de linguagem. A condição de produção e de interpretação vai depender dos saberes circulantes entre os sujeitos e das várias vozes que, de algum modo, constituem uma dimensão dialógica e uma dimensão polifônica que perpassam seus dizeres,

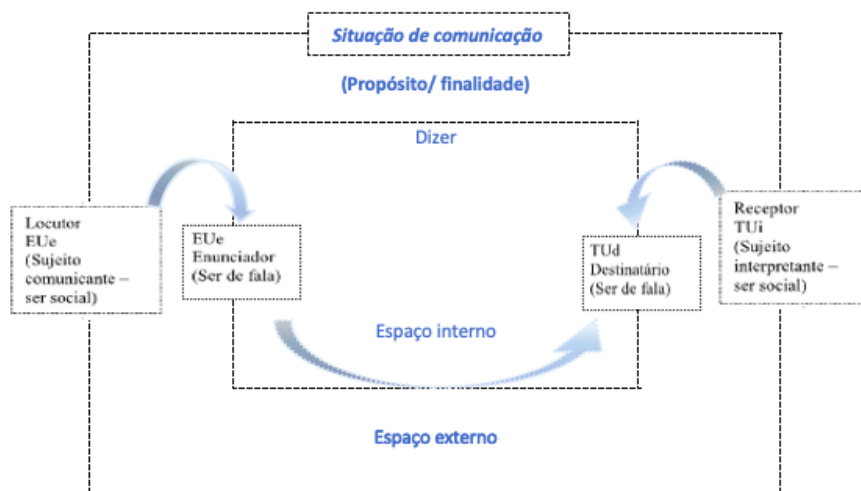
garantindo, assim, a significação e a construção de sentidos, tanto na instância de produção quanto na instância de recepção. De acordo com Charaudeau (2008, p. 22)

[...] o sujeito não é, pois, nem um indivíduo preciso, nem um ser coletivo particular: trata-se de uma abstração, sede da produção/ interpretação da significação, especificada de acordo com os lugares que ele ocupa no ato linguageiro.

Desse modo, a significação de um ato de linguagem estará condicionada às *Circunstâncias de discurso*²⁰ que envolvem seus protagonistas de um ato de linguagem, instâncias imaginadas pelos sujeitos no procedimento não linear de produção linguageira. O ato comunicativo se instaura na heterogeneidade, como um processo permeado pela “intersubjetividade constitutiva das trocas humanas” (CHARAUDEAU, 2006, p. 35).

A fim de operar uma representação do ato de linguagem, bem como de elucidar as instâncias discursivas que dele participam Charaudeau (2009 [1973]) apresenta uma esquematização do quadro situacional, no qual opera uma divisão do sujeito em quatro instâncias que participam da co-construção ou co-enunciação do discurso. Conforme reproduzimos a seguir.

Figura 1



Esquematização do Ato de Linguagem conforme Charaudeau (2009 [1983], p. 52).

O esquema representa as instâncias discursivas que instauram o ato de linguagem no interior de uma relação contratual. A noção de Contrato de comunicação configura-se

²⁰ O ato de linguagem está relacionado às circunstâncias de discurso que, de acordo com Charaudeau (2009 [1983], p. 27), são os implícitos ligados às condições de produção e de interpretação do discurso.

particularmente importante para a Semiolinguística, pois é a relação contratual estabelecida entre os sujeitos que permite a validade e o reconhecimento do sentido de um ato de linguagem. O contrato de comunicação estabelece as condições mínimas de compreensão e interação entre os parceiros no processo de co-construção do sentido (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2014).

A relação contratual ancora-se nas normas comunicativas socialmente convencionadas, nos acordos, nos saberes partilhados e compartilhados; está inteiramente relacionada com o processo de intersubjetividade que se concretiza entre os interlocutores. Ela sustenta-se em uma memória sócio-histórica coletiva e partilhada entre sujeitos que norteia os interlocutores em direção a um reconhecimento prévio das condições nas quais se estabelece a troca linguageira, suas restrições e os espaços de manobra para que os sujeitos coloquem em cena seu projeto de fala (CHARAUDEAU, 2006b).

Charaudeau (2009 [1983]) distingue dois circuitos que compõem o Contrato de comunicação em uma dada situação comunicativa: o circuito externo comporta os dados externos, relacionados às restrições situacionais do ato de linguagem e abarca as condições de identidade, de finalidade, de propósito e de dispositivo; o circuito interno comporta os dados internos, relacionados ao caráter discursivo, institui os espaços de locução, de relação e de tematização.

Na representação da situação de comunicação existe um importante desdobramento do sujeito a partir de dois papéis de base situados no circuito externo. No primeiro papel de base, o EU tem “o papel de sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando como poderia ser a reação de seu interlocutor” e, portanto, organiza seus dizeres na expectativa de alcançar esse interlocutor. O segundo papel de base é o do TUi, “sujeito que recebe e deve interpretar um ato de linguagem em função do que ele pensa a respeito do sujeito que produziu esse ato”. Assim como no papel anterior, nesse papel o sujeito imagina as intencionalidades do sujeito que produziu o ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2014, p. 458).

De modo semelhante à perspectiva dialógica de Bakhtin, na TS todo enunciado é direcionado para um interlocutor e é construído em função do caráter responsivo da enunciação. Na situação comunicativa, o locutor mobiliza as categorias da língua, em uma situação concreta, para se dirigir a um interlocutor (real ou potencial).

A construção do sentido pode variar em função do grupo social ao qual pertencem os interlocutores ou se existe uma relação de proximidade ou de distanciamento na relação estabelecida entre os interlocutores ou entre o locutor e os dizeres. Assim, os sentidos da noção de democracia serão orientados em função dos aspectos mencionados, como um produto da

relação entre locutor e interlocutor, pois a palavra é “determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém” (BAKHTIN, 2006, 117).

O traço mais relevante da Teoria Semiolinguística, ao representar a situação de comunicação, está no desdobramento de cada um dos papéis de base em dois outros papéis. Os sujeitos do ato de linguagem que, *a priori*, seriam o EU (responsável pela produção linguageira, locutor) e o TU (responsável pelo papel de interpretação, interlocutor) dão origem aos seguintes papéis no processo de discursivização:

- O EU se desdobra em: EUC (comunicante) e um EUE (enunciador).
- O TU se desdobra em: TUD (destinatário) e um TUI (interpretante).

No *circuito interno* (espaço da organização do dizer), estão delineados outros dois papéis denominados de protagonistas do ato de linguagem. Eles exercem os papéis linguageiros de EUE (imagem de sujeito enunciador) e TUD (imagem idealizada de sujeito destinatário) e são responsáveis pelas representações imaginárias das práticas sociais. Esses são *seres de fala* (locutores/ enunciadores) que encenam a produção linguageira (CHARAUDEAU, 2009[1983]). Como em um jogo, o EUC, locutor, de acordo com seu projeto de fala, em determinada situação de comunicação, instaura um EUE capaz de se apagar ou de intervir no discurso de acordo com sua posição ou uma posição que lhe é atribuída pelo locutor, a fim de construir o ponto de vista sobre o mundo, ora de modo objetivo ora subjetivo.

É importante ressaltar que, como o TUD é uma instância ideal do EUE, a interpretação do ato de linguagem pode ou não atingir as expectativas de interpretação pretendidas tendo em vista a imagem do TUI. Para tanto é necessário que o ato de linguagem comporte indícios ou pistas interpretativas deixadas no fio do discurso pelo locutor e que o interlocutor esteja em condições de perceber esses indícios (CHARAUDEAU, 2009 [1983]).

O desdobramento do sujeito é importante para explicitar as relações complexas e dialógicas que envolvem o processo de discursivização da linguagem. O ato de linguagem, de acordo com Charaudeau (2009 [1983], p. 52), não deve ser considerado apenas como um ato de comunicação linear, de mão dupla, sem interferências, uma vez que “tal ato não é apenas o resultado de uma única intenção do emissor e não é o resultado de um duplo processo simétrico entre emissor e receptor”. Trata-se de um processo de comunicação mais complexo dada a sua assimetria, não linearidade, heterogeneidade e as diversas representações construídas pelos locutores e enunciadores.

Além dessa relação assimétrica entre os sujeitos consideramos dois outros fatores que contribuem para a construção dos sentidos. Eles estão relacionados com a existência de uma fronteira fluida entre o espaço interno, no qual o sujeito mobiliza os recursos da língua para encenar sua posição; e o espaço externo – no qual estão os elementos de caráter extralinguísticos – tais como a história, a sociedade, a política e a ideologia. As representações são construídas em função do entrelaçamento desses espaços discursivos a serviço de um projeto de fala do locutor e da finalidade da comunicação, que define seus parâmetros contratuais ou genéricos.

Para representar essa fronteira fluída existente no processo de discursivização optamos por substituir as linhas contínuas que situam o quadro do espaço interno, de dizer; e as do quadro que situa a finalidade contratual mais o projeto de fala por linhas pontilhadas. Tal adaptação do contrato de comunicação proposto por Charaudeau (2009 [1983]) atende às finalidades desta pesquisa e à nossa concepção sobre a linguagem e o discurso.

A título de exemplificação podemos pensar a noção de democracia que, em sentido dicionarizado, funciona apenas como um signo ideal a nortear o processo de significação, tal como *1. governo em que o povo exerce a soberania. 2. sistema político em que os cidadãos elegem os seus dirigentes por meio de eleições periódicas. 3. Democracia é um regime político em que todos os cidadãos elegíveis participam igualmente — diretamente ou através de representantes eleitos — na proposta, no desenvolvimento e na criação de leis, exercendo o poder da governação através do sufrágio universal.*

Por mais que na elaboração de um verbete se leve em conta a língua, uma semântica lexical e vinculações com uma disciplina, há uma descrição abstrata, idealizada, pois o estado de dicionário nem sempre abarca uma situação de comunicação concreta, na qual seja possível observar tanto o trabalho da língua em uso quanto a posição dos sujeitos em determinado contexto situacional. Entretanto, é o uso da noção e o modo como os sujeitos a mobilizam, e assumem uma posição ou como os locutores constroem seu ponto de vista sobre ela e sobre seus valores coletivos, sociais, históricos e ideológicos que interessa à AD, à TS e a esta pesquisa.

Desse modo, o *ato de linguagem*, a depender da *situação de comunicação* em que se instaura o *contrato de comunicação*, leva em consideração os imaginários dos *protagonistas* da troca languageira, a identificação social, os registros históricos, a dimensão ideológica e psicológica dos sujeitos; a fim de alcançar os objetivos de interpretação da produção languageira. Assim, toda conjuntura psicossócio-cultural, o seu modo de organização, bem como a percepção dos sujeitos um em relação ao outro, ou seja, como se veem no desempenho

de seus papéis sociais e políticos, são fatores que interferem na produção linguística e na materialidade discursiva que daí deriva.

4.1.2 CONTRATO DE COMUNICAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO-MIDIÁTICO

Patrick Charaudeau lembra Bourdieu ao afirmar que todo discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas que se organiza segundo relações de força; e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem, resultando no contrato de comunicação política (CHARAUDEAU, 2015, p. 52).

O discurso político, no que tange às suas significações e efeitos, não resulta apenas da repetição de esquemas de pensamento pré-construídos “quer se esteja do lado dos dominantes ou dos dominados”. Ele é heterogêneo, possui múltiplas significações e manifestações enunciativas. As significações e os efeitos de sentido resultam de um complexo jogo no qual circulam e entrecruzam saberes e crenças, que são construídos por uns e reconstruídos por outros de acordo com os posicionamentos e os lugares ocupados no contrato de comunicação política.

Esses posicionamentos resultam de linhas de pensamentos diversas, das reações emocionais e intelectivas instauradas nas situações interacionais particulares nas quais eles coexistem alternadamente em posição de dominante e dominado. Assim, as significações do discurso político podem ser fabricadas ou re-fabricadas, de modo simultâneo, pelo dispositivo da situação de comunicação e por seus atores, conforme já foi esboçado no contrato de comunicação.

Para Charaudeau (2015, p. 40), qualquer enunciado pode assumir um sentido político, o que determina esse sentido é a situação de troca comunicativa. O caráter político de um ato de fala não será dado pelo discurso nem tampouco pelo conteúdo do discurso, “mas é a situação que o politiza”. O discurso político tenta definir uma forma de organização da linguagem em uso e em seus efeitos psicológicos e sociais no âmbito de determinado campo de práticas.

De acordo com o autor, existem diferentes lugares de fabricação do pensamento político não reservado apenas aos responsáveis pela governança ou aos “pensadores da coisa política”. Serão determinantes para a produção de sentido os modos de interação e a identidade dos participantes dessa interação no procedimento de elaboração do pensamento político. A partir dessa perspectiva, é possível definir três lugares de fabricação do pensamento político: “um lugar de elaboração dos sistemas de pensamento”, “um lugar cujo sentido está relacionado ao

ato de comunicação”, “um lugar onde é produzido o comentário” (CHARAUDEAU, 2015, p. 40).

Como sistema de pensamento, o discurso político resulta de uma atividade discursiva que procura fundar um ideal político em função de princípios que o norteiam, ou seja, servem de referência para a construção das opiniões e dos posicionamentos, instituindo os imaginários de verdade do discurso político. Como *ato de comunicação*, está relacionado aos atores que participam da cena de comunicação política, buscando influenciar as opiniões e alcançar adesão, rejeição ou estabelecer consensos. Além disso, os atores da cena enunciativa estruturam parcialmente a ação política, os rituais comunitários, as aglomerações, constroem imagens de atores por meio de procedimentos retóricos de persuasão e de sedução, instituindo imagens de atores políticos.

No *comentário* o propósito comunicativo é o conceito político, porém circunscrito em uma situação na qual a finalidade está fora do campo de ação política. Trata-se de um discurso a respeito do político sem, contudo, o risco político. Na enunciação do comentário o sujeito que sustenta o discurso político não se engaja em uma ação, por isso ele diferencia-se do discurso panfletário ou militante. O comentário revela a opinião do sujeito que comenta, mas não desvela necessariamente o grau de engajamento desse sujeito em relação à opinião emitida em termos de sua ação no campo da política, tendo em vista que no *comentário*, o lugar de fabricação do pensamento político não está necessariamente voltado a uma finalidade política.

Nas mídias de informação jornalística, os jornalistas comentam a atualidade política com maior grau de seriedade e análise do que nas conversas cotidianas sobre temas políticos. Desse modo, o contrato de informação midiática instaura uma situação de comunicação a respeito do político fora do campo da ação política. Nele os jornalistas estão inseridos em um ideal do contrato midiático que exige ausência de engajamento de sua própria opinião em proveito do imaginário de objetividade e do contrato de informação. Trata-se, claro, de uma encenação, já que a estratégia de modalização objetiva é uma forma de produzir um efeito de evidência e de verdade a partir da desinscrição enunciativa (RABATEL, 2005), ou apagamento enunciativo (CHARAUDEAU, 2009).

Em função do ideal de neutralidade, as mídias ocupam um espaço de debate que privilegia a ação cidadã na qual a opinião política é expressa como se não fosse política, ou seja, “é um discurso “como se” o desafio fosse exprimir uma opinião política, embora ela não o seja realmente”. Isso relaciona-se com o fato de a comunidade específica das mídias jornalísticas, quando se trata de fatos políticos, dificilmente ser determinável. Entretanto, não significa que seja impossível analisar o discurso político, a interação e a identidade dos participantes

implicados no pensamento político que se constrói nas mídias de informação jornalística (CHARAUDEAU, 2015, p. 41). Emediato (2010, 2013), por exemplo, postula que a orientação argumentativa do discurso midiático está vinculada a uma problematidade ética que ele chama de *ética cidadã*.

Essas características do terceiro lugar de fabricação do pensamento político assume posição relevante para as análises desenvolvidas nesta pesquisa, pois nos debruçamos sobre os artigos de opinião que objetivam discutir a noção de democracia, um fato político, no âmbito do discurso midiático.

Desse modo, tendo em vista a complexidade que estrutura o campo político – “decorrente dos múltiplos entrecruzamentos que se produzem entre os diferentes setores de atividade da prática social e as diferentes situações de comunicação” – considerando que as análises jornalísticas da conjuntura política, na qual se discorre sobre a noção de democracia, de algum modo, estruturam uma forma-pensamento político, compreendemos que o *corpus* desta pesquisa sustenta certo hibridismo genérico, configurando, portanto, um discurso político-midiático.

Embora a comunidade específica de um discurso político-midiático não seja bem delimitada já que, dificilmente, podemos controlar os processos de recepção e as instâncias (parceiros/ adversários/ zona leitora) se confundem, as mídias de informação jogam com os imaginários políticos e se aventuram em uma aposta, calculando mais ou menos a definição de uma potencial zona leitora com a qual dialogam, reagem, estabelecem acordos, desacordos ou se colocam em posição adversária.

Como o discurso político midiático esta ligado à organização e à discussão da vida social no âmbito do jornal, o consideramos, assim como Charaudeau, como lugar de engajamento discursivo do sujeito e de justificação de seu posicionamento, ao mesmo tempo em que busca exercer um papel de influência sobre o interlocutor e uma posição de saber.

Desse modo, há um deslocamento e uma sobreposição de visadas, quais sejam :

- a visada de “incitação” : *eu* quer “mandar fazer” (*faire faire*), mas, não estando em posição de autoridade, não pode senão incitar a fazer ; ele deve, então “fazer acreditar” (por persuasão ou sedução) ao *tu* que ele será o beneficiário de seu próprio ato ; *tu* está, então, em posição de “dever acreditar” que se ele age, é para o seu bem.
- a visada de “informação” : *eu* quer “fazer saber”, e ele está legitimado em sua posição de saber ; *tu* se encontra na posição de “dever saber” alguma coisa sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou o como de seu surgimento (CHARAUDEAU, 2004, p.15).

De acordo com Charaudeau (2004), a visada discursiva não é o todo da situação de comunicação, pois uma mesma situação comunicativa pode convocar uma ou várias visadas discursivas. Portanto, uma visada dificilmente pode definir uma tipologia genérica tendo em vista que ela é dependente da intencionalidade do sujeito comunicante e do campo de prática. Ou seja, cada campo ou cada situação de comunicação seleciona, para definir sua finalidade, uma ou várias visadas dentre as quais geralmente uma (às vezes duas) é dominante. Entretanto, nesse caso, a visada de incitação estará sob a cobertura da visada dominante de informação, pois ela determina a expectativa, *enjeu*, do contrato de comunicação político midiático.

Convém ressaltar que

o que caracteriza a variante de um gênero é que ela respeita o essencial das características do gênero, propondo uma outra característica recorrente que acaba não por modificar, mas por especificar um desses aspectos. (...) Além disso deve estar ligada a esta questão das variantes a do entrecruzamento dos contratos: os contratos do político que se entrecruzam com os contratos do midiático, seja no debate, na entrevista, seja na locução televisiva. Aqui, a dificuldade consiste em saber qual é o contrato que super-comanda os outros: é o de debate político que engloba todas as formas de debate (incluindo aqui o midiático)? É o debate midiático que se especifica em debate político? (CHARAUDEAU, 2004, p.16)

Desse modo, o artigo de opinião, em seu hibridismo, veicula o discurso sob as seguintes visadas dominantes:

- i) *de informação*, o *fazer saber*, a fim de atender ao caráter democrático do jornal que quer esclarecer a opinião pública sobre os acontecimentos produzidos no espaço público; que engloba a visada de incitação.
- ii) *de incitação*, a fim de atender à exigência de vencer a concorrência comercial endereçando o discurso ao maior número de leitores, por meio de estratégias de captação; orientar o comportamento/ pensamento do leitor sobre o que é democracia, o desempenho dos papéis dos sujeitos políticos bem como suas ações e falas políticas, na dramatização dos títulos relacionados ao que é democracia, que buscam captar o olhar do leitor para o que o jornal/ jornalista tem a dizer sobre o tópico tematizado.
- iii) *de persuasão*, pelo fazer crer, a fim de persuadir o “tu” de que será o beneficiário do seu próprio ato de modo que pense na direção desejada por “eu”. O destinatário

encontra-se na posição de ver/ crer no que foi mostrado ou dito, implicando uma mudança de pensamento.

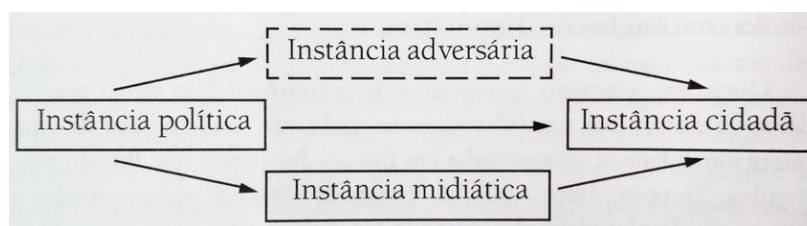
A dificuldade de delimitação de uma comunidade específica do discurso político midiático não pode ignorar a existência de um lugar de inscrição. Charaudeau defende que no âmbito do discurso político:

No plano da linguagem certamente existe um lugar no qual se inscreve o discurso político, aquele em que precisamente se encontram *opinião e verdade* em uma relação dialética entre a construção da opinião, na qual desemboca o julgamento reflexivo, e a verdade, que surge da ação e do ato de decisão. É nesse lugar que se instituem comunidades múltiplas de pensamento, que se definem nesse “em comum”, um em comum que é preciso considerar como uma norma de pensamento e de ação intercambiada entre os membros do grupo. Essa norma partilhada constitui a mediação social na qual se encontram os valores transcendentais que, ao mesmo tempo, fundam o julgamento e a ação, e que são construídos e transportados por um discurso que os faz circular na comunidade, construindo seu cimento identitário (CHARAUDEAU, 2015, p. 45).

A política constitui-se como “um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica” a fim de estabelecer práticas de dominação ou “pactos de convenção”. Assim o discurso em torno das ideias e conceitos políticos se constrói em torno do discurso do poder, que se estrutura em dois planos: um ligado à problemática da verdade (dizer o Verdadeiro) e outro relacionado ao plano do verossímil (dizer ao mesmo tempo o Verdadeiro, o Falso e o Possível) ligados à encenação das instâncias da comunicação política (CHARAUDEAU, 2015, p. 46).

Charaudeau propõe que a análise do dispositivo da comunicação política considere as instâncias de comunicação, a intencionalidade e a posição que cada uma delas ocupa no contrato. Em cada dispositivo de comunicação as instâncias serão definidas por traços identitários característicos da finalidade comunicacional. Por isso, além dos três *lugares de fabricação do pensamento político*, explicitados anteriormente, convém distinguir três *lugares de fabricação do discurso político*, que se compõe de três instâncias: a *instância política* e seu duplo antagonista, a *instância adversária*; a *instância cidadã*, e a *instância midiática*; conforme esquema a seguir:

Figura 2 – Dispositivo situacional do discurso político



Na *instância política*, os atores assumem uma posição de “poder fazer”, possuem “poder de fazer pensar” a partir de estratégias retóricas de manipulação. Essa instância comporta os lugares de governança na qual se situa a busca por legitimidade, autoridade e credibilidade. A instância política “não pode afirmar de forma explícita que é movida pelo desejo de ocupar o lugar de poder e nele se manter, isso seria contraproducente”. Entretanto, não existe justificativa para estar no poder senão a própria situação de poder (“quer seja obtida pela força ou pelas urnas”) (CHARAUDEAU, 2015, p. 58).

O discurso da instância política pode dedicar-se à proposição de programas políticos para a concorrência eleitoral, a justificação de decisões e de ações como estratégia de legitimidade, a crítica das ideias adversárias para marcar uma posição e a conclamação de um consenso social a fim de obter apoio dos cidadãos. Essa instância recobre diversos *status* e diversas situações. Os *diversos* status correspondem aos cargos e funções exercidos, tais como chefe de Estado, chefe de governo, ministro, deputados etc. Já as diversas situações correspondem aos diversos gêneros ou situações comunicativas dessa esfera de atividade.

O *corpus* constituído para esta pesquisa nos permite levantar a hipótese de que o discurso veiculado pelas mídias está perpassado por aspectos que atendem ao dispositivo da comunicação política. É possível observar que os locutores e enunciadores convocados nos artigos de opinião buscam ora reforçar a legitimidade das ações e afirmações de atores políticos, justificar decisões ou posições antidemocráticas, ora estabelecem posições como instância adversária dos atores políticos em busca de consenso social sobre o que é democracia ou sobre os comportamentos aceitáveis ou não aceitáveis desempenhados por sujeitos políticos.

Charaudeau (2015) destaca que a instância política está associada a um determinado número de organismos ligados a ela, sendo composta de um centro e vários satélites. No centro situam-se os representantes do Estado, dos governos, dos parlamentos e das instituições aferentes. Já os *satélites* reúnem, no primeiro círculo, os partidos políticos, responsáveis por alimentar o debate sobre a representação política; no segundo círculo, as instâncias de regulação jurídica, técnica e científica que dependem do poder político; no terceiro círculo, os organismos internacionais e órgãos não governamentais que dependem das instâncias governamentais, mas também podem estabelecer forte pressão e controle ao impor regras de funcionamento e regulação aos governos.

A instância política pode ser representada conforme esquema a seguir:

Figura 3 – Lugares de fabricação do discurso



Fonte: Adaptado de Charaudeau (2015)

Outra instância que constitui mais um dos lugares de fabricação do discurso político é a *adversária*. Ela encontra-se no lugar de governança conforme linhas pontilhadas no dispositivo situacional do discurso político. A função *da instância adversária*, como instância política, é a de ocupar-se em apresentar ao cidadão um projeto de sociedade ideal, ser fidedigna e tentar apresentar-se de modo legítimo. Assume papel de oposição em relação à instância política, entretanto desalojada do poder, ainda que represente uma parcela da opinião cidadã. Por isso, produz um discurso sistemático de crítica ao poder vigente, utilizando as mesmas estratégias retóricas empregadas pela instância política.

A *instância cidadã* engloba o lugar no qual a opinião se constrói exterior aos lugares de governança. Nesse lugar de fabricação do discurso político os atores buscam um saber para julgar os programas que lhes são propostos ou as ações que lhes são impostas pela instância política. O poder da instância cidadã é exercido de modo indireto por meio do questionamento da legitimidade e da credibilidade da instância política, produzindo discursos de reivindicação, de protestos contra determinadas medidas ou omissões políticas; de interpelação, a fim de exigir explicações ou atos; de sanção, ao eleger ou reeleger seus representantes.

Pode-se afirmar que o discurso da instância cidadã dedica-se a interpelar a instância política, definindo-a em uma relação mútua de influência. Essa instância não é homogênea, pois recobre diversas instituições e organizações, tais como, sindicatos, corporações e pessoas de

vária origens. Como se trata de uma instância bastante fragmentada, Charaudeau (2015, p. 59) a nomeia a partir de dois subconjuntos: *sociedade civil* e *sociedade cidadã*.

O termo *sociedade civil* é discutido a partir do pensamento de Hobbes e Hegel, no século XIX. Para Charaudeau (2015), trata-se de um lugar de “pura opinião” no que tange tanto à vida pública quanto à privada. Embora seja caracterizada “em nome do estar junto”, age e julga individualmente ou em pequenos grupos a fim de alcançar objetivos conjunturais e pontuais à margem do jogo político. A opinião construída no seio da sociedade civil nem sempre é dotada de consciência cidadã.

Já a *sociedade cidadã* reúne indivíduos conscientes de seu papel político na sociedade, transformando o espaço público em espaço de discussão e influência dos governantes via mídias. Ela pode agir como uma forma de contrapoder no interior do espaço de governança. Compõe-se de indivíduos de direito que, entretanto, não podem ser confundidos com pessoas físicas concretas, como no caso da sociedade civil, pois é composta, também por subgrupos militantes. Agem como ativistas militantes em nome de uma reivindicação implícita do povo, daí sua postura como um contrapoder no âmbito do poder de governança.

O terceiro lugar de fabricação do discurso político é instituído pela *instância midiática*. Essa instância encontra-se fora do lugar de governança, ocupando um lugar de mediação via diferentes gêneros discursivos constitutivos dos diferentes aparatos e veículos das grandes mídias de informação. A mediação estabelecida pela instância midiática funciona como um elo que une a instância política à cidadã. Os atores que compõem essa instância estão legitimados *a priori* em função do seu papel de “fazer saber” ao mesmo tempo em que buscam a credibilidade dos cidadãos e dos políticos. Esse elo garante à instância midiática a inscrição em uma lógica democrática.

Por outro lado, a busca por captação, em função da concorrência pelo espaço midiático entre os órgãos de informação, a inscreve em uma lógica de sedução em direção ao espectador. Charaudeau (2015, p. 63) afirma que:

Pode-se dizer que a instância midiática encontra-se em um duplo dispositivo: de exibição, que corresponde à sua busca por credibilidade, e de espetáculo, que corresponde à sua busca por cooptação. Esta última adquiriu uma posição dominante no circuito de informação a ponto de não se saber mais qual crédito conceder à instância midiática. Isso não impede que o discurso que a justifica avance em seu dever de informar e de promover o debate democrático, de maneira a ser reconhecido seu direito de fazer revelações e de denunciar. O discurso da instância midiática encontra-se, portanto, como já discutimos, entre um enfoque de cooptação, que o leva a dramatizar a narrativa dos acontecimentos para ganhar a fidelidade de seu público, e um enfoque de credibilidade, que o leva a capturar o que está escondido sob as declarações dos políticos, a denunciar as malversações, a interpelar e mesmo a acusar os poderes públicos para justificar seu lugar na construção da opinião pública. (...)

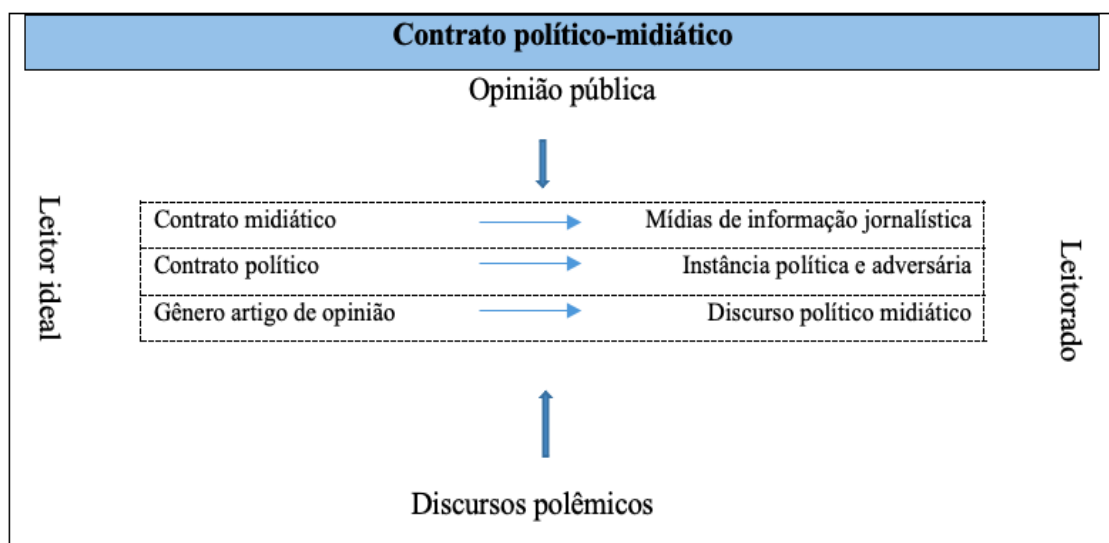
goza de relativa independência, salvo quando é controlada pelo poder político, como ocorre em regimes autoritários, ou quando é militante, como é o caso de emissoras particulares ou jornais de partidos (CHARAUDEAU, 2015, p. 63).

De acordo com Charaudeau (2015), o contrato de comunicação política é uma maquinaria de forjar discursos de legitimação que resulta na construção de imagens de lealdade para a instância política, a fim de reforçar a legitimidade da posição de poder; de protesto, para a instância cidadã a fim de justificar o ato de tomar a palavra; de denúncia, para a instância midiática, a fim de mascarar a lógica comercial por trás de uma lógica democrática, legitimando esta em detrimento daquela.

O regime do dispositivo político permanece o mesmo, mas o poder de influência das instâncias de fabricação do discurso político umas sobre as outras pode variar em função do regime político instaurado na sociedade: totalitário, democrático e de democracia representativa, participativa ou direta. Isso depende de como as instâncias de fabricação do discurso político se posicionam em relação às diversas situações de poder percebidas como “direito de agir, por alguns, e como dever de agir, por outros” (CHARAUDEAU, 2015, p. 64).

A essa sobreposição de discursos ou de visadas discursivas chamamos discurso político-midiático veiculado pelas mídias na conjuntura analisada. A fim de representar como o discurso midiático foi perpassado pelo discurso político propomos a seguinte esquematização:

Figura 4 – Representação do contrato político-midiático



Fonte: elaboração da autora

No esquema acima apresentado, temos um encaixamento de contratos. Nele o contrato midiático comanda o contrato político em uma visada englobante, pois a finalidade primeira das mídias de informação centra-se no “*fazer saber*” devido ao imperativo de informação e, principalmente, nesse caso, devido ao caráter democrático atribuído ao jornalismo. Já o contrato político está submetido ao contrato midiático tendo em vista que temos um gênero midiático que versa sobre o pensamento ou conceito político, o “*fazer crer*”.

As instâncias comunicativas que compõem o contrato de algum modo são influenciadas e exercem influência sobre os discursos veiculados por cada uma das mídias analisadas nesta pesquisa. Trata-se de um jogo de influência mútua. Entendemos que ao mesmo tempo em que as mídias interpelam indiretamente atores políticos acerca de suas ações e comportamentos elas também são influenciadas pelas ações e comportamentos desses mesmos atores. Em outras palavras, quando alguma dessas instâncias reage aos discursos polêmicos advindos do espaço público existe uma influência mútua, seja para colocar-se em evidência, e, por um lado, pautar a comunicação midiática, levar informação e pautar o debate público sobre tema polêmico de interesse cidadão; seja, por outro lado, para atender ao imperativo mercadológico.

O discurso político-midiático veiculado pelo *corpus* analisado nesta pesquisa discute tema polêmico que suscita o interesse e o debate entre diferentes vozes no espaço público. Desse modo, visa conquistar a opinião pública, tornando ainda mais complexo o mecanismo de captação tendo em vista que os interesses da zona leitora podem não coincidir com os interesses da opinião pública. Nesse caso, a imagem de leitor ideal pode mitigar essa divergência de interesses no interior do contrato. Ademais minimiza a pressão exercida pela opinião pública e pelos discursos polêmicos no processo de transformação dos fatos políticos em discurso publicado no âmbito do jornal.

Esse jogo de encaixamento de contratos foi uma opção metodológica que tem como objetivo refletir sobre o funcionamento do conjunto de textos reunidos no *corpus* desta pesquisa. Compreendemos que o efeito englobante da visada de informação não anula a visada de persuasão, ainda que essa persuasão se relacione com uma tentativa das mídias em alcançar e levar, além do leitorado, a opinião pública a uma mudança de pensamento sobre *o que é democracia* a partir da tematização acerca da fala ou do comportamento polêmico veiculado por sujeitos políticos. Nesse caso, os discursos veiculados podem atender ao imperativo democrático, próprio das mídias de informação, ou assumir um caráter panfletário militante a depender das escolhas operadas pelo locutor/ especialista.

A título de exemplificação, no contexto que antecedeu as eleições presidenciais de 2018 houve uma intensa midiáticação das investigações do Ministério público sobre denúncias de

corrupção que envolviam diversos partidos políticos. Como já descrevemos anteriormente, nessa conjuntura, política os vazamentos de informações, delações e denúncias afetaram sistematicamente o processo eleitoral de 2018.

Na corrida presidencial daquele ano as mídias e as instâncias jurídicas tiveram papel indiscutível no cenário político que se construiu no Brasil. Ao vazarem informações obtidas em colaboração premiada no âmbito da Operação Lava Jato para a grande mídia, procuradores responsáveis por investigar denúncias de corrupção forneceram às mídias um arsenal para a espetacularização midiática de temática que já era pauta sistemática nas mídias brasileiras desde 2015, a corrupção.

A diferença entre a midiaticização de denúncias de corrupção em 2015 para as novas publicações, veiculadas por diversos meios de comunicação, aloca-se, principalmente, na conjuntura em que os vazamentos foram espetacularizados e dramatizados nas mídias. As eleições de 2018, podem ter sido delineadas a partir da intensa mobilização midiática em torno do combate à corrupção. Luiz Inácio Lula da Silva, principal opositor de Jair Messias Bolsonaro no pleito de 2018, foi encarcerado em abril de 2018 acusado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro e condenado a doze anos de prisão em regime fechado pelo então juiz federal Sérgio Moro. Mesmo encarcerado, Lula manteve sua candidatura à presidência da república. Entretanto, em agosto de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu rejeitar o seu pedido de candidatura.

A alternativa encontrada por Lula e pelo Partido dos Trabalhadores foi a de indicar Fernando Haddad para substituí-lo na corrida presidencial. Em setembro de 2018, conforme informações divulgadas nas mídias de informação²¹, os procuradores que trabalhavam no âmbito da Operação Lava Jato articularam estratégias para derrubar uma decisão judicial que permitiria ao ex-presidente Lula conceder entrevista à *Folha de São Paulo*. Segundo reportagem investigativa do Jornal *The Intercept*, o objetivo dessa manobra judicial era de impedir que a entrevista, a ser realizada a menos de duas semanas do primeiro turno das eleições, favorecesse o candidato indicado por Lula e a volta do Partido dos Trabalhadores ao poder.

Nesse caso, temos a interferência de um satélite (instância jurídica) sobre a instância política (candidata ao sufrágio), exercendo grande relação de força, o que possivelmente foi capaz de encaminhar os rumos do processo eleitoral. As mídias apropriaram-se da guerra de discursos e posições que se construiu em torno desse fato, dando um tratamento

²¹ Procuradores tramam para impedir a volta de Lula. Disponível em:

<<https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>> Acesso em: 21/09/2021

sistematicamente dramatizado, privilegiando os efeitos de emoção em detrimento da exposição racional de projetos políticos no decorrer da corrida presidencial de 2018.

Outra sobreposição de uma instância sobre a outra pode ser vista no modo como a grande mídia veiculou as informações sobre o tema corrupção durante a corrida presidencial de 2018. As comparações realizadas pela grande mídia entre Lula e o candidato Fernando Haddad, indicado por ele para substituí-lo no pleito de 2018, produziram o que Charaudeau (2015) considera como efeito de amálgama. As luzes jogadas pelas mídias sobre o novo candidato do Partido dos Trabalhadores ressaltavam as acusações direcionadas a Lula como se fossem partilhadas/ atribuídas também a Haddad.

A “tendência das mídias de fazer investigações e precipitar-se em revelações” constitui um problema para os políticos e para os sistemas políticos, pois ao se anteciparem, as mídias desconstróem identidades e reputações, pois elas têm influência sobre a opinião pública e a opinião cidadã (CHARAUDEAU, 2015, p. 291). Tendo em vista que a opinião que se constrói nas mídias é

(...) fragmentada, o que impede que se saiba qual é a parte da informação que remete a uma opinião civil portadora de julgamentos sobre todos os fatos sociais, a que é direcionada a uma opinião cidadã mais circunscrita e a que se destina a uma opinião militante mais visada (CHARAUDEAU, 2015, p. 280).

O tema da corrupção, que já circulava no interdiscurso, foi cooptado pela direita e extrema direita nas manifestações de 2015 e 2013 e, a partir disso, também ganhou contorno essencializante e personalista na grande mídia em 2018, pois privilegiavam-se até a obsessão alguns assuntos – como a condenação de Lula e a atribuição ao PT de toda a corrupção do país – e ocultavam-se outros, como envolvimento de diversos partidos em esquemas de corrupção além do Partido dos Trabalhadores. O PT foi considerado como o partido com maior envolvimento em esquemas de corrupção e tal percepção atingiu a credibilidade e legitimidade tanto de Fernando Haddad quanto da sigla partidária.

Entretanto, esse holofote sobre o Partido dos Trabalhadores ocultou, por exemplo, o fato de que, dentre outros partidos, o Partido Progressista ocupava a posição de partido mais investigado na Operação Lava Jato. Enquanto isso, nas eleições de 2018, o Partido Progressista encontrava-se em franca expansão, sendo considerado importante base aliada para os candidatos à presidência da república.

Esse fato não ressoou com grande preocupação nas grandes mídias no ano de 2018. Tratamento um tanto contraditório, visto que a temática que preocupava a opinião pública era a corrupção. A extrema direita surfou na onda do discurso de combate à corrupção e do

antipetismo ecoado de modo personalista e essencializante também pela grande mídia. Em consonância com Charaudeau (2015, p. 294) entendemos que:

O dizer das mídias deixou o que deveria ser um discurso de constatação, da informação, do testemunho (o jornalista permanecendo de fora) e passou a uma denúncia generalizada (o jornalista se envolvendo sem dizê-lo).

Nossas hipóteses não buscam apontar uma relação de causa e efeito no que tange à possível influência das mídias de informação sobre o processo eleitoral de 2018. De acordo com Charaudeau (2015), se fosse possível uma confirmação da relação entre os efeitos de manipulação e resultados políticos “poderiam ser feitas previsões; portanto, poder-se-ia proceder a manipulação para influenciar o comportamento dos indivíduos”. Levantamos alguns aspectos que nos auxiliam a compreender o fenômeno político que trouxe grandes mudanças de paradigma político e ideológico, bem como grandes transformações sociais e históricas na situação de comunicação política em 2018.

Se pensarmos nas especificidades das mídias contemporâneas, conforme já afirmamos, elas assumem o papel de mediação social e de cimento identitário ao partilhar valores “mais ou menos mitificados” com o conjunto de membros de determinada sociedade. Desse modo, as mídias são portadoras de imaginários sociais e de influência simbólica sobre as opiniões sem que saibamos de fato qual é essa influência.

A análise do discurso político-midiático deve interrogar o seu objeto acerca de *quem informa? Com quais intenções informa? Quais os procedimentos ou estratégias utilizadas no discurso?* A operação de seleção de fatos operada pelas mídias também atende ao imperativo de captação, instaurando um processo de encenação que visa seduzir o público. Para atender ao imperativo de captação, com o objetivo de alcançar o maior número de leitores, as mídias cooptam as emoções de seus leitores por meio, principalmente, de estratégias de identificação.

As estratégias de descrição, comentário, explicação ou justificação dos acontecimentos tematizados são relatados de modo dramático e combativo, suscitando efeitos emocionais diversos, tais como: “antipatia em relação aos agressores, simpatia para com os salvadores, compaixão pelas vítimas”. As técnicas argumentativas empregadas reduzem os acontecimentos, na maioria das vezes, a esquemas de explicação “estereotipados, sem perspectiva histórica, mas com aparência de evidência”, pois a “máquina de informar é amnésica” (CHARAUDEAU, 2015, p. 284).

A operação de simplificação, redutora de fatos políticos midiáticos, que aproxima eventos que parecem similares ou que produzem o efeito de amalgama, a-histórico, converte

o debate público em espetáculo dos conflitos de opinião e em teatro no qual se misturam problemas domésticos e problemas públicos, as mídias constroem paradoxalmente um público sem opinião: este só pode aderir a essa visão do mundo ou rejeitá-la de maneira cega – a menos que ele se retire do campo da opinião e refugie-se no dos céticos, dos sem opinião. A máquina midiática não pode pleitear inocência (CHARAUDEAU, 2015, p. 285).

A polarização que marca a sociedade brasileira desde as eleições de 2014, aprofundada a partir das manifestações de 2015, podem ser compreendidas por meio da consideração de Charaudeau. A produção massiva da temática sobre corrupção política por meio de efeitos de dramatização apresentava os acontecimentos sustentados como um sintoma da desordem social e política. Essa desordem colocava como vítima a população brasileira, assaltada pelos políticos que elegeram e, de algum modo, alimentou o processo de construção de uma mentalidade ou imaginário da antipolítica que rejeitava políticos tradicionais e o acirramento ideológico.

Pode parecer que as questões levantadas nesta pesquisa visam abordar a responsabilidade das mídias nos processos de explicitação de acontecimentos; no entanto, o que se propõe é a descrição e análise de como uma “cadeia de causalidades que mostram como, de maneira consciente ou inconsciente, uma pessoa, um grupo, uma instituição ou uma instância qualquer desempenha um papel mais ou menos determinante na produção de um fato social (CHARAUDEAU, 2015, p. 293).

A veiculação de discursos combativos e efeitos de dramatização nas mídias de informação, construiu ambiente envolto em tensões, ancoradas principalmente na exploração do medo, colocando o cidadão em uma posição esquizofrênica de espectador passivo dos combates que envolvem o ideal político. Paradoxalmente, essa posição lhe deu uma autoimagem de protagonismo e uma percepção de poder de intervenção nas diversas mídias.

A participação do leitor/ protagonista é ilusória, pois sua opinião e participação efetiva dificilmente é levada em conta, somente suas emoções são solicitadas. Ao selecionarem os fatos despojados de sua historicidade, “interpelando políticos e destacando sua impotência ou procrastinação” as mídias expõem a instância cidadã à impaciência ou a apatia (CHARAUDEAU, 2015, p. 294).

Nesse sentido, as mídias são “uma máquina sem memória”, com tendência a construir uma consciência cidadã também sem memória, ao jogarem com a efemeridade do discurso midiático como se os fatos políticos tivessem o mesmo tempo da construção dos acontecimentos midiáticos. Por mais paradoxal que pareça, tendo em vista a função democrática das mídias, a opinião pública construída no âmbito das mídias escapa ao político, pois mesmo

quando aborda o conceito político, apenas raramente há correspondência entre o que deveria ser o alvo do discurso político, “uma consciência política” (CHARAUDEAU, 2015, p. 295).

Entretanto, no discurso político-midiático, constituído pelo *corpus*, buscamos uma reflexão sobre uma noção política com o objetivo de construir uma forma/ pensamento político sobre *o que é democracia?* no âmbito do discurso midiático. Em síntese, o discurso político midiático sobre a noção de democracia *incita* a opinião pública, através do *fazer saber* as ações dos sujeitos políticos, a construir uma consciência política a partir da problematização da noção, da justificação das ações políticas e da tentativa de legitimação dos sujeitos políticos, orientando as percepções e conduzindo as emoções do leitorado a partir do compartilhamento de saberes.

4.1.3 OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Ao empreender a construção da *Grammaire du sens et de l'expression*, em 1992, Charaudeau procurou “descrever as categorias da língua do ponto de vista do sentido” e da maneira como o locutor usa essas categorias na construção de um ato de comunicação. Desse empreendimento resultou uma metodologia que norteia os princípios para descrição e análise da organização do discurso (CHARAUDEAU, 2009[1983], p.67).

Além da esquematização dos componentes que constituem a situação de comunicação, para os quais dedicamos a seção anterior, a TS propõe a aspectualização de outros três níveis de análise do fenômeno linguageiro, a saber: os modos de organização do discurso, a língua e o texto. Esses componentes estão imbricados na construção dos efeitos de sentido pretendidos pelo locutor em seu projeto de fala.

Para o autor, os modos de organização do discurso estabelecem os princípios de organização da materialidade linguística, a depender da finalidade comunicativa do locutor²², quais sejam: “enunciar, descrever, contar, argumentar”. No que tange ao componente textual, ele consiste no material verbal ordenado por categorias linguísticas possuidoras, ao mesmo tempo, de uma forma e um sentido. Já o texto se configura como o “resultado material do ato de comunicação” e das escolhas (in) conscientes do locutor das categorias de língua e dos modos de organização do discurso em função de certas restrições delimitadas pelas relações contratuais (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 68).

²² Charaudeau (2009[1983, p. 67]) utiliza o conceito de sujeito falante para identificar o sujeito locutor, ao falar ou escrever. Entretanto, adotaremos a categoria de locutor, pois compreendemos ser mais pertinente para a abordagem do *corpus* desta Tese e em função dos diálogos propostos no nosso percurso teórico.

Os modos de Organização do Discurso ordenam as categorias da língua em função das finalidades discursivas previstas pelo locutor ao se engajar em um ato de comunicação, em situação comunicativa específica. Os processo de utilização das categorias linguísticas foram didaticamente agrupados por Charaudeau em quatro modos de organização do discurso – quais sejam: o modo *enunciativo*, o modo *descritivo*, o modo *narrativo* e o modo *argumentativo*.

Cada um dos modos de organização do discurso ordena as categorias da língua de acordo com uma lógica referencial de construção do mundo. Essa lógica de ordenação possui uma função de base, que atende à finalidade do projeto de fala de cada ato comunicativo e a um princípio de organização, que corresponde ao modo de organização e à finalidade da encenação discursiva.

Os modos de organização, as funções de base e os princípios de organização foram delineados por Charaudeau (2009 [1983]) conforme o quadro a seguir:

Quadro 2
Modos de organização do discurso

MODO DE ORGANIZAÇÃO	FUNÇÃO DE BASE	PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO
<i>ENUNCIATIVO</i>	<p>Relação de influência (EU -> TU)</p> <p>Ponto de vista do sujeito (EU -> ELE)</p> <p>Retomada do que já foi dito (ELE)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Posição em relação ao interlocutor • Posição em relação ao mundo • Posição em relação a outros discursos
<i>DESCRITIVO</i>	<p>Identificar e qualificar seres de maneira objetiva / subjetiva</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organização da construção descritiva (Nomear-Localizar-Qualificar) • Encenação descritiva
<i>NARRATIVO</i>	<p>Construir a sucessão das ações de uma história no tempo. Finalidade: fazer um relato</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organização da lógica narrativa (actantes e processos) • Encenação narrativa
<i>ARGUMENTATIVO</i>	<p>Expor e provar causalidades visada racionalizante para influenciar o interlocutor</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organização da lógica argumentativa • Encenação argumentativa

Fonte: Charaudeau, 2009 [1983], p. 75

É a competência linguística do locutor que lhe permite selecionar, de modo estratégico (consciente ou não consciente), as escolhas linguístico-discursivas que constituem a encenação do ponto de vista. Os elementos linguísticos veiculam traços da subjetividade ou produzem efeitos de objetividade e revelam, em maior ou em menor grau, a aproximação/ distanciamento do locutor no que se refere ao conteúdo proposicional do dizer.

Nesse sentido, ao se lançar mão das categorias postuladas nos modos de Organização do discurso (Enunciativo, Narrativo, Descritivo e Argumentativo) todas as escolhas operadas podem ser reveladoras da atitude do locutor frente ao seu dizer e ao dizer de terceiros, pois como afirma Machado (2001, p. 64) “todos os atos de linguagem são, de uma forma ou de outra, modalizados”, e portanto, marcam a posição ou a atitude modal que perpassa o ponto de vista dos locutores e enunciadore, ora com efeitos de subjetividade, de objetividade ou na encenação de uma interlocução.

Em função dos objetivos desta tese na próxima seção nos ocuparemos em descrever o funcionamento do Modo de organização enunciativo, descritivo e argumentativo, ou seja, em explicitar como o locutor seleciona recursos linguísticos discursivos das funções e princípios desses Modos para organização do seu ponto de vista.

4.1.4 O MODO DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVO E A CONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA

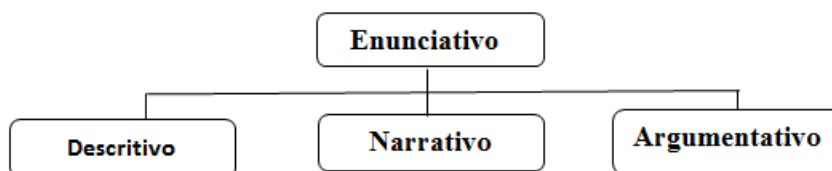
O modo de organização enunciativo consiste na utilização das categorias de língua ordenadas em função da finalidade discursiva do ato de comunicação. Para Charaudeau (2009 [1983]), esse modo de organização assume certa relevância, pois tem uma função particular na organização da *mise-en-scène* discursiva: a de comandar as categorias dos demais modos.

Em razão dessa particularidade, ele tem uma dupla vocação, a saber: i) “dar conta da posição do locutor em relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros” – Resultando na construção de um “*aparelho enunciativo*”; ii) ser o Modo de organização que intervém na encenação discursiva e comanda os demais Modos (descritivo, narrativo e argumentativo), atribuindo-lhes um duplo princípio de organização (CHARAUDEAU, 2009[1983], P. 74).

Inferimos que a *dupla vocação* do modo enunciativo e a atribuição de um *duplo princípio de organização* aos três outros modos podem ser percebidas na materialidade discursiva a partir da associação dos procedimentos linguísticos dos demais Modos selecionados pelo locutor para

a construção do seu ponto de vista. Essa configuração pode ser compreendida conforme esquema a seguir:

Figura 5 – Dupla vocação do Modo Enunciativo



Fonte: Batista-Soares (2017). Adaptado de Charaudeau 2009 [1983]

Temos, nos diferentes modos de organização, a postura de um locutor que por meio de diferentes categorias da língua *enuncia-descreve*, *enuncia-narra*, *enuncia-argumenta*. Por um lado, isso não significa que a análise dos modos de organização tenha sempre que se pautar pela análise de uma dupla articulação.

Trata-se apenas de uma opção metodológica para o desenvolvimento desta etapa de pesquisa. Há exemplos de inúmeros trabalhos dedicados apenas a um dos modos de organização. Por outro lado, consideramos que o tratamento dos demais modos, de alguma forma, deve considerar questões relativas ao modo de organização enunciativo, pois entendemos que os processos de encenação descritiva, narrativa ou argumentativa sempre carregam traços de uma posição orientada pelo locutor.

Ademais, o modo como o locutor orienta o discurso será importante para verificarmos os modos de encenação enunciativa, de gestão e de hierarquização dialógica do ponto de vista no *corpus* investigado.

Em síntese, o modo de organização enunciativo consiste no domínio de uma competência Semiollingüística do locutor, capaz de organizar a encenação do ato de linguagem por meio da apropriação e da organização dos elementos lingüísticos que compõem um dispositivo enunciativo complexo. Outra característica basilar do modo de organização enunciativo, que se constitui como traço fundamental da concepção de linguagem como um ato interacional ancora-se, principalmente, na relação de alteridade e dialogismo que perpassa qualquer tipo de discurso.

Em primeiro plano, no ato de comunicação sempre haverá um EU em relação a um TU. No modo enunciativo esta relação de alteridade se desdobra, originando uma rede dialógica e interdiscursiva entre *parceiros* e *protagonistas* da produção languageira (CHARAUDEAU,

2009 [1983]). Essas relações dialógicas podem ser consideradas como constitutivas do ato de comunicação, pois auxiliam ao locutor na construção do seu ponto de vista, em função da situação de comunicação (componentes externos e internos da linguagem) e seu aspecto psicossocial.

Nesse modo de organização, a construção do ponto de vista é efetivada a partir de algumas *modalidades enunciativas* que representam relações estabelecidas pelo locutor com os dizeres, a saber: uma relação de influência do locutor sobre o interlocutor, uma relação do locutor consigo mesmo, uma relação do locutor com um terceiro. Esse quadro relacional instaura outros três tipos de comportamento do locutor frente ao dizer e ao seu interlocutor, quais sejam: um *comportamento alocutivo*, um *comportamento elocutivo* e um *comportamento delocutivo*.

Os três tipos de comportamento instaurados pela relação do locutor diante do dizer podem ser compreendidos como formas de atitude ou de posição do locutor, constituindo formas de pontos de vista ancorados nas atribuições que o locutor dá a si mesmo, ao interlocutor e ao terceiro: instâncias dialógicas, intersubjetivas e interdiscursivas.

No comportamento *alocutivo* temos um *ponto de vista acional* no qual o locutor estabelece uma *relação de influência* sobre o interlocutor. Ao implicar o interlocutor em seu dizer, o locutor age sobre o interlocutor em uma atitude acional e impositiva. Nesse caso, a relação de influência determina uma reação ou resposta que independe da identidade psicossocial do interlocutor. Nesse ponto de vista, o locutor atribui dois tipos de “papéis linguageiros” a si mesmo e ao seu interlocutor: um de superioridade, que impõe a seu interlocutor a execução de uma ação; e um de inferioridade, no qual o locutor assume o papel de quem necessita do “saber” e do “poder fazer” do interlocutor (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 82).

Quando o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo, sem implicar o interlocutor na sua tomada de posição, temos um *ponto de vista interno* do locutor, instaurando um comportamento ou atitude *Elocutiva*. O *ponto de vista interno* atende a um propósito referencial indo ao encontro do universo de discurso no qual esse locutor está situado. Dito de outro modo, esse ponto de vista interno cumpre a função de significar a existência do mundo e a interpretação desse mundo, passando, necessariamente, pelo ponto de vista do locutor que o significa a partir de certa percepção ou imaginação de um destinatário ideal.

Para isso, de acordo com Charaudeau (2009 [1983]), o *ponto de vista interno* do locutor se desdobra em outros cinco pontos de vista:

- i) *ponto de vista do modo de saber* que tem como objetivo explicitar o “modo de saber”, ou seja, como o locutor tem conhecimento sobre um propósito;

- ii) *ponto de vista de avaliação*, exercendo a função de especificar os modos de julgamento que o locutor exerce sobre um enunciado;
- iii) *ponto de vista de motivação*, que explicita a razão ou a justificação do locutor em relação ao propósito;
- iv) *ponto de vista de engajamento*, que especifica o nível de aproximação, distanciamento ou de adesão do locutor frente ao dizer;
- v) *ponto de vista de decisão*, que explicita o estatuto do locutor e o tipo de decisão realizada pelo ato de enunciação.

No último comportamento elencado por Charaudeau (2009 [1983]) temos a encenação de um *ponto de vista externo*, de um terceiro, caracterizado por uma atitude *Delocutiva* do locutor. Na construção do *ponto de vista externo* a atitude do locutor é de apagamento enunciativo, intencionando um jogo em que a subjetividade não se apresenta de modo marcado com vistas a uma não implicação do locutor. Nesse caso, ele se comporta apenas como uma testemunha dos acontecimentos, do modo como eles se impõem, sem interferir, de modo definitivo, na construção dos objetos de discurso.

Nesse caso, o locutor será uma testemunha do real em um procedimento enunciativo aparentemente objetivo, sem uma atitude de investimento subjetivo de sua parte. Ele pode retomar discursos, textos e pontos de vista de terceiros, externos ao ato de comunicação, estabelecendo uma relação dialógica e intertextual como forma de distanciar o seu posicionamento interno da enunciação, que deve apresentar-se efetivamente objetiva, em função do contrato no qual o ato de comunicação está situado.

É importante ressaltar que todo ato de comunicação, ao estabelecer os parâmetros para a descrição da relação do locutor com um terceiro, deve, necessariamente, levar em conta a dependência do locutor e dos seus diferentes pontos de vista para a construção dos sentidos. Mesmo quando existe uma aparente objetividade, ela deve ser compreendida como um efeito de objetividade, pois, para Charaudeau (2009[1983, p. 84]), a objetividade pode ser compreendida dentro de um jogo protagonizado pelo locutor que encena o dizer de um terceiro, como se fosse possível a esse locutor não ter um ponto de vista, “como se pudesse desaparecer por completo do ato de enunciação”, deixando o discurso falar por si.

Diante do comportamento do locutor nos diferentes pontos de vista, há uma importante consequência para as análises realizadas nesta tese. Seja no ponto de vista acional, interno ou externo, haverá sempre um investimento mais ou menos subjetivo do locutor.

Em outras palavras, podemos considerar que no *ponto de vista acional* o comportamento alocutivo, essencialmente interlocutivo, pode comportar efeitos discursivos

que apontam para a subjetividade do locutor no modo como ele se impõe no enunciado sobre o interlocutor. Em pesquisa anterior (BATISTA-SOARES, 2017), demonstramos como uma marca típica da interlocução, tal como a interrogação, impõe uma problematização orientada pelo locutor ao interlocutor. De acordo com Emediato (2013b), esse recurso impõe um modo de obrigar o interlocutor a pensar sobre uma questão de modo mais ou menos orientado. Desse efeito mais ou menos subjetivo resulta um ato ou comportamento *alocutivo-elocutivo*, visto que sua forma linguística é *alocutiva*, mas seu efeito carrega traço elocutivo.

Ou seja, a apresentação do dizer na forma *alocutiva*, ato que, na concepção de Charaudeau (2009 [1983]), veicula a *modalidade de interrogação* e um efeito *interlocutivo* tem como objetivo agir sobre o interlocutor e apresentar uma demanda de “saber”. Entretanto, apesar de carregar a marca interlocutiva explícita – como o sinal gráfico de interrogação – o questionamento pode veicular, além dos traços da *modalidade de interrogação não saber/ saber implícito*; traços da *modalidade de constatação/ saber*, típicos do *ato elocutivo*.

De modo semelhante, na representação do *ponto de vista externo*, o comportamento delocutivo pode carregar efeitos elocutivos, dado que, mesmo sob a aparência de objetividade, existe a intervenção do locutor no modo de apresentação do dizer de um terceiro, a depender das diferentes formas do discurso relatado. Na análise do discurso das mídias jornalísticas hebdomadárias verificamos que os efeitos discursivos do ato delocutivo, tanto na escolha de representação de um discurso relatado por meio dos verbos *dicendi*, quanto na escolha pelo *discurso relatado narrativizado*, podem produzir efeitos subjetivos que apontam para uma orientação prevista pelo locutor na construção do seu ponto de vista (BATISTA-SOARES, 2017).

Charaudeau (2009 [1983]) afirma que a construção do ponto de vista do locutor, em todos os seus estados, corresponde a certas modalidades. O fenômeno da modalidade e da modalização se configura como parte de fundamental importância para as análises propostas no nosso quadro enunciativo. Entretanto, como sabemos da existência de certa diversidade teórica no tratamento dessa questão, faremos a discussão e uma revisão em tópico posterior, no qual abordaremos também a posição da Teoria Semiolingüística sobre essas categorizações.

É importante destacar que, mesmo considerando alguma diversidade nas concepções de modalidade e de modalização, em algum ponto eles convergem e se complementam. A relevância da abordagem desse fenômeno nesta tese se dá em face da existência de uma rede dialógica na constituição dos discursos e no necessário processo de hierarquização do ponto de vista, com o objetivo de identificar as posições, os locutores e os enunciadores.

4.1.5 O MODO DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E A CONSTRUÇÃO DE PROCESSOS NARRATIVOS

A semiolinguística situa-se nas proposições da Semiótica moderna (R. Barthes, A. J. Greimas, G. Genette, P. Hamon) que definiram o descritivo e o narrativo como procedimentos discursivos importantes na constituição do relato. Na tradição literária, a descrição era considerada como um procedimento estático que não acompanhava a sucessão de fatos da construção narrativa. Já na Semiolinguística, o descritivo assume uma função de construção do relato em conjunto com o *modo narrativo*. Ao descritivo, foi atribuída a função de qualificação do relato e ao narrativo o que concerne às suas [do relato] funções. Desse modo, a atitude *Descritiva* não se encontra apenas com a função advinda da tradição literária de servir ao *Narrativo*, mas, sobretudo, de dar-lhe sentido.

Charaudeau utiliza o termo “descritivo” para definir um procedimento discursivo, *O modo de organização descritivo*, e o termo descrição para definir um texto. Diante da definição, temos, na Semiolinguística a descrição como um resultado [o texto], o descritivo [Modo de organização] como um processo. Além disso, o autor afirma que o Modo descritivo também pode se relacionar com o *modo argumentativo* e o *narrativo* em um mesmo texto (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 111).

Dessa forma, o Modo de organização descritivo contribui para a identificação dos sujeitos, definindo papéis actanciais (agente/ paciente) que nortearão a interpretação dos processos narrativos (actantes, agressor/ agredido, benfeitor/ beneficiário) instaurados no artigo de opinião. Esses processos produzem efeitos de aproximação ou de distanciamento do locutor em relação às ações ou dizeres diante dos papéis exercidos pelos sujeitos nomeados e qualificados no nível da descrição. Além disso, podem conduzir o olhar do leitor em função do modo como o locutor nomeia, qualifica ou quantifica os seres e constrói os processos captando as emoções do leitor, a fim de garantir o cumprimento do imperativo de captação e das estratégias de persuasão.

Para isso, os *modos de organização narrativo e descritivo* organizam o mundo dentro de um *continuum* de maneira sucessiva, marcando o fechamento da narrativa em uma lógica de encadeamentos coerentes que estabelecem uma relação entre os seres de discurso *nomeados* e *qualificados* no quadro descritivo.

Para Charaudeau (2013, p. 156), nas mídias de informação, o jornalista transforma o acontecimento que lhe é exterior em narrativa midiática através de escolhas e roteiros possíveis sem prescindir das restrições particulares do discurso informacional nem da visada de captação. Na Semiolinguística, a *descrição* assume uma condição de identificar os seres do mundo cuja

existência é percebida de modo consensual, de acordo com a configuração cultural e de práticas sociais, dentro de um quadro imposto pela situação de comunicação e previsto no contrato comunicacional, investida de certa subjetividade do sujeito descritor/ sujeito comunicante.

O modo descritivo é constituído de quatro procedimentos que possuem autonomia, mas que são também indissociáveis – quais sejam:

- *Nomear*: traz os seres à existência e sua classificação será realizada de acordo com uma relação de semelhanças e de diferenças em oposição ao outro. De acordo com o autor, *Nomear*²³ não consiste em um procedimento de etiquetagem do mundo, através de uma referência dada à priori, mas da percepção do sujeito em uma atividade que “constrói e estrutura a visão de mundo”. A nomeação pode assumir duas formas de identificação: uma *identificação genérica* que consiste em *nomear* os objetos discursivos por meio de nomes comuns que os singularizam, mas também os inserem em determinada classe; e uma *identificação específica*, nomeação dos objetos discursivos por meio de nomes próprios.
- *Localizar-situar*: especificação, dentro de um quadro de pertinência, o lugar que os objetos de discurso ocupam no *espaço* e no *tempo*. O lugar que o objeto ocupa pode determinar seu papel e sua identidade. A atribuição de característica ao objeto dependerá da sua posição no espaço e no tempo sem os quais não haveria razão de ser, ou seja, as noções de espaço e de tempo possibilitam a condição de existência objetiva dos seres e ainda de um investimento subjetivo como estratégia discursiva do sujeito comunicante.
- *Qualificar*: complementa o processo iniciado com a nomeação. A atividade de *denominação* atribui, de uma maneira explícita, uma qualidade, caracterizando os seres dentro de um quadro específico. A qualificação produz um efeito de restrição de uma infinidade de objetos de discurso a algumas classes ou subclasses. A qualificação pode ser de dois tipos: *objetiva* quando constrói uma visão de verdade do mundo, ancorada no imaginário social; *subjetiva*, o sujeito falante constrói uma visão de mundo que não é verificável, ou seja, trata-se de um modo particular de apreensão do mundo.

²³ Guadanini e Emediato (2010), Guadanini (2013) abordam a questão da designação nominativa como um modo de nomear os atores, os acontecimentos ou as ações em determinada situação de comunicação. A designação está correlacionada a sistema de valores circulantes no espaço sociocultural e, por isso, assume um caráter intersubjetivo no procedimento de avaliação. Do mesmo modo, Dahlet (2015), trata a nomeação como procedimento de designação que não pode ser considerado como uma tradução óbvia do mundo. Para o autor, a nomeação impõe uma ideologia conceitual e estereótipos discursivos.

Notas da disciplina *O discurso e a fabricação do mundo: analítica da nomeação*, ministrada pelo Prof. Dr. Patrick Dahlet no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, no período de 13 a 17 de abril de 2015.

- Quantificar, ressalta os aspectos relacionados à quantidade, volume, densidade, amplitude, representatividade dos seres, que podem ser únicos ou coletivos, raros ou numerosos, quantificados de forma precisa ou imprecisa, muitas vezes de acordo com a intenção do sujeito-comunicante de produzir alguns efeitos.

Em função do percurso teórico escolhido para esta pesquisa optamos por descrever as funções do *modo de organização argumentativo* na seção em que abordamos o enquadramento argumentativo.

5 SOBRE A TEORIA INTERACIONAL DO PONTO DE VISTA

Frequentemente somos incitados a assumir uma posição sobre algum tema, fato ou acontecimento do cotidiano. Aparentemente, não se pode ser neutro, alheio aos acontecimentos. Assim, as diversas opiniões que circulam no espaço público cumprem o papel de atender ao caráter responsivo da linguagem (BAKHTIN-VOLOSHINOV, 2006). Elas funcionam como formas de posicionamentos ou representações sobre um objeto, conceitos ou, no nosso caso, uma noção.

De acordo com Bakhtin-Voloshinov (2006) todo signo é ideológico por natureza, pois carrega valores. Podemos dizer que ao construírem uma enunciação que aponta para a problematização *o que é democracia?*, as representações mobilizadas por diferentes locutores podem carregar traços de posicionamento político e ideológico, bem como nos dar pistas dos possíveis interpretativos para a percepção de como se construiu uma polêmica pública em torno da noção de democracia na situação de comunicação estudada.

É importante ressaltar que a noção de democracia é problematizada em um contexto social e discursivo que a torna um tema social sensível, ou seja, polêmico, visto que as mídias de informação são incitadas a responder a um quadro de questionamento – de ordem contextual, social e político – em torno da noção. Ora esse aspecto responsivo visa alcançar um interlocutor específico tal como a instância política, a extrema-direita, as esquerdas, as instâncias jurídicas, etc, ora busca alcançar a adesão da opinião pública ao propor certo modo de problematização.

Nesse sentido, o artigo de opinião parece ser o gênero ideal para a materialização e a análise de uma situação polêmica na qual se argumenta sobre os valores democráticos. Nele, o locutor assume uma posição sobre o que, de fato, é uma democracia ou sobre o que pensa ser uma democracia e convoca uma miríade de vozes para sustentar sua opinião. Além disso,

interpreta a realidade lançando mão de um repertório no qual os saberes são, supostamente, conhecidos pelo interlocutor com vistas a alcançar a adesão do leitorado.

Nesta tese abordamos de modo empírico os diversos posicionamentos notados no *corpus* a fim de analisar como os sujeitos – diante da incitação efetuada pelas instituições, posições ideológicas e opinião pública – representam o Ponto de Vista ao problematizar a questão *o que é democracia?* Assim, torna-se indispensável a análise dos mecanismos enunciativos mobilizados pelos sujeitos a fim de significar o mundo, impor ou dispor uma visão sobre os objetos, temas e valores que constituem a vida política da sociedade.

Para tanto, a proposta teórico-metodológica de Rabatel (2005, 2013, 2014, 2016) contribui, de modo significativo, para as análises que intencionamos realizar, pois se apresenta como uma teoria consistente para o tratamento de questões relativas aos mecanismos enunciativos e dialógicos do discurso. A *Teoria Interacional do Ponto de Vista* estabelece as condições necessárias para a descrição e a interpretação das relações internas e externas do discurso, imbricadas no enquadramento enunciativo da noção de democracia.

Ademais, no âmbito dessa teoria, os mecanismos disponíveis para a análise da construção do ponto de vista partem da concepção de representação discursiva como um processo que resulta

(...) de uma elaboração conceitual (sociocognitiva e discursiva) que conecta o sujeito focalizador [Locutor] ao objeto de conhecimento, particularizando um recorte social, histórico e ideológico da realidade ou do conteúdo interpretado (CORTEZ, 2013, p. 296).

Nesse sentido, inferimos que a identificação do ponto de vista deve considerar a enunciação em contexto, isto é, como um fazer interlocutivo situado social e historicamente, com toda carga cultural e ideológica que perpassa a produção dos discursos. Essa característica metodológica nos parece próxima das propostas da *Teoria Semiolinguística* no que se refere ao tratamento das questões discursivas sobre as quais se estruturam o ato de linguagem (Charaudeau, [1983] 2009).

Nessa perspectiva, tanto os aspectos internos: as categorias da língua, a percepção da imagem psicossocial entre sujeitos do discurso; quanto os externos: o contexto sócio-histórico, são componentes imprescindíveis para a realização da análise interpretativa. Esse duplo movimento implica a compreensão do ato de linguagem como um jogo que leva em conta a fluidez entre os espaços externo e interno. Em seção anterior, representamos essa fluidez e a influência mútua entre os espaços de dizer por meio de linhas pontilhadas na esquematização do ato de linguagem, a fim de ilustrar a influência mútua que condiciona a enunciação/interpretação.

A *Teoria interacional do Ponto de Vista* foi desenvolvida por Alain Rabatel em diversos escritos. Entretanto, é na obra “*Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa*”, (2016b), que o pesquisador nos apresenta um importante compilado, parte significativa, de uma ampla pesquisa sobre a complexidade envolvida no fenômeno da enunciação.

Nessa obra são desenvolvidos mecanismos teóricos e metodológicos que se constituem como recursos sofisticados para a análise e a apreensão das representações enunciativas realizadas pelos locutores e enunciadores, bem como dos inúmeros posicionamentos, capazes, em grande parte, de veicular valores, deixando pistas valiosas para o analista do discurso sobre as crenças nas quais os PDV possivelmente estão ancorados.

Ao teorizar a abordagem enunciativa do Ponto de Vista, Rabatel efetua um importante deslocamento em relação à tipologia das focalizações e da narratologia estruturalista desenvolvida, até então, no âmbito da perspectiva genettiana²⁴.

Nesse sentido, Cortez (2013) afirma que a noção de ponto de vista foi amplamente difundida na perspectiva da literatura, sobretudo no âmbito dos estudos narratológicos desenvolvidos por Genette na abordagem da focalização narrativa. Entretanto, foi a partir da reavaliação das relações entre locutor e enunciador, de Benveniste e Ducrot, e de um enquadre dialógico do fenômeno da enunciação que a estrutura do ponto de vista deixou de ser considerada apenas como enfoque narrativo e passou a abarcar mecanismos textuais-discursivos. Temos, portanto, na *Teoria interacional do Ponto de vista* uma importante inovação, pois o dispositivo de análise, que antes privilegiava textos literários, propõe um avanço teórico e metodológico para o tratamento em diferentes manifestações discursivas.

No interior da dessa teoria o pesquisador coloca em relevo não mais os “elementos estruturantes da narrativa” como “matrizes de engendramento de narrativas”, mas os traços enunciativos e pragmáticos que ressaltam as escolhas operadas pelo sujeito ao produzir um discurso, “em função da situação comunicativa, do gênero e das imagens de si e dos leitores etc.” Tais escolhas intencionam produzir determinados efeitos no leitor, passíveis de serem analisados como Pontos de Vista (RABATEL, 2016, p. 15-16).

A abordagem enunciativa do PDV propõe o estudo do modo como o locutor articula diferentes pontos de vista e coloca em cena diferentes enunciadores e locutores no processo de construção de um discurso. Para Rabatel, o locutor tem autonomia para realizar a gestão dos PDV de “maneira lógica e progressiva”, convocando múltiplos enunciadores, também

²⁴ Os quadros gerais da narrativa não serão abordados nessa pesquisa. Entretanto, essa teorização pode ser encontrada nos trabalhos de Greimas (1983), Genette (1966), Adam (2011).

portadores de pontos de vista. Sobre essa relativa autonomia do locutor, de modo semelhante, Charaudeau (2009, p. 72) afirma que, como o locutor “não está à mercê de seu interlocutor” ele detém as condições necessárias para organizar os seus dizeres.

Rabatel (2016b, p.141) concebe a noção de ponto de vista como a “expressão das percepções e/ou pensamentos representados”. Em sentido amplo ou numa dimensão antropológica, o PDV pode ser compreendido como “os meios linguísticos pelos quais um sujeito considera um objeto” (2016b, p. 30).

Nessa abordagem, é por meio das escolhas linguísticas que os sujeitos exprimem seu PDV. As escolhas operadas pelo locutor permitem-nos desvelar o jogo discursivo através do qual esse locutor encena diferentes pontos de vista, em uma relação de aproximação, distanciamento, confronto ou subordinação. Por meio da gestão de locutores e enunciadores co-orientados ou antiorientados ao ponto de vista expresso no seu projeto de fala o locutor principal (L1/E1) pode conferir maior ou menor grau de relevância aos dizeres dos locutores e enunciadores segundos.

Disso resulta outro aspecto importante para esta pesquisa, o ponto de vista não comporta apenas uma “dimensão constativa, mas integra um fazer ver, um fazer pensar, um fazer dizer, um fazer agir, mesmo que indiretamente” e revela o julgamento de valor do enunciador sobre os objetos ao exprimir uma direção interpretativa (argumentativa) para os estados de coisas (RABATEL, 1998, 2004, 2003 *apud* RABATEL, 2013, p. 35). Nesse sentido, enunciação e argumentação estarão imbricadas na construção do dialogismo que perpassa a representação de pontos de vista sobre a noção de democracia.

Vimos que, ao formular as bases da Teoria Semiolingüística, Charaudeau (2009) constrói o modo de organização enunciativo como um modelo de análise que *comanda* os demais modos de organização, a saber o narrativo o descritivo e o argumentativo. Embora o pesquisador não tenha ampliado o alcance do modelo proposto para o modo de organização enunciativo, trata-se de uma afirmação importante que pode contribuir para nossa compreensão dessa dimensão argumentativa ou mesmo de uma visada argumentativa – no sentido de Amossy (2017) – presente no quadro enunciativo. É possível que o locutor, por meio de formas delocutivas, em que aparentemente se apaga da locução, intencione produzir efeitos argumentativos no leitor através do ponto de vista veiculado por sua enunciação ou por PDV de enunciadores e locutores segundos, ou seja, pelo discurso relatado.

Nesse viés, Emediato (2013b, p. 87) afirma que o processo de enunciação é indissociável da argumentação se “admitirmos que argumentar é impor (ou dispor) pontos de vista sobre

objetos” e mesmo quando se trata de objetos “reais ou imaginários” a visada argumentativa está na base da atividade de encenação de “enunciadores antitéticos”, isto é, polêmicos no discurso.

De acordo com Rabatel (2016b), a abordagem enunciativa do ponto de vista busca “agrupar os conteúdos proposicionais em função da fonte enunciativa que está na origem da visada argumentativa que preside as escolhas de referenciação”. Com isso, objetiva lançar luz sobre o jogo discursivo existente na relação entre os diversos enunciadores, as escolhas e “o locutor que as coloca em cena” a fim de determinar “quem assume o quê”, as relações de consonância e dissonância, os graus de aproximação e de distanciamento entre os PDV encenados (RABATEL, 2013, p. 19-20).

Rabatel pode ser considerado como um expoente da teoria da enunciação, pois amplia a abordagem do fenômeno da enunciação ao fazer dialogar enunciação, argumentação, narratologia e análise do discurso. Ademais, a Teoria interacional do Ponto de Vista retoma, além dos mecanismos linguísticos, a disjunção das instâncias enunciator e locutor e os aspectos antropológicos e sociais que perpassam o ato de tomar a palavra. Na proposta de Rabatel, essas dimensões estão inter-relacionadas e contribuem para uma construção hierarquizada dos sentidos. Na próxima seção discutiremos como o ponto de vista contribui para a dimensão dialógica e hierárquica nos processos de representação e de construção de referentes.

No que diz respeito ao nosso problema de pesquisa, interessa-nos observar em que medida a gestão de um dialogismo interno constitui estratégia enunciativa associada ao trabalho que o locutor faz sobre a noção democracia, ou seja, como a construção ou a reconstrução da noção se sustenta por meio do agenciamento de enunciadores ou outros locutores sob os quais se concretizam as visadas argumentativas do locutor principal (L1/E1).

5.1 DIALOGISMO: HIERARQUIZAÇÃO DE ENUNCIADORES E LOCUTORES NA GESTÃO DE PONTOS DE VISTA

Analisar a gestão das vozes que se ocuparam em refletir sobre a noção de democracia nas mídias jornalísticas, sobretudo tendo como *corpus* textos opinativos, tais como os artigos de opinião, nos permite descrever a polarização na qual esses discursos estão inscritos.

A gestão do dialogismo na construção da cena enunciativa se configura como um importante mecanismo para a identificação e a hierarquização de locutores, de enunciadores e dos respectivos pontos de vista. A análise dessa dimensão discursiva nos auxilia a delinear a polarização existente no embate de vozes que engendram a cena política. Por assim dizer, a teoria dos pontos de vista desenvolvida por Rabatel (2013; 2016) será importante para

compreendermos o caráter dialógico, argumentativo e interacional envolvido na gestão do (s) ponto (s) de vista no ato de discursivização, bem como os traços de uma polêmica discursiva em torno da noção de democracia.

É na identificação do embate de vozes ou na confrontação dos diferentes PDV que podemos descrever e interpretar as instâncias envolvidas na gestão do dialogismo interno existente no *corpus* de análise desta tese. Para Rabatel (2016b, p. 17), a atualização discursiva pode ser considerada como o lugar de uma “construção” e de uma “transformação” realizadas por meio de um processo de interação dialógica. Construção, pois ao comentar, explicar ou justificar determinadas posições por meio da convocação de diferentes enunciadores, portadores de PDV, ou não, o locutor constrói uma cena enunciativa capaz de produzir efeitos de sentido por meio da transformação da realidade comentada, com o objetivo de alcançar o interlocutor/destinatário.

A fim de apreender essa dimensão dialógica no enquadre enunciativo, Rabatel (2013, p. 19) apresenta uma renovação epistemológica das relações entre locutor e enunciador, herdadas de Benveniste e Ducrot. Em tais teorias, consideradas fundadoras da enunciação, de um lado Benveniste não se ocupou da distinção entre “enunciador” e “locutor”; de outro Ducrot distingue enunciador e locutor, entretanto “não diz nada sobre o conteúdo do ponto de vista” (RABATEL, 2016b, p.72).

Diante disso, podemos considerar que Rabatel amplia e inova a abordagem enunciativa do PDV ao privilegiar “a autonomia relativa da instância do enunciador” e colocar em evidência as “suas vantagens para a gestão do dialogismo interno” no processo de enunciação. O dialogismo intratextual pode revelar a tomada de posição dos sujeitos por meio do conteúdo proposicional veiculado pelo PDV.

Para tanto, o autor, inspirado em Ducrot (1987), propõe a análise de ao menos duas instâncias que atuam no enquadre enunciativo, o locutor e o enunciador. O locutor coloca em cena os objetos de discurso de acordo com o ponto de vista que deseja construir engajando enunciadores, portadores de PDV antiorientados ou coorientados.

Rabatel (2016b, p. 82) afirma que todo ponto de vista comporta uma dimensão dialógica ao ser

(...) assumido, seja diretamente, por um locutor/ enunciador primeiro, seja indiretamente, por um locutor enunciador segundo (intratextual), seja, ainda, por um enunciador segundo não locutor. O locutor é a instância que profere um enunciado (nas dimensões fonéticas e fáticas ou escriturais), conforme um posicionamento dêitico ou um posicionamento independente de *ego*, *hic et nunc*.

Isto é, em um enunciado dialógico, a análise do dialogismo interno comporta um centro dêitico, mas, por outro lado, comporta vários centros e perspectivas modais, visto que, “se todo locutor é um enunciador, todo enunciador não é, necessariamente, locutor, o que leva a dizer que um locutor pode, em seu discurso, ecoar em vários centros de perspectiva modais” (RABATEL, 2016b, p.83). O locutor opera a gestão do dialogismo interno na medida em que é a instância que possui autonomia para assumir posições enunciativas, atribuir PDV ou *imputar* responsabilidade enunciativa, se aproximar ou se distanciar de determinado posicionamento.

O dialogismo nos permite verificar esse colocar em funcionamento por meio da encenação dos PDV “a dêixis do locutor e o engajamento modal dos enunciadores”. Os índices dêiticos e o engajamento modal demarcam os pontos de vista que auxiliam no processo de hierarquização ou de distinção entre enunciadores e locutores em função de um projeto argumentativo do locutor. Para Rabatel

(...) o enunciador não é simplesmente uma instância privilegiada de expressão da subjetividade, é também um ponto central das visadas argumentativas dos locutores. Assim como em Ducrot (1980 e 1984), definiremos o enunciador como a instância que se encontra na origem de um ponto de vista expresso em um conteúdo proposicional (...) (RABATEL, 2013, p.19).

A distinção entre locutor e enunciador na gestão do dialogismo interno traz ao menos duas consequências importantes para a nossa pesquisa. Primeiro, coloca o enunciador não somente como o lugar de expressão da subjetividade ou de pontos de vista, mas também como centro das ações de gestão das vozes – em direção a uma orientação argumentativa prevista pelos locutores – no processo de definição da noção de democracia, e nos permite a descrição da postura assumida pelos enunciadores e locutores, sobretudo o principal, em relação ao *que é democracia?*

De acordo com Rabatel (2016b, p. 60), no dialogismo que envolve a construção do ponto de vista, as percepções representadas pelo locutor primário, considerado, mais frequentemente como narrador, são capazes de exprimir o PDV de um enunciador segundo. Esse enunciador se mostra como a fonte enunciativa fundamental, mesmo sem exprimir um PDV por meio de um discurso direto. Desse modo, tais representações carregam inferências interpretativas do locutor primário no processo de construção do objeto discursivo.

Ademais, além de dar conta do dinamismo que envolve a relação dialógica existente na *mise-en-scène* enunciativa, ao evidenciar a distinção entre locutores e enunciadores para determinar “quem assume o quê”, em função das fontes enunciativas que estão na origem da visada argumentativa do locutor, de certa forma, o autor propõe uma dependência entre a

situação de comunicação (nível externo) e o contexto (nível interno). Isso torna possível a descrição do dialogismo interno e a reconstrução do dialogismo interdiscursivo realizado pelo locutor no processo de transformação discursiva operada ao atribuir um ponto de vista a determinado enunciador ou locutor.

Essa reconstrução não consiste apenas na busca pelos significados disponíveis no interdiscurso ou no contexto de produção dos discursos, mas, também em identificar o propósito das relações intersubjetivas instauradas entre locutor e enunciador, que têm as crenças e valores como parte constitutivas da subjetividade. As relações intersubjetivas permitem ao locutor implicar o outro em seu discurso em função de um projeto argumentativo. Nesse caso, trata-se de

(...) analisar a subjetividade do locutor fora da enunciação pessoal, ou ainda a subjetividade de enunciadores internos aos enunciados do locutor, que não são locutores de discursos relatados. (RABATEL, 2013. P. 27).

Assim, a polêmica pública existente em torno da noção de democracia pode ser percebida nos discursos analisados por meio da multiplicidade de vozes que perpassam e se confrontam na cena enunciativa, mesmo nos casos em que os PDV são expressos sem palavras. No *corpus* desta pesquisa, a construção interacional do ponto de vista funciona como instrumento de análise capaz de contribuir para a descrição e a análise das relações dialógicas entre as instâncias enunciativas, demarcando o dialogismo, as posições e a heterogeneidade, no sentido de Authier-Revuz (2012), existente na representação de pontos de vista (ora consoantes ora dissonantes) que resultam em diferentes modos de construção do objeto de discurso *democracia*.

5.1.2 RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA E CONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA

Ao exprimirmos um ponto de vista sobre dada temática ou objeto, assumimos certa responsabilidade pelo conteúdo do dizer, uma posição binária, polarizada, favorável ou desfavorável. Para o senso comum, parece não existir nuances no processo de construção da opinião; apenas um jogo no qual ou estamos em uma posição ou em outra. Nesse jogo a opinião sobre determinado tema pode lançar o locutor em universos ideológicos distintos a depender da identificação e de uma “responsabilidade” a ele atribuída.

Ao postular a noção de responsabilidade enunciativa, Rabatel (2016b) argumenta que o ponto de vista do sujeito pode ser expresso tanto diretamente por meio de comentários explícitos

quanto indiretamente pela construção referencial do objeto de sua enunciação. A fim de estabelecer uma distinção entre a noção de responsabilidade enunciativa e outros tipos de responsabilidade, Rabatel (2015) esclarece que

Existe uma ligação entre apropriação pelo dizer e responsabilidade, mas sem recobrimento das noções: é possível a apropriação pelo dizer de proposições irresponsáveis, de ser julgado "responsável" no (sentido habitual em que fazemos de "responsável", um sinônimo daquele que se apropria, que assume o que não é o meu caso) por proposições que não foram assumidas, de não ser responsabilizado por proposições que foram, porém, assumidas etc. A apropriação pelo dizer e a responsabilidade só se recobrem idealmente em contextos monológicos e monogerados com um locutor e um ponto de vista (RABATEL, 2015, p. 154).

Nos artigos de opinião que constituem nosso *corpus*, a responsabilidade pelo dizer recai sobre o PDV de L1/E1, o *principal*, quando o PDV de L1/E1 corresponder ao PDV do locutor (L). Nesse caso, Rabatel (2016, p. 85-86) afirma que esse locutor (L) se relaciona com o locutor "ser do mundo" ou "sujeito falante" e é a partir desse "principal que o locutor engaja seu PDV", a responsabilidade enunciativa se refere a esse PDV engajado, sobre o qual o Locutor principal pode ser cobrado.

De acordo com o autor, em alguns textos dialógicos o *principal* tem correspondência com o sincretismo do locutor e enunciador, identificado por L1/E1, ou *locutor primário*. Abriremos um parêntese para, em momentos pontuais, ilustrar as categorias com alguns excertos do *corpus* de modo a clarificar o funcionamento dessas categorias na análise realizada na terceira seção da tese.

No exemplo abaixo inserimos um excerto do *corpus* para ilustrar de modo didático como é construída a relação de sincretismo entre locutor e enunciador L1/E1, vejamos:

Tanques e togas tentam cercar a democracia brasileira. Nas democracias, chefes militares não fazem consideração sobre política e eleição. Há um esforço deliberado para tratar o eleitor como um débil mental (AZEVEDO, 2018).

Nesse excerto, percebe-se o PDV de L1/E1 nas asserções (*Nas democracias, chefes militares não fazem consideração sobre políticas e eleição*), nos modos de denominação (*tanques e togas*), no modo de atribuição do processo narrativo (*tentam cercar...*). Há também a imputação, por L1/E1, de um PDV a um enunciador segundo (que não é locutor): *Há um esforço deliberado para tratar o eleitor como um débil mental*. Nesse enunciado, L1/E1 representa o PDV de um enunciador em sincretismo com L, ser no mundo, que se coloca em posição anteriorizada a e2 (o Exército e o Judiciário), representados pelas identificações

tanques e togas, que têm uma intenção deliberada (*tratar o eleitor como um débil mental*). A asserção traz ainda, pela *negação polêmica*²⁵, um enunciador que tem o PDV de que chefes militares não *podem fazer* considerações sobre política e eleição, PDV antiorientado ao PDV de L1.

Em outras palavras, nessa representação dialógica há correspondência com o que "pensa o locutor enunciador primeiro" L1/E1, sobre o qual o alocutário ou destinatário pode atribuir uma posição, marcando "acordo ou desacordo" com determinado "enunciador intradiscursivo" coorientado ou antiorientado (RABATEL, 2016, p. 86). O processo de hierarquização de locutores e enunciadores assume papel relevante na análise da organização enunciativa, pois é a partir da identificação dos diferentes planos de PDV – sobre os quais se constrói o dialogismo existente entre as diferentes instâncias enunciativas – que se apreende a orientação das percepções tanto em sentido coorientado quanto antiorientado ao PDV do *locutor principal*.

O locutor *principal* assume um triplo aspecto na Teoria interacional do ponto de vista, quais sejam:

- i) *locutor*, por meio de seu papel na enunciação (locutor enquanto tal de Ducrot);
- ii) *ser do mundo*, o locutor λ , de Ducrot;
- iii) *sujeito falante*, que assume a responsabilidade pelo que é dito e pelo modo como é dito.

É importante ressaltar que diante dessas nomenclaturas, por questões metodológicas, consideramos pertinente adotar a noção de locutor como a instância sobre a qual é possível identificar aquele que assume um enunciado ou o PDV, levando em conta a relevância do estatuto social desse locutor para a análise do ponto de vista. Nesse caso, o sincretismo L1/E1 indica o responsável pelo texto na sua totalidade, bem como a instância que agencia as vozes que constituem o dialogismo interno – os locutores e enunciadores segundos, l2/e2.

No procedimento de hierarquização do ponto de vista, os enunciadores não podem ser considerados sob a mesma perspectiva ou como uma relação de equivalência. Para Rabatel (2016), em função da definição da *fonte enunciativa* do conteúdo proposicional alguns

²⁵ De um lado a negação polêmica corresponde a um ato de fala de negação e se apresenta como a refutação de um enunciado positivo correspondente (“trata-se sempre, nesse caso, de uma negação de frase”). De outro lado, corresponde a uma negação 'descritiva', ou seja, é a “afirmação de um conteúdo negativo, sem referência a uma afirmação antitética” (DUCROT, 1981, p. 98).

enunciadores serão mais importantes que outros, conforme a "reação dos interlocutores". No artigo de opinião, tendo em vista seu caráter monologal, a reação dos interlocutores é pensada no âmbito de uma situação potencialmente comunicativa (GHIGLIONE, 1984), na qual os interlocutores não estão em presença, mas são instâncias imaginadas pelo locutor – como, de modo semelhante, prevê o contrato de comunicação proposto por Charaudeau (2009 [1983]) – a partir das quais o locutor estabelece um jogo discursivo na constituição do dizer.

Aos enunciadores ou locutores citados que cumprem, em certa medida, o papel de atualização dos sujeitos modais no discurso, Rabatel (2016b, p. 86) propõe que sejam identificados, respectivamente, por uma minúscula seguida de variável **I2** e **e2**, **I3** e **e3**. Essas são instâncias que assumem uma posição segunda em relação a L1/E1. No excerto a seguir temos um e2 que assume uma posição secundária em relação a L1/E1:

Aos 57 anos, incomoda-me o assédio que ofendia meu senso de autonomia adolescente. Desculpem-me por um tantinho de memória privada a unir setembros. Como naquele filme, sei que a história de uma pessoa “vale menos do que um punhado de feijão neste mundo louco”, mas é a minha história – ou a infância afetiva de um liberal. Entre togas e tanques. (AZEVEDO, 2018).

Embora o trecho acima tenha características de uma narrativa em primeira pessoa traz o PDV de um enunciador que ocupa um espaço secundário em relação ao principal. É como se L1/E1 desse voz a um e2 do passado, um enunciador testemunha de uma história de vida. Esse enunciador testemunha do passado foi inserido no discurso com o objetivo de reforçar o PDV de L1/E1 sobre a ação das instâncias jurídicas e do Exército brasileiro – retomadas, respectivamente, pelas nomeações “togas” e “tanques” – durante a ditadura militar.

Nesse caso e2 funciona como um desdobramento de L1/E1 que agencia no discurso as memórias e a voz de e2. Tal desdobramento pode ser visível se considerarmos que ao dizer: “Desculpem-me por um tantinho de memória privada a unir setembros” L1/E1 solicita ao seu interlocutor um espaço para recorrer ao PDV do enunciador testemunha do passado e a essas memórias evocadas no discurso. Nesse movimento enunciativo L1/E1 insere, num procedimento autodialógico, a voz de e2 que apresenta as memórias da infância de L1/E1 “entre togas e tanques.”

Para Rabatel, L1 coloca em cena o PDV de outros enunciadores em função de seus próprios interesses. Ou seja, o locutor primário encena os PDV a depender de um projeto argumentativo. Os enunciadores segundos são internos ao enunciado e "agregam em torno de si um certo número de conteúdos proposicionais". Tais conteúdos apontam para o PDV do "enunciador intradiscursivo". Para o pesquisador

(...) a determinação do principal é crucial quando os discursos são restituídos em seu contexto de produção, pois ela engaja julgamentos e mesmo ações diferentes de acordo com o sentido que os destinatários darão à mensagem Rabatel (RABATEL, 2013, p. 43).

Assim, os conteúdos proposicionais na base do PDV de certos enunciadores podem nos dar pistas para identificarmos com quais PDV o locutor primário se identifica, adere ou subordina; se estabelece uma relação de aproximação ou de distanciamento ao definir, de modo geral, uma posição enunciativo-argumentativa sobre a problematização "*o que é democracia?*", questão norteadora das análises realizadas nesta pesquisa, a partir da qual pretendemos identificar, descrever e analisar os PDV construídos por diferentes Locutores.

Além da identificação das instâncias anteriormente apresentadas, há uma terceira forma de identificar e hierarquizar os PDV, a *imputação*. Vejamos um exemplo de nosso *corpus* em que L1/E1 imputa um PDV a outros enunciadores:

[T01]Há um esforço deliberado para tratar o eleitor como um débil mental. Generais, juízes e procuradores se arvoram em consciência crítica da brasileira incapaz. (AZEVEDO, 2008. Grifos nossos).

Em função das várias formas de responsabilidade enunciativa (RE) e das diversas instâncias enunciativas, Rabatel (2016, p. 88) distingue entre a RE existente na imputação dos conteúdos proposicionais que o Locutor Enunciador *primário*, L1/E1, vai assumir porque os “julga como verdadeiros” e, por outro lado, a imputação dos conteúdos proposicionais atribuídos por L1/E1 a um enunciador segundo (e2). No caso apresentado, L1/E1 se distancia do PDV atribuído aos enunciadores segundos (generais, juízes e procuradores), marcando uma posição antiorientada entre o PDV de L1/E1 e l2/e2.

A posição antiorientada de L1 em relação a E2 (generais, juízes...) já deixa antever uma posição de L1 sobre um aspecto da democracia: a de que se deve respeitar a inteligência do cidadão, dar-lhe autonomia para pensar, e não tratar o eleitor – cidadão – como débil mental, se “arvorando em consciência crítica da brasileira incapaz”. Um aspecto da noção de democracia em jogo nesse PDV é que a democracia não é o regime da tutela do cidadão.

O ato de imputar uma responsabilidade enunciativa relaciona-se com o que Rabatel denomina de *prise en charge*, doravante PEC. Para o autor a definição ou a indicação de uma RE passa necessariamente pela PEC, pois é por meio dela que temos acesso a fonte de um PDV, ou seja, a PEC permite a percepção de *quem assume o quê*, em termos de responsabilidade enunciativa diante de um PDV imputado pelo locutor L1/ E1 aos enunciadores l2/e2.

Entretanto, Rabatel (2013, 2016b) assevera que a responsabilidade enunciativa é limitada ou pressuposta quando remete ao PDV alheio ou quando os PDV imputados por L1/E1 são atribuídos aos e2 (enunciadores segundos), mas não assumidos integralmente pelo locutor principal. Essa relação entre imputação, *prise en charge* e responsabilidade enunciativa produz efeitos distintos de distanciamento ou de aproximação do locutor principal com os PDV encenados pelos enunciadores segundos.

5.1.3 EFEITOS DOS PONTOS DE VISTA REPRESENTADO, NARRADO E ASSERTADO

Como já foi explicitado, a disjunção, acrescentada à hierarquização, das instâncias enunciativas locutor \neq enunciador em função do conteúdo modal pode ser considerada como uma importante inovação de Rabatel no âmbito dos estudos enunciativos. Ela nos permite desvelar a fonte enunciativa na origem de um PDV através dos modos de apresentação dos objetos do discurso e do grau de identificação, aproximação ou distanciamento do locutor.

Rabatel (2016) propõe a análise dos efeitos de distanciamento/ aproximação ou estados dos PDV por meio de uma tríade, a saber: o “Ponto de vista narrado”; o “Ponto de vista representado” e o “Ponto de vista assertado” (RABATEL, 2016, p. 123). Esses estados ou modalidades do PDV são perceptíveis por meio de traços linguísticos que desvelam a relação do locutor com o PDV e são responsáveis por produzir distintos efeitos discursivos. Vejamos:

- i) O *ponto de vista representado*: se apoia de modo mais alargado na análise da “*expressão linguística das percepções representadas*”, ocupando-se da “*expressão linguística do saber dos locutores ou agentes dos enunciados*”. Trata-se de uma abordagem que se aproxima de “certos fenômenos de heterogeneidade enunciativa, como propõe Authier-Revuz” (*apud* RABATEL, 2016b, p. 120). Nesse estado de apresentação do ponto de vista “a percepção de um objeto do discurso qualquer” é “representada em enunciados delocutivos” (RABATEL, 2016b, p. 60). Há uma aproximação com o que postula Charaudeau (2009) no *ato* de linguagem *delocutivo* com as diversas formas do discurso relatado. Embora o problema do ponto de vista não se limite ao discurso relatado, a modalização dos enunciados relatados pode apresentar as percepções pessoais sob um contorno que projeta um efeito objetivante nas descrições da enunciação de origem. Desse modo, o PDV representado estabelece um jogo “enunciativo

no qual a subjetividade das percepções do enunciador pode-se dar em livre curso" por meio das escolhas do modo de relatar (RABATEL, 2016b, p. 155). Trata-se da representação de uma fonte enunciativa de dizeres sem falas, pois não exprime seu PDV em discurso direto (Rabatel, 2016b,p. 60), mas cuja presença é possível ser identificada.

- ii) *O ponto de vista narrado*: se relaciona com a atitude do locutor em relação à construção dos objetos discursivos com vistas a alcançar os interlocutores. Há uma busca de identificação do locutor para com o seu interlocutor em diferentes graus, a depender do ponto de vista adotado ou do nível de aproximação e distanciamento em relação ao PDV. Nesse estado do ponto de vista o locutor não assume a responsabilidade sobre o que é dito, mas a atribui a outros, ele “percebe, pensa, narrando”; descreve fatos, agentes e acontecimentos (RABATEL, 2016b, p. 153).
- iii) *O ponto de vista assertado*²⁶: neste estado o PDV está ancorado na noção de perspectiva (“visão, maneiras de ver, de considerar, de apresentar os referentes”), dependente de uma ampla problematização acerca da subjetividade e da modalidade. O PDV *assertado* veicula os julgamentos que apontam para uma origem ou instância enunciativa identificável (RABATEL, 2016b, p.159). Nesse PDV a subjetividade esta relacionada com o “jogo do que o locutor escolhe pôr ou pressupor” (RABATEL, 2016b, p. 168). Em outras palavras, é o modo como o PDV exprime certa apreensão do mundo, dos objetos discursivos de forma implícita, contando com o código cultural para sua interpretação. A expressão da subjetividade pode ser construída sob a aparência de certa impessoalidade, para isso o locutor lança mão de termos valorativos, afetivos, axiológicos e de modalizadores.

Os efeitos das modalidades do PDV na construção do dialogismo e no investimento subjetivo dos locutores e enunciadores serão expressos por meio de distintos mecanismos

²⁶ Rabatel ([2008] 2016, p. 159) considera que tanto o PDV narrado quanto o PDV assertado apresentam aspectos de PDV embrionários, interdiscursivo. Entretanto, na ausência de uma forma de denominação satisfatória obriga a uma manutenção das terminologias, contando com a compreensão do leitor na distinção entre um estado e outro.

linguísticos, dentre os quais destacamos as modalizações. No artigo de opinião, existe um forte emprego das modalizações na constituição dos discursos que discutem a noção de democracia, visto que é por meio desse recurso que o locutor estabelece uma relação de aproximação ou de distanciamento conflitual com os diferentes locutores/enunciadores convocados no tecido discursivo.

5.1.4 MODALIZAÇÃO E MODALIDADE DOS PROCESSOS ENUNCIATIVOS

O problema da modalização e da modalidade abarca uma visão bastante plural. Essa multiplicidade repousa tanto no processo de conceituação quanto na dependência do campo de estudo com suas várias orientações teóricas e metodológicas que implicam diferentes posicionamentos. Para Neves (2013, p. 151) “desde a questão fundamental pela qual se pergunta se ‘enunciar já implica modalizar’ até a questão de saber em que grau e por que meios o falante ajusta a modalidade que marca o seu enunciado” o fenômeno da modalização oferece uma miríade de possibilidades ao pesquisador.

As reflexões sobre a modalidade são anteriores à linguística, sendo tão antigas quanto os estudos gramaticais. Elas têm origem na lógica que buscou definir as categorias que formam uma proposição, a fim de organizá-las em termos de formas do pensamento ou do seu valor de verdade. Entretanto, quando se trata de uma investigação da modalidade e da modalização no campo da linguística ao menos dois problemas se impõem ao pesquisador, a saber: o primeiro decorre da conceituação da categoria de modalidade, que não é absolutamente pacífica; o segundo diz respeito à dificuldade em delimitar as fronteiras entre lógica e linguística (NEVES, 2013).

Cabe ressaltar que, enquanto a lógica ocupou-se das formas de pensamento veiculadas pelas proposições – destituídas ou relativamente independentes da existência de um sujeito –, no âmbito da linguística o fenômeno da modalidade passou a ser problematizado recentemente a partir de uma perspectiva enunciativa que preza pela existência de um sujeito na enunciação.

Bally (1932 *apud* FLORES; TEIXEIRA, 2009) aborda o problema a partir da distinção entre *dictum* e *modus*. O primeiro carrega os conteúdos proposicionais; o segundo veicula a atitude do locutor em relação ao conteúdo proposicional. Ou seja, para Bally o *dictum* pode ser considerado como a parte representacional de um enunciado, e o *modus* como a reação de um sujeito modal ao *dictum*. O sujeito reage às representações veiculadas no *dictum*, constatando-as, apreciando-as ou desejando-as. Assim Bally propõe três formas de julgamento envolvidas no processo de modalização: i) julgamento de fato ou entendimento (“eu acho que está

chovendo”); ii) julgamento de valor ou sentimento (“lamento que esteja chovendo”); iii) volição, vontade (“eu quero que chova”)²⁷.

Para Culioli (1968, p. 112 *apud* MAINGUENEAU, 2014, p. 355), as modalidades são entendidas como o enunciado que veicula determinado sentido, conforme quadro a seguir:

Quadro 3 – Modalidades em Culioli

Modalidade	Categoria
Asserção	Afirmativa, negativa, interrogação, injunção (imperativo) etc.
Epistêmica	Certo, provável possível, necessário etc.
Apreciativa ou afetiva	Julgamento
Intersubjetiva	Relação intersubjetiva, ordem, permissão etc.

Fonte: Elaborado pela autora

Meunier (1974 *apud* MAINGUENEAU, 2014, p. 335) propõe a distinção entre dois tipos de modalidades: a modalidade enunciativa, que caracteriza a forma de comunicação entre os interlocutores, como, por exemplo, as modalidades interrogativa, assertiva, imperativa e o emprego de advérbios; e as modalidades de enunciado, que não recaem sobre a enunciação, mas sobre o enunciado, tais como as modalidades lógicas (possível, necessário, certo, inverossímil, obrigatório...), as modalidades apreciativas ou avaliativas (triste, lamentável desejável).

Le Querler (1996 *apud* MAINGUENEAU 2014, p. 336) classifica as modalidades de maneira bem próxima, a partir da distinção entre modalidades subjetivas e intersubjetivas. As modalidades subjetivas são capazes de expressar somente “a relação entre o sujeito enunciador e o conteúdo proposicional”. Além disso, elas recobrem as modalidades apreciativas e epistêmicas. É por meio das modalidades epistêmicas que o locutor exprime seu grau de certeza sobre aquilo que afirma. Por outro lado, as modalidades intersubjetivas demonstram a “relação estabelecida entre o sujeito enunciador e um outro sujeito em relação ao conteúdo proposicional”, colocando em relevo a questão do dialogismo e da polifonia.

Vimos que muitos autores tomam por sinônimo as categorias de modalidade e de modalização, subdividindo-as em categorias que ora se aproximam ora apresentam certos traços de distinção. No que se refere à delimitação e distinção entre os dois fenômenos mencionados

²⁷ Notas da disciplina *Discurso, enunciação e modalização*, ministrado pelo professor Dr Wander Emediato de Souza no Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos POSLIN/ FALE 1º/ 2020.

Maingueneau (2014, p. 336) afirma que a modalização se insere no fenômeno da enunciação. O autor compreende a modalização como um processo contínuo, que se desdobra em duas concepções, uma ampla e uma restrita.

A concepção ampla representada por Dubois, em *Énoncé et énonciation*, tende a tratar a modalização como enunciação. Nessa vertente a definição, de enunciação corresponde à atitude do locutor diante de seu enunciado, e a modalização é o processo definidor da marca que o sujeito incessantemente imprime no seu enunciado (DUBOIS, 1969, p.105 *apud* MAINGUENEAU, 2014, p. 336). Maingueneau (2014) considera relevante a concepção mais *restrita* de modalização, a fim de não se incorrer em uma sobreposição das duas noções. Nesse sentido a modalização pode ser compreendida como a atitude do locutor em relação a seu próprio dizer que deixa marcas de natureza diversa no enunciado (morfema, prosódia, mímica etc).

Authier-Revuz (2004) aborda a modalização no interior do funcionamento enunciativo e da produção do sentido por meio de formas de representação da enunciação pelas quais o enunciador duplica no fio do discurso a enunciação de um elemento. A autora propõe um conjunto de formas metaenunciativas organizadas em três tópicos – as formas isoláveis na cadeia, as formas reflexivas e as formas opacificantes de representação do dizer –, para constituir o que ela denomina de modalidade autonímica. A modalidade autonímica pode ser considerada como uma forma de autorrepresentação do dizer na qual o locutor comenta ou faz uma reflexão sobre o seu próprio dito ou sobre o dizer do outro de forma duplicada. Além disso a pesquisadora postula que

nenhuma palavra vem neutra do “dicionário”; elas são todas “habitadas” pelos discursos que viveram “sua vida de palavras”, e o discurso se constitui, pois, por um encaminhamento dialógico, feito de acordos, recusas, conflitos, compromissos...pelo “meio” dos outros discursos (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 68-69).

De acordo com Vion (2005), na modalidade o dictum apresenta um caráter paradoxal, pois ao mesmo tempo apresenta-se como uma representação subjetiva construída pelo locutor diante do dizer posto em circulação e uma postura de distanciamento provocado por sua reação modal. Já a modalização seria um fenômeno particular, distinto da modalidade, que manifesta uma complexa duplicação enunciativa a partir da coexistência de dois enunciadores correspondentes a um mesmo locutor. Essa dualidade leva a uma opacificação das formas de dizer, semelhantes à metaenunciação (AUTHIER-REVUZ, 2004) ou às modalidades que se referem ao conteúdo do dito.

Na Teoria Semiolinguística, o modo enunciativo pode ser entendido como uma categoria de discurso que perpassa todos os demais modos de organização e indica as atitudes ou a posição do locutor na encenação linguageira. De acordo com Charaudeau (2009[1983], p. 82), esse modo de organização possui estreitas relações com a modalização. Entretanto são processos que não podem ser confundidos, pois “a modalização constitui apenas uma parte do fenômeno da enunciação” (CHARAUDEAU, 1992, p. 572. *Apud* MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2014, p. 337).

Para o pesquisador, isso se deve ao fato de a modalização ser um fenômeno estritamente linguístico, uma categoria da língua, que permite ao locutor explicitar o seu ponto de vista, sua posição em relação a seu “interlocutor, a si mesmo e a seu propósito”, enquanto o modo de organização enunciativo é entendido como uma categoria de discurso que aponta para a maneira como o locutor encena o ato de comunicação e estabelece jogos linguageiros entre o que é objetivo ou subjetivo.

Diante disso, a modalização deve ser concebida em uma incontornável relação entre nível linguístico e discursivo. A modalização, entendida como os diferentes meios de posicionamento do locutor, contribui de forma estratégica na construção do ponto de vista no modo de organização enunciativo e para a argumentação. Uma vez que “assim como as categorias de língua permitem a constituição do discurso, as categorias de discurso têm sua contrapartida nas categorias de língua” (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p.84), ou seja, uma dimensão participa ativamente da outra para a construção do ponto de vista e da atitude do locutor diante de si mesmo, do interlocutor e do terceiro.

Nos diferentes atos linguageiros que constituem o modo enunciativo, o locutor modaliza seu discurso de diversas formas, a depender do efeito pretendido. Charaudeau (2009[1983]) propõe que as modalidades sejam tratadas no interior dos atos linguageiros, a saber: o alocutivo, o elocutivo e o delocutivo – através dos quais as categorias da língua são organizadas.

O ato alocutivo estabelece uma relação de influência entre locutor e interlocutor, por meio de modalidades intersubjetivas/interlocutivas. No ponto de vista acional o locutor lança mão das modalidades interlocutivas ao se colocar em uma posição de superioridade, impondo ao interlocutor um “fazer fazer” ou um “fazer dizer”, estabelecendo uma relação de força (explicitada pelo uso das modalidades de injunção e de interpelação (autorização, aviso, proposta e sugestão). Além disso, o locutor pode enunciar em uma posição de inferioridade em relação ao interlocutor, apresentando-se como quem necessita do “saber” e do “poder fazer” com a explicitação *de* modalidades de interrogação e de petição.

A atitude elocutiva resulta em uma enunciação com efeito de modalizar subjetivamente os dizeres, de modo a explicitar o ponto de vista interno do sujeito falante com um propósito referencial. Para isso, o locutor enuncia seu o ponto de vista sobre o mundo por meio de modalidades subjetivas. Desse modo, as categorias do modo elocutivo podem exprimir certo posicionamento subjetivo do locutor em relação ao seu leitorado e em relação aos objetos tematizados.

Para Charaudeau (2009 [1983]), os atos elocutivos podem veicular o ponto de vista do sujeito comunicante sobre o mundo por meio das seguintes categorias modalizadoras: *modalidades de constatação e modalidades de saber/ ignorância; modalidades de opinião e de apreciação; modalidades de obrigação, possibilidade e querer; modalidades de promessa, aceitação/ recusa, acordo/ desacordo, declaração; modalidade de proclamação*, expressas através das categorias da língua.

Charaudeau (2009 [1983], p. 100) afirma que as modalidades delocutivas são desvinculadas tanto do locutor quanto do interlocutor. Para alcançar o efeito de objetividade o locutor recorrerá a dois modos de dizer: o propósito²⁸ que se impõe por si só, a asserção; e o propósito que é um texto de outro locutor, o discurso relatado. Na modalidade de asserção temos o desdobramento de algumas categorias correspondentes à atitude enunciativa do elocutivo, como apreciação, obrigação, possibilidade, anseio, exigência, aceitação, recusa, confissão, confirmação, mas desmodalizadas, ou seja, em terceira pessoa ou com apagamento do locutor; ou as modalidades de evidência e de probabilidade etc. (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 101). Dependendo do valor da modalidade a configuração da asserção pode ser constituída por construções dos tipos:

Quadro 4 – Configuração das modalidades de evidência e de probabilidade

<p>verbo “ser” + adjetivos ou substantivos abstratos / modo indicativo e orações subjuntivas + advérbios e locuções adverbiais</p>

Fonte: elaboração própria

No discurso relatado, o locutor retoma a fala de um terceiro e através do apagamento enunciativo dá contornos objetivantes ao dizer do outro, lançando mão de modalidades objetivas. Trata-se de uma modalidade complexa, pois depende da posição dos interlocutores,

²⁸ Tradução de *propos*, termo utilizado por Charaudeau como alternativa a *proposição*, expressão logicista.

das maneiras de relatar um discurso já enunciado e de como é operada a descrição da enunciação de origem. Dito de outro modo, o discurso relatado pode ser uma reprodução fiel do que já foi dito ou sofrer uma transformação por meio da interpretação do que não foi dito de modo explícito pelo locutor de origem.

A modalização operada pelo locutor no ato de relatar um discurso pode indicar o distanciamento ou a aproximação do locutor, isto é, ele pode “tentar relatar o discurso da maneira mais objetiva possível”, não intervindo; ou pode manifestar sua “adesão” ou “não adesão” ao discurso emitido pelo locutor de origem. O tipo ou nível de distanciamento operado pelo locutor em relação ao dizer representado será explicitado pelo uso de verbos de modalidade (CHARAUDEAU, 2009 [1983], p. 104).

Charaudeau (2009 [1983], p. 103-105) propõe quatro modalidades de discurso relatado pelas quais o locutor pode representar o discurso de origem, quais sejam:

- i) *Discurso relatado citado*: o discurso de origem é citado de modo fiel ao que foi enunciado no discurso de origem, possui autonomia em relação com o dizer enunciativo que ele retoma, marcado pelo estilo direto, dois pontos e aspas que demarcam o discurso de origem;
- ii) *Discurso relatado integrado*: construção que integra parcialmente o discurso de origem ao dizer daquele que o relata, provocando transformações no enunciado: discurso relatado em terceira pessoa; as marcas pronominais e de tempo verbal são desvinculadas da enunciação de origem e passam a vincular-se à enunciação do locutor que relata. Carrega marcas linguísticas típicas do “estilo indireto” e “estilo indireto livre”;
- iii) *Discurso relatado narrativizado*: nessa forma o discurso de origem é totalmente integrado ou desaparece no dizer do locutor-relator. A transformação operada torna o locutor de origem agente de um ato de dizer.
- iv) *Discurso relatado evocado*: o discurso de origem aparece apenas como um “dado evocador” dos dizeres do locutor de origem, como referência ao que ele tem hábito de falar. Essa forma de relatar o dizer de origem vem, frequentemente, acompanhada por aspas, travessões, parênteses.

Emediato (2020) estabelece uma distinção entre a modalização e a modalidade. A primeira corresponde a um fenômeno que reflete um processo global do texto, um efeito do discurso que surge do modo de configuração do dizer. Ou seja, em função de características genéricas, dos espaços de circulação e da finalidade um texto pode apresentar, em maior ou em menor grau, uma modalização objetiva, subjetiva ou interlocutiva. Já o segundo caso comporta

as categorias com as quais o locutor modaliza o seu dizer em função do projeto de texto e das intencionalidades ou ação sobre os interlocutores.

A partir da integração entre diferentes estudos do modal o pesquisador propõe o seguinte quadro:

Quadro 5 – Estudo do Modal

Modalização	Modalidades	Expressão	Exemplos
Objetiva (lógica)	Alética	Necessidade- possibilidade ôntica -do ser	As órbitas planetárias são/ seriam elípticas.
	Epistêmica	SE em relação ao Ser, mediativa / fonte do saber	Creio que/ admito que as órbitas / Sei que ... X (me) disse que...
	Deôntica	Dever ser, mediativa fonte da regra	As órbitas devem ser elípticas para funcionar.
Subjetiva	Apreciativa	Afetiva	Puxa! É fantástico isso!
	Axiológica	Avaliativa	Há formas mais inteligentes de se pensar isso.
	Volitiva	Desiderativa	Buscarei uma solução melhor para o problema.
Interlocutiva (ilocucionária)	Injuntiva- diretiva	Incitativa	Não beba ao volante ou morra.
		Programadora	Se beber, não dirija.
		Reguladora	Você poderia por gentileza me passar o sal?
	Declarativa		Haja luz! Eu vos declaro marido e mulher

Fonte: Emediato (2022, *prelo*)

No quadro acima, Emediato (2022) propõe um enquadramento da modalização de modo integrado com enfoque em três dimensões, a saber: objetiva, subjetiva e interlocutiva/ ilocucionária. Emediato (2013a) faz algumas considerações sobre o fenômeno da modalização integrando diversas modalidades em um percurso crítico no qual desvela o domínio avaliativo existente no estudo do modal. Essa problematização nos auxilia a compreender como, na visão

de Emediato, as diferentes modalidades podem ser integradas em uma perspectiva enunciativo-dialógica.

Retomamos essa problematização, pois a julgamos pertinente para as discussões propostas nesta tese, tendo em vista que nosso *corpus* se constitui de artigos de opinião nos quais há forte presença do domínio avaliativo perceptível na enunciação de valores para a noção de democracia.

Em *Discurso, argumentação e modalização dos processos avaliativos*, ao elencar os processos envolvidos na modalização avaliativa, Emediato (2013a) afirma que, quando analisamos um discurso em termos de objetividade e subjetividade buscamos identificar o comportamento enunciativo adotado, posição que difere da concepção de uma propriedade de referenciação absoluta da linguagem. O discurso objetivo – expresso no eixo das modalidades alética, epistêmica e deontica – seria considerado apenas para efeito de análise e categorização das estratégias adotadas pelo enunciador no regime de “apagamento enunciativo” (VION, 2001. *Apud* EMEDIATO, 2013a). Já no discurso “subjetivo” – expresso no eixo das modalidades apreciativa, axiológica e volitiva – o enunciador se coloca implícita ou explicitamente como a fonte avaliativa ao assumir o regime do “investimento subjetivo”, como cita Parret (1993. *Apud* EMEDIATO, 2013a).

Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 70) afirma que “toda unidade lexical é, em certo sentido, subjetiva, já que as ‘palavras’ da língua nunca são apenas símbolos substitutivos e interpretativo das ‘coisas’”. Diante disso, a subjetividade, a avaliação, o julgamento, a opinião, de certo modo, podem perpassar todas as modalidades, mesmo sob um aparente efeito de objetividade. Interessa a essa tese identificar os processos de modalização em relação com as diferentes estratégias de apagamento ou de investimento modal do sujeito que apontam para uma relação de aproximação ou de distanciamento ao PDV representado no *corpus*.

A modalização interlocutiva ou ilocucionária, na acepção de Emediato, é marcada pelos atos diretivos, injuntivos e declarativos, ou alocutivos no dizer de Charaudeau (1983[2009]). Esse eixo assume um critério pragmático na medida em que sua função não é a de construir objetos do discurso, mas de “impô-los ao outro”, numa atitude impositiva do locutor. Aqui o locutor tenta se impor ao outro, a fim de “influenciar sua visão de mundo e levá-lo a aceitar seu ponto de vista” (EMEDIATO, 2013b, p. 82), como nos discursos de incitação à ação (EMEDIATO, 2020)

Acrescentamos que, nessa concepção, um ato que tradicionalmente poderia ser compreendido como interlocutivo, como o questionamento, tal como a interpelação, expressa pela interrogativa em (T1): “*De onde eu havia tirado aquelas ideias? Vinham de algum*

professor?”; pode ser considerada como uma estratégia de L1 na construção do ponto de vista sobre a noção de democracia e na imputação de PDV a outros enunciadores.

5.1.5 TEORIA INTERACIONAL DO PONTO DE VISTA E A MODALIZAÇÃO ENUNCIATIVA

Ao discutir o fenômeno da modalização, a partir das considerações de Bally, Rabatel se apropria do fenômeno da modalidade de um ponto de vista *lato*. Para isso, o autor parte de uma concepção de modalidade na qual não há uma distinção entre enunciador e sujeito modal. Em outras palavras, o enunciador é a instância modal do enunciado enquanto o locutor seria a instância de produção física do enunciado dissociado da instância modal. A dissociação que permite a identificação da instância modal de um enunciado é consequência da disjunção entre as instâncias enunciativas operada por Rabatel, a partir de Ducrot.

Dessa concepção alargada resulta um conceito de modalidade não reduzida às modalidades lógicas uma vez que todas as escolhas efetuadas para a construção de referentes são “tributárias de um ponto de vista do enunciador”, sobretudo, no caso das “modalidades epistêmicas e deônticas” (RABATEL, 2016, p.193).

Ao refletir sobre a função e os efeitos das modalidades e das modalizações no discurso docente Rabatel (2005) propõe a seguinte distinção:

As primeiras intervêm na construção do conteúdo proposicional, o *dictum*, enquanto a segunda está presente no *modus*, e permite ao locutor especificar seu dizer em relação à sua enunciação e/ ou seu enunciado, assim como ao de um interlocutor eventual ou de um terceiro (RABATEL, 2005, p. 48, tradução nossa).²⁹

Para o autor enquanto as modalidades atuam na construção do conteúdo proposicional, no *dictum*, a modalização está presente no *modus* e participa dos efeitos de aproximação e distanciamento atribuídos ao locutor em relação ao ponto de vista relatado, seu dizer, o dizer de terceiros e em relação ao interlocutor. Esse direcionamento para a distinção entre modalidade e modalização está fortemente associado com a importante separação entre as instâncias de locutor e enunciador desenvolvida pelo pesquisador.

Nesse quadro, a modalização contribui para a análise das modalidades concentrando-se, fundamentalmente, na expressão do lugar do enunciador em relação à realidade e a sua

²⁹ Les premières interviennent dans la construction du contenu propositionnel le *dictum*, tandis que les secondes apparaissent dans le *modus*, et permettent au locuteur de préciser son rapport à ses énonciations et/ ou à ses énoncés ainsi qu’à celles et ceux d’un interlocuteur éventuel ou d’un tiers. (RABATEL, 2005, p. 48).

representação linguística. Interessa a posição do enunciador em relação ao próprio dito (autodialogismo), dizeres anteriores ou subsequentes de terceiros (dialogismo intradiscursivo ou interlocutivo) (RABATEL, 2005).

O funcionamento tanto das modalidades quanto da modalização no âmbito da análise do discurso e na perspectiva enunciativa de Rabatel leva em conta o contexto de produção ou o caráter situacional dos enunciados. Isso se deve aos desdobramentos dados por algumas correntes pragmáticas para essas dimensões enunciativas. Visto que

as considerações da dimensão interpessoal e dialógica dos enunciados, em contextos atestados e situados, e não mais em construções descontextualizadas, levou as correntes influenciadas pela pragmática a desenvolver a noção de modalização em relação com valores modalizadores dos atos preliminares, indiretos etc. com a análise das faces, da polidez, das emoções, etc. (DE NUCHÈZE ET COLLETA, 2002. *Apud* Rabatel, 2005, p. 50, tradução nossa).³⁰

De acordo com Rabatel (2005, p. 53), para Charaudeau (1992) a modalização pode ser compreendida na distinção entre as *modalidades alocutivas*, que implicam locutor e interlocutor, principalmente, na maneira como o locutor impõe uma proposta – entendida como conteúdo proposicional – ao interlocutor; as *modalidades elocutivas*, não implicam o interlocutor no ato locutivo e se configuram como a maneira que o locutor revela sua posição ou proposta enunciada; as *modalidades delocutivas* que, de certo modo, independem do locutor e do interlocutor, nas quais o propósito se impõe por si mesmo aos interlocutores em seu modo de dizer. Nesse quadro, cada uma das modalidades estaria relacionada a um certo número de atos locutivos, tais como: *ato alocutivo*: injunção, interrogação, interpelação, etc; *ato elocutivo*: apreciação, promessa, acordo, etc; *ato delocutivo*: asserção e discurso relatado (CHARAUDEAU, 1992, p. 576. *Apud* RABATEL, 2005, p. 52).

Rabatel assevera que a associação das modalidades a um certo número de atos ilocutórios ligados a uma fonte modalizadora, não é inequívoca, isto é, essa relação entre a fonte modal e os atos locucionários pode dar origem a variadas formas de modalização ou de modalidades. Por outro lado, ressalta a complexidade da análise das modalidades em associação ao componente situacional e as instâncias enunciativas. Pois,

³⁰ La prise en compte de la dimension interpersonnelle et dialogique des énoncés, dans des contextes attestés et situés, et non plus dans des constructions décontextualisées, a conduit les courants influencés par la pragmatique à développer la notion de modalisation, en relation avec les valeurs modalisatrices des actes préliminaires, des actes indirects et avec l'analyse des faces, de la politesse, des émotions, etc. (DE NUCHÈZE ET COLLETA, 2002. *Apud* Rabatel, 2005, p. 50).

um ato de linguagem não expressa apenas uma modalidade: a apreciação reservada apenas pela modalidade elocutiva em Charaudeau, também pode ser assumida por um interlocutor (“Você está certo, poeta, ao dizer que a terra é redonda e azul como uma laranja”), ou mesmo por um locutor dóxico, anônimo em um enunciado como “É estúpido fingir que a terra não é redonda”. Nos dois casos a apreciação é assumida por um enunciador segundo intradiscursivo, depois pelo locutor/ enunciador primeiro em consonância com o enunciador segundo, que exerce papel dominante. Essa hierarquia seria revertida se o locutor/ enunciador primeiro marcasse certo distanciamento: “você pode não está certo, mas você tem razões”. Podemos ver o quão complexas são as análises, levando em consideração as instâncias enunciativas (RABATEL, 2005, p. 52-53, tradução nossa).³¹

Ao lembrar Kronning (2004) Rabatel (2005) afirma que a distinção entre a instância de modalização e a natureza da modalização é importante por introduzir uma dissociação das instâncias enunciativas na modalização do conteúdo proposicional. Na análise das representações docentes, Rabatel verificou que tanto as modalidades propostas por Charaudeau (1992) quanto as modalidades epistêmicas, apreciativas e deônticas podem expressar as crenças ou desejos que são ratificadas por uma instância enunciativa validadora.

A validade das modalizações é, no dizer de Rabatel (2005), avaliada pelo sujeito na forma de julgamentos de validação (“certamente, Pedro veio”) ou avaliação (“Jazz, eu amo”) (“quero que você venha”), formas irreduzíveis a uma validação objetiva; ou por uma instância supra individual, institucional, que valida as modalidades deônticas, distinguindo o que é permitido ou obrigatório, mas também as modalidades axiológicas e apreciativas na medida em que a instância de modalização não está localizada no sujeito (locutor/ enunciador) (RABATEL, 2005, p. 53).

Diante de um quadro tão extenso de teorizações sobre o fenômeno da modalidade e da modalização elegemos algumas categorias que julgamos pertinentes para a análise do *corpus* constituído para esta pesquisa, delineadas conforme quadro abaixo e explicadas mais detidamente a seguir.

³¹ un acte de langage n'exprime pas qu'une seule modalité: l'appréciation, réservée à la modalité élocutive chez Charaudeau, peut aussi être prise en charge par un interlocuteur (“Tu as raison, poète, de dire que la terre est ronde, et bleue comme une orange”), voire par un énonciateur doxique anonyme dans un énoncé tel que “ Il est *stupid* de prétendre que la terre n'est pas ronde”: dans les deux cas, l'appréciation est d'abord prise en charge par un l'appréciation est d'abord prise en charge par un énonciateur second intradiscursif, ensuite par le locuteur/ énonciateur premier, qui est ici en consonance avec cet énonciateur second qui joue un rôle dominant. Cette hiérarchie s'inverserait si le locuteur/ énonciateur premier prenait ses distances : « Tu n'as peut-être pas raison, mais tu as des raisons [...] », « il n'est peut-être pas stupide, mais en tout cas erroné [...] ». On constate ici combien les analyses sont complexifiées par la prise en compte des instances énonciatives (RABATEL, 2005, p.53, grifos do autor).

Quadro 6 – Modalização no discurso político midiático

Modalização	Modalidades		
Objetiva	Ôntica Ser + certeza Verbetes/ definição	Deôntica + Impositiva Dever (obrigatório) - Impositiva Dever (não obrigatório/ permitido) - Impositiva Quase impositiva Efeito potencialmente obrigatório (futuro do pretérito do indicativo)	Epistêmica Posição de saber + saber (certeza) -saber (hipótese/ possibilidade)
Subjetiva	Axiológica Julgamento avaliativo/ valores Pontos de vista (adjetivos verbos e advérbios)	Apreciativa Afetiva/ emotiva	Volitiva Intenção/ desejo
Interlocutiva/ intersubjetiva	Questionamento - interpelação / problematização		
Metaenunciativa	Autonímica – (auto) representação de si, distanciamento do outro, exterior		

Fonte: Elaborado pela autora

No eixo da modalização objetiva, serão consideradas as *modalidades ônticas*, relativas ao ser, como forma de definição de noções e condutas – no artigo de opinião elas funcionam como um verbete enciclopédico que sugere, por exemplo, o que é democracia ou ditadura; o que é ser liberal ou republicano; fascista ou nazista, contribuindo para processos de construção das imagens de democracia e dos diferentes grupos ou posições ideológicas. Na *modalidade deôntica*, observamos que a postura do locutor enuncia, de modo impositivo, um (não) dever, uma obrigação ou uma permissão.

Propomos um terceiro modo de observar a modalidade deôntica no *corpus* investigado nesta tese. Consideramos a existência da *modalidade quase deôntica* que assume um efeito potencialmente impositivo. Exemplificaremos com um excerto do *corpus*, a fim de elucidar a

diferença entre as modalidades. No trecho abaixo, L1/E1 lança mão de duas formas da modalidade deôntica ao afirmar que

(...) [A] **imprensa (não toda) que não pode falar em democracia**, pois faz jornalismo bandido, sem isenção, desmoralizando autoridades, como o presidente e seus ministros, e se mostrando forte oposição ao governo, jogando a opinião pública contra o mesmo, irresponsavelmente, em hora de tamanha crise, quando **deveria prevalecer a união em torno do interesse maior da nação** (FELÍCIO, 2019, grifos nossos).

Na primeira parte do excerto temos uma *modalidade deôntica impositiva* que expressa um não dever (“*Imprensa (não toda) que não pode falar em democracia*”) que equivale a dizer que parte da imprensa não deve/ não pode falar em democracia. Já na segunda parte, temos o que consideramos ser uma *modalidade deôntica quase impositiva*, pois a forma verbal utilizada em “deveria prevalecer a união em torno do interesse maior da nação” L1/E1 sugere um dever indiretamente atribuído à imprensa. É como se dissesse que a imprensa tem o dever de agir de modo a garantir os interesses da nação sem exercer oposição ao governo de Jair Messias Bolsonaro.

Consideramos que na *modalidade deôntica quase impositiva* – assim como sustenta Bazerman (2006) ao explicitar a noção de atos de fala – o enunciado carrega uma “força ilocucionária específica”. Essa força permite que o locutor produza um ato ilocucionário que veicula um conteúdo proposicional na pretensão de que o interlocutor assimile, compreenda ou reconheça em função das circunstâncias imediatas.

No excerto anterior o locutor faz uma aposta. Nas palavras de Bazerman (2006, p. 28), a aposta consiste em levar “os ouvintes relevantes a aceitarem as afirmações como verdadeiras, estabelecendo assim a convergência do efeito perlocucionário com sua intenção ilocucionária”. Esse processo evolui ao longo da asserção valorativa acerca do fazer ou das funções da imprensa que oscila entre a imposição de um não dever e a *modalização deôntica quase impositiva*. Tal processo contribui para a adesão do leitor à intenção ilocucionária do Locutor em direção a um potencial efeito perlocucionário de indignação, já que o dever está posto de modo implícito por meio da flexão verbal.

Nesse sentido, as especificidades das mídias de informação jornalística – tais como o fazer-saber, a ética cidadã e os efeitos de persuasão – por meio da *modalidade deôntica quase impositiva*, podem ter como efeito perlocutório o despertar do eleitor de um estado inicial para um estado de indignação com as instâncias implicadas pelo Locutor.

Como o futuro do pretérito do indicativo é um modo verbal, tradicionalmente, utilizado para expressar a ideia de um fato que aconteceria se outro fato acontecesse, levamos em conta que na *modalização deôntica quase impositiva* L1/E1 expressa, indiretamente, uma imposição de dever a certos setores da imprensa.

É por meio da veiculação de um PDV de indignação que L1/E1 suscita nos interlocutores potenciais efeitos deônticos quase impositivos atribuídos às instâncias mencionadas. Desse modo, a *modalização deôntica quase impositiva* em seu potencial efeito interpretativo pode levar o leitor a inferir que, para que pudesse falar de democracia, a imprensa antes deveria contribuir para que prevalecesse a união em torno do interesse maior da nação, qual seja: não estabelecer oposição ao governo.

Nosso quadro metodológico leva em conta outras modalidades. Na modalidade epistêmica a postura modal é a de um locutor detentor de um saber que se apresenta de modo gradativo, ou seja, + *saber* ao expressar conteúdo proposicional como certo ou verdadeiro; - *saber*, ao apresentar o conteúdo modal claramente hipotético.

No eixo subjetivo, a modalidade axiológica³² compreende as formas de avaliação e julgamento que apontam para a construção, implícita ou explícita, de valores e para a expressão de diferentes visões de mundo por meio de PDV próprio do locutor ou atribuído a outros locutores e enunciadores (EMEDIATO, 2013a); a modalidade apreciativa manifesta o estado afetivo ou emocional (medo, indignação, ódio, decepção, etc.); já na modalidade volitiva, buscamos evidenciar como o locutor insere PDV que aponta para o aspecto intencional ou de desejo realizado ou a realizar.

Na modalização interlocutiva/ intersubjetiva damos ênfase à modalidade de questionamento que pode produzir um efeito de interpelação e de proposta de problematização na direção desejada por L1, de modo a corroborar com o PDV de um protoenunciador que se constrói na enunciação pela gestão dialógica.

A modalidade autonímica pode ser considerada como uma forma de autorrepresentação do dizer na qual o locutor comenta ou faz uma reflexão sobre o seu próprio dito ou sobre o dizer do outro de forma duplicada. Na modalização metaenunciativa, o locutor retoma/remete a um dizer exterior a partir do qual ele se determina em relação de distanciamento seja para apontar para uma postura coorientada ou antiorientada ao seu PDV, reforçando o apagamento enunciativo. Em muitos casos, nessa modalidade nem sempre as categorias aparecem conforme postula Althier-Revuz (2004, 2012) e só é possível recuperar o dizer do outro ou a duplicação

³² Jean-Michel Adam (2011) considera que a modalidade axiológica é constituída por lexemas axiológicos que podem comportar advérbios, adjetivos, qualificadores etc.

do dizer comentado/retomado pelo locutor por meio da dimensão dialógica interdiscursiva como propõem Vion (2005) e Emediato (2020).

Além das categorias dispostas no quadro 7, privilegiamos outros meios de expressão que podem contribuir para o aspecto modal nos discursos analisados. De acordo com Moura Neves (2013) a modalidade pode ser expressa por diferentes meios linguísticos, tais como: verbos principais, auxiliares (e os marcadores de modo, tempo e aspecto), adjetivos, substantivos, advérbio modalizadores. Acrescentamos a esse quadro as escolhas designativas (nomeação e qualificação) de eventos, pessoas e acontecimentos históricos como participantes da dimensão modal. Em um estudo amplo do fenômeno da subjetividade nos processos enunciativos Kerbrat-Orecchioni (1980) enquadra as categorias mencionadas como subjetivemas, fenômeno bastante explorado por Emediato (1996) na análise do discurso midiático.

Tanto essas categorias como as modalidades enunciativas apontam para um *fazer ver* orientado pelo locutor. Nesse sentido, o aspecto modal e a gestão do dialogismo interno podem ser compreendidos como uma estratégia argumentativa, pois colore o ponto de vista sobre a noção de democracia a partir da intencionalidade prevista pelo locutor em seu projeto discursivo, mostrar o que é democracia. Esse aspecto retórico discursivo presente no nível enunciativo será abordado mais amplamente no capítulo dedicado ao nível argumentativo dos discursos analisados.

No quadro a seguir, buscamos exemplificar com excertos do *corpus* cada uma das modalidades que serão observadas em seu funcionamento discursivo na etapa de análise. Esse enquadramento não contempla todas as ocorrências do *corpus*, pois seu objetivo é de apresentar uma amostra das categorias nele verificadas até o presente momento.

Quadro 7 – Modalidades no discurso político midiático

Modalização	Modalidades		
Objetiva	Ôntica	Deôntica	Epistêmica
	<p style="text-align: center;">SER</p> <p>(T5)“...a função da democracia liberal burguesa é apenas servir de trampolim...” (PONDÉ, 2018)</p> <p>(T4) “... a democracia é um regime de quantidades” (PONDÉ, 2018)</p> <p>(T9) “E a democracia é a ditadura da lei” (FELÍCIO, 2019)</p>	<p style="text-align: center;">Dever (impositivo)</p> <p>(T1)“A ditadura tinha de acabar...(AZEVEDO, 2018)</p> <p>(T9) “Os presidentes da Câmara e do Senado não mantêm com o Executivo a lealdade que se espera de Poderes que devem atuar com harmonia em benefício dos interesses da nação” (FELÍCIO, 2019)</p> <p>(T2) A democracia não é defendida com posição passiva...(FREITAS, 2018)</p> <p>(T9) [Ministros] que mancham a imagem da Corte e a colocam em plano inferior perante a opinião pública e a própria Constituição, trazendo insegurança à nação e não segurança, como é seu dever”. (FELÍCIO, 2019)</p> <p style="text-align: center;">Dever quase impositivo</p> <p>(T9) “Imprensa (não toda) que não pode falar em democracia, pois faz jornalismo bandido (...) em hora de tamanha crise, quando deveria prevalecer a união em torno do interesse maior da nação.”</p>	<p style="text-align: center;">Posição de saber</p> <p>(+saber)</p> <p>(T2)”...na verdade o eleitor vai escolher entre democracia e autoritarismo (FREITAS, 2018).</p> <p>(T5) ...a democracia da burguesia não vale nada...(PONDÉ, 2018)</p> <p>(T9) “A realidade, apesar da luta de Bolsonaro (...), é que não temos um governo republicano (...) (FELÍCIO, 2019).</p> <p>(- saber/ hipótese)</p> <p>(T1)“(...)o governo pode ter sua legitimidade questionada” (AZEVEDO, 2018).</p>
Subjetiva	Axiológica	Apreciativa	Volitiva
	<p style="text-align: center;">Julgamento avaliativo / valores</p> <p>(T1)“Há um esforço deliberado para tratar o eleitor como um débil mental...” (AZEVEDO, 2018)</p> <p>(T4) “O Brasil está tomado por “holigans” nas mídias sociais. Agressivos, assertivos e</p>	<p style="text-align: center;">Afetiva/ emotiva</p> <p>(T1)“Eu tinha 15 anos quando o DOPS [...] encostou suas mãos sujas em mim.” (AZEVEDO, 2018)</p> <p>(T7)“Eu temo a “tomada do poder” anunciada por alguém que está condenado (...) e continua a vociferar contra a</p>	<p style="text-align: center;">Intenção/ desejo</p> <p>(T1) “Notem que não assevero inocências e culpas. Cobro é o devido processo legal”.(AZEVEDO, 2018)</p> <p>(T1) “Quero a inocência dos que se sentem</p>

	<p>impermeáveis a qualquer racionalidade cética em relação às suas crenças.”(PONDÉ, 2018)</p> <p>(T5) “Dirão que o PT é um partido da social democracia europeia. Direi que não.” (PONDÉ, 2018)</p> <p>(T9) “Esse último [‘senso comum modificado’] traduzindo a adoção de novos valores, incluso o fim da tradicional família e da religião, sob a hegemonia de classes até então “subalternas” (FELÍCIO, 2029)</p>	<p>democracia...”(NETO, 2018)</p> <p>(T1) “O menino antigo” em mim ... e o velho recente leram com indignação a entrevista ao Estado de S. Paulo de Eduardo Villas Boas, comandante do exército(...)”(AZEVEDO, 2018)</p>	<p>representados pelo império da lei”.</p> <p>(AZEVEDO, 2020)</p> <p>(T9) “Sou o primeiro, por escrito a defender o direito que eles têm de exporem publicamente os pensamentos respectivos a respeito do que se passa no país (...)” (FELÍCIO, 2019)</p> <p>(T9) “Defendo, e mão é de hoje, uma intervenção militar” (FELÍCIO, 2019)</p>
	Interpelação/ problematização		
Interlocutiva/ intersubjetiva	<p>(T5)Qual a função da democracia liberal burguesa e sua ordem institucional para a visão política marxista-leninista que é a raiz filosófico-política das inteligências que alimentam o PT(...)? (PONDÉ, 2018)</p> <p>(T1) (...)”De onde eu havia tirado aquelas ideias? Vinham de algum professor? De qual? E o que eu entendia por lucro? E por egoísmo? Engrolei irrelevâncias.” (AZEVEDO, 2018).”</p> <p>(T5) O que o PT pensa já sabemos. Seus governos foram íntimos aliados (...) dos “ditadores democráticos” desses dois países. E a esquerda de campus? Essa é a nova esquerda, que tem medo de sangue e quer um shopping para chamar de seu (PONDÉ, 2018)</p>		
	Metaenunciativas		
Autonímica	<p>(T1)“O menino antigo” em mim (com licença de Drummond)[como diria Drummond] e o velho recente leram com indignação a entrevista (AZEVEDO, 2018)</p> <p>(T3) “O ame-o ou deixe-o da ditadura retorna com “o exílio ou a cadeia” na alternativa de Bolsonaro para os que o incomodem como opositores.” (FREITAS, 2018)</p> <p>(T9) “Imprensa (não toda) que não pode falar em democracia, pois faz jornalismo bandido, sem isenção, desmoralizando autoridades, como o presidente e seus ministros, e se mostrando forte oposição ao governo” (...) (FELÍCIO, 2019).</p> <p>(T9) ”Creio que Carlos Bolsonaro foi até muito tímido na assertiva, pois ela [mudança] não acontecerá como a nação e o país necessitam – como não está acontecendo– tendo-se em vista a atual e dura oposição, ideologizada e surgida com o vigor da impregnação psicológica a que foi submetida a população (...)”(FELÍCIO, 2019)</p>		

Fonte: Elaborada pela autora

Na seção de análise do funcionamento das categorias delineadas no quadro enunciativo demonstramos como elas contribuem para a dimensão dialógica e modal na construção

estratégica do ponto de vista sobre a noção de democracia. É importante ressaltar que, na etapa de descrição, vimos que nem sempre as categorias modais se materializaram no *corpus* de modo convencional. É na análise interpretativa que buscamos demonstrar como elas apresentam-se e relacionam-se na construção do PDV.

A próxima seção dedica-se à construção do quadro teórico-metodológico do enquadramento argumentativo, no qual apresentamos nossa concepção de argumentação, discutimos a noção de polêmica e como os imaginários sociodiscursivos podem contribuir para a análise dos valores, saberes e crenças que funcionam como cimento identitário na problematização sobre o que é democracia.

6 PROCEDIMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS DO ENQUADRAMENTO ARGUMENTATIVO

Nesta seção buscamos delinear algumas categorias teórico-metodológicas que orientam os processos argumentativos do *corpus*. Nesta pesquisa, a análise da organização argumentativa visa descrever e interpretar as estratégias utilizadas no enquadramento argumentativo do discurso político midiático, tendo em vista que a dimensão argumentativa impõe um *fazer crer* ao tematizar questões de interesse da esfera pública e cidadã que circularam em diferentes instâncias institucionais – como a midiática e a política, propondo um espaço dialógico no qual diversas vozes são colocadas em relação de confronto, subordinação, aproximação ou distanciamento.

6.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A CONCEPÇÃO DE ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO

É relevante para a concepção de argumentação que assumimos nesta pesquisa retomar o que afirma Fiorin (2015, p. 28-29), ao lembrar Bakhtin:

argumentação é a tomada de posição contra outra posição, a natureza dialógica do discurso implica que os dois pontos de vista não precisam ser explicitamente formulados. Na medida em que um discurso é sempre um discurso sobre outro discurso, todos os discursos são argumentativos, pois todos eles fazem parte de uma controvérsia, refutando, apoiando, contestando, sustentando, contradizendo um dado posicionamento. Todos os discursos são argumentativos, pois são uma reação responsiva a outro discurso.

Em viés semelhante, ao abordar o modo de organização argumentativo, Charaudeau afirma que todo ato de linguagem procede de um sujeito que realiza a gestão da sua relação

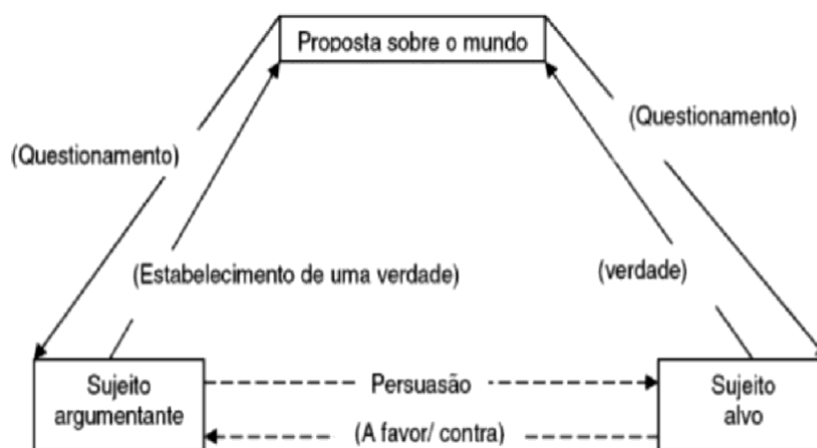
com o outro (*princípio de alteridade*) de modo a alcançá-lo e a estabelecer uma relação de influência (*princípio de influência*), ao mesmo tempo em que realiza a gestão de um jogo discursivo (*princípio de regulação*) com vistas ao processo de intercompreensão mútua.

Os três princípios elencados devem ser considerados na abordagem argumentativa que pretendemos desenvolver para a análise do artigo de opinião, pois estruturam o discurso argumentativo em um quadro situacional particular.

De acordo com Charaudeau (2009 [1983]), a abordagem da *mecânica do discurso argumentativo* comporta componentes e procedimentos do modo de organização argumentativo. Essas operações, ao contrário das tradições lógicas e filosóficas, ampliam os gêneros propícios a mobilizar componentes argumentativos tanto em uma dimensão explícita (*as marcas linguísticas*) quanto implícitas (*efeitos entre os sujeitos do ato de linguagem*). Para o pesquisador os procedimentos do modo de organização argumentativo podem ser vistos em “funcionamento dentro de qualquer texto particular” (CHARAUDEAU, [1983] 2009, p.36).

Charaudeau (1992), propõe uma estrutura triangular para a análise do discurso argumentativo na qual estão previstos: uma afirmação sobre o mundo (proposição, tese), um sujeito que argumenta e um sujeito-alvo implicados pelos fenômenos da persuasão, conforme esquema representado a seguir:

Figura 6 – Esquema triangular da argumentação



Fonte: Charaudeau (2009 [1983])

Emediato (2018, p. 161) amplia essa estrutura básica de análise do discurso argumentativo de modo que pressuponha atitudes antitéticas (posições *contra e a favor*) explícitas ou implícitas, tendo em vista que “onde há argumentação há também debate,

discussão de ideias, oposição” e não se reduz a uma projeto de persuasão sobre um alvo. A partir dessas considerações compreendemos que no artigo de opinião a argumentação deve atender a alguns procedimentos:

- i) Uma tese sobre um estado de coisas do mundo que cause uma provocação em alguém e cuja legitimidade possa ser sujeita ao questionamento;
- ii) uma perspectiva avaliativa na qual o sujeito explicita o seu ponto de vista sobre um estado de coisas e se posiciona em relação de concordância gradativa ou de discordância gradativa com uma tese já existente. A avaliação pode relacionar-se com o domínio da *Verdade* (relativo ao *verdadeiro* ou *falso*), o domínio da *Ética* (relativo ao *bem* e ao *mal*) e o domínio da *Pragmática* (relativo ao que é *útil* ou *inútil*);
- iii) um quadro de questionamento no qual o sujeito argumentante orienta/perspectiva o modo como problematiza um acontecimento, fato ou noção fortalecendo o seu ponto de vista, tese, afirmação ou proposição;
- iv) um sujeito que se engaje e agencie outros sujeitos em relação de aproximação ou distanciamento do quadro de questionamento proposto a fim de desenvolver um raciocínio problematizador, estabelecer ou sustentar uma verdade sobre a sua afirmação;
- v) um outro sujeito que se interesse pela mesma afirmação, tese, proposta ou questionamento. Trata-se do interlocutor ao qual o sujeito argumentante dirige o discurso com o objetivo de convencê-lo, persuadi-lo ou provocá-lo a novos modos de pensar e de ver no interior de um quadro de questionamento orientado;
- vi) uma seleção estratégica de argumentos prevista na problematização proposta para a noção de democracia e que possam ser aceitos pelo auditório ou interlocutor – tipos de argumentos (falaciosos, causais, condicionais, restritivos), princípios de explicação, justificação, definição, analogias que fundamentam a tese ou proposição do sujeito argumentante;
- vii) uma condução à conclusão potencialmente prevista pelo sujeito argumentante por meio da dedução e da inferência alcançada pelos

argumentos apresentados e sua pertinência no interior do quadro de problematização (político-midiática).

Temos a compreensão do artigo de opinião como um discurso que reflete o ponto de vista do sujeito comunicante e que lança mão de estratégias discursivo-argumentativas que visam alcançar o destinatário, ou sujeito interpretante, de modo a fazê-lo aderir ao ponto de vista construído, levá-lo à refletir ou provocar uma mudança de pensamento a respeito da problematização proposta, o *fazer crer*.

De acordo com Perelman (2005, p. 324)

A argumentação tem como objeto o estudo das técnicas discursivas cujo intuito é ganhar ou reforçar a adesão das mentes às teses que se lhes apresentam ao assentimento. Toda argumentação pressupõe um orador, aquele que apresenta um discurso (o qual pode, aliás, ser comunicado tanto por escrito como verbalmente), um auditório, aquele a que visa argumentação (o qual pode identificar-se com o orador, na deliberação íntima) e uma finalidade, adesão a uma tese ou o crescimento da intensidade da adesão, que deve criar uma disposição à ação e, se for o caso, desencadear uma ação imediata.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) definem auditório como “*o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação*” (p. 22, grifos dos autores). Os pesquisadores delimitam três tipos de auditório:

- i) auditório universal: constituído pela humanidade;
- ii) auditório particular: constituído pelo interlocutor a quem o orador se dirige;
- iii) o próprio sujeito que fala.

No caso do artigo de opinião, o orador pode ser comparado em relação de equivalência com os autores dos textos – os articulistas – que apresentam seu discurso nos jornais. Temos um auditório particular, constituído pelos leitores do jornal em geral. Entretanto, como os artigos versam sobre temas de interesse público e, portanto, cidadão, também estão inseridas nesse auditório outras três esferas: a midiática, a pública e a política.

A esfera midiática, pois, sendo o artigo de opinião um texto que circula no espaço do jornal, ele responde e questiona outros jornais e gêneros do discurso jornalístico; a esfera política, tendo em vista que os artigos analisados nesta pesquisa versam sobre a noção de democracia, discutem temas da vida política da sociedade brasileira e dialogam diretamente com o discurso dessa esfera (governo, instituições, personalidades de relevância política); a

esfera pública por ser considerada como a opinião pública, zona leitora e os cidadãos interessados pela vida política no âmbito da sociedade brasileira.

De acordo com Charaudeau (2016, p. 37),

é por meio da opinião pública que se constrói um saber coletivo de crença a respeito dos interesses da vida em sociedade e de seu ordenamento político. Entretanto, longe de ser homogênea, ela é fragmentada pela diversidade dos grupos sociais que a compõem, o que leva a dizer, como o sociólogo Pierre Bourdieu, que a opinião pública não existe, ou que se deveria falar de “opiniões”, no plural. De fato, tem-se aqui um paradoxo. Diante da diversidade dos grupos sociais, só pode haver opiniões diversas, mas as instâncias no mundo político e midiático dedicam-se a homogeneizá-las através de pesquisas estatísticas, de comentários, de declarações peremptórias (“o povo está cansado dessa situação”), para melhor apropriar-se delas. Ora, a opinião pública, em toda a sua complexidade, forja-se nos pontos de vista mais ou menos racionais, mais ou menos subjetivos sobre os atores políticos e sua capacidade de governar, sua integridade e as ações que estes realizam.

Difícilmente as mídias tradicionais conseguem alcançar, de fato, essa esfera tão fragmentada que compõe a opinião pública. Desse modo, a finalidade do artigo de opinião é predominantemente persuasiva e ancorada em elementos dos domínios da *Verdade* (relativo ao *verdadeiro* ou *falso*), da *Ética* (relativo ao *bem* e ao *mal*) e da *Pragmática* (relativo ao que é *útil* ou *inútil*), a fim de atingir o auditório por meio de argumentos plausíveis e verossímeis, de caráter histórico, subjetivo e ideológico, de modo a alcançar tanto o auditório particular quanto a construir homogeneização da opinião em direção à opinião pública.

Diante disso, as mídias jornalísticas têm a pretensão de produzir discursos que objetivam a coesão social a partir da homogeneização da opinião comentada sobre temas sociais sensíveis, desencadeadores de polêmicas públicas. Assim, a opinião reverberada tende a construir discursos, aparentemente, hegemônicos ao argumentar sobre uma noção de democracia como um ideal simbólico que gera diferentes efeitos e desperta diversos afetos nos sujeitos que argumentam sobre o que é democracia.

6.2 ARGUMENTAÇÃO E DISCURSO POLÊMICO NO ARTIGO POLÍTICO-MIDIÁTICO

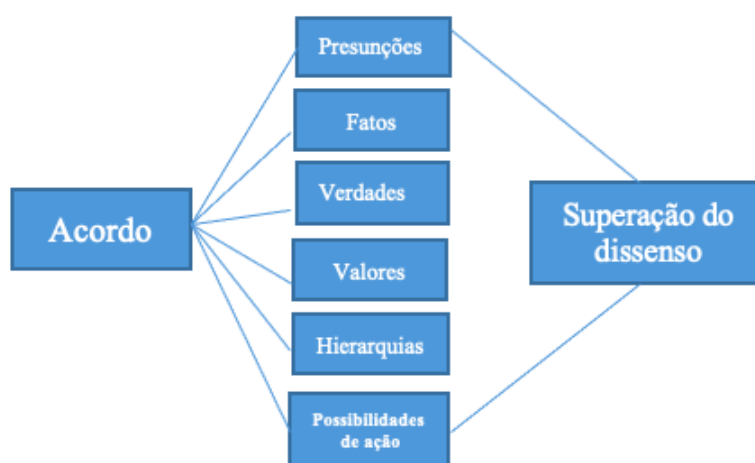
No artigo de opinião, ao argumentar sobre tema de interesse da esfera pública, mesmo em uma situação comunicativa monologal, as diversas vozes que emergem da organização interna dos textos instituem uma polêmica discursiva sobre a noção de democracia. Essa polêmica discursiva aponta para discursos outros e respondem a um quadro de questionamento interdiscursivo.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 72), as premissas da argumentação consideram que tanto o desenvolvimento quanto o ponto de partida para a argumentação pressupõem acordo do auditório. Nas palavras dos pesquisadores:

a análise da argumentação versará primeiro sobre o que é aceito como ponto de partida de raciocínios e, depois sobre a maneira pela qual estes se desenvolvem (...) tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo do auditório. Esse acordo tem por objeto ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações; do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes (PERELMAN, OLBRECHTS-TYTECA 2005, p. 74).

O acordo seria a forma de organização dos raciocínios que aponta para a utilização persuasiva de premissas que são presumidamente aceitas pelo auditório, ou seja, o orador conta com a adesão de seus ouvintes às proposições iniciais. Assim, a busca pelo consenso e pela supressão dos conflitos constitui o pilar da argumentação. Podemos ilustrar os objetos dos acordos da seguinte forma:

Figura 7 – Esquema objetos dos acordos



Fonte: elaborado pela autora

Amossy (2017, p. 18) indica que o dissenso, “o inverso do acordo social, a divisão de opiniões no espaço público”, portanto, o oposto ao consenso, molda a polêmica e é necessário na argumentação. A polêmica pode ser benéfica para a gestão dos conflitos que sempre vão existir entre os indivíduos em uma democracia. E para a autora, a dicotomização e a polarização cumprem importantes funções sociais no debate público e se constituem como o motor dos processos democráticos.

Nesse sentido, quando as instituições político-midiáticas constroem pontos de vista polarizados sobre a noção de democracia, essas posições alimentam e ampliam o debate democrático instaurando uma polêmica pública. Assim, temos uma modalidade polêmica existente na confrontação de teses antagônicas na qual se tenta (des)acreditar pontos de vista opostos/polarizados sobre a noção de democracia. No artigo de opinião, a interação polêmica ou o “discurso polêmico” é modelado por meio de um texto em que as vozes são administradas/hierarquizadas por um protoenunciador com vistas a propor um debate sobre a noção de democracia.

Nesse caso, a argumentação instaurada pelos discursos polêmicos não tem como ponto de partida ou se limita às modalidades argumentativas que visam ao acordo, no sentido de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Na esteira do que propõe Amossy (2017), na modalidade polêmica temos um modo de gestão do conflito entre discursos opostos. Essa modalidade argumentativa emerge dos confrontos dialógicos interdiscursivos que podem se materializar no texto.

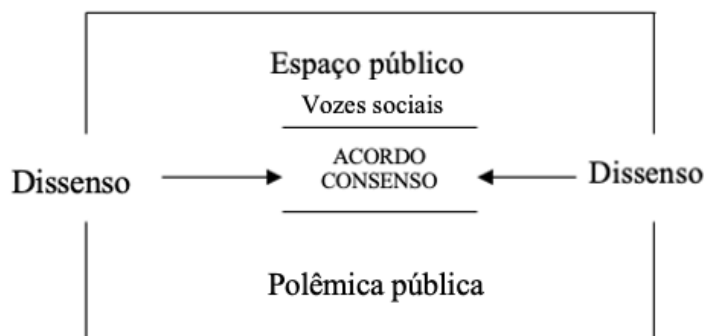
Desse modo, mesmo em discursos monogerados, como é o caso dos artigos de opinião, a presença das diversas vozes, do dialogismo interacional, intertextual e interdiscursivo materializam a polêmica pública existente em torno da noção de democracia. Ou seja, o ponto de partida para a argumentação sobre a noção de democracia é o dissenso, ou a interincompreensão no sentido de Maingueneau (2005)³³, a polêmica pública. No caso do artigo de opinião, o ponto de partida da polêmica social sobre a noção de democracia são os discursos antagônicos, a dicotomização e a polarização no espaço público que afetam os sentidos da noção de democracia.

É a polêmica pública que instaura os processos argumentativos e a interdiscursivização da noção de democracia no âmbito do discurso político-midiático. Ou seja, o articulista parte da polêmica pública, do dissenso, a fim de propor uma racionalização da noção de democracia. Nela, o locutor busca construir uma argumentação que alcance consensos mínimos sobre a noção tendo em vista o Terceiro e a opinião pública. Para isso, lança mão de estratégias argumentativas, valores e crenças que possam instituir processos de identificação ancorados em estratégias de captação e persuasão em busca de uma estabilização mínima para a noção.

³³Quando se considera o espaço discursivo como rede de interação semântica, ele define um processo de interincompreensão generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de 'não compreender' o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno (Maingueneau, 2005, p. 103, grifo do autor).

Na ilustração a seguir propomos uma esquematização do processo de construção da polêmica pública em torno da noção de democracia:

Figura 8 – Esquema do processo de construção da polêmica pública



Fonte: elaborado pela autora

O esquema acima ilustra o modo de gestão do ponto de vista sobre a noção de democracia no artigo de opinião. Nele ao responder e reverberar pontos de vista polêmicos sobre a noção de democracia a opinião construída no espaço do jornal busca a construção do ponto de vista a partir de uma racionalidade que visa alcançar o interlocutor e estabelecer um consenso mínimo sobre o que é democracia. Para isso, cada articulista lança mão de estratégias que pareçam convincentes ao seu auditório.

Convém refletir sobre o fato que a partir das distintas vozes sociais e interdiscursivas que instauram a polêmica no espaço público, o locutor, como já foi dito anteriormente, parte do dissenso, da polarização na perspectiva de construir consensos mínimos sobre a noção. Vale ressaltar que quando dizemos consensos mínimos compreendemos que no espaço de cada artigo de opinião o articulista propõe aquilo que considera ser uma visão ideal do que (não) seja democracia, estabelecendo com o destinatário uma concepção mínima da noção de democracia sobre a qual deseja construir acordos sobre os sentidos veiculados, buscando a validação do interlocutor para a noção de democracia proposta.

Esse acordo mínimo leva em conta os imaginários e as crenças sustentadas em torno da noção, das imagens mútuas de locutor e de leitor instituídas pelo contrato de comunicação político-midiático. Desse modo, os imaginários, as crenças e os valores funcionam como cimento da comunicação político-midiática em torno da noção. É com foco nesses aspectos que cada articulista seleciona as estratégias argumentativas e o modo de construção do ponto de vista sobre o que é democracia.

Em síntese, existe um acordo sobre o qual a argumentação no interior do espaço do jornal irá se desenvolver. Esse acordo prevê representações que pareçam pertinentes ao interlocutor, e é a transposição da polêmica pública para o âmbito do discurso jornalístico que permite ao articulista ampliar a discussão sobre a noção de democracia no espaço midiático. Ao ganhar o espaço do jornal, a polêmica que circula no espaço público assume uma dimensão de regulação social importante, tendo em vista que há diversos fatos polêmicos que, no entanto, não alcançam a relevância necessária para ocupar a atenção e serem tematizados pelas mídias.

No espaço do jornal de referência é possível dar visibilidade à polêmica que se instaurou no espaço público, porém de modo que a discussão não assuma contornos radicalmente polarizados, como nos casos em que há violência verbal. No interior do jornal a proposta é que a discussão, de qualquer temática, siga a uma racionalidade e a uma ética cidadã que encontre eco no leitorado de determinada instância de comunicação e alcance a opinião pública.

De acordo com Charaudeau (2013, p. 19), “As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público”. Elas desempenham um papel fundamental nas democracias, informando os cidadãos sobre os fatos e os acontecimentos importantes na sociedade, circulando as explicações sobre eles e possibilitando a existência do debate sobre diversas temáticas. Entretanto,

A ideologia do “mostrar a qualquer preço”, do “tornar visível o invisível” e do “selecionar o que é mais surpreendente” (as notícias ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel. Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversões e que, mesmo deformando, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo (CHARAUDEAU, 2013, p. 19)

É função do jornal privilegiar um espaço democrático para o debate de temas de interesse da sociedade. No caso analisado nesta pesquisa, cada articulista tem como ponto de partida uma convicção, uma opinião fragmentada, simplificada e estereotipada sobre a noção de democracia. O comentário de cada um deles assume um caráter interdiscursivo e polêmico na medida em que responde a discursos veiculados por outras instâncias políticas ou institucionais sobre a noção de democracia.

Nesse sentido, as mídias atuam na formação da opinião cidadã ao representar por meio de diferentes vozes sociais, que são intencionalmente mobilizadas e hierarquizadas, o que é democracia, com o objetivo de legitimar, de qualificar ou de desqualificar um ou outro ponto de vista sobre a noção. Como as “mídias informam deformando” e o cidadão não tem acesso

ao “acontecimento bruto”, mas à opinião filtrada, simplificada e tematizada por elas, a construção do ponto de vista acerca da noção de democracia leva em conta um auditório particular. Mesmo sendo o jornal um espaço democrático de circulação da opinião é possível que (in)conscientemente o articulista recorra a representações que vão ser pertinentes para um público leitor e não para outro(s).

A filtragem dos fatos da realidade, ou seja, o tratamento dado a esses dados durante o procedimento de construção do ponto de vista enquadra a realidade de modo a privilegiar um ponto de vista em detrimento de outro (s). O artigo de opinião, como veremos na análise do quadro enunciativo, é um gênero que convoca diversas vozes, todas elas corroboram para a construção do ponto de vista de um protoenunciador sobre a noção de democracia.

O enquadramento argumentativo leva em conta as representações, os valores e as crenças do público leitor. O ponto de vista construído no interior das mídias provavelmente alcançará a adesão caso dialogue com as mesmas representações do leitor. Caso contrário, dificilmente as estratégias de persuasão, adesão e de influência serão aceitas, pois as pessoas tendem a criar “filtros mentais” a fim de negligenciar conteúdos midiáticos com os quais não possuem interesse ou afinidade (LADEIRA, 2020). Como exemplo o pesquisador afirma que:

Leitores assíduos de revistas com forte inclinação política como Carta Capital ou Veja não recorrem a estas publicações para formarem suas opiniões, mas para reforçarem seus argumentos (prática designada por psicólogos como “viés da confirmação”) (LADEIRA, 2020, p. 123).

Os meios de comunicação podem tender à manipulação, mas não se pode desconsiderar que “as pessoas têm convicções próprias e adaptam as informações de acordo com a “bolha ideológica” de que fazem parte” (LADEIRA, 2020, p. 122). Charaudeau considera que:

Não há relação de reflexo entre a instância de produção e a instância de recepção. O que a primeira constrói são efeitos visados, e estes raramente coincidem com os efeitos realmente produzidos e (re) construídos na instância de recepção. [...] O acontecimento midiático é objeto de uma dupla construção: a de uma encenação levada a efeito pela transmissão, a qual revela o olhar e a leitura feita pela instância midiática, e a do leitor-ouvinte-telespectador que a recebe e interpreta (CHARAUDEAU, 2013, p. 242-243).

As mídias de referência não têm o poder de dizer ao leitor como pensar, mas possuem o poder de orientá-lo sobre o que pensar, já que são as mídias de informação que pautam os temas e agendas de discussão do espaço público. No caso dos artigos de opinião, o articulista lança mão do dissenso, da polêmica pública e interdiscursiva para construir consensos mínimos em torno da noção de democracia. Assim, a polêmica pública em torno da noção reflete, no âmbito da sociedade brasileira, um contexto de acirramento político e ideológico no qual o

espaço para diferentes visões sobre a fala política é capaz de ser condutor de conflitos discursivos diversos e extremos.

Amossy (2017) afirma que a polêmica pública nos permite debruçar sobre a construção dos argumentos em determinado contexto, a fim de melhor compreender as múltiplas polêmicas que circulam no espaço social e a esclarecer sua lógica subjacente. Ademais, permite-nos renovar nossa concepção acerca da polêmica pública como constituinte do espaço público e da deliberação cidadã. É por meio dos discursos polêmicos que os temas de interesse cidadão saem da invisibilidade e ganham lugar privilegiado na cena política, pautam os discursos midiáticos e sociais.

No caso analisado nesta pesquisa, buscamos compreender como a polêmica pública em torno da noção de democracia revela uma provável erosão de valores democráticos e republicanos que ganhou espaço de discussão no âmbito das mídias jornalísticas dentro do contexto observado.

Para Amossy (2017), a polêmica pública não cumpre a missão de persuasão atribuída ao diálogo, nem se define como um diálogo de surdos ou tampouco pode ser medida baseando-se no debate que visa à persuasão. Ela provém da circulação dos inúmeros discursos e constitui-se como um modo de gestão das disputas. Em outros termos, a polêmica pública não pode ser compreendida como nos debates entre duas instâncias de locução engajadas em uma troca verbal negociada na qual cada uma das partes usa argumentos para persuadir o outro.

Na polêmica pública, o objetivo não é a solução negociada conforme o modelo do diálogo clássico, pois ela é dialógica sem, contudo, ser dialogal. Amossy (2017) lembra que a polêmica é dialógica no sentido bakhtiniano, o qual considera que toda enunciação é somente um dos elos da cadeia construída por atos de fala precedentes que engaja a polêmica na expectativa de reações ativas de compreensão, ao mesmo tempo em que o locutor as antecipa, regulando a troca. Assim, cada enunciado sobre a noção de democracia retoma discursos antecedentes, reagindo direta ou indiretamente a eles, com a intencionalidade de melhor desqualificá-los.

Amossy (2017, p. 198) considera que, nesse sentido, a polêmica é um “contra discurso centrado na refutação e no descrédito, no qual a fala do outro só aparece no esforço feito para contrariá-la”. Para isso lança mão de múltiplos mecanismos do discurso relatado, tais como: a alusão, citação, paráfrase, discurso indireto, negação etc.

Nas interações polêmicas não estamos diante de dois sujeitos que procuram juntos solucionar uma questão controversa por meio da argumentação negociada, mas nos deparamos com uma multiplicidade de discursos que problematizam, cada um à sua maneira, em diferentes

suportes e em um contexto de produção particular uma questão controversa como, por exemplo, responder o que é democracia. Amossy (2017) ressalta que é nessa constelação verbal advinda incessantemente do fluxo midiático que se constrói a polêmica pública.

Apesar de não se submeter à estrutura simétrica do diálogo, Amossy considera que não podemos afirmar que, na polêmica pública, não existam disputas verbais mútuas nas quais dois adversários confrontam-se diante de um público real ou virtual. Para a pesquisadora, a polêmica se desenvolve a partir de dois dispositivos enunciativos, quais sejam: o discurso polêmico no qual apenas um locutor toma a palavra para atacar um alvo (discursos monogeridos); e a interação polêmica: face a face e a não síncrona que podem se transformar em polílogo (uma interação verbal com múltiplos participantes, como vemos nos fóruns de discussão).

Em síntese,

(...) a polêmica pública se constrói a partir de uma multiplicidade de discursos polêmicos e de interações polêmicas; ela contém, em seu interior, diálogos e polílogos, debates e discussões eletrônicas – todavia, não é, em si mesma, estruturada como um diálogo. Seu formato próprio é o da circulação de discursos. Ela emerge e se consolida na difusão, dentro do espaço público, de uma profusão de discursos e de interações polêmicas. Essas vozes antagônicas se cruzam e se recobrem, o mais frequentemente, sem orquestração prévia; elas estão longe das interações de réplicas simétricas e organizadas de que necessita um verdadeiro diálogo (AMOSSY, 2017, p. 200).

Um aspecto relevante na organização argumentativa da polêmica nos artigos analisados é que a intencionalidade do locutor não é a de persuadir o seu oponente como nos fundamentos clássicos da argumentação, pois neles “o discurso polêmico é monogerido no sentido de que o locutor detém o domínio desse discurso, sem a intervenção do outro”. Esse discurso não é necessariamente voltado para o Adversário (o Oponente), aquele que produziu algum discurso anterior reverberado pelo jornal, mas busca alcançar o público (o Terceiro) “convidado a juntar-se à boa causa” (AMOSSY, 2017, p. 199).

Podemos levantar hipóteses para o auditório particular de cada artigo de opinião a partir dos argumentos e procedimentos de identificação utilizados na construção do discurso, tendo em vista que, de acordo com Amossy (2017, p. 199), o locutor constrói

uma oposição de pontos de vista que exacerba, desacredita e ataca o adversário, cavando divisões identitárias. (...) É evidente que cada parte faz circular um número muito grande de discursos polêmicos que modulam, à sua maneira, a dicotomização, a polarização e o descrédito do outro sobre o qual se sustenta a confrontação agonística. Esses discursos se cruzam no espaço público, sem, no entanto, constituírem um diálogo formal.

Trata-se de uma característica do gênero, apesar de ser monologal, a existência de uma pluralidade de vozes as quais o locutor hierarquiza e convoca de acordo com a intencionalidade

pretendida. Como veremos na análise enunciativa e no procedimento de hierarquização, as vozes que circulam no artigo de opinião ora estão em relação de subordinação, de discordância ou de concordância com a voz de um protoenunciador que agencia locutores e enunciadores com vistas a construir uma noção de democracia que, de certo modo, dialogue com as representações do seu público leitor. Por isso, é possível admitir que o artigo de opinião, no caso da noção de democracia, discute uma polêmica pública interdiscursiva a partir da previsão de acordos com um auditório particular, com o objetivo de mitigar a recusa do ponto de vista veiculado pelo articulista.

A abordagem da argumentação realizada nesta pesquisa busca apreender, nas posições polarizadas que instauram a polêmica pública e ampliam a discussão sobre a noção de democracia, as estratégias persuasivas que apontam para um auditório particular e para a gestão do conflito em direção à construção de uma noção simbólica de democracia mediada por acordos que passam pelas escolhas do orador com vistas ao consenso mínimo.

As duas tendências ora delineadas, embora pareçam assumir posições opostas sobre o ponto de partida para a argumentação, podem ser, de algum modo, compreendidas como abordagens complementares. Isso porque não se pode prescindir de observar os mecanismos que estruturam a argumentação, tendo em vista a busca pela adesão do auditório particular, tampouco ignorar os diversos pontos de vista que instituem o dissenso e instauram posições polarizadas e inconciliáveis no que tange à noção de democracia.

No contexto dialógico/ argumentativo de circulação de opiniões dicotômicas, contraditórias ou polarizadas existe uma busca por estabilização/ afirmação de certos sentidos simbólicos para a noção de democracia, a fim de explicitar um ponto de vista comum ou compartilhado sobre a noção. Nesse sentido, podemos dizer que no nível externo, de circulação da polêmica pública, está o dissenso; e no nível interno, o artigo de opinião parte do dissenso para instituir consensos mínimos, cimentados nos imaginários sociodiscursivos.

6.3 IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS

A noção de imaginário sociodiscursivos é proposta por Charaudeau (2007), a partir de uma leitura de Castoriadis (1982)³⁴, a fim de postular como a compreensão é construída por meio de representações sociais do sujeito falante no processo de significação sobre os objetos

³⁴ CASTORIADIS, C. *A Instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

do mundo. Como as representações sociais estão na base dos imaginários sociodiscursivos, torna-se relevante discorrer sobre esse conceito.

As representações sociais como forma de construção do real emergem da Sociologia em Émile Durkheim nomeada de “representações coletivas”. Durkheim sustentava que as representações são formas cognitivas socialmente produzidas, autônomas e irredutíveis às representações individuais (OLIVEIRA, 2012).

Para Oliveira (2012), as representações coletivas seriam fruto dos laços sociais que os homens estabelecem entre si, ou seja, origina-se da reunião de indivíduos. Por isso, o conceito de representações coletivas pode ser entendido como uma dimensão associativa das individualidades que indica a produção de conhecimento. Ainda que Oliveira considere essa dimensão individual das representações coletivas, Durkheim assume uma posição dicotomizada entre social e individual, sendo inviável abordar as representações coletivas por meio de uma dimensão individual.

Na psicologia social, Moscovici refuta a dicotomização entre o social e o individual conforme teorizado pela sociologia durkheimiana, pois considera que o termo coletivo remete mais a um grupo fechado em si mesmo de que às diversas opiniões existentes em uma sociedade (CHARAUDEAU, 2007).

Moscovici reformula o termo “representações coletivas” e propõe a expressão “representações sociais”, pois argumenta que há uma relação de complementaridade entre o coletivo e o individual na produção da representação “tanto na medida em que ela possui uma contextura psicológica autônoma como na medida em que é própria de nossa sociedade e de nossa cultura” (MOSCOVICI, 1978, p.45). Desse modo, as representações são constituídas por meio de uma dupla dimensão que articula sujeito e sociedade, o individual e o social, pois é por meio das representações que o sujeito compreende o mundo e os objetos.

Ao investigar a influência das representações sobre o comportamento, Abric (1994, p. 13. *Apud* MAZZOTI, 2002) considera que o processo de formação das representações está ancorado em um sistema cognitivo em que há uma atividade mental do sujeito na compreensão sobre determinado objeto do mundo. A representação é, portanto, construída por meio de um sistema contextualizado para o qual são relevantes as condições de produção do discurso, o contexto ideológico e a posição social do indivíduo ou de um grupo. Elas constituem correntemente um duplo aspecto “produto e processo de uma atividade mental pela qual um indivíduo ou um grupo reconstitui o real com o qual é confrontado e lhe atribui uma significação específica”.

Jodelet (2001) afirma que a marca social dos conteúdos ou dos processos estão relacionadas aos contextos nos quais emergem as representações, às comunicações pelas quais elas circulam e às funções que assumem na interação do sujeito com o mundo e com os outros.

Desse modo,

De um lado, a representação mental, como a representação pictórica, teatral ou política, dá uma visão desse objeto, toma-lhe o lugar, está em seu lugar; ela o torna presente quando aquele está distante ou ausente. A representação é, pois, a representante mental do objeto que reconstitui simbolicamente. De outro lado, como conteúdo concreto do ato de pensar, a representação carrega a marca do sujeito e de sua atividade. Este último aspecto remete ao caráter construtivo, criativo, autônomo da representação que comporta uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito (JODELE, 2001, p.5).

Para Mazzotti (2008), em Moscovici não existe separação entre o universo interno e o universo externo do sujeito, pois, no processo de representação, o indivíduo não reproduz passivamente um objeto dado, mas, de certo modo, o reconstrói. Moscovici (1978) destaca a função simbólica e o poder de construção do real das representações sociais. Essa dimensão simbólica das representações sociais está fundamentada em dois processos: a objetivação e a ancoragem. O processo de objetivação “[...] faz com que se torne real um esquema conceptual, que dá a uma imagem uma contrapartida material” (MOSCOVICI, 1978, p. 107). A transformação de ideias ou conceitos em esquemas ou imagens concretas, pela generalidade ou simplificação de seu emprego, se transforma em supostos reflexos do real, um processo que transforma imagens abstratas em realidades concretas (MAZZOTTI, 2008).

Já o processo de ancoragem é “[...] uma integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento preexistente” (MOSCOVICI, 1978, p. 107). Esse processo constitui-se como uma rede de significações em torno do objeto, relacionando-o a valores e práticas sociais (MAZZOTTI, 2008). A ancoragem relaciona-se com os procedimentos de classificação e nomeação dos objetos do mundo. Em síntese, Moscovici (1978) considera que o processo de objetivação cria e materializa a realidade do objeto enquanto, a ancoragem lhe atribui significados.

Os dois processos ora mencionados são indissociáveis no processo de significação e na mecânica da representação dos objetos do mundo. Visto que todo discurso/ texto é uma representação da realidade Charaudeau (2017, p.7), afirma que:

deve-se considerar que um texto é compósito do ponto de vista de sua materialidade semiológica (logo, efetivamente: “pluri-código”), porque em sua significância ele depende de uma pluralidade de matérias semiológicas, as quais se combinam numa integração textual, remetendo-se mutuamente (em suas relações de “ancoragem” ou de “relê” tal como o propôs R. Barthes, 1964), não podendo dissociar-se umas das outras.

No âmbito da análise do discurso, Charaudeau (2017, p. 574) redefine as representações sociais. Para o semiolinguista, as representações sociais podem ser compreendidas como um mecanismo de construção do sentido que “modela, formata a realidade em real significante, engendrando formas de conhecimento da ‘realidade social’”. Para o autor, não se pode conceber as representações como um conjunto de imaginários ou de ideologias produzidas por um sujeito e reproduzidas por outros, mas como uma mecânica de engendramento dos saberes e dos imaginários que sustentam a construção do “real”.

De acordo com Charaudeau (2017, p. 573), por muito tempo existiu uma relação de sinonímia entre as noções de real e de realidade. Desde Platão, o real ou a realidade são da ordem do empírico, compreendidas como exteriores ao homem e, por isso, independentes do indivíduo. Entendidas em relação de exterioridade, o real ou a realidade impõem-se ao homem. Já na ordem cognitiva, a realidade ou o real são vistas como um objeto definido, lógico, permanente e autônomo a designar uma realidade sólida e perene, uma explicação sobre o mundo como lei que se impõe ao homem como um “princípio da realidade”.

É relevante, como afirma Charaudeau (2017, p. 574), distinguir entre as noções de real e de realidade, a fim de compreendermos como os sujeitos postulam representações para os objetos. Para tanto, o pesquisador lança mão de uma hipótese ancorada nos estudos sobre o signo linguístico, inserindo nessa concepção um componente histórico e contextual. Na esteira de Saussure e Benveniste, Charaudeau considera que:

[...] o signo, com sua dupla face significante/ significado, caracteriza-se por uma tripla dimensão: referencial (remete a qualquer coisa do mundo), simbólico (constrói o sentido a partir deste mundo), contextual (adquire sentido dentro de uma ampla combinação contextual). Ele resulta da definição de que o significado não é a própria realidade, mas uma construção significante do mundo (CHARAUDEAU, 2017, p. 574).

Diante da afirmação de Charaudeau (2017) sobre o funcionamento do signo linguístico, vemos que a realidade corresponde ao mundo físico, empírico, que se impõe ao homem como lugar a-significante, a-significado, em estado bruto. O real, por sua vez, em oposição à realidade, refere-se ao mundo construído através da atividade significante do homem por meio do exercício da linguagem. O real é atravessado pela atividade racional e emocional em suas diversas operações: “de nominação dos seres do mundo, de caracterização de suas propriedades, de descrição de suas ações inseridas no tempo e no espaço e de explicação da causalidade dessas ações”.

Para o autor, a realidade sempre precisa ser “formatada” para tornar-se real e esse é um trabalho realizado por meio da razão e da linguagem. Em consequência disso, vemos que o discurso constrói o real. Nesse sentido, vale adotar a concepção da noção de democracia não como signo vazio, a-histórico, absoluto, como propõe a dicotomia saussuriana, mas como envolvida em uma dimensão histórica, simbólica e semiótica que particulariza os efeitos de sentido que resultam do investimento racional e emocional dos sujeitos sobre essa noção. É a linguagem ou o discurso que transfigura a realidade em real, processo racional e emocional de compreensão do homem sobre o mundo.

Diante das considerações anteriores, os imaginários sociodiscursivos podem ser entendidos como formas de entendimento do homem sobre a realidade transfigurada em real por meio da linguagem. Charaudeau (2017, p. 577) inscreve a noção de imaginário no âmbito da análise do discurso a partir de uma tradição filosófica e psicológica, reconceitualizada pela antropologia social que considera “os rituais sociais, os mitos e as lendas como discursos que refletem a organização das sociedades”, ou seja, como discursos, falas que denotam as relações humanas.

De certo modo, a reconfiguração da noção de imaginário no âmbito da análise do discurso nos lembra o que propõe a mitologia de Barthes. O imaginário reflete uma representação da organização social em forma de discursos que circulam na fala social cotidiana. Assim como o mito, a fala, aparentemente, despolitizada transfigura a realidade por meio de processos de interpretação intersubjetivos. Em outras palavras, o imaginário possui uma dimensão conotativa que simplifica a realidade e naturaliza discursos ideológicos, e o mito permite uma apropriação individual da realidade sem perder de vista os processos de identificação mútua, a memória e os valores.

Nesse sentido, o imaginário é uma forma de apreensão do mundo que emerge da mecânica das representações sociais. Resulta do processo de simbolização do mundo de ordem afetiva e racional mediada pela intersubjetividade, sedimentada na memória coletiva. Ele adquire uma dupla função na criação de valores e de justificação da ação. Por conseguinte, será por meio do imaginário que o sujeito construirá sua apreensão do processo de significação dos objetos do mundo, transformando a realidade em real significante, contextualizado, histórico e ideológico.

O imaginário pode ser considerado social à medida que a atividade de simbolização representacional do mundo é realizada dentro de um domínio de prática social, ou esfera de atividade humana determinada, tal como: a artística, a política, a jurídica, a religiosa, etc. –

semelhante ao que é proposto por Bakhtin. Isso torna coerente a relação entre a ordem social e as condutas, cimentando o elo social com o apoio dos aparelhos de regulação institucionais.

Charaudeau (2017, p. 578) acrescenta que o imaginário social é de dimensão variável, devido a maior ou menor extensão do grupo, do jogo de comparação possível entre os grupos e da memória coletiva que se constrói através da história. Do mesmo modo, pode se pensar em imaginário pessoal quando as percepções do mundo são julgadas e experienciadas diferentemente, dependendo de sua inserção na história íntima do indivíduo, tal como a morte de um animal de estimação.

Um imaginário será compreendido como sociodiscursivo “na medida em que se cria a hipótese de que o sintoma de um imaginário é a fala” ou o discurso. O imaginário resulta da atividade de representação que constitui os universos ou as formas de pensamento, lugares de instituição de verdade. Por meio de discursos narrativos ou argumentativos, o sujeito falante propõe uma descrição e uma explicação dos objetos do mundo, conforme os saberes e a perspectiva representacional do indivíduo ou do grupo ao qual pertence.

Por sua vez, os discursos estão atravessados por saberes sobre o mundo, investidos de *pathos*, o saber como afeto; de *ethos*, o saber como imagem de si; ou de *logos*, o saber como argumento racional.

Em síntese, os imaginários estão imbricados pelos discursos que circulam no âmbito dos grupos sociais, organizados como sistemas de pensamento ou formas de pensamento coerentes, criadores de valores, a fim de exercer o papel de justificação da ação social e de depositários da memória coletiva. Assim, como os imaginários são instaurados no interior de determinadas práticas sociais, em consonância com Charaudeau (2017), entendemos que eles passam por filtros axiológicos que provocam uma variação ou mudança de valores de certo imaginário.

Como exemplo, podemos citar, para os conservadores ou o conservadorismo, ancorados nos valores do imaginário da tradição, a polêmica em torno da liberação do porte/ posse de armas para a população civil pode adquirir valor positivo; enquanto para os grupos relacionados aos setores progressistas, contrários às políticas armamentistas, pode assumir valor não positivo. De acordo com Charaudeau (2017, p. 579), o imaginário da tradição pode assumir um valor positivo no domínio de prática religiosa e, por vezes, no da política, enquanto será marcado negativamente nos domínios tecnológico e econômico.

6.3.1A ESTRUTURA DOS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS

Os imaginários sociodiscursivos são constituídos por dois tipos de saberes que podem ser de conhecimento ou de crença. Eles são gerados pela mecânica das representações sociais através da produção de discursos que constituem os saberes de crença e de conhecimento configurados em tipos de saberes. Por sua vez, os tipos de saberes por meio da produção discursiva organizam os sistemas de pensamento conforme princípios coerentes com as práticas de determinadas teorias, doutrinas ou opiniões.

Charaudeau (2017, p. 581) explica que os saberes de conhecimento são produzidos com o propósito de estabelecer a verdade sobre os fenômenos do mundo e sobre os objetos de discurso. Essas verdades existem em relação de exterioridade ao sujeito e, por isso, estão livres dos processos subjetivos, tais como a avaliação e o julgamento afetivo. No saber de conhecimento a verdade assume um caráter de neutralidade e impessoalidade, sendo imperativa ou imposta aos indivíduos.

O discurso produzido pelo saber de conhecimento “repousa na existência dos fatos do mundo” e nos procedimentos de explicação dos acontecimentos colocados diante dos indivíduos de maneira objetivante, apagada enunciativamente. O enunciador desse tipo de saber assume uma dimensão abstrata ao tentar impor uma verdade objetiva como no discurso da “ciência” ou da “ordem das coisas”. Assim o discurso produzido no âmbito desse saber torna-se indiscutível, tendo em vista que é um saber que se impõe sobre a verdade objetiva.

A construção do saber de conhecimento pode ser subdividido em saber científico e saber de experiência. O primeiro tem o intuito de construir explicações sobre os objetos, os fenômenos e sobre o mundo, buscando desvelar e compreender o seu funcionamento e o modo como esse funcionamento se impõe sobre os indivíduos. Está na base das práticas da razão científica e se sustenta por meio dos procedimentos de observação, de experimentação e de cálculo, os quais lançam mão de instrumentos de visualização do mundo (como o microscópio) ou de operações (informática) a fim de garantir a objetividade e a prova indiscutível dos fenômenos do mundo.

De acordo com Charaudeau (2017), as teorias estão ligadas ao saber científico. Elas se caracterizam como uma forma de discurso que é, simultaneamente, fechado e aberto. Fechado em cada núcleo teórico que propõem um conjunto de proposições com valor de postulados, de princípios ou de axiomas com o intuito de formular conceitos, modos de raciocínio e procedimentos metodológicos específicos de cada núcleo teórico.

Como uma forma de discurso aberto podem ser compreendidas na medida em que aceitam o contraditório e estão em constante processo de refutação/ integração de proposições contrárias ou contraditórias. Desse modo, as teorias submetem-se ao confronto com a empiria e a crítica sem, contudo, abandonar a força de verdade do discurso demonstrativo como, por exemplo, no que concerne às leis da gravidade.

De modo semelhante ao saber científico, o saber de experiência também constrói explicações sobre o mundo aplicáveis e reproduzidas por todos. Entretanto, ele não produz garantias e provas de verdade tão pouco possui procedimentos metodológicos particulares ou instrumentos. Qualquer indivíduo pode utilizar o saber de experiência desde que o tenha experimentado e consiga identificar que outro indivíduo experimenta situação similar.

Esse subtipo de saber de conhecimento está no domínio “experienciado e da experiência universalmente partilhada”. Afastado do saber científico depende dos saberes empíricos e partilhados sobre o mundo que apontam para uma causalidade natural sobre os fenômenos. Nesse sentido, o saber de experiência pode contradizer o saber científico na medida em que o que vale é a experimentação e a observação individual independente de fatores objetivos e metodológicos.

O segundo tipo de saber é o saber de crença. Ele relaciona-se com as avaliações, apreciações, julgamentos a respeito dos fenômenos, dos eventos e dos seres do mundo, seus pensamentos e comportamentos. Diferentemente dos saberes de conhecimento, “a crença procede do olhar que o sujeito tem sobre a legitimidade dos eventos e das ações do homem”. Trata-se do saber que se encontra no sujeito e procede do sujeito, portador de julgamentos (CHARAUDEAU, 2017, p. 582).

Esse saber instaura-se no domínio dos valores e se caracteriza, ao mesmo tempo, por ser uma “atividade mental polarizada” entre a causa dos eventos e dos comportamentos, resultando nos aspectos afetivos e subjetivos dos posicionamentos. Diante disso, a enunciação objetivante (“ele-verdadeiro”) assume contornos subjetivantes a partir da partilha de um “nós-verdadeiro” que interioriza o saber ao mesmo tempo em que o deseja compartilhado, ainda que não seja possível verificá-lo.

Do processo de construção do saber de crença origina-se dois outros tipos de saberes, quais sejam: o saber de revelação e o saber de opinião.

No saber de revelação, há a suposição de um lugar de verdade exterior ao sujeito. A verdade construída nesse tipo de saber não pode ser verificada ou provada, pois, devido a seu caráter transcendental, exige uma adesão completa do sujeito a ela. Entretanto, esse movimento

de adesão é justificado pela existência de textos de caráter sagrado que exercem papel de referência dos valores e que justificam essa verdade transcendental.

Diferentemente do saber de conhecimento, o saber de revelação possui um caráter completamente fechado sob a evidência de um saber, e o discurso nele ancorado se apresenta sob a modalidade de evidência, pois recusa a crítica. Esse tipo de saber pode relacionar-se com as ideologias, pois eles articulam de maneira “doutrinária saberes genéricos que propõem uma explicação total e englobante da atividade social”, ou quando seu discurso está “fixado em um texto de referência mais ou menos sagrado”. Isso faz com que as ideologias assumam um caráter doutrinário, assim como foi com o marxismo, que em sua origem era uma teoria, mas tornou-se uma ideologia de tendência doutrinária e dogmática (CHARAUDEAU, 2017, p. 584).

Já os saberes de opinião têm origem em um processo de avaliação sobre qual o sujeito se engaja ou assume um posicionamento a respeito dos fatos e objetos do mundo. Assim como no saber de crença, no saber de opinião “não é o mundo que se impõe ao sujeito, mas o sujeito que se impõe ao mundo”. Esse saber não é ancorado em um texto de referência e, por isso, é um tipo de saber no qual existem diversos julgamentos a respeito dos fatos do mundo, a partir dos quais o sujeito faz escolhas seguindo diversas lógicas: do necessário, do provável, do possível, do verossímil e nos quais interfere menos a emoção do que a razão.

No saber de opinião, o sujeito apropria-se de um saber que circula nos grupos sociais. Esse saber é, ao mesmo tempo pessoal, e partilhado, e, por isso, não está aberto ao questionamento. Pode aparecer sob a forma de uma enunciação generalizante, como nos provérbios, assumindo a posição de uma voz que está acima dos sujeitos, um metaenunciador, uma voz coletiva a partir da qual o sujeito se posiciona. Qualquer julgamento de opinião é subjetivo quando depende da partilha, pois assume uma função identitária.

De acordo com Charaudeau (2017, p. 585), o saber de opinião pode relacionar-se com diversas categorias de opinião, tais como: opinião comum, opinião relativa e opinião coletiva.

- i- A opinião comum assume aspecto generalizante com pretensão à universalidade, pois é dependente da partilha. Como nos provérbios ou nos ditos populares são enunciados que se apropriam do julgamento e da crença popular. Neles o sujeito não assume uma posição individual;
- ii- a opinião relativa é originária de um sujeito individual ou grupo em particular que emitem, conscientemente, julgamentos críticos e circunstanciais sobre determinada situação vivenciada. Ela tem o papel

de explicitar a adesão do sujeito ou grupo a determinado ponto de vista e revelar a oposição ou engajamento a certos posicionamentos no espaço da discussão democrática;

- iii- a opinião coletiva revela o posicionamento de um grupo a respeito do outro grupo. Ela tem o papel de restringir um grupo a uma nomeação essencializante, por isso, essa opinião tem forte apelo à construção identitária.

Os imaginários sociodiscursivos são alimentados por esses tipos de saberes. Com isso, jogam com as categorias por meio da estratégia de opacidade das pistas que revelam como um saber de crença pode ser compreendido como um saber de conhecimento, substituindo um saber de opinião por um saber de revelação, introduzindo um saber de opinião relativa com força de opinião comum, transformando um saber teórico em saber de doutrina ou fazendo crer que um saber de revelação é fundado em saber científico (CHARAUDEAU, 2017).

É importante ressaltar que “o imaginário não é verdadeiro nem falso”. Trata-se de uma proposta sobre o mundo, uma visão de mundo, baseada nos saberes que instituem os sistemas de pensamento. Esses saberes podem se relacionar pela exclusão ou sobreposição, resultando em traços identitários dos sujeitos e dos grupos.

A análise dos imaginários sobre a noção de democracia consiste em desvelar em qual situação comunicativa tais imaginários emergem, bem como a visão de mundo a qual testemunham (CHARAUDEAU, 2017, p. 589). No *corpus* analisado, a noção de democracia é investida por imaginários a partir dos vínculos com os saberes de crença (ideologias), mas também de conhecimento, ancorados em fundamentos teóricos e filosóficos sobre os sistemas democrático e os sistemas de pensamento político.

PARTE III

ANÁLISE INTERPRETATIVO-DESCRITIVA

7 O QUE É DEMOCRACIA? ANÁLISE INTERPRETATIVA

*NOS TEMPOS DE TREVAS TAMBÉM HAVERÁ DE SE CANTAR?
HÁ DE SE CANTAR OS TEMPOS DE TREVAS,
BERTOLT BRECHT*

Nessa seção, apresentamos o *corpus* e delineamos, de modo sintético, os instrumentos dos quais lançamos mão a fim de propor hipóteses interpretativas para a noção de democracia construída no âmbito do discurso político-midiático.

7.1 APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*

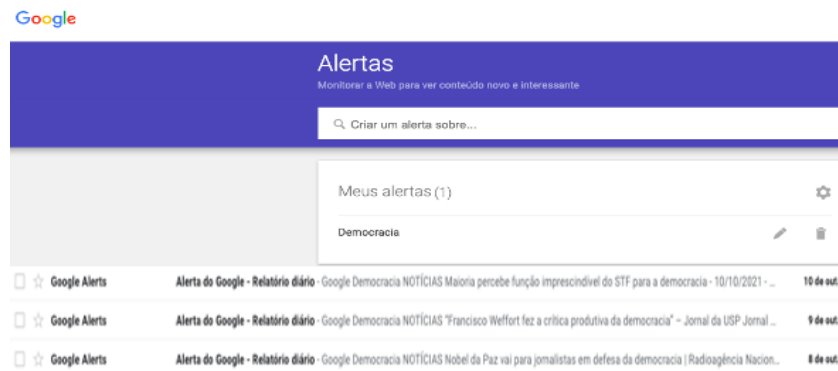
A presente pesquisa tem como *corpus* dez artigos de opinião coletados *on line* em diferentes mídias de informação jornalística. Privilegiamos os textos que circularam nas mídias tradicionais por considerar que, como a situação discursiva analisada é constituída por intensa dicotomização nessas instâncias comunicativas, a polarização e a polêmica também poderiam ser descritas e analisadas, embora o discurso pareça mais moderado, sem posicionamentos radicalizados explicitamente. A seleção dos artigos privilegiou, inicialmente, discursos nos quais os títulos ou subtítulos contemplavam o termo democracia, o que nos permitiu chegar a sete textos. O *corpus* foi complementado por outros três textos que discutiam a noção em foco, embora não a trouxessem no título. Vejamos:

Quadro 8 – *Corpus*

Artigos de opinião			
Texto	Veículo de comunicação	Título do artigo	Ano
T1	Folha de São Paulo	Tanques e togas tentam cercar a democracia brasileira	2018
T2	Folha de São Paulo	A democracia não é defendida com posição passiva nem com enganosa neutralidade	2018
T3	Folha de São Paulo	Só um candidato representa a continuidade da democracia	2018
T4	Folha de São Paulo	Uma ciência política cética	2018
T5	Folha de São Paulo	Um partido marxista- leninista o marxismo despreza o vocabulário e o imaginário da democracia burguesa	2018
T6	Folha de São Paulo	Brasil rumo à ditadura?	2021
T7	Estadão	Sobre temores passados e presentes	2018
T8	El país Brasil	Não é 64: dá para torturar democracia com Congresso, com Supremo, com tudo	2018
T9	O Tempo	Defesa hipócrita da democracia	2019
T10	Estadão	Democracia direta: a verdadeira e a 'fake'	2019

Fonte: Elaborado pela autora

Inicialmente a coleta do *corpus* foi realizada por um mecanismo de busca disponível gratuitamente na plataforma *Google*, o *Google Alerts*, que foi configurado de modo a enviar, para um e-mail do domínio *Gmail*, relatórios diários com alertas todas as vezes que as mídias de informação publicassem na *Web* textos que continham a noção de democracia. Os relatórios ficam disponíveis em uma seção do *e-mail* configurado para receber os alertas, conforme imagem abaixo:

Figura 9 – *Google Alerts*

Fonte: elaboração própria

Diariamente, o *Google alerts* enviava para o e-mail selecionado uma grande quantidade de alertas de publicações com o termo democracia. Essa etapa constitui-se como um grande desafio, pois dos inúmeros textos, de diferentes gêneros textuais, foram selecionados, manualmente, a partir de uma leitura prévia, somente os artigos de opinião encaminhados pela busca do *Google Alerts* na *Web*. A escolha desses artigos privilegiou, como já foi mencionado, os textos que continham a noção de democracia no título, no subtítulo ou no corpo dos artigos veiculados pelas grandes mídias de informação jornalística brasileira.

Além disso, a seleção também foi pautada pelo interesse desta pesquisadora em demonstrar como a noção de democracia pode ser considerada um tema social sensível e instaurador de uma polêmica pública. A observação dos artigos encaminhados pelo aplicativo e a coleta do *corpus* compreendeu os períodos entre maio de 2018 e dezembro de 2021.

A seção seguinte busca apresentar uma síntese das categorias metodológicas delineadas para a análise do *corpus*. A eleição destas categorias procurou contemplar os fenômenos enunciativos abordados no nosso quadro teórico metodológico e que se apresentam de modo recorrente nos discursos.

7.2 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

O percurso teórico construído nas seções anteriores aponta para algumas consequências metodológicas que vão balizar a descrição e a análise do *corpus*. A partir da descrição dos dados buscamos levantar hipóteses interpretativas para as escolhas ou estratégias discursivas presentes no artigo de opinião. Diante dos objetivos já delineados, propusemos contemplar os seguintes aspectos:

- A coleta do *corpus* tentou contemplar artigos de opinião de diferentes suportes e pontos de vista.
- Os artigos deveriam versar sobre a noção de democracia, já que o propósito é o de discutir como é construído o PDV sobre a noção.
- A partir da descrição dos dados, buscamos identificar se os aspectos/ estratégias linguístico-discursivas encontrados nos textos se assemelham e de que modo constituem a definição do que é democracia.
- Interpretação do funcionamento enunciativo, dialógico e argumentativo dos dados.

Para tanto, elegemos algumas categorias que serão contrastadas, de modo ilustrativo, com excertos dos discursos coletados, com o objetivo de explicitar a utilização e o funcionamento estratégico das categorias linguístico-discursivas e dos fenômenos imbricados na construção do PDV nos discursos que se ocuparam em discutir a noção de democracia.

A Teoria Semiolinguística é adotada como ponto de partida para uma relação dialógica entre as teorias e categorias que balizam as análises e as hipóteses interpretativas que realizamos no *corpus* desta pesquisa. A situação de comunicação e a relação contratual estabelecida pelo contrato político-midiático, bem como as categorias dos Modos de Organização do discurso em diálogo com a Teoria Interacional do Ponto de Vista são instrumentos fundamentais para a compreensão da construção da noção de democracia veiculada por diferentes sujeitos sociais.

Com a Teoria Interacional do Ponto De Vista, a disjunção locutor/ enunciador nos permitirá (re) construir os processos envolvidos no fenômeno de responsabilidade enunciativa, a fim de facilitar a identificação e a hierarquização dos PDV de locutores e enunciadore, tanto *antiorientados* quanto *coorientados* ao PDV de L1/E1, conforme o processo delineado na esquematização a seguir:

Figura 10 – Procedimentos da construção do Ponto de Vista



Fonte: Elaborada pela autora

Outro fenômeno enunciativo a ser analisado serão os fenômenos de modalização bem como as modalidades enunciativas, conforme estão delineadas no quadro a seguir:

Quadro 9 – Síntese do fenômeno modal

Modalização	Modalidades		
Objetiva	Ôntica Ser + certeza Verbete/ definição	Deôntica + Impositiva Dever (obrigatório) - Impositiva Dever (não obrigatório/ permitido) - Impositiva Quase impositiva Efeito potencialmente obrigatório (futuro do pretérito do indicativo)	Epistêmica Posição de saber + saber (certeza) -saber (hipótese/ possibilidade)
Subjetiva	Axiológica Julgamento avaliativo/ valores Pontos de vista (adjetivo, verbos e advérbios)	Apreciativa Afetiva/ emotiva	Volitiva Intenção/ desejo
Interlocutiva/ intersubjetiva	Questionamento - interpelação / problematização		
Metaenunciativa	Autonímica – (auto) representação de si, distanciamento do outro, exterior		

Fonte: Elaborado pela autora

No enquadramento argumentativo privilegia-se instrumentos de análise que buscam elucidar, desvelar como os sujeitos tentam agir sobre os seus interlocutores por intermédio de estratégias retóricas de persuasão. Análise argumentativa adotou um processo interpretativo e vertical dos artigos. Esse gesto interpretativo nos permitiu olhar para o *corpus* e identificar processos argumentativos e tipos de argumentos envolvidos na construção da noção de democracia, os quais descrevemos no quadro abaixo. Além disso, intencionamos descrever como os imaginários sociodircursivos sustentam a construção da noção de democracia. Com esses objetivos elencamos as seguintes categorias de análise argumentativa:

Quadro 10 – Processos argumentativos e tipos de argumento

Tipos de argumentos/ categorias argumentativas	
Argumentos empíricos ou factuais	Comparação
Argumentos causais	Gradação
Argumentação pragmática – <i>ad consequentiam</i>	Ironia
Argumento de autoridade	Identificação manipuladora
Argumento dos inseparáveis	Problematização argumentativa
Argumento de identidade	Causação
Argumento <i>ad hominen</i>	Formas proverbiais
Argumento divinizado	Exemplificação
Argumento <i>ad populum</i>	Definição condensada
Bifurcação	Definição extensão
Dilema	
Petição de princípio	

Imaginários sociodiscursivos		
Saberes de crença Saberes de conhecimento	➤	Tipos de imaginários sociodiscursivos

Fonte: Elaborado pela autora

Acreditamos que esse conjunto de categorias nos permitirá uma abordagem do funcionamento enunciativo e argumentativo que servirá de base ao nosso percurso interpretativo das posições argumentais e dóxicas, bem como das representações dos sujeitos relativamente à noção de democracia.

8 PERCURSO INTERPRETATIVO: REPRESENTAÇÕES DE DEMOCRACIA NO DISCURSO POLÍTICO MIDIÁTICO

Nesta seção delineamos a noção de democracia no discurso político midiático à luz do quadro teórico-metodológico construído ao longo da pesquisa. Trata-se de uma proposta de análise descritivo-interpretativa do *corpus* por meio de categorias linguístico-discursivas que

lançam luz às hipóteses interpretativas levantadas nesta pesquisa, com o objetivo de elucidar *o que é democracia?* no discurso político-midiático.

A ordem de apresentação dos textos analisados não atende à organização proposta no quadro 8, pois buscamos estabelecer alguns contrastes no âmbito do enquadramento enunciativo e do enquadramento argumentativo. Ademais, a proposta de análise não intenciona analisar todos os textos em cada um dos enquadramentos metodológicos propostos nesta pesquisa, a fim de evitar a repetição e a exaustão descritivo-interpretativa do *corpus*.

8.1 DEMOCRACIA: DIALOGISMO, MODALIZAÇÃO ENUNCIATIVA E A CONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA

A análise do enquadramento enunciativo busca levantar hipóteses interpretativas sobre como a noção de democracia é definida e (re) formulada por L1/E1 (locutor principal) à luz das categorias construídas no dispositivo enunciativo. Ou seja, buscamos interpretar como o locutor principal encena PDV polêmicos e agencia locutores e enunciadores secundários em um processo de hierarquização que aponta ora para posturas enunciativas coorientadas ora antiorientadas (antitéticas) em relação ao PDV de um protoenunciador, que objetiva definir a noção de democracia e construir imagens de sujeitos.

Diante do cenário político delineado no Brasil nos últimos anos uma gama de discursos e atores sociais buscaram definir, descrever, justificar suas posições ou atitudes acerca do que é democracia. Esse contexto constituiu-se como motivador de diversas vozes e posturas que se sobrepõem, subordinam-se, aproximam-se ou distanciam-se na tentativa de construir, definir ou delimitar o que é democracia. Para tanto, trechos do nosso objeto serão examinados a partir das categorias já discutidas.

8.1.2 DEMOCRACIA LIBERAL E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE REINALDO AZEVEDO [T1]

Reinaldo Azevedo é jornalista e comentarista político. Escreve semanalmente para a Folha de São Paulo, diariamente para a coluna de notícias do portal eletrônico *UOL*, âncora do programa *O é da coisa*, na *BandNews FM*, e é comentarista de política na Band AM e FM. O articulista posiciona-se no espectro político de direita liberal³⁵, ideário para o qual as noções de democracia, república, justiça e liberdade fazem parte das discussões políticas conservadoras, mais moderadas.

O artigo *Tanques e togas tentam cercar a democracia brasileira*, foi publicado na *Folha de S. Paulo*, em 2018. Nele buscamos descrever, apontando de modo preciso como as categorias enunciativas de construção da noção de democracia e hierarquização do PDV são mobilizadas no artigo de opinião, além de levantar hipóteses interpretativas.

As diversas maneiras de representar um PDV estão ligadas às relações Locutor-enunciador (L1/E1). Enquanto produtor do texto, L1/E1 posiciona-se em relação ao PDV de outros enunciadores, que ele representa em seu texto. Além de representar esses PDV L1/E1 pode convocar outros locutores (l2/e2) a fim de corroborar com o PDV colocado em cena.

No texto abaixo, a disjunção entre locutor e enunciador nos permite apreender como a gestão do dialogismo interno contribui para a percepção dos PDV representados nos artigos de opinião, bem como as estratégias de aproximação ou de distanciamento do locutor em relação ao PDV representado. Além disso, o dialogismo interdiscursivo retoma instâncias enunciativas institucionais e diferentes sujeitos na construção do ponto de vista. Temos a representação do PDV do articulista (L1/E1), responsável pelo artigo, e a representação de diversos outros PDV os quais são atribuídos a enunciadores ou a locutores por meio de procedimentos como a *imputação*. Vejamos:

[T1] **Tanques e togas tentam cercar a democracia brasileira**

Nas democracias, chefes militares não fazem considerações sobre política e eleições

Tanques e togas tentam cercar a democracia brasileira. Há um esforço deliberado para tratar o eleitor como um débil mental. Generais, juízes e procuradores se arvoram em consciência crítica da brasileirada incapaz. Aos 57 anos, incomoda-me o assédio que ofendia meu senso de autonomia adolescente. Desculpem-me por um tantinho de memória privada a unir setembros. Como naquele filme, sei que a história de uma pessoa “vale menos do que um punhado de feijão neste mundo louco”, mas é a minha

³⁵ GOMES, W. *Reinaldo Azevedo e a direita*. Disponível em: revistacult.uol.com.br/home/reinaldo-azevedo-e-a-direita/. Acesso em: 25 de maio de 2022.

história — ou a infância afetiva de um liberal. Entre togas e tanques. Eu tinha 15 anos quando o DOPS (Departamento da Ordem Política e Social) encostou as mãos sujas em mim. Passei por um interrogatório informal na escola. A denúncia partira de um professor infiltrado. Eu havia vencido um concurso estadual de redação cujo tema era “O Dia da Árvore”. Associei a agressão à natureza à incúria do governo, ao egoísmo humano e ao lucro irresponsável. E o fiz com a ambição condoreira que têm os candidatos a mau poeta na periferia do mundo...Bastou para que os arautos de então de uma “escola sem partido dos adversários” se assanhassem. De onde eu havia tirado aquelas ideias? Vinham de algum professor? De qual? O que eu entendia por “lucro”? E por “egoísmo”? Engrolei irrelevâncias. Era só um garoto inocente, óculos fundo-de-garrafa, barba nascente, voz ainda desengonçada, meio gordo, ruim de bola, mas bom de amigos – afinal, eu tinha cigarros e dividia com eles os arcanos do Movimento Retilíneo Uniforme Variado (MRUV) e da Oração Subordinada Adverbial Temporal Reduzida de Particípio. Terminando o interrogatório, concluí em silêncio que a ditadura tinha de acabar. No tempo da memória, como no do cinema, que furta detalhes em benefício da síntese, fui ser condoreiro da periferia do trotskismo. Até os 21 anos. Nas ditaduras não há lugar para míopes inocentes. O “menino antigo” em mim (com licença de Drummond) e o velho recente leram com indignação a entrevista ao Estado de S. Paulo. Eduardo Villas Boas, comandante do Exército, segundo quem o futuro governo “pode ter sua legitimidade questionada” em razão da agressão sofrida por Jair Bolsonaro. Nas democracias chefes militares não fazem considerações sobre política e o processo eleitoral. Também não dizem quem pode e quem não pode ser eleito. Ciro Gomes tem razão ao afirmar, aludindo a Brechet, que o general buscava calar as “vozes das cadelas no cio” do fascismo caseiro. E, destaque-se que em nome da precisão Villas Boas descartou um golpe. Mas restou a sombra da tutela. Eu não me bandeiei para o liberalismo como um trânsfuga. Passei por um processo de conversão silenciosa (AZEVEDO, 2018).

No excerto [T1] já no título e subtítulo, L1/E1 apresenta um PDV polifônico que se constitui na heterogeneidade. Ao dizer que “Tanques e togas tentam cercar a democracia brasileira” e “Nas democracias chefes militares não fazem considerações sobre política e eleições”, L1/E1 faz um julgamento epistêmico sobre as ações de forças políticas institucionais e da forte presença de militares no âmbito político. Podemos considerar que L1/E1 realiza esse julgamento por meio do Ponto de vista assertado, pois não retoma explicitamente as palavras ou dizeres com marcas que apontam para outros locutores ou enunciadores evocados no discurso.

A polifonia se estrutura por meio da pressuposição e da alusão. L1/E1 constrói o enunciado a partir da pressuposição de existência da democracia brasileira, evidenciada pela nominalização definida, (“a democracia brasileira”). Por meio da pressuposição o locutor deixa traços do seu posicionamento na enunciação, como se dissesse ao leitor “existe democracia e isso é um fato, uma verdade do mundo que não pode ser negada”. Para comentar a ação dos actantes antiorientados a seu PDV, L1/E1 precisa retomar e afirmar a existência de um regime democrático que precisa ser defendido no contexto brasileiro, nesse caso o conteúdo da pressuposição convoca o leitor a admiti-la como verdadeira.

A pressuposição também pode conduzir a um efeito interpretante que suscita na memória do leitor um modelo político oposto ao regime democrático, um regime não

democrático, que remete ao período ditatorial imposto ao Brasil por uma junta militar, que instaurou o considerado golpe militar ou cívico-militar, assumindo o poder entre os anos de 1964 a 1985³⁶. Ao lançar mão de um verbo procedimental que assume um aspecto atitudinal, “cercam”, L1/E1 cria um processo narrativo no qual coloca em oposição a democracia e duas instâncias adversárias a ela, sob o ponto de vista assertado do narrador, ou seja, a operação enunciativa explícita a tese de L1.

Tais instâncias são retomadas por meio das expressões “Tanques e togas” que fazem uma alusão ao Exército e ao Judiciário brasileiros. Tal recurso aponta para essas instâncias como origem de uma possível ameaça à democracia, colocando-as em posição de adversárias do estado democrático de direito. Essas escolhas denominativas auxiliam na construção de um PDV crítico de L1/E1 em relação a posição atribuída ao Exército (“tanques”) e ao Judiciário (“togas”), aspecto que reforça o alcance da pressuposição e do apelo à memória coletiva.

Tanto a pressuposição quanto a alusão ancoram a construção do posicionamento de L1/E1 sobre a condição de existência da democracia e o processo de caracterização de uma ação que coloca a democracia como vítima e aponta para possíveis enunciadores agressores, adversários. Ao afirmar que “Nas democracias chefes militares não fazem considerações sobre política e eleições” L1/E1 quer fazer ver que os militares fazem (fizeram) considerações ou interferem (interferiram) na democracia. A asserção negativa aponta para uma negação polêmica que pode conduzir aos seguintes efeitos interpretantes, pelos quais L1, ao assumir o enunciado negativo, evoca um enunciador segundo que defende o contrário.

- i. chefes militares não fazem considerações sobre política e eleições na democracia
- ii. chefes militares fazem considerações sobre política e eleições na democracia

³⁶ Entre os anos de 1961-1964 o cenário político brasileiro vivenciava um momento de grande polarização, radicalização política, confrontos e debates desencadeados, principalmente, pela renúncia de Jânio Quadros (UDN) à presidência e a derrubada do veto de ministros militares que impedia a posse de João Goulart (PTB/ PSD). João Goulart e Jânio Quadros representavam partidos políticos opostos – a legislação brasileira permitia o voto em candidatos a presidente e a vice presidente de chapas diferentes. João Goulart foi empossado com poderes reduzidos, a partir de uma articulação entre alguns ministros do governo, militares e o congresso nacional. Ele era o símbolo do trabalhismo e do legado de Getúlio Vargas e seu governo estava ancorado em propostas de reformas de base e reforma agrária, amplamente discutidas por alguns setores da sociedade. Entretanto, tais propostas eram fortemente criticadas pelos grandes latifundiários e por grande parte do congresso nacional, pela classe média e os setores mais conservadores da sociedade. Essa parcela da sociedade apoiou o exército no golpe militar, também chamado de golpe civil militar, que provocou a deposição de João Goulart, em trinta e um de março de 1964, e a instauração do regime ditatorial que vigorou no Brasil por vinte e um anos (1964-1985). Essa conjuntura foi marcada por forte repressão aos opositores do regime, tortura, cerceamento de liberdade e censura. A ditadura militar dava a essas ações certa aparência de legalidade ao instituir os dezesseis atos institucionais (AI) compreendidos como mecanismos legais que, no entanto, se sobreponham à constituição (SANTOS, 2013).

Nesse sentido, a negação polêmica constitui-se de duas vozes, contribuindo para a construção de um PDV polifônico e dialógico. Em (i) a voz de L1/E1 coloca na cena enunciativa a negativa, fazendo alusão à fala de um outro enunciador numa polaridade ideológica; (ii) retoma um valor coletivo, um pacto social no qual se considera que nas democracias a interferência militar na política deveria ser um ato inaceitável.

Ao longo do artigo, é possível recuperar o enunciador aludido em (ii), identificado como Villas Boas, e relacioná-lo ao conteúdo, bem como identificá-lo como fonte enunciativa. Adiante temos acesso, por meio dos comentários de L1/E1, ao posicionamento de (I2/e2) Eduardo Villas Boas acerca da condução política e de uma considerada tutela dos militares ao governo de Jair Bolsonaro. É importante ressaltar que a afirmação ilustrada carrega um PDV dóxico que denota como L1/E1 elabora uma noção de democracia na qual militares não podem/ devem emitir opiniões políticas ou interferir no processo eleitoral.

Rabatel (2016) considera que nesse estado do PDV o locutor procede a um jogo no qual escolhe pôr ou pressupor para construir certa apreensão do mundo. Nesse sentido, L1/E1 conta com o código cultural e com as relações contextuais como colaborativas do processo interpretativo. A escolha de um modo assertivo/ objetivo, com certa impessoalidade e a pressuposição exercem a função de mascarar o PDV subjetivo de L1/E1, pois o PDV é apresentado como uma evidência do mundo. A imagem que se constrói do locutor por meio do discurso é de um **locutor guardião vigia da democracia**. L1/E1 assume, então, o papel de guardião dos valores do estado democrático de direito ao problematizar a considerada interferência militar no governo. A tematização se torna socialmente relevante diante de fatos históricos recentes como a ditadura militar que marcou um dos períodos mais violentos da política brasileira.

No trecho “Há um esforço deliberado para tratar o eleitor como um débil mental. Generais, juízes e procuradores se arvoram em consciência crítica da brasileirada incapaz” temos a conjugação de dois estados do PDV, o PDV assertado de L1/ E1 e o PDV representado de e2, **enunciador agressor da democracia**. No PDV assertado, L1/ E1 (Há um esforço deliberado para tratar o eleitor como um débil mental) assume a afirmação sobre o ponto de vista de e2 acerca dos eleitores (e2 tem seu PDV representado através de traços perceptivos de julgamento: *o eleitor é um débil mental, a brasileirada é incapaz*). Essa asserção é realizada por meio do apagamento enunciativo proporcionado pelo emprego de um verbo de impessoalidade. Entretanto, trata-se da percepção, do julgamento, de L1/E1 sobre o modo como os eleitores brasileiros são considerados por outros enunciadores, “brasileirada incapaz”, “débil mental”.

L1/E1 assume a imputação de um PDV interno às instâncias mencionadas, sendo o responsável por representar o conteúdo proposicional atribuído aos enunciadores segundos (e2), identificados como “Generais”, “juízes” e “procuradores”. Ao representar o PDV dessas instâncias enunciativas, L1/E1 o faz por meio da imputação, que revela um modo de L1/E1 se posicionar em relação aos enunciadores (e2). Há um claro distanciamento de L1/E1 da postura enunciativa imputada a e2 na cena política brasileira. Em outras palavras, L1/E1 se distancia do PDV representado e das percepções de e2, como vemos na marca verbal acompanhada de verbi reflexivo, “se arvoram”; e nas nomeações do enunciado “brasileirada incapaz”, “débil mental”.

Essas marcas textuais nos dão pistas de um saber de L1/E1 acerca do PDV das instâncias que compõem o Judiciário e o Exército naquele contexto político, um saber que L1/E1 quer fazer ver. Por isso, ao expor seu PDV e o PDV de e2 L1/E1 constrói uma imagem das instâncias as quais esses PDV se referem. O emprego das escolhas designativas soma-se à imputação, funcionando como se L1/E1 afirmasse, na modalidade da certeza, que juízes, generais e procuradores menosprezam os eleitores brasileiros (“débil mental”, “brasileirada incapaz”), interferem na cena política e vitimam, cercam a democracia brasileira.

Notamos que os processos de identificação dos agentes se fazem por meio de generalizações, abarcando as respectivas categorias funcionais, aspecto que contribui para uma percepção dos actantes enquanto representantes institucionais, visto que, nesse momento não há nomeação específica que caracterize o indivíduo a ser responsabilizado pelo PDV representado.

As denominações e o processo de imputação de PDV aos generais, juízes e procuradores parece contribuir para a construção de uma noção de democracia na qual as forças armadas não são bem-vindas. Tal processo aliado à escolha denominativa amplia o efeito do PDV de L1/E1 que retoma a memória da participação das instâncias mencionadas na ditadura militar. As qualificações “brasileirada incapaz”, “débil mental” e o PDV imputado às instâncias mencionadas indicam uma tutela sobre o processo eleitoral brasileiro, além da representação de um eleitorado incapacitado intelectualmente.

Na noção delineada pelo discurso de L1/E1 – pelo modo como assume uma postura antiorientada ao PDV imputado, afastando-se das nomeações e qualificações – podemos vislumbrar uma noção de democracia na qual os eleitores devem ser tratados como eleitores críticos, capazes e autônomos, visto que para L1/E1 o assédio atual das instâncias institucionais sobre as eleições remetem à ditadura militar e ofendem o “senso de autonomia” do eleitor.

Para Rabatel (2016), a responsabilidade enunciativa (RE) no PDV representado é limitada quando L1/E1 imputa um PDV a uma instância, sobretudo, quando esta não fala, o que permite uma pressuposição de que os dizeres imputados tenham sido de algum modo proferidos e, posteriormente, interpretados por L1/E1. Como acontece no trecho analisado em que um PDV é atribuído aos enunciadores (“Generais, juízes e procuradores”). A RE é limitada, pois esses enunciadores segundos podem não assumir integralmente o PDV que lhes é imputado pelo **locutor imputador**, uma vez que não falam, e tem apenas sua percepção representada (“se arvoram em consciência crítica da brasileira incapaz”).

De acordo com Cortez (2013, p. 306), ao citar Rabatel (2009, p. 73), no caso do PDV representado, a “imputação funciona como uma espécie de reacentuação do discurso do outro” ele é “colorido com as entoações do outro”. Podemos dizer que L1/E1 subordina o PDV desses enunciadores segundos e os coloca em uma posição antiorientada ao discurso por ele construído a fim de marcar sua posição. Ou seja, a democracia deve ser construída de modo autônomo, livre de tutelas e plenamente exercida por cidadãos críticos, condições sem as quais não há democracia.

Nesse recorte, a modalidade axiológica será compreendida como a atitude do locutor ou do enunciador ao modalizar o dizer que, de algum modo, retoma ou faz referência aos valores que fundamentam a democracia. Em outros termos, a modalidade axiológica permite a construção de um percurso interpretativo em observância à valorização ou desvalorização que orienta para a construção de valores. Algumas representações recaem sobre a percepção da imagem do eleitorado brasileiro e da representação política. No (T1), ao representar a percepção de e2 acerca dos eleitores (“débil mental”, “brasileirada incapaz”), L1/E1 distancia-se desse PDV e aponta para os valores sobre a participação política e crítica que, possivelmente, circulam no imaginário de uma parcela da sociedade. No PDV imputado a desvalorização indica a existência de representações negativas sobre a participação dos eleitores brasileiros em eleições, aspecto não concebível em uma democracia plenamente desenvolvida.

O artigo apresenta algumas ocorrências de PDV que podem ser compreendidas como construções que evidenciam um PDV subjetivo de L1/E1 e um PDV externo memorial que colaboram para a construção de um processo narrativo. O PDV apresentado por meio de uma **modalização subjetiva (locutor subjetivo/ elocutivo)** parece retomar as experiências de L enquanto ser do mundo (“Entre togas e tanques. Eu tinha 15 anos quando o DOPS (...) encostou as mãos sujas em mim. Passei por um interrogatório informal na escola”) as quais são colocadas no discurso por L1/E1 e produzem um efeito de testemunho, uma narrativa de si, que confere maior efeito de verdade ao PDV de L1/E1. Nessa relação de sincretismo entre L e L1/E1, o

ponto de vista de L corresponde ao PDV de L1/E1. É importante ressaltar que, nesse caso, o locutor engaja seu PDV e assume integralmente a responsabilidade enunciativa sobre os dizeres.

No trecho em destaque temos, também, uma **modalização apreciativa** na qual o locutor qualifica negativamente por meio de uma apreciação negativa a ação do agente nomeado por DOPS, “encostou suas mãos sujas em mim”. O PDV expresso passa pela percepção de L1/E1 e retoma experiências subjetivas que podem ser consideradas ou confundidas como sendo de L, “ser do mundo”, a fim de se mostrar mais credível e alcançar o seu interlocutor, conferindo um efeito de verdade ao relato. Com isso, o locutor tem por objetivo mostrar o que lhe aconteceu na ditadura, construindo uma imagem de **locutor vítima** daqueles acontecimentos e agentes (“Eu tinha 15 anos”, “Passei por um interrogatório”, “colocou as mãos sujas em mim”).

Para isso, L1/E1 modaliza seu discurso subjetivamente por meio do relato, em primeira pessoa, de uma história pessoal para recorrer à memória desses acontecimentos. O apelo à memória de L1/E1 pode ser também a memória do interlocutor, que se identifica com o seu PDV ou que terá ativada uma memória socialmente compartilhada no momento em que L1/E1 constrói o PDV sobre as ações do DOPS, agente agressor. A voz desse **locutor testemunha** amplia a sua imagem de vítima (“encostou as mãos sujas em mim”) ao recorrer a um PDV externo memorial, pois tal PDV ancora-se em um saber social, na memória discursiva a respeito do que foi o DOPS e a ditadura militar. A representação analisada valida o PDV de L1/E1 e a sua posição antiorientada às ações do actante agressor (DOPS), considerado como o principal agente/instituição de perseguição política durante a Ditadura militar.

O efeito da modalização subjetiva soma-se à alusão a uma memória socialmente compartilhada na construção do PDV externo, ampliando a rememoração de fatos da ditadura militar. Isso contribui significativamente para a noção de democracia delineada no discurso de L1/E1. Uma noção na qual não se pode aceitar o “interrogatório informal” de um adolescente – ou de qualquer cidadão, dado a partir do qual podemos inferir que na noção de democracia que se constrói não é aceitável um interrogatório que não siga os princípios constitucionais³⁷, o devido processo legal e a preservação dos direitos invioláveis, como previstos pela Constituição no Estado democrático de direito.

³⁷ Conforme artigo 5º, LIV, “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 de set de 20122.

Nos exemplos que se seguem, L1/E1 agencia outros locutores e enunciadore, ainda em um plano narrativo, a fim de construir o PDV sobre a noção de democracia. Ao inserir um **enunciador denunciador** (“professor infiltrado”) e o PDV atribuído aos “arautos” de “uma escola sem partido dos adversários” convoca enunciadore em posição antiorientada ao PDV L1/E1. A qualificação (“professor infiltrado”) revela a postura de alguém que permanecia nas escolas com a função de colaborar com a ditadura militar e as denominações (“arautos” “escola sem partido dos adversários”) apresenta um efeito irônico – o termo arauto não assume uma dimensão solene ou de importância cidadã, mas o significado de delator e de defensor das ações de perseguição política realizadas pela ditadura militar. Ademais, o **PDV dos arautos do escola sem partido** (“escola sem partido dos adversários”) aponta para a conjuntura política atual na qual a considerada extrema direita ganha força na cena política e apresenta propostas, tais como o Escola Sem Partido³⁸, que objetivam a vigilância, por meio de gravação de áudio ou de vídeo, sem a prévia autorização dos educadore, a fim de exercer controle sobre o processo educacional no contexto das escolas brasileiras.

Tanto a inserção do **enunciador denunciador**, quanto o PDV dos arautos do escola sem partido são procedimentos interacionais que auxiliam L1/E1 na elaboração de um processo narrativo e de um potencial efeito no qual L1/E1 projeta a imagem do que seria o sistema político no período da ditadura militar. A imagem de democracia que se constrói pode ser aprendida como um modelo no qual não se pode aceitar a perseguição política e a vigilância constante sobre estudantes e professores em função de ideologias políticas.

A contribuição da hierarquização de enunciadore e locutores em um processo narrativo, como o analisado acima, está relacionada com a intencionalidade projetiva empregada na gestão do dialogismo interno. O locutor deseja que o leitor reconstrua a cena daquele adolescente que sofre momentos de cerceamento de sua liberdade e que é vigiado, denunciado por um enunciador denunciador, “professor”, que faz a associação de uma produção de texto com temática sobre o “dia da árvore” à “incúria do governo” no trato das questões ambientais.

L1/E1 coloca esse **enunciador denunciador** em posição coorientada ao PDV de um outro enunciador “os arautos de então de uma escola sem partido dos adversários”. Desse modo, o locutor principal constrói uma representação de democracia na qual se coloca em posição

³⁸ O Projeto de Lei (PL 7180/2014) “inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Adapta a legislação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, ratificada pelo Governo Brasileiro.” . Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>>. Acesso em: 08 de set de 2022.

antiorientada às posições que ameaçam e se constituem como impeditivas do pleno exercício das liberdades individuais, com as quais não se pode conviver em uma democracia.

Essas representações enunciativas, apresentadas de modo narrativizado, enquadram o processo enunciativo e projetam um PDV contra a ditadura tal como vemos quando o locutor lança mão de uma modalização deôntica: “Terminando o interrogatório concluí em silêncio a ditadura tinha de acabar”. L1/E1, exprime, nesse dizer, a obrigatoriedade no dever ético-democrático, ou seja, diante da censura e da coação impostas a um menino no exercício de atividades estudantis, e sob o ponto de vista do estado democrático de direito, a ditadura tinha o dever de acabar. Nesse caso, as memórias de L1/E1 assumem um papel relevante na construção narrativa e na sustentação dialógica do seu PDV.

Além dessas representações, é possível identificar um PDV irônico que contribui para os contornos da noção de democracia construída por L1/E1 e remete à construção de uma imagem de **enunciador idealista**. Ao enunciar “fui ser condoreiro da periferia do trotskismo” L1/E1 aponta para uma visão heroica ou romântica acerca de quem lutou contra a ditadura. Essa imagem de enunciador, construída na juventude, passa por um processo considerado mais maduro e evoluído que aponta para a noção de **democracia liberal**, assumida e defendida por L1/E1. Tal processo delinea a imagem de um **enunciador idealista** que passa a **enunciador iluminado** por uma ideologia liberal, que alcançou um conhecimento de si a partir da revisão de crenças, “eu não me bandeiei para o liberalismo como um trânsfuga. Passei por um processo de conversão silenciosa”.

A inserção desses PDV no discurso do locutor reforça a imagem de um locutor comprometido desde a juventude com questões políticas da sociedade brasileira, conhecedor dos acontecimentos desencadeados por um governo autoritário e defensor da liberdade individual. L1/E1 parece colocar-se em posição antiorientada ao PDV do enunciador idealista, já que ele o constrói por meio da ironia, e as escolhas indicam um tom crítico em relação àquela posição – considerada como uma postura típica de um arroubo da juventude, de adolescentes, um idealismo de esquerda – superada pela posição liberalista que L1/E1 passou a assumir. Quanto ao PDV do **enunciador iluminado** L1/E1 parece assumir uma postura coorientada a esse PDV a fim de indicar a autoconstrução do indivíduo político não por meio de ruptura, mas por meio de um processo de construção de uma consciência liberal sobre o que é ou como funciona a **democracia liberal** e o papel desempenhado por ele em cada um desses momentos.

Além das modalidades deôntica, epistêmica e subjetiva, analisadas anteriormente, outras modalidades enunciativas colaboram para a construção do PDV de L1/E1. No (T1) o trecho “o governo pode ter sua legitimidade questionada”, L1/E1 apresenta o dizer de um

terceiro – de modo delocutivo e objetivo – marcado por uma forma de verbo *dicendi* (“segundo quem”), a posição de saber é modalizada como uma hipótese, um **locutor epistêmico**. Esse PDV é imputado por L1/E1 ao locutor epistêmico Villas Boas que assume essa atitude modal. O dito demarcado por aspas indica que se trata de uma duplicação do dizer de um terceiro. Ao atribuir esses dizeres ao locutor epistêmico, L1/E1 o faz de forma bem demarcada, pois, além das aspas e o verbo *dicendi*, cita o locutor de origem vinculado institucionalmente (“Eduardo Villas Boas, comandante do exército”). Tais estratégias de apagamento evidenciam a postura de distanciamento de L1/ E1 em relação a esse PDV, uma postura antiorientada que evoca uma polaridade ideológica entre L1 e os enunciadores segundos.

Vale ressaltar que o comandante Eduardo Villas Boas é considerado figura central no que se refere às ações de governo da extrema direita, conhecido por veicular declarações polêmicas acerca de processos legais de ampla comoção, como no caso dos processos envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva³⁹. A inserção desse PDV, de modo evidente, pode ser compreendida como estratégica, tendo em vista que L1/E1 se coloca em posição antiorientada à postura do exército brasileiro (tanques) e da justiça (togas) na considerada tentativa de intervenção no processo democrático. A declaração do comandante sobre um processo legal assumiu a feição de um discurso polêmico (Amossy), pois na noção de democracia em pauta *militares não fazem declarações sobre política*, e considerando que o resultado dos julgamentos do ex-presidente interferia também no processo eleitoral brasileiro nas eleições para a presidência da república que ocorreram no ano de 2018.

³⁹ Declarações atribuídas ao comandante do Exército brasileiro, Eduardo Villas Boas, em 03 de abril de 2018, um dia antes do julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais. Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais”. Tal declaração foi compreendida por alguns setores da sociedade como uma interferência do comandante do exército ao devido processo legal ao sugerir uma possível intervenção do exército caso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fosse absolvido.

8.1.3 “DEMOCRACIA É A DITADURA DA LEI”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE MARCO ANTÔNIO FELÍCIO [T9]

Marco Antônio Felício é militar reformado do Exército brasileiro, na reserva, e atua no executivo como deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL). Integrou a tropa que depôs o ex-presidente João Goulart e foi do serviço de informações do Exército durante a ditadura civil militar de 1964⁴⁰. O general escreve para o jornal *O Tempo*, e é considerado de extrema direita. Alinhado às propostas conservadoras do presidente Jair Messias Bolsonaro, nega a existência de tortura por parte do regime militar a presos políticos durante o período ditatorial⁴¹.

No artigo de opinião *Defesa hipócrita da democracia*, publicado no jornal *O tempo* – em setembro de 2019, alguns meses após a eleição e posse do então presidente da república Jair Messias Bolsonaro –, há a construção interacional de um ponto de vista que aponta para a democracia como a “ditadura da lei”, como menciona o próprio autor, que se esforça na construção da hierarquização dialógica do texto a fim de afirmar esse sentido para a noção.

[T9] Fui um dos primeiros a demonstrar, por artigos já publicados, oposição à interferência dos filhos do presidente Bolsonaro, orientados por Olavo de Carvalho, no governo do pai. Hoje, sou o primeiro, por escrito, a defender o direito que eles têm, até mesmo como políticos em mandato, de exporem publicamente os pensamentos respectivos a respeito do que se passa no país, sem qualquer sentido de interferir sobre o pai e em ações de governo. Impedir tal coisa é cassar o direito de expressão que lhes confere a Constituição. Assim, concordo, como milhões de brasileiros, com o que tuitou Carlos Bolsonaro: “Por vias democráticas, a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade em que desejamos”. Defendo, e não é de hoje, uma intervenção militar, uma limpeza geral do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público, uma nova Constituição e, a seguir, as eleições gerais. Creio que Carlos Bolsonaro foi até muito tímido na assertiva, pois ela não acontecerá como a nação e o país necessitam – como não está acontecendo –, tendo-se em vista a atual e dura oposição, ideologizada e surgida com o vigor da impregnação psicológica a que foi submetida a população por anos seguidos. Agiu sobre a população, de maneira geral, pelos meios de comunicação social e, intensa e principalmente nas escolas, sobre estudantes do ensino médio e universitários. Hoje, vários deles são os atuais professores, jornalistas, executivos, empresários, religiosos, artistas, políticos etc. muito obedientes ao politicamente correto, exercendo forte patrulhamento ideológico. Militantes se tornam fanáticos, sem admitirem a crise em que mergulharam o país, pois são imunizados cognitivamente. A imunização, o que surpreende, atinge até mesmo os mais intelectualizados. São produtos do gramscismo na busca de uma nova sociedade e cultura, consequências de um “novo consenso” fundamentado no “senso comum modificado”. Esse último traduzindo a adoção de novos valores, incluso o fim da tradicional família e da religião, sob a hegemonia de classes até então “subalternas”. Buscam o socialismo radical. Essa é a composição da oposição que

⁴⁰ ÉBOLI, E. *General que atuou na ditadura é candidato na cidade ‘berço’ do golpe de 64*. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/general-que-atuou-na-ditadura-e-candidato-na-cidade-berco-do-golpe-de-64/>> Acesso em: 01 de abril de 2022.

⁴¹ MELLO, A. *General nega tortura em Juiz de Fora*, 2012. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/06/19/interna_politica,300931/general-nega-tortura-em-juiz-de-fora.shtml> Acesso em 25 de maio de 2022.

aparelhou, e ainda aparelha, os Poderes da República e está representada também no Judiciário e no Ministério Público. Pratica a política do quanto pior melhor, sem qualquer preocupação com os interesses reais da nação, contribuindo para que essa continue atolada em crise profunda. Luta pela destruição do governo Bolsonaro, seu principal objetivo, como também pela libertação do criminoso Lula e por sua pretensa volta ao Poder. Tem ainda como objetivos notórios a desmoralização das Forças Armadas e o fim da operação Lava Jato, com punição para seus integrantes. A realidade, apesar da luta de Bolsonaro e equipe que a oposição tenta esconder, é que não temos um governo republicano e muito menos uma democracia em se que respeita a Constituição. E a democracia é a ditadura da lei. Para muitos, no Brasil de hoje, o interesse é que ela, sem defesas, fraca, sobreviva para que possam dela se aproveitar. Interessante notar as fortes reações a um simples comentário do filho de Bolsonaro daqueles que por vezes não cumprem a lei, manipulando o sentido do mesmo. A imprensa, dando destaque ao ocorrido, afirma que tal comentário denota o que é o pensamento da família Bolsonaro, denegrindo, como sempre, a figura do presidente. Imprensa (não toda) que não pode falar em democracia, pois faz jornalismo bandido, sem isenção, desmoralizando autoridades, como o presidente e seus ministros, e se mostrando forte oposição ao governo, jogando a opinião pública contra o mesmo, irresponsavelmente, em hora de tamanha crise, quando deveria prevalecer a união em torno do interesse maior da nação. Os presidentes da Câmara e do Senado não mantêm com o Executivo a lealdade que se espera de Poderes que devem atuar com harmonia em benefício dos interesses da nação. Permanecem ainda os representantes da corrupta e velha política, incluso denunciados ou envolvidos na Lava Jato, criticando o que destruíram ontem no governo Bolsonaro de hoje. O respeitável decano do STF falou à nação, enaltecendo a democracia e sua defesa. Porém, esqueceu-se das negativas atuações de vários de seus ministros – até mesmo perante câmaras de TV–, ou contrárias à lei, que mancham a imagem da Corte e a colocam em plano inferior perante a opinião pública e a própria Constituição, trazendo insegurança à nação e não segurança, como é seu dever. É um STF dissonante da opinião da nação e que não tem sido consentâneo com o espírito republicano, próprio de uma verdadeira democracia. Fazem defesa hipócrita de uma pretensa democracia. (FELÍCIO, 2019).

No título do artigo L1/E1 qualifica subjetivamente a ação de outros sujeitos no que se refere à democracia, “defesa hipócrita” e, ao longo do discurso, é possível perceber a construção enunciativa do ponto de vista que instaura um quadro narrativo a apontar para as diversas representações de sujeitos com vistas a delinear os sentidos da noção.

Para isso, o locutor principal inicia o texto em uma modalidade subjetiva a fim de demonstrar uma postura contrária a algumas ações dos filhos do presidente Jair Messias Bolsonaro (“Fui um dos primeiros a demonstrar, por artigos já publicados, oposição à interferência dos filhos do presidente Bolsonaro (...) no governo do pai”). L1/E1 imputa essa interferência a e2, Olavo de Carvalho, considerado mentor dos filhos do presidente (“orientados por Olavo de Carvalho”). Entretanto, esse posicionamento inicial parece funcionar como uma estratégia discursiva que objetiva realizar um contraste com o posicionamento adotado por L1/E1 nos trechos que se seguem, além de apontar para a definição de democracia.

Toda a enunciação que se constrói pode ser entendida como um percurso construído por L1/E1, na tentativa de definir ou responder ao questionamento o que é democracia? Ou, ainda, o seu oposto o que não é democracia?

Nesse sentido, o locutor lança mão de modalidades que se assemelham às modalidades volitivas, pois, de algum, modo expressam seu desejo – “defender o direito que eles [filhos de Bolsonaro] têm (...) de exporem publicamente os pensamentos respectivos a respeito do que se passa no país”. Ou, ainda, o desejo expresso por meio da explicitação de um cenário que pode vir a acontecer “Defendo, e não é de hoje, uma intervenção militar, uma limpeza geral do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público, uma nova Constituição e, a seguir as eleições gerais”. Esse processo evidencia uma noção de democracia na qual qualquer opinião é liberdade de expressão ou uma noção de democracia persecutória dos poderes institucionais que, contraditoriamente, sustentam a própria democracia.

Ao defender a instauração de uma intervenção militar, L1/E1 coloca as instâncias enunciativas jurídicas (Legislativo, Judiciário e Ministério Público) como instâncias adversárias. A nomeação da ação, “limpeza”, a ser aplicada a essas instâncias equivale a perseguição política e ideológica. O uso da expressão limpeza é significativo na construção do ponto de vista de L1: aponta para um processo de assepsização, de eliminação de agentes infecciosos, empregando métodos capazes de destruir seres causadores de infecção.

Além disso, a proposta de “uma nova Constituição” pode ser compreendida como uma postura de L1/E1 contrária ao texto constitucional vigente, como se as balizas constitucionais fosse um entrave para a democracia por ele desejada. Assim o desejo de redigir uma nova Constituição, como ação posterior à assepsização (limpeza), seria celebrado pela convocação de “eleições gerais” sem a participação de Poderes importantes em um país republicano.

A noção de democracia que se delineia no discurso de L1/E1 é a de uma democracia imposta pela força que remove adversários políticos do poder – a despeito das leis vigentes e dos processos de representação eleitoral.

Tal posição permite vislumbrar a polarização, ou seja, a situação de polêmica pública existente na sociedade. A citação desses vários **enunciadores jurídicos** representados como adversários a serem combatidos, varridos da cena democrática soma-se à sugestão de reformulação do texto Constitucional. Desse modo, L1/E1 produz a imagem de um locutor autoritário, que deseja mudanças (não) democráticas já que elas devem ser alcançadas por meio da força militar, da manipulação das leis constitucionais e das instâncias jurídicas representadas pelos **enunciadores da lei**.

L1/E1 coloca-se em posição coorientada ao discurso imputado a I2/e2 Carlos Bolsonaro (“Por vias democráticas, a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade em que desejamos”). Nesse caso, a inserção da voz de I2/e2 (**locutor volitivo**), por meio do discurso relatado, tem a finalidade de ampliar o efeito de evidência e de reforçar o posicionamento de

L1/E1 bem como de sustentar um percurso de construção de uma noção de democracia imposta pela força, pela perseguição ou pela manipulação de mecanismos legais. Tal postura aponta para a imagem de uma democracia construída por imposição de um governo militar, representação enunciativa que é delineada no discurso de L1/E1 e no agenciamento de locutores e enunciadores.

Além disso, a postura de L1/E1, coorientada ao discurso de l2/e2, é apresentada como sendo verdadeira ou veiculando um efeito de legitimidade já que essa mesma postura é imputada a um enunciador genérico, apresentado em grande número (“Assim, concordo, como milhões de brasileiros, com o que tuitou Carlos Bolsonaro”) que, supostamente, concorda e ratifica, assim como L1/E1, os dizeres imputados a l2/e2.

No trecho mencionado, o discurso relatado produz um efeito de objetividade, já que, aparentemente, retoma as palavras do locutor de origem l2/e2, Carlos Bolsonaro. Entretanto, funciona como uma estratégia para sustentar as crenças de L1/E1 sobre o que é democracia. Nesse sentido, o PDV de L1/E1 acerca do PDV imputado a l2/e2 é apresentado por meio de uma modalidade epistêmica que marca a crença desse locutor acerca dos dizeres de l2/e2, agora apresentado como e2 “Creio que Carlos Bolsonaro foi até muito tímido na assertiva, pois ela [a mudança] não acontecerá como a nação e o país necessitam”.

O fato curioso na transformação operada no discurso de l2/e2 por L1/E1 está relacionado à modalização volitiva. O trecho apresentado em discurso direto denota o desejo de um nós, que pode ser identificável como a instância política de modo mais ampliado ou à família Bolsonaro de modo restrito. Já na transformação operada no trecho em que l2/e2 se torna e2 temos a expressão da necessidade da nação e do país. Essa ordem do discurso revela o PDV de L1/E1, qual seja: a necessidade de uma democracia imposta pela força, pois não se trata de um desejo individual ou do desejo de uma instância política, mas do desejo de uma nação (*argumento ad populum, apelo ao povo*). Tal apelo ao povo, interpretado como apelo aos valores nacionalistas, teria, segundo L1, forte efeito de adesão em uma parcela significativa da sociedade. O ato de recorrer aos valores nacionalistas pode ser compreendido como uma estratégia que reforçaria a adesão do leitor ao PDV de L1/E1.

Outro aspecto observado foram os efeitos produzidos pela modalização ôntica. Ela contribui para que L1/E1 construa uma postura antiorientada e, como foi dito anteriormente, uma cena narrativa, que além das instâncias adversárias, define outras instâncias enunciativas, tal como os **enunciadores do gramscismo**, que segundo L1/E1

[agiram] sobre a população [a oposição ideologizada]. Hoje, vários deles são os atuais professores, jornalistas, executivos, empresários, religiosos, artistas, políticos etc. muito obedientes ao politicamente correto, exercendo forte patrulhamento ideológico [...]. São produtos do gramscismo. [...] Militantes se tornaram fanáticos [...] Essa é a composição da oposição que aparelhou, e ainda, aparelha os Poderes da República (FELÍCIO, 2019).

A identificação genérica desses enunciadores produz uma ampliação dos efeitos de sentido. E é por meio da generalização que L1/ E1 implica diversas atividades e sujeitos a fim de dialogar com o leitor que se identifica com o PDV por ele construído. Tendo em vista que, no contexto da publicação do artigo, parte dos sujeitos nomeados genericamente encontravam-se no centro da polarização política e ideológica, identificá-los produz um efeito de ampliação dessas diversas vozes que coadunam como o PDV de L1/E1.

No trecho acima, a modalidade ôntica vem acompanhada da modalidade epistêmica que se coloca como objetiva, produzindo simultaneamente um efeito de verdade e uma crença de L1/E1 ao imputar um comportamento designado por meio da expressão “Militantes se tornam fanáticos”; uma responsabilização, “sem admitirem a crise em que mergulharam o país” e a atribuição de uma ideologização da esquerda sobre os actantes vítimas dos **enunciadores do gramscismo** .

Além dos actantes já mencionados, no trecho a seguir, a imprensa é representada como um **enunciador bandido**, um enunciador adversário. Essa nomeação revela o PDV de L1/E1 sobre a instância midiática, imprensa não democrática já que faz oposição ao governo. Podemos dizer que, nesse excerto, a construção do PDV parte de um triplo processo de modalização, a saber: epistêmica > deôntica (não poder) > deôntica quase impositiva (dever).

A imprensa dando destaque ao ocorrido, afirma que tal comentário [de Carlos Bolsonaro] denota o que é o pensamento da família Bolsonaro, denegrindo, como sempre, a figura do presidente. Imprensa (não toda) que não pode falar em democracia, pois faz jornalismo bandido, sem isenção, desmoralizando autoridades como o presidente e seus ministros, e se mostrando forte oposição ao governo, jogando a opinião pública contra o mesmo, irresponsavelmente, em hora de tamanha crise, quando deveria prevalecer a união em torno do interesse maior da nação (FELÍCIO, 2019).

A modalidade epistêmica, na qual o locutor assume uma posição de certeza (+saber), sobre as ações da imprensa (“A imprensa dando destaque ao ocorrido, afirma que tal comentário[de Carlos Bolsonaro] denota o que é o pensamento da família Bolsonaro, denegrindo, como sempre, a figura do presidente”) parte do conhecimento de L1/E1 sobre a atuação da instância jornalística (adversária) no que se refere à instância política (vítima). L1/E1 agencia a imprensa como um enunciador e a ausência de marcas de evidência do dizer nos leva a inferir que esta asserção pode ser uma crença ou interpretação de L1/E1 a respeito de uma

informação anterior estrategicamente apagada. O apagamento objetiva ampliar o efeito do PDV de L1/E1 a respeito da imprensa.

Esse PDV de crença de L1/E1 sugere e reforça os efeitos das modalidades deônticas. A construção de um conteúdo proposicional que impõe um não dever à instância adversária, “Imprensa (não toda) que não pode falar em democracia”; e um dever quase impositivo, “quando deveria prevalecer a união em torno do interesse maior da nação”; ancora-se no recobrimento triplo de modalidades (epistêmica, ôntica e deôntica quase impositiva). Tal processo indica o modo pelo qual L1/E1 expressa sua crença no dever da imprensa em relação à democracia, ou seja, uma imprensa democrática não deve fazer oposição ao governo.

A construção enunciativa do PDV de L1/E1 delinea um quadro narrativo importante para a definição da noção de democracia, pois ao nomear instâncias como o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público, o STF, parte da imprensa, professores, jornalistas, executivos, empresários, religiosos, artistas, políticos etc., e considerá-las em posição adversária da democracia, L1/E1 constrói uma cena na qual uma parcela importante da sociedade está em lado oposto à democracia. Uma democracia que significa uma não oposição ao governo instituído (actante vítima), que juntamente com as Forças armadas é representado como vítima das instâncias adversárias mencionadas. Pois,

“[...] apesar da luta de Bolsonaro e equipe que a oposição tenta esconder, é que não temos um governo republicano e muito menos uma democracia em que se respeita a Constituição”(FELICIO, 2019).

Outro aspecto importante para a definição da noção de democracia são as qualificações e nomeações de ações, sujeitos e acontecimentos, tais como: “militantes se tornaram fanáticos”, “gramscismo”, “senso comum modificado”, “fim da família tradicional e da religião”, “hegemonia de classes subalternas”, “socialismo radical”, “jornalismo bandido”, “corrupta e velha política”, “criminoso Lula”. Essas qualificações e nomeações, na conjuntura analisada, remetem à cosmovisão atribuída aos movimentos ideológicos e aos partidos de extrema direita em relação aos movimentos ideológicos e aos partidos de esquerda, sobretudo, o Partido dos trabalhadores, que esteve conduzindo a presidência da república por mais de uma década.

Diante disso, a noção de democracia que se delinea no discurso de L1/E1 pode ser pensada ou percebida em função dos ideias políticos ideológicos considerados de extrema direita, nos quais há a valorização das Forças Armadas, do nacionalismo e de uma postura conservadora no que se refere a valores tidos como opostos aos de esquerda, os quais é possível recuperar pelas qualificações e nomeações “fim da família tradicional e da religião”, “militantes

fanáticos”, “criminoso Lula”, “socialismo radical” etc., tendo em vista que L1/E1 se coloca em oposição axiológica em relação ao que essas qualificações e nomeações representam para o espectro ideológico de extrema direita.

Esses valores e a instância adversária são compreendidos como obstáculo para uma “democracia em se que respeita a Constituição” e para a atuação do presidente Bolsonaro, representado como aliado da democracia delineada por L1/E1 (“apesar da luta de Bolsonaro e equipe (...) não temos um governo republicano e muito menos uma democracia”).

L1/E1 imputa PDV à Corte (STF) e a seus Ministros (enunciadores agressores da democracia) responsabilidades por uma atuação pública “contrárias à lei [...] trazendo insegurança à nação e não segurança, como é seu dever”. Temos um **locutor deôntico** que aponta para uma modalização ôntica na construção da representação enunciativa do STF (“É um STF dissonante da opinião da nação e que não tem sido consentâneo com o espírito republicano, próprio de uma verdadeira democracia”). Tal representação indica uma noção de democracia na qual o STF deveria dar voz à opinião popular a despeito das balizas constitucionais.

Assim, a construção **deôntica** > **ôntica**, no excerto anterior, pode ser compreendida como uma relação adversativa semelhante à coordenativa: A deve ser B, mas não é. Essa relação de sentido estabelecida pelas modalizações direciona para a crença de L1/E1 sobre a postura do STF (“Fazem defesa hipócrita da democracia”). É necessário ressaltar que a implicação e a desqualificação das ações do STF, última instância jurídica brasileira, considerada como guardiã da constituição e das leis que ancoram o ordenamento jurídico, contribuem para a definição de democracia que L1/E1 deseja criar: “democracia é a ditadura da lei”. Entretanto, considera-se a existência de um paradoxo, já que essa democracia será alcançada por força de uma “intervenção militar” que promova uma “limpeza” das instâncias adversárias, nas quais se encontra a o STF, representação máxima no âmbito jurídico e, portanto, legal no país. L1/E1 constrói uma dimensão simbólica na qual estão em jogo os sentidos da noção de democracia, pois coloca em questão as bases de sustentação da democracia como adversários a serem combatidos, a fim de se instaurar uma nova ordem democrática.

8.1.4 “DEMOCRACIA É UM REGIME DE QUANTIDADES E DE VIRTUDES”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE LUIZ PONDÉ (T4)

O artigo intitulado “Uma ciência política cética” foi publicado no jornal *Folha de São Paulo*, em outubro de 2018, e é assinado por Luiz Felipe Pondé. O jornal apresenta o articulista como ensaísta, doutor em filosofia pela Universidade do Estado de São Paulo e escritor. Ele escreve semanalmente para o jornal mencionado. Além disso, é professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e, frequentemente, participa de programas em canais abertos de televisão na grande mídia.

No seu canal na plataforma *Youtube*, em *Como eu sobrevivo na academia sendo de direita?*, o articulista explica seu perfil político e sua aproximação com o espectro político de direita. Sob a sua ótica, ser de direita é compreender que a sociedade de mercado produziu e produz riqueza; entender que o Estado deve ser mínimo, defender a liberdade de expressão, a liberdade individual e a propriedade privada (PONDÉ, 2018b).

A inserção do perfil do articulista nessa etapa da análise justifica-se, tendo em vista que pode nos auxiliar a levantar hipóteses sobre os PDVs construídos/ convocados ao longo do artigo. Outra questão relevante repousa no fato da publicação de “Uma ciência política cética” ter ocorrido no dia 29 de outubro de 2018, um dia após as eleições gerais no Brasil – que alçaram Jair Messias Bolsonaro à presidência da república – atendendo a uma característica genérica, qual seja, a de comentar e analisar questões de relevância no espaço público e cidadão.

Apesar da noção de democracia não estar em evidência no título da publicação consideramos a inserção do artigo no *corpus* porque, ao longo do texto, o articulista analisa o cenário político e tentar definir o que é democracia e como deve ser o seu funcionamento, delineando o perfil do eleitor como um importante ator nos processos democráticos. Como vemos a seguir:

(T4) Uma ciência política cética
Há competência na maioria dos eleitores para escolher o presidente?

O número de títulos recentes que trazem um olhar cético sobre a democracia cresce. No caso específico que analiso aqui, esse olhar cético cai sobre a figura do eleitor. Não conhecemos nenhum sistema político melhor, mas isso não deve nos impedir de refletir de forma menos apaixonada sobre a democracia. Existem dois modos de se fazer ciência política. Um primeiro, mais conhecido, pensa a democracia como projeto a ser aperfeiçoado nas suas virtudes. Modo muito necessário, que não é posto em dúvida por nenhum autor que represente uma abordagem mais empírica e cética da ciência política (este é o segundo modo de se fazer ciência política). As virtudes da democracia são o voto, os limites institucionais do poder representativo, a liberdade, a autonomia dos poderes, enfim, os pesos e contrapesos. Bartels e Achen, em 2016, no seu “*Democracy for Realists*” (Democracia para Realistas), com sólida base

empírica, nos chamavam a atenção para o fato de que a democracia é carregada de expectativas míticas (“*folk theory of democracy*”). Uma delas é que eleitores com maior formação educacional fazem escolhas “melhores” ou escapam de viés ideológico pesado na sua prática como eleitor. Pelo contrário, sabemos que muitos intelectuais, professores acadêmicos e jornalistas (os especialistas) votam a partir de cargas ideológicas latentes ou explícitas muito distantes do que se poderia chamar de escolhas racionais. Insistências em partidos e ou candidatos duvidosos são frequentemente objeto de culto devocional por parte de especialistas. Isso é óbvio. Pessoas não especialistas não dispõem de tempo ou interesse prioritário dedicado a política e eleições. Na maioria das vezes estão morrendo, enterrando mortos, casando ou separando, tendo filhos e pagando contas demais para dar atenção ao tema. Segundo nossos dois autores, a maioria esmagadora das pessoas, quando se envolvem e debatem política, o fazem para reforçar suas crenças e destruir as dos outros, como as mídias sociais deixam muito claro. Outra obra, ainda mais cética, também de 2016, escrita por Jason Brennan, “*Against Democracy*” (Contra a Democracia), vai mais longe em seu ceticismo para com competência do eleitor. Os inteligentinhos não devem entender o título do livro ou a discussão que ele traz como uma proposta tosca de sistemas totalitários. A dúvida de Brennan, que apresento aqui apenas em um dos seus aspectos, é se há competência na maioria esmagadora dos eleitores para decidir quem deve fazer a complexa gestão das sociedades. Brennan nos apresenta uma tipologia lúdica, mas nem por isso menos potente. Os eleitores estariam divididos em três tipos. Os dois primeiros, representantes da maioria esmagadora; o terceiro, uma figura extremamente rara entre os eleitores. O primeiro são os “hobbits”, eleitores sem nenhum conhecimento sobre política ou temas como gestão de governo. Costumam ser desinteressados e votam de modo absolutamente inconsistente. Estes são disputados a ferro e fogo (por conta de seu peso numérico) pelo segundo tipo, os “hooligans”, eleitores aguerridos, com maior conhecimento de política, mas absolutamente enviesados ideologicamente, e cegos a qualquer crítica ao seu modo de pensar. O Brasil está tomado por “hooligans” nas mídias sociais. Agressivos, assertivos e impermeáveis a qualquer racionalidade cética em relação às suas crenças. Por último, os “vulcanos” —, referência ao personagem do planeta Vulcan, Mr Spock, do filme “Jornada nas Estrelas”, conhecido por sua inteligência superior, científica, sincera e racional. Um tanto blasés, bem informados e sem viés ideológico, não têm nenhum impacto nos resultados eleitorais, devido ao seu caráter numérico insignificante e à sua visão complexa da política. Em tese, salvariam a democracia de sua derrocada populista. Mas, infelizmente, são raríssimos. E a democracia é um regime de quantidades. Outra obra cética é “*People vs Democracy*” (Povo x Democracia), de Yascha Mounk, essa de 2018. Para o autor, existem duas grandes ameaças à democracia. A primeira vem do caráter populista dela e de como as mídias sociais empoderam o indivíduo em sua tentação populista. Democracias podem eleger líderes muito populares e muito autoritários. Outra ameaça são agências como o Banco Central Europeu esvaziar o voto por considerá-lo irrelevante e incompetente em assuntos econômicos. Alguém discordaria que o cidadão comum não entende nada de economia complexa? (PONDÉ, 2018)

Pondé (L1/E1) inicia o artigo por meio de uma forma generalizante (“Uma ciência política cética”) seguida de uma modalização interlocutiva (“Há competência na maioria dos eleitores para escolher o presidente?”). A generalização produz um efeito de ampliação do escopo que abarca a área das ciências políticas, visto que não há especificação das correntes qualificadas no âmbito de um pensamento cético sobre o eleitorado brasileiro. Assim, a representação que se constrói através do PDV atribuído por L1/E1 às ciências políticas é a de um **enunciador cético**.

Na modalização, a impessoalidade funciona como estratégia discursiva delocutiva que, aparentemente, marca certo distanciamento de L1/E1 desse PDV cético, pois não existem marcas que indiquem uma relação de co-enunciação entre L1/E1 e o PDV veiculado pela modalização interlocutiva. Ele se esconde por trás da estratégia de impessoalidade que conduz a um apagamento enunciativo e, ao mesmo tempo, convoca o leitor a pensar a respeito da problematização proposta.

A título de comparação, nesta outra construção pela modalidade interlocutiva, “Alguém discordaria que o cidadão comum não entende nada de economia complexa?”, o PDV de L1/E1 aparece de modo explícito como uma crítica à interferência e ao pensamento dos bancos e das agências internacionais a respeito do voto e dos eleitores. Nesse trecho, L1/E1 joga com o PDV atribuído às agências internacionais ao apresentar, na modalização interlocutiva, a sagacidade dessas instituições ao recorrer ao senso comum para desqualificar o voto e os eleitores que, supostamente, não entendem “nada de economia complexa.

A marca dêitica indica ao leitor a intencionalidade de L1/E1 ao escrever o artigo (“No caso específico que analiso aqui, esse olhar cético recai sobre a figura do eleitor”). Desse modo, L1/E1 orienta a construção de um PDV crítico acerca do eleitorado brasileiro e da noção de democracia. L1/E1 atribui esse PDV crítico, com o qual estabelece uma relação ora de aproximação ora de afastamento, às diversas obras comentadas no decorrer do artigo.

Por meio de um ‘nós’ elíptico convoca o leitor a refletir sobre a proposta (“Não conhecemos nenhum sistema político melhor [que o sistema democrático], mas isso não deve nos impedir de refletir de forma menos apaixonada sobre a democracia”). A dupla asserção negativa parece reforçar o efeito polêmico ao evidenciar um **locutor deôntico** que impõe um *não dever* (ou um dever) sobre si mesmo e ao mesmo tempo, por meio da marca pronominal, sobre o leitor convocando-o a pensar de forma não apaixonada sobre o sistema democrático. Ou seja, a marca pronominal amplia o PDV assumido por L1/ E1 de modo abarcar o leitor, como se esse PDV fosse um PDV interno a L1/E1 e à zona leitora a ser alcançada.

Nesse trecho, o **locutor deôntico** coloca em relevo uma dimensão dialógica interdiscursiva que revela uma polêmica pública marcada pelo jogo que se constrói com o emprego da negação e da relação adversativa de oposição. Ao afirmar “Não conhecemos nenhum sistema político melhor [que o sistema democrático], mas isso não deve nos impedir de refletir de forma menos apaixonada sobre a democracia” L1/E1 retoma discursos outros, quais sejam: os discursos que afirmavam existir outros sistemas políticos possíveis e melhores que o constituído pelo sistema democrático.

No contexto das eleições de 2018, no âmbito da considerada extrema direita, emergiram vozes em defesa da dissolução de algumas instituições que constituem os pilares do sistema democrático brasileiro. O clamor dessa parcela da população pela volta da ditadura militar e pelo controle do Exército Brasileiro sobre as instituições do Estado intensificou-se com a ascensão da extrema direita ao poder – como vimos em Felício (2019). Essas vozes emergem de uma conjuntura política na qual, para determinados grupos, solicitar a intervenção militar faz parte da democracia.

Como foi citado anteriormente, na tentativa de delimitar o que é democracia e construir uma representação sobre o eleitorado, L1/E1 imputa um PDV interno ao método das ciências políticas. No excerto a seguir, L1/E1 imputa aos **enunciadores do ceticismo** dois modos de pensar a democracia:

Existem dois modos de fazer ciência política. Um primeiro, mais conhecido, pensa a democracia como um projeto a ser aperfeiçoado nas suas virtudes. Modo muito necessário, que não é posto em dúvida por nenhum autor que represente uma abordagem mais empírica e cética da ciência política (este é o segundo modo de se fazer ciência política) (PONDÉ, 2018b).

Através dos PDVs atribuídos aos **enunciadores do ceticismo** é possível delinear dois sentidos possíveis para a noção de democracia:

- i) democracia é um projeto a ser perfeiçoado nas suas virtudes;
- ii) democracia deve ser concebida de modo empírico, pragmático.

L1/E1 modaliza a construção do PDV dos **enunciadores céticos** em relação ao modo como constrói seu próprio PDV. A modalidade epistêmica coloca em evidência a certeza desse locutor sobre a existência de ao menos dois modos de “fazer ciência política” e sobre o grau de necessidade “modo muito necessário”. Esses dois PDVs imputados aos **enunciadores do ceticismo** permitem a L1/E1 sustentar o seu próprio PDV sobre os valores democráticos. Ao lançar mão de uma modalidade ôntica L1/E1 delinea as virtudes de uma democracia: “as virtudes da democracia são o voto, os limites institucionais do poder representativo, a liberdade, a autonomia dos poderes, enfim, os pesos e contrapesos”.

Além dos processos de imputação já analisados, L1/E1 emprega o que consideramos como um duplo processo de apagamento enunciativo. Um que corresponde ao próprio ato de imputar e outro que corresponde ao tipo de enunciador agenciado no discurso de L1/E1. Ele convoca **enunciadores especialistas** aos quais imputa PDVs a fim de delinear os contornos que considera pertinentes para a noção de democracia.

Aos **enunciadores especialistas** (Bartels e Achen) é imputado um ponto de vista ôntico sobre a noção: “a democracia é carregada de expectativas míticas (*“folk theory of democracy”*)”. Nesse trecho o procedimento de imputação é introduzido por um verbo de dizer, “*chamavam*”, que mostra que tal PDV é um PDV do passado recente, já que o ano de publicação da obra *Democracy for Realists* data de 2016.

Entretanto, a despeito da imputação de PDV e da relação de distanciamento que L1/E1 constrói por meio da dupla estratégia de apagamento enunciativo, na tradução apresentada há um processo de transformação dos dizeres representados por L1/E1 como sendo desse **enunciador ôntico**, pois, de algum modo, a tradução e a escolha da citação implica um processo interpretativo de L1/E1. A essencialização ôntica da noção de democracia como “é carregada de expectativas míticas” aponta para uma definição que implica um jogo discursivo entre presente e passado, entre aquilo que atualmente significa democracia e as expectativas sobre as quais o pensamento democrático foi fundado, “expectativas míticas”.

Além dessa representação da noção de democracia, L1/E1 também imputa algumas representações sobre os eleitores a esses **enunciadores céticos**. O PDV que se apresenta constrói a representação de **eleitores menos ideológicos** (mais escolarizados, aptos a fazer escolhas “melhores”), que estariam aptos a fazer escolhas, qualificadas, subjetivamente, como melhores.

Entretanto, no interior desse PDV temos a modalização autonímica construída por meio do qualificativo, marcada por aspas, que denota o afastamento de L1/E1 dessa representação sobre o perfil dos eleitores. É como se na modalização autonímica L1/E1 inserisse um segundo PDV que veicula uma avaliação contrária à expressa pelo qualificador sobre o perfil dos eleitores menos ideológico. Assim, L1/E1 coloca-se em posição polarizada em relação a esse PDV:

Pelo contrário, sabemos que muitos intelectuais, professores acadêmicos e jornalistas (os especialistas) votam a partir de cargas ideológicas latentes ou explícitas muito distantes do que se poderia chamar de escolhas racionais. Insistências em partidos e ou candidatos duvidosos são frequentemente objeto de culto devocional por parte de especialistas. Isso é óbvio. (PONDE, 2018).

O locutor principal assume um PDV sobre os eleitores no qual está em jogo uma noção de democracia como lugar de discussão racional e moderada. Para L1/E1, mesmo nos setores mais escolarizados, como no caso dos setores acadêmicos, existe um viés ideológico “latente” ou “explícito” que norteia as escolhas políticas. Aqui há um problema interessante da noção: a democracia sofre quando há ideologia envolvida; os embates ideológicos são nocivos à democracia, na medida em que estão sustentados por uma dimensão patêmica não pragmática.

O PDV de L1/E1 delinea um perfil de eleitor que mesmo com certo grau de informação ainda é levado por paixões ou extremismo político ideológico que, nesse caso, abarca o espectro ideológico de esquerda do qual L1/E1 denota afastamento.

É importante ressaltar que outras designações qualificativas dos eleitores brasileiros são exploradas por L1/E1 ao longo do artigo em comparação com o PDV de Brennan, **enunciador céptico**, em “*Against Democracy*” (Contra a Democracia)”, no qual o autor tipifica eleitores em relação com sistemas totalitários. L1/E1 ao mesmo tempo que imputa esse PDV de tipificações a um especialista e, de certo modo, tenta se apagar, assume uma postura de coenunciação com o PDV imputado (“Brennan nos apresenta uma tipologia lúdica, mas nem por isso menos potente”).

No exemplo a seguir, vemos os efeitos discursivos dessas tipificações designativas e como elas podem contribuir para a dimensão simbólica conferida à noção de democracia. Ao dizer que “O Brasil está tomado por “hooligans” nas mídias sociais. Agressivos, assertivos e impermeáveis a qualquer racionalidade céptica em relação às suas crenças (PONDÉ, 2018) L1/E1 concebe a representação de um eleitor acríptico (**enunciador acríptico**), destemperado, limitado em suas crenças.

O julgamento avaliativo de L1/E1 orienta a dimensão simbólica da noção de democracia em relação ao eleitor, ou seja, trata-se de um processo que intenciona definir quem são os eleitores brasileiros em relação com a noção de democracia que L1/E1 deseja construir. Entretanto, diferentemente do procedimento conceitual existente na modalidade ôntica/objetiva que cria uma definição para o que é democracia, como foi observado anteriormente, aqui L1/E1 lança mão da modalidade axiológica. Essa escolha passa pelo ponto de vista subjetivo de L1/E1 no procedimento de caracterização e de qualificação do perfil dos eleitores.

Tal ponto de vista ancora-se em uma dimensão dialógica interdiscursiva, pois retoma o espaço das redes sociais como lugar de expressão política radicalizada, sobretudo, no que se refere à posição da extrema direita. Essa representação constrói uma imagem de eleitor que se constitui como uma ameaça à democracia, tendo em vista suas posição radicalizada e acríptica, centrada no *pathos*. L1/E1 pontua a existência de mais dois perfis de eleitores “os vulcanos” e os “hobbits”. O primeiro seria o tipo de eleitor mais disputado e inclinado ao viés populista inserido no interior das democracias, pois são acrípticos e não se interessam por política. O segundo tipo (“conhecido por sua inteligência superior, científica, sincera e racional. Um tanto blasés, bem informados e sem viés ideológico, não têm nenhum impacto nos resultados eleitorais”) é quantificado como numericamente inferior, mas se em maior número salvariam a democracia de regimes totalitários e de líderes autoritários.

O agenciamento de especialistas conduz a um efeito de objetividade que L1/E1 tenta conferir ao seu discurso. Embora seja um artigo de opinião, ao convocar especialistas L1/E1 dá ao texto certo tom acadêmico, cita autor e obra, faz citações indiretas, recursos não muito usuais nesse gênero. A estratégia de coenunciação com o PDV acerca da tipificação dos eleitores, assim como o agenciamento dos enunciadores céticos, contribui para a noção de democracia que o protoenunciador delinea em seu discurso.

Para isso, ele sustenta e ancora a enunciação em PDVs que abordam a relação entre eleitorado e construção democrática; eleitorado e posicionamentos ideológicos radicalizados; eleitorado e posições populistas; eleitorado e posições totalitárias. A dimensão simbólica atribuída à noção de democracia que se delinea no discurso desse protoenunciador aponta para a relação entre o regime de maioria no qual se assenta as democracias e o alcance das emoções do eleitor. Fato que pode culminar em uma “derrocada da democracia”, na eleição de líderes autoritários e populistas.

8.1.5 “DEMOCRACIA É O VOTO CONTRA O AUTORITARISMO”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO

JÂNIO DE FREITAS (T3)

Jânio de Freitas é jornalista e escreve para a *Folha de S. Paulo*, no caderno Poder, aos domingos. Trabalhou em importantes veículos de informação tais como a revista “Manchete”, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*. Normalmente, posiciona-se no espectro político de esquerda.

No artigo “Só um candidato representa a continuidade da democracia”, publicado no jornal *Folha de São Paulo*, em outubro de 2018, Freitas analisa a conjuntura política em um momento no qual a disputa pela presidência da república centrava-se apenas nos candidatos Jair Messias Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT).

[T3] Só um candidato representa a continuidade da democracia

O caminho apresentado por Jair Bolsonaro é o do autoritarismo

Com o acelerado avanço de Fernando Haddad (PT) e a queda de Jair Bolsonaro (PSL) nos últimos dias, qualquer dos dois pode ser vitorioso neste domingo (28). Mas só um representa a continuidade da democracia. O outro propõe o Brasil sob um autoritarismo constituído por concepções e violências extintas com o fim da ditadura militar. Eleições presidenciais não tinham um candidato de extrema-direita há 73 anos, desde que Plínio Salgado disputou com Juscelino, Juarez e Adhemar em 1955.

Culto, fundador da Ação Integralista — uma combinação de imitações do fascismo italiano e do nazismo —, o chefe dos “camisas verdes” coletou só 8% da votação com uma campanha quase normal, de nacionalismo de direita e poucos arroubos antidemocráticos. Bolsonaro não pôde participar nem do último debate por “estratégia”, na sua forma de se referir própria ignorância nos temas previsíveis em debate pela Presidência. O decorrer de sua campanha também os ignorou. O dia a dia da nossa vida de pessoas comuns ficou tão excluído da campanha quanto os problemas maiores do país. Extensão da sua presença inútil na Câmara, 27 anos de deputado com incontáveis brutalidades e apenas dois projetos aceitos pelo plenário, a campanha de Bolsonaro foi uma sucessão de desaforos e primarismo ameaçador. Negros, homossexuais, aposentados, atores e artistas, sem-terra e sem-teto, pequenos assalariados, indígenas, empresas de imprensa e jornalistas, favelados expostos a tiroteios, ambientalistas, enfim, são muitos milhões com motivo para se sentirem ameaçados por Bolsonaro. O grande avanço do Brasil em benefício de vários desses campos foi conquista dos ativismos, que são os movimentos por direitos em geral e defesa das minorias. O Judiciário e o Congresso só vieram a reboque, quando vieram. Mas o que Bolsonaro tem a oferecer aos ativismos “acabar com todos eles”. O “ame-o ou deixe-o” da ditadura retorna com “o exílio ou a cadeia” na alternativa de Bolsonaro para os que o incomodem como opositores. Em momento de rara contenção, não citou “a morte”. A Folha já precisou requerer investigação da Polícia Federal após ameaças à repórter Patrícia Campos Mello e a Mauro Paulino, diretor do Datafolha. Ambos postos na mira bolsonária em represália a seu trabalho isento. Não são os únicos na mira. Europeus e democratas americanos estão assombrados com o Brasil. Apesar de terem aqui divulgação escassa, ou nenhuma, sendo necessária a procura na internet, manifestos com importantes signatários se sucedem em apelos aos brasileiros para não abandonarem a democracia pelo autoritarismo. E, como se precisando dar um exemplo ainda em tempo, o Parlamento Europeu aprovou por farta maioria, no meio da semana, a recomendação aos países da União Europeia para tornarem proibidos os grupos e movimentos de extrema direita. Quanto a nós, Fernanda Montenegro resume, “resta-nos esperar que o Brasil acorde, e cante”. É menos poético, e isso não é bom, mas se o Brasil apenas acordar já estaremos, ainda que exaustos, continuamente livres para agir por nossas consciências. Em um ou outro sentido, cada voto dado neste domingo será histórico (FREITAS, 2018).

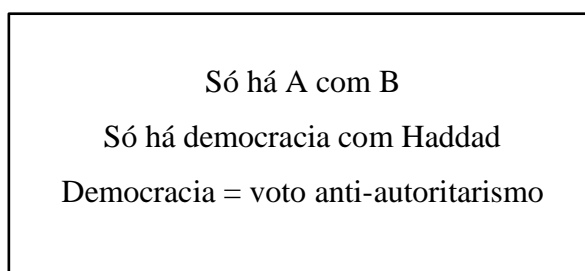
Freitas (L1/ E1) discute as eleições de 2018, partindo de uma forte modalização enunciativa. L1/E1 assume um PDV ôntico a partir do qual enuncia que apenas um dos candidatos representa os valores democráticos, enquanto outro representa o autoritarismo. O PDV construído na modalização evidencial colabora para o reforço da postura enunciativa de certeza (necessidade) de L1/E1. O locutor apresenta a noção de democracia em desacordo/afastamento com o PDV imputado a e2 (Jair Messias Bolsonaro) e em uma postura coenunciativa em relação ao PDV imputado dialogicamente a e1 (Fernando Haddad):

Só um candidato representa a continuidade da democracia
 O caminho apresentado por Jair Bolsonaro é o do autoritarismo
 Com o acelerado avanço de Fernando Haddad (PT) e a queda de Jair Bolsonaro (PSL) nos últimos dias, qualquer dos dois pode ser vitorioso neste domingo (28). Mas só um representa a continuidade da democracia. O outro propõe o Brasil sob um autoritarismo constituído por concepções e violências extintas com o fim da ditadura militar. Eleições presidenciais não tinham um candidato de extrema-direita há 73 anos, desde que Plínio Salgado disputou com Juscelino, Juarez e Adhemar em 1955.

Ao implicar por meio do dialogismo interdiscursivo (e1) Haddad como enunciador democrático e (e2) Jair Messias Bolsonaro como enunciador autoritário, outras representações são suscitadas pelo discurso de L1/E1. No âmbito da organização interna do discurso, podemos dizer que o PDV sustentado pela modalização de evidência instaura duas instâncias adversárias e aponta para a relação polêmica vivenciada nas eleições de 2018.

De um lado, temos e2 que representa os valores da extrema direita e uma postura alinhada ao autoritarismo característico do período ditatorial brasileiro. De outro lado, e1 é considerado por L1 como a representação de valores democráticos, tais como a valorização do voto e a posição oposta aos discursos autoritários. Essa representação nos permite pensar na seguinte esquematização para a noção de democracia construída pelo discurso de Freitas (2018):

Figura 11 – Esquema da noção de democracia em Freitas



Fonte: autoria própria

Em outras palavras, L1/E1 postula um PDV ancorado no argumento dos inseparáveis que sustenta um falso dilema, só há A + B, ou seja, só há democracia associada a Haddad (e2) ou democracia = voto em Haddad. O voto em Haddad seria antiautoritário representando a continuidade da democracia, tal como foi experimentada na última década, na qual houve uma abertura aos governos de esquerda, do Partido dos Trabalhadores, que mais uma vez disputa as eleições presidenciais em 2018.

No ano de 2003, pela primeira vez na história política brasileira, Lula, um representante da esquerda assumiu a presidência da república. Desde o fim da ditadura militar brasileira, em 1985, houve alternância de presidentes advindos do regime militar, representantes da direita ou da extrema direita política. O voto em 2018 assume importância como voto a favor da democracia e anti-autoritarismo com o ressurgimento e o grande apoio do candidato da extrema direita na disputa pelo mais alto cargo do poder executivo.

L1/E1 imputa a e2 o PDV da exaltação da violência e concepções autoritárias advindas, mas também encerradas com a ditadura militar. Nesse caso, para L1, votar em Bolsonaro equivale a restaurar uma política baseada na perseguição de adversários e na restrição de direitos e de liberdades individuais. No excerto a seguir, temos a representação de alguns grupos sociais (e3) que julgamos como enunciadores pela representação do PDV imputado por L1/E1. Vejamos:

O dia a dia da nossa vida de pessoas comuns ficou tão excluído da campanha quanto os problemas maiores do país. Extensão da sua presença inútil na Câmara, 27 anos de deputado com incontáveis brutalidades e apenas dois projetos aceitos pelo plenário, a campanha de Bolsonaro foi uma sucessão de desaforos e primarismo ameaçador. Negros, homossexuais, aposentados, atores e artistas, sem-terra e sem-teto, pequenos assalariados, indígenas, empresas de imprensa e jornalistas, favelados expostos a tiroteios, ambientalistas, enfim, são muitos milhões com motivo para se sentirem ameaçados por Bolsonaro. O grande avanço do Brasil em benefício de vários desses campos foi conquista dos ativismos, que são os movimentos por direitos em geral e defesa das minorias. [...] Mas o que Bolsonaro tem a oferecer aos ativismos “acabar com todos eles”. O “ame-o ou deixe-o” da ditadura retorna com “o exílio ou a cadeia” na alternativa de Bolsonaro para os que o incomodem como opositores (FREITAS, 2018).

Nesse excerto, temos a representação de uma terceira instância (e3), considerada adversária de e2, os grupos minoritários e algumas categorias profissionais (empresas de imprensa, jornalistas e ambientalistas). Há um PDV narrativo, ancorado na modalização axiológica, imputado por L1/E1 a e2 com relação a e3. L1/E1 faz uma avaliação apreciativa sobre os discursos de e2 (considerado como actante agressor) acerca de e3 (actante vítima). A quantificação imprecisa também atua de modo curioso no processo de imputação enunciativa a e3 “são muitos milhões com motivo para se sentirem ameaçados por Bolsonaro” (FREITAS, 2018).

A construção linguística lança mão de um quantificador impreciso + verbo impessoal + verbo no particípio apontando para o PDV de L1/E1 na modalidade de certeza/ evidência, um PDV epistêmico, que leva a interpretação objetiva dos acontecimentos apresentados. O efeito discursivo produzido por essa construção modal aponta para uma ação que se repete com certa frequência no discurso de e2. É como se L1/E1 dissesse: eu sei que isso aconteceu (ação concluída) e vejo que continua se repetindo (manutenção da violência verbal/ ameaça).

O PDV imputado por L1/E1 a e2 acerca de e3, por meio da modalização ôntica, assume contornos ainda mais evidentes quando L1/E1 insere a modalização metaenunciativa que aponta para dizeres que circularam e alimentaram a polêmica pública sobre ampliação de direitos das minorias e as balizas da democracia no âmbito das eleições de 2018.

Na modalização metaenunciativa, os discursos são imputados a e2, que, nesse caso deixa de ser apenas enunciador e assume a postura de locutor (I2/e2), quando se representa o dito de

l2/e2 por meio de aspas (o que Bolsonaro tem a oferecer aos ativismos “**acabar com todos eles**”. O “**ame-o ou deixe-o**” da ditadura retorna com “**o exílio ou a cadeia**” na alternativa de Bolsonaro [...]. Em momento de rara contenção, não citou “a morte” (FREITAS, 2018.)) L1/E1 afasta-se do PDV DE l2/e2.

Nesse caso, primeiro temos um PDV imputado a e2 (o que Bolsonaro tem a oferecer aos ativismos) que suscita implicitamente a avaliação apreciativa de L1/E1 (é isso que Bolsonaro tem a oferecer), direcionando a progressão textual para o dito de l2/e2 por meio da metaenunciação.

A metaenunciação funciona como uma prova argumentativa de L1/E1 para jogar luz aos dizeres de l2/e2 (veja o que diz Bolsonaro), reforçando o argumento *ad personam*, a fim de demonstrar/ evidenciar a contradição existente entre o cargo de deputado federal ocupado por Bolsonaro por 27 anos, o que ele diz e faz (conduta) e a imagem de l2/e2 que circula durante as eleições de 2018.

A modalização metaenunciativa ilumina e conduz a atenção do auditório para uma asserção implícita, desvelando quais, no PDV de L1/E1, são as propostas de governo de l2/e2. Como se L1/E1 dissesse ao auditório: observem a única proposta de l2/e2 baseia-se em elementos anti-democráticos e autoritários, no desejo de aniquilação (“**acabar com todos eles**”), na ameaça do retorno às práticas ditatoriais da extrema direita (“**ame-o ou deixe-o**”) na perseguição de opositores e adversários (“**o exílio ou a cadeia**”) até as últimas consequências, a aniquilação total dos adversários políticos (“**a morte**”).

Outra modalização metaenunciativa serve à construção nocional como prova retórica ao dar voz a um terceiro locutor l4/e4, Fernanda Montenegro. A inserção dos dizeres marcados por meio de aspas funcionam como o testemunho de alguém que vivenciou os impactos da ditadura militar na restrição das liberdades individuais. De um modo geral, os artistas fazem parte dos grupos sociais ou sujeitos sociais atacados pelo discurso da extrema direita.

Nesse caso os dizeres de l4/e4 são apresentados por L1/E1 da seguinte forma:

Quanto a nós, Fernanda Montenegro resume, “resta-nos esperar que o Brasil acorde, e cante”. É menos poético, e isso não é bom, mas se o Brasil apenas acordar já estaremos, ainda que exaustos, continuamente livres para agir por nossas consciências. Em um ou outro sentido, cada voto dado neste domingo ser histórico (FREITAS, 2018).

O modo de apresentação dos dizeres de l4/e4 tem por objetivo mostrar para o auditório que esse é mais um grupo social colocado em situação de vulnerabilidade, com a ascensão da extrema direita. Fernanda Montenegro é uma artista consagrada e com estabilidade econômica,

mas existem diversos outros sujeitos sociais que sentem os impactos do discurso propagado pela extrema direita contra a classe artística.

Inserir o discurso de l4/e4 como uma metáfora do mundo das artes (acorde e cante) contribui para o discurso de L1/E1 na medida em que lhe permite recorrer aos fatos históricos (perseguição política de artistas na ditadura militar) e ao interdiscurso dialógico presente tanto nos discursos autoritários de l2/e2 quanto na censura e perseguição à produção audiovisual do período da ditadura militar brasileira.

Essa metáfora metaenunciativa relaciona-se como prova da importância do voto. Para o PDV de L1/E1 é necessário que o Brasil e, portanto, os brasileiros, não relativizem os discursos autoritários. A modalização epistêmica (se o Brasil apenas acordar já estaremos, ainda que exaustos, continuamente livres) aponta para uma possibilidade caso os brasileiros percebam a importância histórica do voto nas eleições de 2018 como um exercício da manutenção das liberdades individuais contra o autoritarismo. A noção construída no discurso de L1/E1, portanto, tem como núcleo central o voto contra o autoritarismo, a defesa das liberdades individuais e de direitos já conquistados pelas minorias, sobretudo as representadas por e3.

Outros enunciadores e seus respectivos PDVs, que emergem do discurso construído por L1/E1, colaboram para a percepção do dialogismo intra e interdiscursivo que instaura a polêmica pública e representações sobre a noção de democracia. O discurso nos permite perceber o acirramento existente no campo político durante as eleições de 2018 e desvela como l2/e2 tornou-se uma instância adversária da democracia. Enunciadores como a *Folha de S. Paulo*, o Judiciário e o Congresso, os jornalistas Patrícia Melo Campos e Mauro Paulino são exemplos de enunciadores que são representados como enunciadores vítimas da “mira bolsonária em represália a seu trabalho isento” tornando-se alvo do discurso bélico na “mira” de l2/e2.

L1/E1 imputa a União Europeia, europeus, democratas americanos o PDV interno de assombro com o discurso autoritário em desafio à democracia brasileira. A essas instâncias também é imputado um apelo para que “brasileiros não abandonem a democracia pelo autoritarismo”. O PDV do Parlamento Europeu é inserido no discurso de L1/E1 como forma de exemplificar ao auditório como grupos, ideologias e discursos autoritários de extrema direita são tratados nos países que compõem o bloco europeu.

Nessa mesma direção, um PDV histórico retoma as eleições de 1955, até então, a última eleição disputada por candidatos de extrema direita. Essas eleições são retomadas por L1/E1 a título ilustrativo para demonstrar, por meio da quantificação, como o candidato da extrema direita Plínio Salgado, “o chefe dos “camisas verdes”, que coletou só “8% da votação”. L1/E1

atribui a Plínio Salgado, “fundador da Ação Integralista” a representação do “fascismo italiano” e do “nazismo” que em comparação com as eleições de 2018, apesar das representações imputadas, protagonizou uma campanha “quase normal” com o típico “nacionalismo de direita”, mas com poucos “arroubos antidemocráticos”.

8.1.6 “DEMOCRACIA É NÃO TEMER”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO ALUÍSIO ANTONIO MACIEL NETO (T7)

Aluísio Antonio Maciel Neto, graduado em direito, é promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP). Como escritor, publicou a obra *Liberdades, Garantias e Direitos Sociais: Aplicação do Princípio da Proporcionalidade nos Conflitos Penais e Sociais*. O jurista escreve, eventualmente, para o jornal *O Estado de S. Paulo* e para o blog de notícias *JOTA*, que publica informações sobre o universo jurídico brasileiro. Neto defende que a Operação Lava Jato foi desconstruída pela política, acima dos valores de justiça⁴².

O artigo “Sobre temores passados e presentes” de Aluísio Antonio Maciel Neto, foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em outubro de 2018. Apesar de esse artigo não trazer de forma explícita no título a noção de democracia, o inserimos no *corpus* desta pesquisa pelo fato dele versar sobre tema político no contexto das eleições de 2018. Trata-se de uma análise de conjuntura realizada também pela perspectiva pessoal, elocutiva, do locutor, abarcando muitas representações dos discursos veiculados por pessoas comuns, no dia a dia do processo eleitoral de 2018. Além disso, traz representações políticas, ideológicas e históricas em relação à democracia e valores (anti) democráticos.

(T7) Sobre temores passados e presentes

Eu não temo as torturas monstruosas e cruentas dos coturnos que ocorreram no passado. Assim como não temo o terrorismo covarde ocorrido nas ruas em atentados diversos. Eu não temo surgir novamente outro “Velho Zinho” que, em certa reunião de família, vaticinou que, se a revolução comunista desse certo neste país, muitos que pensavam contrariamente a ele seriam executados, dentre eles Hélio Rosa Baldy. Eu não temo ter que atravessar noites em claro, na beira de uma janela com uma arma de fogo, na espera de que a ameaça se cumpra contra a minha família, por figurar na “lista negra dos comunistas”, como ocorreu com Hélio. Eu não temo ter que proporcionar alguma forma de segurança para meus filhos, mesmo que fosse um “22” para o mais velho de 14 anos e ensiná-lo como usar a arma se fosse abordado no caminho, por aqueles que pregavam morte aos contrários ao comunismo, como aconteceu na família Rosa Baldy. Todos esses temores ficaram no passado e fazem parte da história do meu avó Hélio, dos meus tios e da minha mãe; assim como

⁴² NETO, A.M. *O sepultamento da Lava Jato*. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-sepultamento-da-lava-jato/> > Acesso em: 25 de maio de 2022.

existem outras tantas histórias tristes daqueles que foram torturados nos “porões da ditadura”. São temores de um passado, de excessos cometidos dos dois lados. Temores que pertenceram a um contexto histórico-político distante, repleto de ditaduras de esquerda e de direita pelo mundo, fruto da guerra fria de antanho que jaz há quase 30 anos. São temores do passado, que a Constituição Federal os sepultou quando os equiparou – tortura e terrorismo – como crimes hediondos e no rol das cláusulas pétreas. Hoje, as instituições democráticas ainda funcionam! Hoje a Polícia Federal, Civil e Militar, assim como o Ministério Público e o Poder Judiciário, ainda, possuem independência suficiente para investigar, processar e condenar criminosos. Prova disso é que o principal líder populista está preso condenado por vultosos esquemas de corrupção! Hoje, ainda e em que pese a tendência ideológica de esquerda, temos uma imprensa livre a noticiar qualquer risco concreto à democracia, bem como uma opinião pública que reverbera nas academias. Ainda! Ainda porque, mesmo com todas as mazelas da sociedade, a democracia ainda respira! meus temores são outros! Eu temo a “tomada de poder” anunciada por alguém que está condenado a mais de 30 anos de cadeia e continua a vociferar contra a democracia! Eu temo que um condenado possa articular e manipular uma candidatura de dentro de um presídio, contra os valores democráticos e republicanos de uma sociedade, e a zombar das instituições de Justiça. Eu temo a existência do controle que se quer impor ao Poder Judiciário, pilar de sustentação do Estado Democrático de Direito, como preconizado em determinado plano de governo. Eu temo a nomeação política de mais dois ou três ministros do STF no próximo mandato, a transformá-lo de vez em “quintal” de interesses político-partidários. Eu temo o controle que se quer exercer sobre o Ministério Público, inclusive com a retirada de seus poderes de investigação, como anunciado à imprensa por aquele condenado, em evidente desrespeito à instituição que tem por finalidade a defesa da ordem democrática. Eu temo o controle que se quer impor à imprensa, a calar a liberdade e diversidade de expressão e a transformá-la em porta voz apenas de uma ideologia. Eu temo o aparelhamento ideológico das escolas e Universidades a impedir o livre pensamento e a construção de visões diferentes de mundo. Eu temo o aparelhamento das instituições a impor uma forma correta apenas de se pensar os problemas da sociedade e a sufocar a liberdade de pensamento de outras tantas convicções. Eu temo o aparelhamento das forças armadas, a professar uma única ideologia, e a ser o braço forte de um governo populista e corrupto, como existe atualmente na Venezuela. Eu temo a continuidade da usurpação dos recursos públicos por bilionários esquemas de corrupção, como meio de propiciar a perpetuação do poder, em detrimento das incontáveis demandas sociais de um país de terceiro mundo, sem saneamento básico, segurança, educação e saúde de qualidade. Eu temo que meus filhos, no futuro, pertençam a uma sociedade sem valores, onde não se saiba o que seja o certo e errado, lícito e ilícito, moral e imoral, e que tudo se resolva na expressão de que “os fins justificam os meios”. Eu temo que as classes mais carentes continuem “escravizadas” em programas assistencialistas – como já estão há mais de 15 anos – transformadas em massa eleitoral, conduzidas pelo populismo de acordo com seus interesses políticos espúrios. Eu temo a violência crescente das ruas, a imposição das facções criminosas sobre o Estado, a estabelecer sua cartilha de conduta, a assassinar agentes públicos, e a realizar seus “julgamentos sumários” nas periferias, onde aplicam a pena de morte às suas vítimas sob o silêncio temeroso de suas testemunhas. Eu temo não poder gritar. E, mesmo gritando, que a minha voz seja sufocada pela surdez de uma ideologia reinante. Eu temo acima de tudo temer. E continuar a temer a cada eleição, sem ter a liberdade de escolher quem seja o mais preparado, porque preciso continuar a votar naquele que se torna mais viável eleitoralmente para impedir que meus temores se tornem realidade, e façam a democracia deixar de respirar. É um pouco de tudo o que temo... (NETO, 2018)

Neto (L1/E1) inicia o discurso como um locutor atemorizado que põe em cena o tema do “medo”. Isso pode ser notado por meio das várias repetições da expressão “eu não temo” como se houvesse a necessidade de reafirmação do “não temer” por meio de um pacote de

ideias, a fim de reforçar outros pacotes político-ideológicos que L1/E1 e o auditório precisam “temer” em uma democracia ou na ausência dela. Essa forma de apresentação do PDV de L1/E1 produz um efeito de transparência ao auditório: “isso vocês precisam temer.”

Esse locutor/enunciador do medo constrói sua enunciação e uma identidade discursiva de modo a mostrar um *ethos* subjetivo. Nesse caso, a modalização subjetiva, elocutiva, retorna a memórias do passado, antidemocrático, tais como as torturas qualificadas subjetivamente (monstruosas e cruentas) como uma maquinaria sangrenta resultante da ação imputada indiretamente ao exército por meio da nomeação “coturnos”. Mas também as identifica ao terrorismo dos grupos armados contra o regime.

Ao lançar mão de um testemunho pessoal, da enunciação autodiegética, L1/E1 insere outro enunciador, um enunciador da perseguição comunista e1, “Velho zinho”, que imputa um PDV persecutório por parte da “revolução comunista” contra opositores do regime; e e2 (Hélio Rosa Baldy) perseguido por se opor ao regime.

A enunciação autodiegética é ancorada em um PDV polifônico, marcado, principalmente, pelo advérbio de negação. Ao afirmar “eu não temo”, L1/E1 evidencia que existem outras vozes ou outros temores atuando como ponto de tensão no seu discurso.

No excerto a seguir, vemos que a (não) evidência dos temores da tortura e perseguição política ancoram e justificam certas ações mencionadas no discurso de L1/E1.

Eu não temo ter que atravessar noites em claro, na beira de uma janela com uma arma de fogo, na espera de que a ameaça se cumpra contra a minha família, por figurar na “lista negra dos comunistas”, como ocorreu com Hélio. Eu não temo ter que proporcionar alguma forma de segurança para meus filhos, mesmo que fosse um “22” para o mais velho de 14 anos e ensiná-lo como usar a arma se fosse abordado no caminho, por aqueles que pregavam morte aos contrários ao comunismo, como aconteceu na família Rosa Baldy. Todos esses temores ficaram no passado e fazem parte da história do meu avó Hélio, dos meus tios e da minha mãe; assim como existem outras tantas histórias tristes daqueles que foram torturados nos “porões da ditadura”. São temores de um passado, de excessos cometidos dos dois lados. Temores que pertenceram a um contexto histórico-político distante, repleto de ditaduras de esquerda e de direita pelo mundo, fruto da guerra fria de antanho que jaz há quase 30 anos. São temores do passado, que a Constituição Federal os sepultou quando os equiparou – tortura e terrorismo – como crimes hediondos e no rol das cláusulas pétreas.

A alternância entre o que L1/E1 considera como temores passados e temores presentes produzem um efeito patêmico em seu discurso, com o objetivo de alcançar a adesão do interlocutor ao PDV: no atual estado da democracia, você precisa temer. Ao mesmo tempo em que L1/E1 afirma “não temer”, apresenta-se como um locutor apreensivo e vigilante, quando se trata da defesa da família (“Eu não temo ter que atravessar noites em claro”).

Esse locutor defensor da família e dos valores familiares atravessa todo o discurso de L1/E1. O pacote de ideias que os valores familiares, conservadores, carrega, justifica e promove um efeito de captação, pois causa empatia e justifica as ações (“com uma arma de fogo”) em defesa da família.

O PDV de defesa dos valores familiares sustentou e sustenta o ideário de valores que a extrema direita afirma defender e esse foi um dos ideários que, também, ancorou a candidatura e a eleição de Bolsonaro à presidência da república em 2018. Ainda há um forte apelo aos valores da família tradicional no âmbito dos redutos políticos ideológicos mais conservadores.

O efeito patêmico produzido no auditório justifica posição de L1/E1 pai: dar “um 22 para o mais velho de 14 anos e ensiná-lo como usar a arma se fosse bordado”. O PDV narrado aborda, ao mesmo tempo, uma história de si em meio ao testemunho de histórias de familiares ameaçados por um grupo ao qual é imputado o PDV persecutório, pois “pregavam morte aos contrários ao comunismo”. Esse modo de apresentação, semelhante ao discurso indireto livre, reforça a adesão do auditório no que refere-se a ação narrada e aos modos de apresentação das ações necessárias para a defesa da família, tendo em vista que pode referir-se tanto a um enunciador do passado (Hélio Rosa Baldy) como a um locutor no presente L1/E1.

A mimetização da violência pode ser notada quando L1/E1 lança mão do PDV de um pai que ensina seu filho a pegar em armas no contexto da ditadura militar e transporta para um discurso que reflete sobre o contexto das eleições presidenciais de 2018, conjuntura na qual existiu um forte acirramento no campo político que reforçou a violência e a ameaça verbal, principalmente, entre grupos e políticos de esquerda e de extrema direita.

O discurso que validava “pegar em armas” foi considerado como uma forma de defesa nacionalista contra a ameaça comunista ou vermelha (o Partido dos trabalhadores) e circulou intensamente naquele contexto eleitoral em grupos privados de WhatsApp, nas redes sociais e no próprio discurso do presidenciável Jair Messias Bolsonaro⁴³.

Outro recurso empregado pelo locutor primário pode ser considerado como um procedimento de atenuação da culpa e das violências cometidas pelo Regime Militar “nos porões da ditadura” ao equiparar a existência de excessos, porém em modo de equivalência, um esforçando-se para aparentemente sair da dicotomização entre direita e esquerda (“excessos cometidos dos dois lados” “de ditaduras de esquerda e de direita pelo mundo”, “fruto da guerra fria de antanho de jaz há quase 30 anos”,) localizando as ações em “contexto-político distante” e, portanto, contraditoriamente sem semelhança com o presente. L1/E1 retoma, em relação de

⁴³ ARIAS, j. “Bolsonaro e seu estranho Deus das armas”. El País 10 de ago de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/10/opinion/1533853335_197982.html. Acesso em: 05 de abril de 2022.

afastamento, pacotes de ideias vinculados ao nazismo e ao fascismo para dissociar e justificar seu PDV.

Essa atenuação ou justificação da violência individual tanto no presente (caso fosse ensinar ao filho “como usar a arma caso fosse abordado”) quanto no passado escamoteia o PDV de L1/E1 sobre o contexto democrático no Brasil, um temor no que concerne à democracia.

A Constituição figura como um sobreenunciador da democracia que, de algum modo, também atenuou violências. Esse sobreenunciador da lei domina o PDV de L1/E1 a respeito do encerramento dos crimes de terrorismo e tortura sob a mesma relação de equivalência (“a Constituição os sepultou [...] como crimes hediondos”). Essa relação opacifica e silencia a violência cometida pelo Estado durante a ditadura militar brasileira em um processo de associação dessa violência com os crimes cometidos por distintos grupos civis e militares naquele contexto político.

L1/E1 assume um PDV de reconhecimento do funcionamento institucional como garantidor ou baliza democrática (“Hoje, as instituições democráticas ainda funcionam!”), porém esse funcionamento é compreendido como temporário/ momentâneo (“ainda”). Esse funcionamento é compreendido a partir da inserção dos enunciadores Polícia Federal, Civil, Militar e Ministério Público como garantidores do funcionamento democrático, ou seja, da democracia. No discurso de L1/E1, portanto, democracia é também a independência do funcionamento institucional para “investigar, processar e condenar criminosos”. Embora momentânea, no PDV de L1/E1, a liberdade institucional garante o não temor de L1/E1 diante do cenário político que se desenhou em 2018.

L1/E1 imputa à esquerda, sem delimitar ou especificar qual esquerda, uma tendência ideológica dominante na imprensa e nas Universidades. A imprensa e a academia são apresentadas como enunciadores dominados, assim como a opinião pública reverberada nas academias e universidades. Entretanto, assim como a esquerda é identificada por meio de um processo de nomeação genérica “ideologia de esquerda”, o **enunciador opinião pública** também é apresentado por meio de um processo de generalização que produz um efeito de ampliação dos atores sociais que constituem essas instâncias. Esse processo produz no auditório o efeito de generalização, como se o PDV de todos os sujeitos que compõem essas instâncias estivesse sob domínio da denominada “ideologia de esquerda”.

A noção de democracia é definida por L1/E1 como o funcionamento das liberdades institucionais. Entretanto, como se trata de uma enunciação na qual L1/E1 narra seu ponto de vista sobre o mundo, em um processo de avaliação subjetiva – há reforço dessa visão de mundo pessoal com a repetição constante ora da estrutura “não tenho medo”, ora “eu temo”.

Consideramos que a noção que se constrói está ancorada em estratégias enunciativas que reforçam o medo, mesmo quando L1/E1 enuncia “não temer”, pois rememora temores da ditadura militar um tema sensível na memória coletiva brasileira.

No trecho seguinte, há um processo de ressemantização do medo. Nesse processo o protoenunciador utiliza mais da metade do artigo para enunciar quais são seus temores. L1/E1 assume o PDV, ao enunciar em primeira pessoa do singular os seus temores: “meus temores são outros”. A partir dessa asserção, L1/E1 elenca várias questões que lhe causam temores e, nas afirmações do locutor, temos temas que alimentaram a polêmica pública e interdiscursiva sobre democracia e eleições em 2018.

O processo de ressemantização pode ser percebido na mudança de tom do locutor. Inicialmente, é como se o locutor estivesse, ao mesmo tempo, vivenciado ou apenas retornando a memórias do passado de um terceiro (Baldy). Pensamos na possibilidade de atribuir outra notação para esse locutor do medo ou locutor temerário, algo como “outro eu” ou um desdobramento do eu L1/E1 em e2, implicando uma mudança na perspectiva global do texto a partir da ressemantização do medo. Nesse caso, teríamos um enunciador agenciado por L1/E1 com a finalidade de tornar explícito os temores que perpassam o discurso sobre a noção de democracia que L1/E1 deseja construir diante do auditório por meio da persuasão empática, já que esses temores não são (ou não deveriam ser), apenas, de L1/E1 ou de e2, mas também do auditório.

Por meio da modalização autonímica, L1/E1 lança mão do interdiscurso para efetuar um efeito de generalização do medo por ele enunciado (“Eu temo a “tomada de poder”). É como se L1/E1 quisesse mostrar afastamento do dito, já que o enunciado é marcado como palavras de outros, e que esse temor é generalizado. Imputa esse dito ao ex-presidente Lula (e3) e cria, com a imputação, um processo narrativo no qual e3 é apresentado como inimigo da democracia (“tomada de poder anunciada por alguém que está condenado a mais de 30 anos e continua a vociferar contra a democracia! [...] contra os valores democráticos e republicanos [...] a zombar das instituições de justiça”).

A imputação e o processo narrativo são encenados por meio de uma modalização afetivo-avaliativa, marcada, principalmente, pelo emprego da pontuação, de verbos de domínio afetivo-valorativo e de nomeações que cumprem o papel de qualificadores negativos das ações de e3.

Ao plano de governo da esquerda e a e3 é imputado o desejo de controle de instituições democráticas (“Eu temo a existência do controle que quer se impor ao Poder Judiciário [...] como preconizado em determinado plano de governo [...] o controle que se quer exercer sobre

o Ministério público como anunciado por aquele condenado”). Todo o medo de um possível controle de instituições democráticas são imputados às ações de e3 por meio da modalização de evidência (“em evidente desrespeito à instituição que tem por finalidade a defesa da ordem democrática”).

Outros procedimentos que circularam e alimentaram a polêmica pública sobre a noção de democracia, durante a eleições de 2018, são utilizados pelo locutor primário na construção do seu discurso. O temor do aparelhamento ideológico de escolas, da imprensa e das forças armadas são PDVs interdiscursivos dos quais o locutor lança mão para demonstrar como a instância adversária é uma ameaça à democracia.

Interdiscursivamente, o PDV do medo do aparelhamento ideológico de escolas e de universidades pode ser imputado ao movimento de direita conservadora, o Escola sem Partido. Trata-se de um movimento militante que busca uma despolitização do ambiente escolar por meio do combate à considerada doutrinação ideológica de esquerda nas escolas brasileiras de educação básica e superior. Esse temor apresentado por L2/E2 encontra eco nas representações coletivas e mobiliza uma dimensão emotiva importante, tendo em vista que o medo foi também uma estratégia constantemente utilizada pela extrema direita, durante a corrida presidencial de 2018.

O medo do desmoronamento de valores conservadores e da família está explicitado no PDV de L2/E2 – “Eu temo que meus filhos, no futuro, pertençam a uma sociedade sem valores, onde não se saiba o que seja o certo e errado, lícito e ilícito, moral e imoral, e que tudo se resolva na expressão de que os fins justificam os meios”– e retoma o discurso da extrema direita que se apresenta como defensora da família, do conservadorismo e da moralidade cristã.

Já o medo do aparelhamento ideológico da imprensa também pode ser considerado como PDV interdiscursivo, pois nos redutos bolsonaristas circularam e ainda circulam acusações contra as mídias jornalísticas tradicionais, as quais são consideradas de esquerda quando noticiam questões de interesse cidadão que de algum modo, vão contra interesses da extrema direita.

O PDV contra o aparelhamento das forças armadas assume mais força em direção às convicções que se quer construir, uma vez que está ancorado em outro PDV interdiscursivo, o PDV sobre a considerada ditadura venezuelana. A extrema direita calçou a campanha eleitoral em diversas estratégias do medo e a possibilidade de o Brasil tornar-se uma Venezuela – em

colapso econômico e social, com um governo “populista” sustentado pelo poder militar – foi amplamente utilizado na conjuntura das eleições.⁴⁴

O PDV contrário a políticas de bem-estar social também é retomado no interdiscurso por L2/E2. As políticas assistencialistas são compreendidas como inimigas da democracia na medida que funcionam como forma de manter as “classes mais carentes ‘escravizadas’ em programas assistencialistas” por governos que as transformam “em massa eleitoral” com “interesses políticos espúrios”.

Instaura-se outro processo narrativo no qual os programas assistenciais são inimigos da democracia, considerando que, de acordo com o PDV construído por L1/E1, a população não faz escolhas eleitorais livres quando estão, de algum modo, sob tutela do governo ou do Estado.

O locutor primário termina o discurso como se sofresse de um sufocamento que se confunde com o temor do sufocamento da própria democracia.

Eu temo não poder gritar. E mesmo gritando, que a minha voz seja sufocada pela surdez de uma ideologia reinante. Eu temo acima de tudo temer. E continuar a temer a cada eleição, sem ter a liberdade de escolher quem seja o mais preparado, porque preciso continuar a votar naquele que se torna mais viável eleitoralmente para impedir que meus temores se tornem realidade, e façam a democracia deixar de respirar. É um pouco de tudo o que temo... (NETO, 2018).

Nesse caso, tanto as instituições de Estado (Poder Judiciário, Ministério Público, Universidades e Escolas, Forças Armadas, Polícia, STF) quanto as instituições civis (Imprensa e Família) são consideradas como pilares da democracia que estão em constante ameaça de sufocamento. Esses pilares sustentam a liberdade de expressão e as liberdades individuais as quais L2/E2 teme serem também sufocadas por ideologias de esquerda caso o ex-presidente Lula continuasse na corrida presidencial e fosse eleito em 2018.

Há a construção de uma imagem de si em constante tensão entre o que seria um comportamento republicano, confiar no funcionamento das instituições em defesa dos cidadãos e da democracia, e a defesa individual desses mesmos aspectos, o “pegar armas”, caso seja preciso. Nesse sentido, temos uma contradição na imagem construída em dualidade que, entretanto, parece alcançar o auditório previsto pelo locutor primário. A dimensão emotiva assume maior relevância, visto que todo o discurso lança mão de temores que circularam na enunciação interdiscursiva da polêmica sobre democracia e eleições na conjuntura de 2018.

⁴⁴ O que levou a Venezuela ao colapso econômico e à maior crise de sua história. BBC. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/22/o-que-levou-a-venezuela-ao-colapso-economico-e-a-maior-crise-de-sua-historia.ghtml> >. Acesso em: 06 de abril de 2022.

9 DEMOCRACIA: ANÁLISE INTERPRETATIVA DAS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS ENVOLVIDAS NA CONSTRUÇÃO NOCIONAL

Nesta seção, analisamos como certas categorias e tipos de argumento são empregados nos artigos político midiáticos como uma estratégia retórica a fim de persuadir o auditório acerca do ponto de vista do orador sobre a noção de democracia.

Nesse enquadramento, os discursos analisados são considerados como uma situação comunicacional e sócio-histórica na qual se inscreve a argumentação; por isso, daremos relevo às estratégias retórico-argumentativas. Isso não impede, porém, que categorias do modo enunciativo possam ser utilizadas com objetivo de desvelar a organização da polêmica pública e como a fala argumentativa, necessariamente, reage à palavra do outro, quer seja para retomá-la, subordiná-la, modificá-la ou refutá-la (AMOSSY, 2011).

9.1 “DEMOCRACIA É ENGAJAMENTO CONTRA O AUTORITARISMO”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE JÂNIO DE FREITAS (T2)

Jânio de Freitas é jornalista e escreve para a Folha de São Paulo, no caderno Poder, ao domingos. Trabalhou em importantes veículos de informação tais como a revista “Manchete”, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*. Normalmente, posiciona-se no espectro político de esquerda. No artigo “Tratar Haddad e Bolsonaro como equivalentes é injusto”, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em outubro de 2018, Freitas analisa o contexto político pré-eleições presidenciais daquele ano.

[T2] Tratar Haddad e Bolsonaro como equivalentes é injusto

A democracia não é defendida com posição passiva nem com enganosa neutralidade

Um ou outro. Assim é a atual eleição presidencial. Nenhum eleitor, absolutamente nenhum, ainda que se abstenha por ausência ou voto omissivo, deixará de contribuir para a eleição de um ou de outro. Mas, se a decisão eleitoral se faz entre dois nomes, na verdade, o eleitor fará outra opção. Vai escolher entre democracia e autoritarismo. Não há neutralidade diante desta bifurcação. A decisão do PSDB e do DEM (chamase Democratas, veja só) de não apoiar Jair Bolsonaro (PSL) nem Fernando Haddad (PT) parece fuga à responsabilidade, a sua tradicional subida no muro. É, no entanto, apoio a Bolsonaro e ao que ele representa, já que o beneficiam todas as opções que não sejam de apoio explícito a Haddad, carente de votos. Os pilatos envergonhados recorrem ao ardid apenas verbal da neutralidade. Descendente direto da ditadura, o DEM mudou de nome sem mudar de natureza. O PSDB fez o inverso. Traído por vários de seus líderes, renegou as origens e os compromissos promissores, e se tornou o líder da direita até ver-se agora desbancado por um partido nanico. A escolha mal

disfarçada dos peessedebistas por Bolsonaro e pelo autoritarismo pode ser coerente, mas é vergonhosa. Os dois puxadores de tal posição não precisariam mais do que respeitar sua história remota. Nela se conta que Fernando Henrique e José Serra se sentiram ameaçados pela ditadura militar a ponto de buscar refúgio no exterior. O primeiro teve vida mansa por lá, mas o outro passou por riscos e dificuldades superados só pela sorte. Hoje, é a defensores nostálgicos da força que os perseguiu, enquanto impunha no país a tortura, a morte, a censura, o atraso, que Fernando Henrique e José Serra dão a ajuda capaz de ser decisiva. É demais. Haddad e Bolsonaro não se equivalem, nem o PT e a corrente política bolsonarista são a mesma moeda, como muitos têm dito e escrito. A respeito, Hélio Schwartsman já foi claro: “Bolsonaro já deu inúmeras declarações que escancaram seu descompromisso para com a democracia e os direitos humanos. Não é absurdo, portanto, imaginar que, uma vez alçado ao poder, ele dê início a uma escalada autoritária” // “Quanto a Haddad e o PT, se o passado vale alguma coisa, eles já foram aprovados no teste da democracia. O partido teve uma presidente destituída e seu líder máximo preso e em nenhum momento deixou de acatar as regras”. Os defeitos de Bolsonaro que nos interessam, muitos, não são vistos em Haddad. As qualidades de Haddad, como pessoa e como homem público, nunca foram vistas em Bolsonaro nos seus 27 anos de político. Sem falar no seu tempo de perturbador dos quartéis. Tratar os dois como equivalentes não é apenas injusto, é também falso. E não é de boa-fé. A democracia não é defendida com posição passiva nem, muito menos, com enganosa neutralidade. Defendê-la, pelos meios disponíveis, não é comprometer-se senão com a própria democracia. Não a defender, é traição ao presente do país e às gerações que nele ainda despontam (FREITAS, 2018).

Nas eleições de 2018, após a prisão e o impedimento do ex-presidente Lula em concorrer à presidência da república, mesmo encarcerado, ele indicou Fernando Haddad como seu sucessor na disputa presidencial. A intensão do ex-presidente era manter a proposição do Partido dos Trabalhadores ao lançar o nome de Haddad como candidato e, assim, transferir as intenções de votos dos eleitores de Lula para Haddad.

Naquela conjuntura, circulava no espaço político que Haddad era Lula, ou seja, se o eleitor optasse por votar em Haddad seria o mesmo que votar em Lula. Os partidos de oposição e algumas mídias de informação veicularam amplamente essa associação. Além disso, consideravam que Lula, assim como o candidato da extrema direita, era afeito aos discursos autoritários.

No artigo “Tratar Haddad e Bolsonaro como equivalentes é injusto”, Freitas procura construir uma noção de democracia apontando para o leitor o que significa defender a democracia. Ele inicia essa construção estabelecendo uma distinção pela diferença entre Haddad e Bolsonaro, explicitando como os partidos políticos brasileiros posicionaram-se e fizeram alianças durante a campanha presidencial de 2018.

Nesse processo, procura alcançar a persuasão do auditório, mostrando ao leitor como a comparação entre Haddad e Bolsonaro não segue uma racionalidade lógica, justa. Pode-se considerar que, nesse caso, a distinção pela diferença busca desconstruir os discursos que consideravam Haddad e Bolsonaro como iguais. Para Emediato (2008), comparações podem

ser simplistas e enganosas, podendo não oferecer um critério pertinente de comparação, mas não é sempre. O articulista utiliza a estratégia da **distinção dissociativa** para questionar a impertinência da comparação e desfazer as relações de identidade entre Haddad e Bolsonaro estabelecidas pelos partidos políticos e discursos midiáticos.

Para isso, identifica não apenas quem são os partidos que apoiaram de um lado, Haddad e, de outro, Bolsonaro, mas também constrói por meio da estratégia de **comparação** a identidade e a base ideológica dos partidos mencionados. Lança mão de alguns procedimentos da descrição que também contribuem para reforçar a argumentação por distinção dissociativa. O processo de identificação e de qualificação da ação dos partidos desvela a posição de suposta neutralidade dos partidos PSDB e DEM que “fogem à responsabilidade” e assumem postura de indecisão, “a sua tradicional subida no muro”.

A construção identitária do PSDB lança luz sobre os políticos que participaram do jogo eleitoral na campanha de 2018. A qualificação negativa é atribuída ao PSDB “os Pilatos envergonhados” que abandonaram um passado democrata lavando as mãos diante dos discursos considerados autoritários e antidemocráticos da extrema direita. Para o orador essa opção à neutralidade na verdade esconde o apoio do PSDB ao candidato Bolsonaro representado como afeito ao autoritarismo da ditadura militar.

Já os políticos do DEM são representados como familiarizados com o discurso autoritário consolidado na campanha da extrema direita, pois “descendem da ditadura”. Ao denominar-se Democratas, o partido DEM, antigo Partido da Frente Liberal (PFL), retoma nomenclatura que opacifica sua participação política anterior à redemocratização brasileira quando, juntamente com outros partidos, foi criado a partir da união entre partidos e políticos que apoiaram a ditadura militar e a Aliança Nacional Renovadora (ARENA), sustentáculo da ditadura militar após o golpe de 1964.

Como era o partido identificado como o herdeiro ideológico da Aliança Nacional Renovadora, a mudança na sigla tentou desvinculá-lo dos sucessivos escândalos de corrupção. Entre os anos de 2000 e 2007, o PFL, atual Democratas, foi o partido com o maior número de mandatos cassados, tornando-se um dos partidos com menor expressividade no cenário nacional.

As relações de oposição delineadas ao longo do texto, com auxílio da **distinção dissociativa**, contribuem para a argumentação sobre a noção de democracia defendida pelo articulista, uma **definição por extensão**, tendo em vista que se apoia em **argumentos factuais**, históricos – como se dissesse ao seu leitor: *o DEM apoiou a ditadura, portanto, apoiará a ala bolsonarista e os discursos antidemocráticos*; já o PSDB que se diz neutro fortalece Bolsonaro.

A identificação e a qualificação dos actantes, embora se trate um procedimento narrativo/ descritivo, contribuem para a argumentação e para a definição da noção de democracia através da extensão. Iluminar as posturas antidemocráticas dos sujeitos representados coloca-os em posição de contraste com a noção que o articulista deseja construir. Essas “posturas” dos sujeitos estão vinculadas a uma **argumentação sobre a pessoa** e a continuidade de sua identidade no tempo (no passado, tinham tais posturas, então, no presente, a identidade continua). Em uma democracia, é inaceitável discursos antidemocráticos, resquícios da ditadura militar, da opressão, da perseguição política, da tortura, em síntese, é inaceitável a aliança daquele que se diz democrático com aquele que sustenta posições ou profere discursos antidemocráticos.

O articulista enumera e **define por extensão** elementos que são ou deveriam ser constitutivos da noção de democracia. Nesse processo, alguns elementos são assimilados pela noção em relação de equivalência, outros são colocados em relação de oposição e diferença. Para Emediato (2010, p.177), “definir é colocar uma relação de equação ou de equivalência com o objetivo de dar sentido a um conceito”. O articulista explora a ação dos sujeitos em contexto, a fim de constituir os sentidos pretendidos para a noção em foco. Ao dizer:

(...) “democracia não é defendida com posição passiva nem, muito menos, com enganosa neutralidade. Defendê-la, pelos meios disponíveis, não é comprometer-se senão com a própria democracia. Não a defender, é traição ao presente do país e às gerações que nele ainda despontam” (FREITAS, 2018).

Elenca uma série de comportamentos que podem ser considerados democráticos e, portanto, constitutivos da noção de democracia. Temos uma **definição por extensão** que aponta para a democracia como participativa, uma forma de engajamento cidadão, no qual não há possibilidade de neutralidade. Essa definição exige a participação ativa tanto do cidadão comum quanto dos políticos e partidos.

Outro aspecto a ser observado, é como na definição por extensão, as identidades dos sujeitos e partidos são comprometidas tanto negativamente quanto positivamente, “não defender a democracia é traição”, aponta para o comportamento ético dos partidos PSDB e DEM que, para o autor, optaram pela neutralidade e, portanto, mesmo indiretamente, apoiaram o bolsonarismo – construindo uma imagem de si positiva e uma imagem negativa dos sujeitos envolvidos no discurso.

Para mostrar um *ethos* de imparcialidade na sua avaliação, o articulista rememora, positivamente, o período em que José Serra e Fernando Henrique Cardoso, oposição ao PT, foram perseguidos por se posicionarem contra a ditadura militar, sendo democratas. Nele:

se conta que Fernando Henrique e José Serra se sentiram ameaçados pela ditadura militar a ponto de buscar refúgio no exterior. O primeiro [Fernando Henrique] teve vida mansa por lá, mas o outro [José Serra] passou por riscos e dificuldades superados só pela sorte (FREITAS, 2018).

Existe uma **gradação** na construção da imagem dos dois sujeitos que vai de uma imagem menos positiva à mais positiva. Essa gradação está apoiada na seguinte **definição**: “ser democrata é se opor ao autoritarismo”. Nela a relação de causa (“se sentiram ameaçados pela ditadura militar”) levou a uma consequência, o exílio (“refúgio no exterior”). A partir dessa definição, a ambos é atribuída uma postura gradativamente positiva ao se posicionarem a favor da democracia e contra o autoritarismo do regime militar, fato que resultou no exílio dos dois políticos.

Porém, Fernando Henrique, embora exilado, “teve vida mansa”, isso aponta para uma imagem parcialmente negativa, a de um *bon vivant*; já Serra tem sua imagem construída de maneira mais positiva, pois “passou por riscos e dificuldades superados só pela sorte”, ou seja, foi quase *um mártir da democracia*, pois arriscou a própria vida ao se opor ao regime militar.

De acordo com o locutor, durante a ditadura militar os dois políticos mencionados defenderam a democracia com todos os meios disponíveis, colocaram a própria vida e liberdade em risco. Entretanto, no retrato atual, o *ethos* desses sujeitos é significativamente remodelado pelo jogo proposto no processo de definição da noção de democracia. “Hoje, é a defensores nostálgicos da força que os perseguiu, enquanto impunha no país a tortura, a morte, a censura, o atraso, que Fernando Henrique e José Serra dão a ajuda capaz de ser decisiva”.

Nesse trecho, a imagem dos políticos é avaliada negativamente pelo articulista que associa a neutralidade à uma postura antidemocrática e, por que não, a favor do discurso autoritário veiculado pelo bolsonarismo, já que, no dizer de Freitas ao negarem declarado apoio político ao PT, nas eleições de 2018, escondem uma “escolha mal disfarçada” pelo bolsonarismo, reduto nostálgico da ditadura militar. Para Levitsky e Ziblat (2018, p. 34-35) “os partidos e não as massas são os responsáveis por frear líderes demagógicos e autoritários. Líderes autoritários devem ser identificados e mantidos fora do poder”. Ou seja, são os democratas os responsáveis por impedir o avanço e o alcance de líderes autoritários às esferas de poder.

A **petição de princípio** é uma estratégia argumentativa do articulista que não tem como comprovar uma conclusão do tipo P logo P. Ele apresenta a condição de exílio e perseguição dos sujeitos representados com certa dúvida, explicitada pela opacidade da **ironia**, marcada pela indeterminação, “nela [história remota] se conta que Fernando Henrique e José Serra se sentiram ameaçados pela ditadura militar a ponto de buscar refúgio no exterior”, ou seja, está nos registros históricos, mas é algo que ficou para trás, muito distante; o sujeito dessa asserção desaparece no discurso. A indeterminação produz o efeito de uma história da qual se pode levantar dúvidas ou da qual o orador se afasta.

A petição de princípio é apresentada de forma latente no discurso do articulista [ameaçados pela ditadura militar *logo* buscaram refúgio no exterior]. O uso implícito da conclusão como premissa [buscaram refúgio no exterior *porque* ameaçados pela ditadura militar] aponta para um desnivelamento entre a imagem dos dois políticos. Como vimos, a argumentação os qualifica e desqualifica, a fim de ressaltar para o leitor qual o caráter dos indivíduos representados.

A avaliação negativa da escolha pela neutralidade revela um outro argumento mobilizado pelo articulista, o **falso dilema**. “A escolha mal disfarçada dos peessedebistas por Bolsonaro e pelo autoritarismo pode ser coerente, mas é vergonhosa”. O falso dilema explicitado está presente nas escolhas/ ações dos sujeitos e é desvelada pela apresentação de duas alternativas negativas (Bolsonaro e o autoritarismo) nas quais os sujeitos estão implicados, por meio da escolha pelo não posicionamento, a neutralidade política.

Nesse caso, trata-se de um falso dilema, pois, no dizer do articulista, a opção pela neutralidade também veicula uma escolha, uma opinião, um posicionamento político e ideológico de Serra e FHC pelo autoritarismo e não apenas por Bolsonaro. Entretanto, temos nessa estratégia argumentativa um enquadramento manipulador, uma **identificação manipuladora**, tendo em vista que o não posicionamento favorável ao PT não indica, necessariamente, uma escolha pelo autoritarismo.

O falso dilema e a identificação manipuladora de Fernando Henrique e José Serra bem como a descrição da participação de ambos em oposição ao regime militar entra em contradição com as representações que apontam para a noção de democracia construída pelo orador, **democracia como luta contra o autoritarismo**.

No mesmo trecho, o **operador argumentativo** (mas) quebra a expectativa (“pode ser coerente”) e reorienta a argumentação (“mas é vergonhosa”). Para a perspectiva do articulista, a opção pela neutralidade pode ser “coerente”, tendo em vista os diversos escândalos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores e a prisão do ex-presidente Lula, mas

“vergonhosa”, já que Bolsonaro representa o autoritarismo da extrema direita, a antidemocracia, enfrentado pelos políticos mencionados durante o regime militar .

Visando evidenciar e reforçar o argumento construído no dilema,⁴⁵ o orador apresenta, através da distinção, uma terceira hipótese: “É demais. Haddad e Bolsonaro não se equivalem, nem o PT e a corrente política bolsonarista são a mesma moeda, como muitos tem dito e escrito”. Aqui a distinção e a apresentação de uma terceira hipótese têm como objetivo refutar o discurso apresentado no falso dilema.

Para corroborar e dar força à sua argumentação, o articulista lança mão do argumento de autoridade:

A respeito Hélio Schwartsman, já foi claro: “Bolsonaro já deu inúmeras declarações que escancaram seu descompromisso para com a democracia e os direitos humanos. Não é absurdo, portanto, imaginar que, uma vez alçado ao poder, ele dê início a uma escalada autoritária”// “Quanto a Haddad o PT, se o passado vale alguma coisa, eles já foram aprovados no teste da democracia. O partido teve uma presidente destituída e seu líder máximo destituído e em nenhum momento deixou de acatar as regras”

Assim tenta levar o auditório a aceitar o ponto de vista apresentado por ele na hipótese levantada para refutar o falso dilema, Bolsonaro como um mal menor, ancorando essa hipótese na autoridade e no conhecimento especializado de Schwartsman sobre temas políticos. Freitas apela para a citação de um terceiro que é respeitado pelo auditório previsto no ato comunicativo, pois, no tipo de **argumento de autoridade** mobilizado pelo articulista, temos um **argumento da ordem do saber**, com forte apelo à credibilidade do terceiro. Essa prova argumentativa reforça o argumento dialógico construído pela **bifurcação**:

Um ou outro. Assim é a atual eleição presidencial. Nenhum eleitor, absolutamente nenhum, ainda que se abstenha por ausência ou voto omissivo, deixará de contribuir para a eleição de um ou de outro. Mas se a eleição se faz entre dois nomes, na verdade o eleitor fará outra opção. Vai escolher entre democracia e autoritarismo. Não há neutralidade diante desta bifurcação.

No contexto das eleições de 2018 foram lançadas treze candidaturas. Entretanto, a alta polarização entre esquerda e extrema direita monopolizou o debate político. A tradicional

⁴⁵ Vale ressaltar aqui uma questão delicada. Em geral, o argumento do falso dilema é avaliado como falacioso, por impedir ao destinatário que veja outras possibilidades, além da bifurcação do dilema entre duas únicas opções. No entanto, o caráter falacioso ou não de um argumento deve ser avaliado no contexto da argumentação e das justificações apresentadas. No caso, havendo apenas duas opções, o dilema já está colocado aos eleitores, e o sujeito argumentante defende um dos caminhos como sendo o mais razoável para se defender a democracia contra o autoritarismo representado pela segunda opção. Nesse sentido, antes de avaliar se o argumento do dilema é uma falácia ou não, deve-se avaliar a razoabilidade do argumento no contexto apresentado e se suas justificativas podem ser validadas. Essa perspectiva vai ao encontro da posição de Emediato (2022), para quem não há uma "argumentação em geral"; toda argumentação é situada, o que significa que a validade – ou não dos argumentos só pode ser avaliada na situação argumentativa.

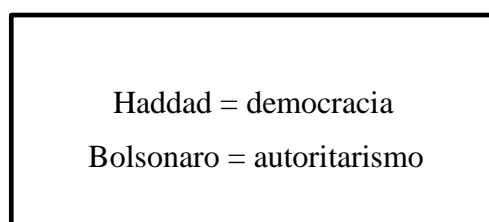
disputa entre PT e PSDB perdeu espaço tanto nas redes sociais quanto na grande mídia, levando a disputa eleitoral entre Haddad e Bolsonaro para o segundo turno. De acordo com Emediato (2010), o dilema é uma alternativa que consiste em conduzir o auditório a optar pelo mal menor e a bifurcação é a apresentação de uma situação ou condição com apenas duas alternativas.

Em Freitas a bifurcação pode ser ampliada ao iluminarmos outras duas possibilidades latentes no discurso:

Haddad Vs. Bolsonaro = Democracia Vs. Autoritarismo

Essa proposta visa forçar o auditório a concordar com a opinião construída por Freitas ou quem, em sã consciência, tendo quatro opções, escolheria o autoritarismo? O que Freitas coloca para o eleitor ao ampliar a bifurcação é:

Figura 12 – Processo argumentativo em Freitas (2018)



Fonte: Elaboração própria

Assim propõe uma distinção que expõe, de um lado, a inadequação de um dos candidatos à presidência da república: Bolsonaro representa o autoritarismo; e, de outro, a identificação positiva de Haddad, que representa a democracia.

De certo modo, por meio do *argumento ad hominem*, e com a contribuição do dialogismo interdiscursivo, o articulista busca provar que afirmações de Bolsonaro vão de encontro aos valores democráticos, são incoerentes com a democracia, apresentando as contradições existentes entre a posição do candidato da extrema direita e suas palavras e ações (FIORIN, 2015). Por outro lado, aponta para a adequação do outro candidato, como única alternativa para a preservação da democracia.

Esses recursos argumentativos são importantes no conjunto de provas elencadas pelo articulista para delinear a noção de democracia em um conjunto, como anteriormente mencionado, por meio da **definição por extensão**. Nesse sentido, democracia é luta por

liberdade, direitos humanos, engajamento cidadão, comprometimento das pessoas públicas em sua defesa, repúdio a comportamentos e políticos autoritários.

9.2 “DEMOCRACIA É O RESPEITO À ORDEM INSTITUCIONAL”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE LUIZ PONDÉ [T5]

O artigo intitulado “Um partido marxista-leninista: o marxismo despreza o vocabulário e o imaginário da democracia burguesa” foi publicado no jornal *Folha de São Paulo*, em outubro de 2018, e é assinado por Luiz Felipe Pondé.

[T5] Um partido marxista-leninista

O marxismo despreza o vocabulário e o imaginário da democracia burguesa

O PT é um partido no estilo da velha esquerda, com laivos de via chilena e pitadas de esquerda de campus. Um dinossauro no cenário das democracias liberais e sua “crise de meia-idade” — como diz David Ruciman em seu “How Democracy Ends” (Como acaba a democracia). O atavismo político e social brasileiro sustenta a vivacidade de nosso debate político. O PT pretende, desde sua fundação, chegar ao poder e não sair dele nunca mais. Se há nele “elementos democráticos” (como respeitar a ordem institucional), esses “elementos” existem na dependência da sobrevivência do partido como ferramenta viável de chegada ao poder e sua manutenção por tempo indeterminado. Entre a ordem institucional e a defesa da manutenção do poder, escolhe-se a segunda. Para o PT, o Lula é a ordem institucional, dane-se o resto. Pergunta-se, por exemplo, se as Forças Armadas quebrariam a ordem institucional. Mas há uma pergunta anterior, cujos indícios podemos perceber por toda parte — e a insistência do PT em fazer de Lula seu candidato mesmo após sua condenação em segunda instância só reforça essa percepção. Qual a função da democracia liberal burguesa e sua ordem institucional para a visão política marxista-leninista que é a raiz filosófico-política das inteligências que alimentam o PT e grande parte da esquerda nacional? Respondo: a função da democracia liberal burguesa é apenas servir de trampolim para sua posterior destruição. Sei. Dirão que essas são categorias históricas superadas. Mas grande parte da estrutura política latino-americana é atávica mesmo. Se patinamos em modos coloniais de funcionamento, repetindo estruturas herdadas da escravidão, repetimos também modos políticos que vão do século 19 à Guerra Fria do 20, no tocante à expectativa “democrática revolucionária” do tipo leninista, trotskista ou maoísta. Somos atrasados até nisso: a “esperança” da esquerda brasileira é voltar para a primeira metade do século 20. Ela ainda quer “derrubar” a ditadura. Se a esquerda fala tanto da ditadura militar no Brasil é porque ela está, ainda, mentalmente e politicamente, naquele lugar. A União Soviética ruiu, mas não na América Latina. Cuba e o delírio que intelectuais brasileiros mantêm com a ilha mantida na miséria são as provas evidentes desse atavismo mental e político. Para qualquer pessoa letrada em marxismo e leninismo, é evidente que questões como corrupção, respeito à ordem institucional, defesa da liberdade de expressão e afins só importam enquanto servirem como retórica para tomada e manutenção do poder, jamais como valores intrínsecos. E a razão é a própria teoria marxista, que tem desprezo pelo vocabulário e imaginário da democracia liberal burguesa. Se o burguês é dado a uma forma hipócrita de humanismo (chora por crianças com fome e demite seus pais pelo lucro), ele também fala de democracia, contanto que “as massas exploradas” continuem servindo cafezinho. E, portanto, a democracia da burguesia não vale nada. E sua ordem institucional tampouco. Sim. Dirão que o PT é um partido

da social-democracia europeia. Direi que não. Até pode haver laivos nele disso, mas social democracia europeia é coisa de rico. No Brasil, estaria mais ligado ao povo chique que vive entre a praça Panamericana e Higienópolis, tipo o PSDB histórico (a Sorbonne do então PMDB). O discurso do PT e da esquerda brasileira se aproxima mais da “via chilena” dos anos 1970: chegar ao poder via voto popular e dele não sair nunca mais. Isso implicava, e implica, a transformação da ordem institucional para sustentar sua própria concepção de democracia. A mesma transformação de Cuba e Venezuela (com diferenças aqui e ali). A esquerda destruiria a ordem institucional facilmente, com apoio, inclusive, de grande parte da inteligência pública, na mídia e nas universidades. Faça um teste: pergunte o que grande parte dessa moçada pensa de Cuba e Venezuela. O que o PT pensa já sabemos. Seus governos foram íntimos aliados e defensores (inclusive com o nosso dinheiro) dos “ditadores democráticos” desses dois países. E a esquerda de campus? Essa é a nova esquerda, que tem medo de sangue e quer um shopping para chamar de seu. São os departamentos de ciências humanas que “pesquisam” gênero, votam no PT, fariam xixi nas calças diante de Marx e Lênin e detestam gente que cheira a ônibus. A esquerda marxista-leninista sempre desprezou a ordem institucional. Falam nela para enganar bobo (PONDÉ, 2018).

Pondé inicia o artigo definindo para seu auditório quem é o Partido dos Trabalhadores. Como vemos no trecho a seguir:

O PT é um partido no estilo da velha esquerda, com laivos de via chilena e pitadas de esquerda de campus. Um dinossauro no cenário das democracias liberais e sua “crise de meia-idade” —como diz David Ruciman em seu “How Democracy Ends” (como acaba a democracia). O atavismo político e social brasileiro sustenta a vivacidade de nosso debate político. O PT pretende, desde sua fundação, chegar ao poder e não sair dele nunca mais (PONDÉ, 2018).

Para isso, lança mão da **definição condensada** que facilita a compreensão do leitor a respeito de quem seria o Partido dos Trabalhadores. Essa operação argumentativa visa definir o PT, sem a necessária reflexão e problematização do interlocutor sobre a informação que lhe está sendo dada, já que, ao definir de modo condensado, encapsula e reduz todos os possíveis traços identitários do partido à semelhança da “velha esquerda” com um programa de governo socialista (laivos de via chilena).

Ao menos dois aspectos são opacificados pelo processo de definição condensada, quais sejam: o primeiro possivelmente ignora que em nome da democracia a via chilena do socialismo, mencionada pelo articulista, enfrentou dura inversão da ordem institucional com o golpe militar sofrido por Allende na década de 1970; e outro aspecto reside no fato de o partido dos Trabalhadores ter sido um partido pragmático e neoliberal que estabeleceu pactos conciliatórios com a elite brasileira e com o mercado econômico a fim de governar.

Na década de 1970, o Chile foi palco de uma coalizão formada por partidos de esquerda, a Unidade Popular, com a intenção de propor uma via chilena para a concretização do socialismo. Dentre as propostas dessa forma governo estavam contempladas a reforma agrária,

bem como a nacionalização de bancos, de empresas estrangeiras e minas de cobre com sede no Chile. Salvador Allende foi deposto em 1973 por uma junta militar comandada por Augusto Pinochet, grupos conservadores como o Frente Nacionalista *Patria y Libertad*, de extrema-direita e o apoio do Estados Unidos – isso culminou com o suicídio de Allende.

Pinochet implantou um regime de perseguição política aos opositores e o neoliberalismo econômico, reduzindo os gastos públicos e os investimentos em programas sociais sob orientação do *Chicago Boys*, grupo de economistas chilenos formados em Chicago, nos Estados Unidos.

O regime imposto por Pinochet perdurou de 1974 a 1990 e teve como consequência mais de três mil pessoas mortas e quarenta mil torturadas pela repressão do governo. No campo econômico, as medidas impostas pelo governo provocaram aumento da desigualdade social, da concentração de riqueza e da corrupção.

Outro aspecto importante ocultado pela condensação é o pragmatismo exercido pelo Partido dos Trabalhadores ao longo dos anos em que esteve no poder. Com a intenção de alcançar a presidência da república, o governo petista, lulista, exerceu pactos conciliatórios com a elite brasileira, com o mercado financeiro e com organismos internacionais. Em 2002, ainda candidato à presidência da república, Lula assinou uma carta que tinha por finalidade assumir compromissos com o mercado financeiro.

A *Carta ao povo brasileiro* garantia aos setores mais conservadores, ao mercado financeiro brasileiro e a órgãos internacionais que Lula e o PT, caso eleito, respeitariam contratos internacionais, como o pagamento de dívidas externas. Essa carta foi entendida como parte do programa de governo de Lula e importante marco em direção a uma conciliação com o mercado econômico e à guinada de Lula ao neoliberalismo. Singer (2010) considera que a Carta ao povo brasileiro sinalizou que o governo estava comprometido com a adoção de políticas governamentais em benefício do capital financeiro.

Desse modo, a **definição condensada** opacifica outras nuances, tanto da via chilena do socialismo quanto do Partido dos Trabalhadores e, por que não dizer que opacifica também, os discursos sobre a noção de democracia veiculados pela extrema direita brasileira, durante as eleições de 2018, já que o que estava em jogo na situação comunicativa na qual o texto de Pondé se materializa são os diversos matizes e a disputa pelos sentidos da noção em foco.

Esse duplo processo de apagamento imposto pela definição é importante para a argumentação construída pelo articulista, pois impõe ao auditório um modo de pensamento. Ela bloqueia a reflexão e insere o auditório nessa realidade argumentativa reforçada pelo **argumento de autoridade** (Um dinossauro no cenário das democracias liberais e sua “crise de

meia-idade” — como diz David Ruciman em seu “*How Democracy Ends*” (Como acaba a democracia), que enfatiza o *ethos* acadêmico e intelectual do articulista.

A **definição condensada** junto à **problematização argumentativa** são recursos mobilizados pelo articulista para abordar o que seria a função e as características da democracia social burguesa.

Qual a função da democracia liberal burguesa e sua ordem institucional para a visão política marxista-leninista que é a raiz filosófico-política das inteligências que alimentam o PT e grande parte da esquerda nacional? (PONDÉ, 2018).

A problematização assume caráter argumentativo na medida em que é utilizada pelo locutor como um enquadramento para impor o seu ponto de vista. Trata-se de uma pergunta retórica por meio da qual a interlocução ao mesmo tempo assimila o auditório e problematiza uma questão orientada em direção à conclusão que o orador deseja impor. Nesse caso, o questionamento sobre a função da democracia liberal burguesa não atende a um desejo de saber, mas ao desejo de imposição de um *saber/ fazer crer* em uma intencionalidade explicativa causal.

Essa lógica **explicativa causal** ao mesmo tempo que permite ao articulista a assimilação do auditório ao seu modo de pensar a democracia, desvela a posição de superioridade assumida pelo locutor em relação ao interlocutor, pois logo após o questionamento é apresentada uma resposta à problematização por meio da definição condensada do que seria a função da democracia social burguesa para grande parte da esquerda:

Respondo: a função da democracia liberal burguesa é apenas servir de trampolim para sua posterior destruição. Sei. Dirão que essas são categorias históricas superadas. Mas grande parte da estrutura política latino-americana é atávica mesmo (PONDÉ, 2018)

A definição sobre a função da democracia social burguesa estabelece um acordo com o auditório a respeito das bases que constituem a noção de democracia no sentido que o orador pretende iluminar. Para ele, a democracia social burguesa presa por valores humanísticos como a liberdade de expressão e a ordem institucional, portanto, é como se o articulista dissesse ao auditório “há uma incoerência no discurso da esquerda”, pois esses valores, para quem entende de marxismos e leninismo, “só importam enquanto servirem como retórica para a tomada e manutenção do poder, jamais como valores intrínsecos (PONDÉ, 2018)”.

No excerto a seguir esses mesmos recursos argumentativos (a definição condensada e a problematização argumentativa) são utilizados para definir espectros da esquerda.

E a esquerda de câmpus? Essa é a nova esquerda, que tem medo de sangue e quer um shopping para chamar de seu. São os departamentos de Ciências Humanas que “pesquisam” gênero, votam no PT, mas fariam xixi nas calças diante de Marx e Lenin e detestam gente que cheira a ônibus. A esquerda marxista-leninista sempre desprezou a ordem institucional. Falam nela para enganar bobos (PONDÉ, 2018).

A problematização desvela o anti-intelectualismo ideológico, isto é, posicionamento anti-intelectual, antipesquisa, antipesquisadores, antidoutrinação de esquerda sustentado pelo articulista e por parcela considerável da população que se identifica como conservadores de direita ou de extrema direita. É latente no discurso do articulista o espírito desse tempo, o retorno ao combate a ideais considerados comunistas e das ditaduras marxista-leninistas como ameaça real à política, à estruturação da sociedade e à manutenção da democracia como ordenamento institucional.

A definição que vem como resposta ao que seria uma “esquerda de câmpus” condensa uma polêmica discursiva envolvendo, principalmente, a atividade intelectual de algumas áreas tais como as das “Ciências Humanas”, especificamente, sobre as linhas que pesquisam gênero social, racismo e desigualdades sociais. Stanley (2018), em *Como o fascismo funciona: as políticas do nós e eles* afirma que o anti-intelectualismo pode ser considerado como uma política fascista com o objetivo de impor e validar políticas autoritárias de perseguição a professores, ataques e descrédito das universidades.

Além do recurso à definição condensada e à problematização argumentativa, a argumentação sobre a noção em foco é sustentada por uma lógica explicativa causal via validação hipotética. Assim como a definição condensada essa estratégia tem como objetivo simplificar o processo cognitivo de construção da interpretação. Trata-se de um recurso eficaz para alcançar a persuasão do auditório, pois é auxiliada pela causalidade imediata.

A validação hipotética assume a forma:

“Se A, porque B”

Nesse caso, a validação ancora-se em relações de causalidade que carregam fortes implicações sobre o processo interpretativo, tendo em vista que, dificilmente, os argumentos fundados na experiência vivida ou supostamente evidenciada pelas convicções do auditório serão questionadas ou refutadas.

No excerto a seguir, temos uma validação hipotética que sustenta o ponto de vista do articulista sobre a existência de “elementos democráticos” no âmbito do Partido dos trabalhadores e a não causa desses elementos: “Se há nele [PT] “elementos democráticos”

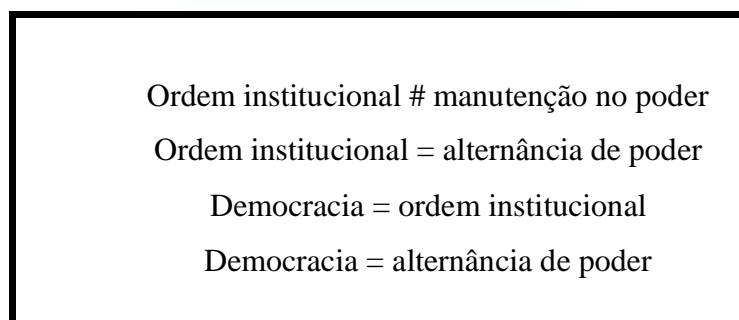
(como respeitar a ordem institucional), esses “elementos” existem na dependência da sobrevivência do partido como ferramenta viável de chegada ao poder e sua manutenção por tempo indeterminado.”.

Para o articulista a noção de democracia sustentada pelo PT não representa valores democráticos, pois estes supõem alternância de poder. A causação tem forte efeito sobre o auditório por ancora-se em fatos e nas implicações decorrentes deles. O fato de que o PT, em 2018, estava há dezesseis anos no poder e a manutenção de Lula como candidato à presidência da república, mesmo após sua condenação pela Operação Lava Jato são apresentados ao auditório como uma afronta à ordem institucional.

As implicações – “Entre a ordem institucional e a defesa da manutenção do poder, escolhe-se a segunda. Para o PT, o Lula é a ordem institucional, dane-se o resto.” – são demonstradas como um comportamento evidente do PT e de Lula: a quebra da ordem democrática, institucional. A generalização – “Pergunta-se, por exemplo, se as Forças Armadas quebrariam a ordem institucional” – reforça a evidência da implicação ao retomar questionamento que circula no interdiscurso por meio da indeterminação.

Na noção de democracia construída pelo articulista as relações apresentadas ao auditório podem ser pensadas da seguinte forma:

Figura 13 – Implicações argumentativas em Pondé (2018)



Fonte: Elaboração própria

Essas são as representações que perpassam todo o artigo de opinião e que são demonstradas no excerto a seguir:

[...] Para qualquer pessoa letrada em marxismo e leninismo, é evidente que questões como **corrupção, respeito à ordem institucional, defesa da liberdade de expressão** e afins só importam enquanto servirem como retórica para **tomada e manutenção do poder**, jamais como valores intrínsecos. E a razão é a própria teoria marxista, que tem desprezo pelo vocabulário e imaginário da democracia liberal burguesa. [...] Sim. Dirão que o PT é um partido da social-democracia europeia. Direi que não. Até pode

haver laivos nele disso, mas social democracia europeia é coisa de rico. No Brasil, estaria mais ligado ao povo chique que vive entre a praça Panamericana e Higienópolis, tipo o PSDB histórico (a Sorbonne do então PMDB). O discurso do PT e da esquerda brasileira se aproxima mais da “via chilena” dos anos 1970: chegar ao poder via voto popular e dele não sair nunca mais. Isso implicava, e implica, a transformação da ordem institucional para sustentar sua própria concepção de democracia. A mesma transformação de Cuba e Venezuela (com diferenças aqui e ali). A esquerda destruiria a ordem institucional facilmente, com apoio, inclusive, de grande parte da inteligência pública, na mídia e nas universidades.

O locutor constrói a noção de democracia a partir da polêmica – sobre a atividade intelectual de esquerda, a condenação do ex-presidente Lula, a relação fundacional do PT com ideologias de extrema esquerda – existente no espaço público, a fim de estabelecer acordos com o seu auditório sobre quais seriam as bases da democracia. Para isso, estabelece uma fronteira, um ponto de não coincidência com o outro, do qual se afasta e impõe uma diferença.

Essa posição fronteira e de afastamento pode ser percebida no modo como o articulista apresenta os sujeitos e o Partido dos Trabalhadores, assim como na apresentação das definições, fatos, causalidades e implicações em direção ao que é democracia: respeito à ordem institucional, repúdio aos regimes antidemocráticos e autoritários.

O processo de construção da noção de democracia pode ser um tanto problemático, pois escamoteia sob as relações de causalidade imediata – tendo na exemplificação e na definição condensada recursos para fortalecer a validação hipotética – causas mais profundas para os fatos apresentados na validação. Como exemplo, podemos mencionar como a Operação Lava Jato interferiu juridicamente no processo eleitoral e como as inúmeras falhas no processo contra o ex-presidente Lula levaram à anulação de todos os processos que o afastaram da corrida presidencial de 2018.

9.3 “DEMOCRACIA É A SOLIDEZ INSTITUCIONAL E O ENGAJAMENTO POPULAR”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE FREI BETO [T6]

Frei Betto é escritor, jornalista e ex-frade dominicano conhecido por seu notório engajamento político, social e em prol dos direitos humanos. Foi preso duas vezes pela ditadura militar entre os anos de 1964, ano do primeiro encarceramento, e de 1969-1973, quando cumpriu quatro anos de prisão⁴⁶. Escreve semanalmente para a *Folha de S. Paulo*.

⁴⁶ BETTO, Frei. **Batismo de Sangue** – A luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiês Carlos Marighela & Frei Tito. Editora Rocco, Rio de Janeiro, (14ª edição, 2006). Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.
BETTO, Frei. **Diários de Fernando**: Nos Cárceres da ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

Apesar de o artigo “Brasil rumo à ditadura?” publicado em agosto de 2021, na seção Opinião da *Folha de S. Paulo*, não trazer, explicitamente, no título a noção de democracia constitui o *corpus* desta pesquisa devido ao fato de versar sobre noção compreendida como oposta à noção de democracia, a ditadura.

[T6] Brasil rumo à ditadura?

É preocupante o ensurdecido silêncio dos militares da ativa

Onde há fumaça, há fogo, reza o ditado popular. A maioria dos brasileiros e a opinião pública mundial sabem que o Brasil é governado por um homem de convicções fascistas. Jair Bolsonaro sempre exalta torturadores da ditadura militar implantada no Brasil em 1964 e lamenta que não tenham sido fuzilados “ao menos 30 mil subversivos”. Eleito presidente na onda do moralismo desencadeado pela fraudulenta Operação Lava Jato, Bolsonaro nomeou para importantes funções civis no governo mais de 6.000 militares; desencadeou orquestrada veiculação de fake news; ignorou a gravidade da pandemia, que qualificou de “gripezinha”; recomendou medicamentos sem comprovação científica; demorou a importar vacinas e, apesar de quase 600 mil mortos pela Covid-19, o Ministério da Saúde até hoje não adotou um protocolo de testagem e imunização nacional; e, agora, é investigado pelo Senado como antro de corrupção na compra de vacinas superfaturadas, na qual haveria militares envolvidos. Bolsonaro repete: “Só Deus me tira do poder”. Isso apesar de 15 milhões de desempregados, 30 milhões de pessoas na miséria, 19 milhões padecendo fome crônica e uma inflação de mais de 8% ao ano. Haverá eleições presidenciais em 2022. Todas as pesquisas apontam o ex-presidente Lula (PT) como candidato preferido dos eleitores. Embora muitos deles se arrependam de ter votado em Bolsonaro em 2018, e outros continuem a recusar voto ao PT, o fato é que, até agora, não se encontrou um candidato alternativo à polarização Lula x Bolsonaro. Há vários nomes em pauta, mas nenhum que angarie suficientes votos para ameaçar um dos dois candidatos e representar uma alternativa entre a esquerda e a direita. Ao prever que Lula pode derrotá-lo em 2022, como indicam as pesquisas, Bolsonaro passou a defender o voto impresso. Há 25 anos o Brasil adota urnas eletrônicas, e jamais houve qualquer suspeita de fraude. O passado eleitoral brasileiro ensina que o voto impresso, este sim, é vulnerável à fraude. Eleitores de baixa escolaridade e renda costumam ser pressionados por “coronéis” (milicianos, policiais, fazendeiros, patrões, pastores e padres) para dar seu voto a determinado candidato em troca de dinheiro, favores ou por medo de ameaças. É o voto de cabresto. No voto eletrônico não há como comprovar o voto do eleitor. Mas o voto impresso passa recibo. Há comprovação no papel se o eleitor votou de fato no candidato indicado. E isso favorece a fraude eleitoral — o único recurso com o qual Bolsonaro conta para tentar evitar uma derrota no próximo ano. Para o retorno do voto impresso, que se somaria ao eletrônico (à urna seria acoplada uma impressora), é preciso de emenda constitucional aprovada pelo Congresso Nacional. A questão deveria ter sido votada pela Câmara dos Deputados na primeira metade de julho. Quando os deputados bolsonaristas perceberam que seriam derrotados, fizeram uma manobra que transferiu a decisão para agosto, após o recesso parlamentar. A democracia brasileira não estaria ameaçada se dependesse do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, contrários ao voto impresso. Ocorre que, a 9 de julho, o comandante da Aeronáutica, Carlos Baptista Junior, declarou ao jornal *O Globo* que cabe às Forças Armadas tutelarem a democracia brasileira. Na mesma entrevista, afirmou: “Não abriremos mão disso”. E pontificou: “Homem armado não ameaça”. Lembro-me do Brasil às vésperas do golpe de 1964, que implantou 21 anos de ditadura militar. Líderes da esquerda, na qual eu militava via movimento estudantil, diziam não temer golpe, as instituições democráticas eram sólidas, o presidente Jango contava com forte respaldo militar

contrário à violação da Constituição. Agora ouço o mesmo discurso de solidez das instituições democráticas e de falta de condições conjunturais para uma volta à ditadura, inclusive de vozes da direita. Contudo, nenhum militar da ativa ousou discordar da ameaça golpista do comandante da Aeronáutica. Nenhum jamais se manifestou perante as repetidas bravatas golpistas de Bolsonaro. E, a 8 de Julho, o ministro da defesa, que comanda as três Armas, general Braga Netto, teria comunicado ao presidente da Câmara dos Deputados que “se não houver voto impresso e auditável em 2022 não haverá eleições”. No mesmo dia, Bolsonaro declarou em público: “Ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições”. O presidente teme que o parlamento rejeite a emenda constitucional que visa a permitir o voto impresso. Autoridades civis receberam as manifestações golpistas como “blefe” na opinião de um ministro do Supremo que não quis se identificar. Mas, repito, onde há fumaça, há fogo. É preocupante o ensurdecedor silêncio dos militares da ativa. Nenhum ousa discordar. O povo brasileiro tem ocupado as ruas em massivas manifestações contrárias ao governo Bolsonaro. Este é o recurso que temos para salvar a democracia. Mas, se os militares optarem pelo golpe, institucionalizando Bolsonaro como ditador, basta rever o passado entre 1964 e 1985 para se ter ideia do futuro que nos aguarda (BETTO, 2021).

Como foi dito, chamou nossa atenção a problematização argumentativa no título do artigo de Frei Betto que traz a noção de ditadura, tradicionalmente, compreendida como oposta à noção de democracia. O questionamento reforça a tese e o posicionamento do orador, direciona a tematização e, ao mesmo tempo, força o auditório a refletir e assumir uma posição diante do questionamento, ou seja, incita o leitor a uma mudança de opinião que pode demarcar sua posição política.

Trata-se de uma **pergunta complexa**, pois o auditório não pode concordar ou discordar sem comprometer-se com uma ou outra posição (EMEDIATO, 2010). A resposta positiva ou negativa à questão implica o auditório de forma político-ideológica. Trata-se de uma problematização que carrega pressupostos. O leitor pode assumir que o Brasil caminha em direção antidemocrática e, assim, teria que assumir que as provas retóricas inseridas pelo orador fazem parte do jogo democrático, validando a direção proposta pelo locutor ou pode discordar do articulista, assumindo outra posição política e ideológica.

O locutor lança mão de uma forma proverbial como recurso à impessoalidade antes de apresentar as provas argumentativas que sustentam sua tese. “Onde há fumaça há fogo” assume a forma de um dito popular, portanto, polifônico e com certo valor de universalidade, devido à sua atemporalidade e do efeito de instruir, ensinar, advertir, admoestar etc.

Na forma proverbial, a palavra do outro, mesmo sendo coletiva, é carregada de vozes sociais, utilizada em uma perspectiva individual, pois ancora-se na memória discursiva tanto individual quanto coletiva. Nesse caso, pode ser entendida como um argumento de autoridade que “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova de

uma tese (PERELMAN E TYTECA, 2005, p. 348)”, qual seja, tudo indica que o Brasil caminha para uma ditadura militar, uma não democracia.

Todo o artigo é construído a fim de sustentar a tese proposta pelo orador. A tese, em “O Brasil caminha para uma ditadura militar?” não está explícita no artigo. Ela é construída ao longo da argumentação, principalmente, pelas relações de causa e consequência. A modalização ôntica define para o auditório quem governa o país “o Brasil é governado por um homem de convicções fascistas” e a modalização de evidência aponta para o comportamento antidemocrático do presidente Jair Messias Bolsonaro, “sempre exalta torturadores”.

A qualificação das convicções do presidente não busca apenas avaliar um processo mental como negativo, mas também direcionar o olhar do leitor, por meio do dialogismo interdiscursivo, para as ações desse sujeito político que ocupa o cargo de presidente da república, mas “exalta torturadores da ditadura militar implantada no Brasil em 1964 e lamenta que não tenham sido fuzilados ‘ao menos 30 mil subversivos’”.

A argumentação explícita relações de causalidade ancoradas, principalmente, na argumentação *ad consequentiam* ou pragmática na qual o orador interessa-se em expor para o auditório quais as relações de causalidade entre a atuação da operação Lava Jato, a eleição de Bolsonaro e as implicações negativas para a democracia.

Por meio da exemplificação, L1/E1 demonstra a causa (“Eleito [Bolsonaro] presidente na onda do moralismo desencadeado pela fraudulenta Operação Lava Jato”) e as consequências advindas daquela conjuntura:

Bolsonaro nomeou para importantes funções civis no governo mais de 6.000 militares; desencadeou orquestrada veiculação de *fake news*; ignorou a gravidade da pandemia, que qualificou de “gripezinha”; recomendou medicamentos sem comprovação científica; demorou a importar vacinas e, apesar de quase 600 mil mortos pela Covid-19, o Ministério da Saúde até hoje não adotou um protocolo de testagem e imunização nacional; e, agora, é investigado pelo Senado como antro de corrupção na compra de vacinas superfaturadas, na qual haveria militares envolvidos. Bolsonaro repete: “Só Deus me tira do poder”. Isso apesar de 15 milhões de desempregados, 30 milhões de pessoas na miséria, 19 milhões padecendo fome crônica e uma inflação de mais de 8% ao ano (BETTO, 2021).

A exemplificação por meio de fatos atestados sustenta a argumentação *ad consequentiam* ao explicitar os efeitos das práticas da Operação Lava Jato para a democracia, interferindo nas eleições presidenciais de 2018. Segundo o locutor, a onda moralista que elegeu Bolsonaro ignorou o fato de ele ser um político que pouco contribuiu para a democracia em seus vinte sete anos ocupando o cargo de deputado federal na Câmara dos deputados e relativizou discursos autoritários proferidos por Bolsonaro.

A argumentação *ad consequentiam* imputa à onda conservadora ou moralista, aos lavajatistas, a responsabilidade de privilegiar os efeitos (combate à corrupção e ao petismo) sem se preocupar com os valores éticos e morais solapados, principalmente, com a ascensão da extrema direita – após a prisão do ex-presidente Lula pela Lava Jato – e cassação de uma chapa eleitoral pelo STE. O locutor ilumina o percurso interpretativo para persuadir o auditório de que naquela ocasião os fins (impedir a candidatura de Lula) justificaram os meios (atropelo de procedimentos legais pelos lavajatistas).

Nesse caso, o articulista expõe, com a qualificação, como as instituições de justiça, tal como o Ministério Público e a “fraudulenta Operação Lava Jato”, foram utilizadas de modo a interferir no processo democrático ao mudar os rumos de uma eleição presidencial e isso produziu consequências danosas para a democracia. Ainda no âmbito da exemplificação, o orador lança mão dos números grandes como forma de impressionar o auditório.

A consequente nomeação de mais de 6000 militares denota o excesso de militares no governo e deveria causar estranheza a aproximação de um governo democrático com a ala militarizada em um país que recentemente passou por um processo de redemocratização no qual a ditadura militar ainda é um tema social sensível; 600 mil mortos por uma “gripezinha” para a qual o presidente “recomendou medicamentos sem comprovação científica” e “demorou a importar vacinas” lança luz sob a (ina)habilidade de governança durante a pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021; “30 milhões de pessoas na miséria”, “19 milhões padecendo fome crônica”; “inflação de mais de 8% ao ano” .

Todos esses números grandes são apresentados ao auditório sem especificar valor relativo, absoluto ou sua relação de proporcionalidade. O objetivo desse modo de apresentação não é a de oferecer dados quantitativos para que o auditório avalie, mas o de persuadir, comover, esse auditório por meio da empatia com as famílias dos 600 mil mortos, 30 milhões de miseráveis e com os 19 milhões de famintos. O único quantitativo apresentado de modo relativo é o percentual anual de inflação, mas o próprio conceito de inflação parece um agente desconhecido para a maioria da população. A intensificação e a dimensão do impacto do valor relativo da inflação pode ser um efeito do seu acompanhamento, o advérbio “mais”.

A noção de democracia começa a ser melhor delineada no discurso do orador a partir do momento em que ele recupera e cita dizeres (“Só Deus me tira do poder”). O articulista demonstra como o argumento divinizado é utilizado como argumento de autoridade inquestionável para manutenção de poder absoluto. É importante ressaltar que toda a campanha de Bolsonaro foi construída, tendo como mote de campanha o *slogan* “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. O argumento presente tanto como mote de campanha quanto na

discussão que envolveu a questão do voto impresso, no artigo analisado, foi um dos recursos utilizados pela extrema direita para persuadir a ala de eleitores conservadores.

Segundo o locutor, a ala conservadora, persuadida pelo argumento da divinização, elegeu Bolsonaro por entender que ele era o candidato que defendia valores cristãos. A campanha da extrema direita valeu-se da crença para comandar as ações dos indivíduos nas eleições de 2018. Agora, em 2021, a extrema direita coloca em questão o voto eletrônico e utiliza da estratégia do argumento divinizado como um modo de justificação para manter-se no poder.

Para o articulista, o argumento divinizado parte de uma interpretação pessoal da considerada vontade de Deus, a fim de justificar os projetos antidemocráticos e obscuros, e interferir nas eleições presidenciais, colocando em dúvida o processo de contagem de votos pela urna eletrônica.

O argumento divinizado de algum modo sustenta ou é sustentado pelo argumento *ad consequentiam*, pois a ala conservadora ignora (in)voluntariamente os valores éticos, morais e cristãos atropelados por Bolsonaro ao aceitar sem questionamentos projeto político-econômico ultraliberal que reduz programas sociais, pratica o protecionismo fiscal a grandes empresários, fomenta a alta de preços e, conseqüentemente, aprofundam as desigualdades sociais.

Ademais, a imagem construída pela onda conservadora para sustentar a representação de Bolsonaro, sob o argumento divinizado, escamoteia o discurso que promove sua manutenção inquestionável, desejo divino, no poder em um país que possui eleições democráticas bem definidas. Além disso, opacifica como a defesa do voto impresso pode fragilizar a democracia no Brasil:

(...) O passado eleitoral brasileiro ensina que o voto impresso, este sim, é vulnerável à fraude. Eleitores de baixa escolaridade e renda costumam ser pressionados por “coronéis” (milicianos, policiais, fazendeiros, patrões, pastores e padres) para dar seu voto a determinado candidato em troca de dinheiro, favores ou por medo de ameaças. É o voto de cabresto (BETTO, 2021).

O locutor coloca-se em posição contrária ao voto impresso e exemplifica para o auditório as conseqüências desse tipo de voto em eleições no contexto brasileiro. O voto impresso, devido à sua facilidade de manipulação, seria um impeditivo para a maior participação popular e, portanto, para a mais importante manifestação democrática no Brasil, as eleições. Utiliza a memória de fatos vivenciados pela população brasileira para persuadir o auditório sobre a gravidade das acusações e ameaças de Bolsonaro (“Ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições”) e do General Braga Netto, ministro da defesa no governo de Bolsonaro, (“ Se não houver voto impresso e auditável em 2022, não haverá

eleições”), acerca do processo eleitoral ao lançarem dúvidas sobre a apuração de votos pela urna eletrônica .

Para o locutor, essa conduta configura uma ameaça à democracia e às instituições. A fim de demonstrar para o seu auditório que as ameaças possuem certa gravidade para a democracia, insere no texto um processo narrativo no qual as instituições democráticas, aparentemente, sólidas, sofreram em 1964 um golpe de estado que “implantou 21 anos de ditadura militar” de extrema direita no país.

Compara por aproximação o discurso sobre a solidez das instituições no passado a esse mesmo discurso de solidez no presente, sustentado também por “vozes da direita”, recorrendo novamente a forma proverbial, porém não mais sob o aparente apagamento enunciativo, pois deseja assumir, advertir e ao mesmo persuadir o auditório reforçando: “repito, onde há fumaça, há fogo”.

O locutor adverte o auditório sobre a possibilidade de repetição do passado diante do que qualifica como o “ensurdecido silêncio dos militares da ativa. Nenhum ousa discordar”. A advertência, antes de modo impessoal, agora é marcada como um PDV assumido explicitamente pelo orador ([Eu] repito onde há fumaça, há fogo) como se dissesse: é necessário estarmos vigilantes para que o passado não se repita.

Contra a escalada antidemocrática, constrói a noção a partir do seguinte esquema:

Figura 14 – Esquema argumentativo da noção de democracia em Betto (2021)

Há A, se B = Há democracia, se ...

Fonte: elaboração própria

Como vemos no trecho:

A democracia brasileira não estaria ameaçada se dependesse do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, contrários ao voto impresso.[...] Ocorre que, a 9 de julho, o comandante da Aeronáutica, Carlos Baptista Junior, declarou ao jornal O Globo que cabe às Forças Armadas tutelarem a democracia brasileira. Na mesma entrevista, afirmou: “Não abriremos mão disso”. E pontificou: “Homem armado não ameaça” [...] O povo brasileiro tem ocupado as ruas em massivas manifestações contrárias ao governo Bolsonaro. Este é o recurso que temos para salvar a democracia. Mas, se os militares optarem pelo golpe, institucionalizando Bolsonaro como ditador, basta rever o passado entre 1964 e 1985 para se ter ideia do futuro que nos aguarda (BETTO, 2021).

A forma condicional ilumina a importância das instituições como freios e contrapesos da democracia. Na conjuntura analisada pelo articulista, há uma dependência do pleno funcionamento da democracia em relação ao funcionamento das instituições. Entretanto, o orador demonstrou no PDV narrado, através do relato de experiência vivida, como a democracia pode ser implodida, mesmo com aparente funcionamento e solidez institucional. A contradição existente no âmbito da democracia repousa no fato de que as instituições que garantem sua solidez também podem causar a sua implosão.

O articulista insere um argumento de autoridade que corrobora a tese construída ao longo do artigo. Os dizeres de Carlos Baptista Junior são utilizados como argumento de autoridade, pois remetem a um PDV interno do alto comando das três Armas, das instituições de Estado que representam as Forças Armadas. Quando o alto comando das forças militares ameaça pegar em armas para defender a permanência de um governo ou a mudança nas leis para o favorecimento político-ideológico, temos uma postura autoritária incompatível com as democracias.

O argumento *ad populum* e a quantificação genérica são empregados para demonstrar ao auditório que a população (povo brasileiro) age intensamente engajado em manifestações (massivas) contra Bolsonaro e a favor da democracia. Há a instauração de outro processo narrativo que corrobora a argumentação:

Figura 15 – Processo narrativo-argumentativo

Actante agressor – Bolsonaro
Actante agressor – militares
Actante vítima – Democracia
Benfeitor – Povo brasileiro
Benfeitor/ Malfeitor – Instituições

Fonte: autoria própria

Bolsonaro e os militares são considerados como uma ameaça aos valores democráticos, pois podem utilizar-se das instituições para instaurar um golpe de estado. Nesse caso, Bolsonaro, qualificado negativamente como ditador, receberia apoio das forças militares para manter-se no poder e implantar um regime ditatorial, semelhante aos vivenciados em território brasileiro entre os anos de 1964-1985.

As instituições podem ser tanto benfeitoras como malfeitoras da democracia. Elas são conduzidas por pessoas, projetos políticos e ideológicos. Por isso, a autonomia e a

independência do funcionamento institucional são tão importantes para o fortalecimento da democracia. Instituições independentes dificilmente serão utilizadas como projeto político-ideológico pessoal a garantir a escalada e de governos autoritários. Para o locutor, contra essa possível escalada ditatorial, implantada via instituições de Estado, somente a ação popular com as “massivas manifestações” pode “salvar a democracia”. Em síntese, a democracia, no discurso de Frei Betto, só pode ser alcançada por meio do funcionamento sólido das instituições, da vigilância e do engajamento popular.

9.4 “DEMOCRACIA É A REPRESENTAÇÃO DIRETA E A REFORMA CONSTITUCIONAL”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE MESQUITA [T10]

O jornalista Fernão Lara Mesquita foi diretor do grupo Estadão, que publica um dos maiores jornais do país, *O Estado de S. Paulo*. Durante a vigência do AI-5 o Jornal *O Estado de S. Paulo* passou por diversos momentos de censura prévia, figurando entre os jornais que em lugar de matérias jornalísticas publicavam poemas e receitas culinárias para driblar a perseguição e evitar o fechamento do jornal na ditadura militar⁴⁷.

O jornal estava sob comando da família Mesquita por várias gerações até o ano de 2020, quando o jornalista demitiu-se do conselho de administração, pois, de acordo com ele *O Estado de S. Paulo* passou a apoiar a censura à imprensa e a prisão de dissidentes das ideias aprovadas pelo STF”, tornou-se “ocupado por adeptos de ideologias antagônicas à sua fé democrática” e “passou a ter seus textos censurados”⁴⁸. Mesquita define-se como democrata e é defensor do voto distrital como forma de *recall* que permite a remoção de um mandato político periodicamente ⁴⁹.

O artigo de opinião “Democracia direta: a verdadeira e a fake” foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, um dos principais jornais de referência do país em março de 2019, na seção Opinião.

[T10] Democracia direta: a verdadeira e a ‘fake’

⁴⁷ Memorial da democracia. Disponível em: < <http://memorialdademocracia.com.br/card/noticia-censurada-da-lugar-a-camoes>> . Acesso em: 25 de abril de 2022.

⁴⁸ Disponível em: < <https://br.linkedin.com/in/fernao-lara-mesquita-bb17b926> > . Acesso em: 25 de abril de 2022.

⁴⁹ Câmara Municipal de Jacareí. Gente de destaque. Disponível em: < <https://www.jacarei.sp.leg.br/geral/fernao-lara-mesquita-esta-no-gente-em-destaque/> > . Acesso em: 25 de abril de 2022.

A capacidade de adaptação às mudanças sempre foi o fator decisivo de sobrevivência das espécies. Nas sociedades humanas também. A velocidade de resposta das instituições à mudança é o fator decisivo de sucesso. Os Estados Unidos só viraram o que são hoje porque ao longo de todo o século 20 tiveram um quase monopólio da flexibilidade institucional que a vida como ela é requer. O resto dos países europeus, dos quais o Brasil é um prolongamento, não nasceram democráticos como eles. Foram obrigados a se ir democratizando, de confronto em confronto, pelos oprimidos do absolutismo que conheciam do novo sistema inventado na América e os encantava pelos efeitos que produziam pouco mais que ecos. Foi esse desconhecimento que permitiu que tantos adotassem da democracia o discurso, mas mantivessem do absolutismo a essência. Os portugueses foram os mestres dessa arte. No “sistema corporativo” que inventaram, a “cabeça” (antes o imperador e depois da República o Judiciário, o Poder não eleito que herdou as prerrogativas dele) reserva a cada parte do “corpo” o “direito especial” que houver por bem lhe outorgar. Esse “especial”, a exata negação da essência da democracia, cuja base é a igualdade de direitos, e o poder de distribuí-lo a seu bel-prazer, é o que nos mantém, a eles no poder e a nós na servidão semifeudal de que nunca saímos. Da “direita” ou da “esquerda”, com ou sem “revoluções”, eles vêm sempre dos 5% da população que recheiam as corporações que controlam o Estado, as estatais e o poder de se autoatribuir privilégios. O círculo não foi rompido com o advento do governo Bolsonaro. O que ele representa é um movimento de subversão da hierarquia interna do “sistema” obtido com o recurso das redes sociais num momento em que a crise do Estado levou o antigo caminho das urnas a um desmonte parcial. O governo eleito vem do “baixo clero”, sim, mas da mesma “nobreza” de detentores de privilégios em que o País continua dividido desde que foi arrancado de sua “americanidade” pela invasão do Rio de Janeiro pela corte portuguesa, em 1808. Tiradentes foi o último episódio realmente revolucionário do Brasil. Sendo a única revolução real da humanidade a que decorre da “iluminação” da conquista da autonomia na busca da verdade que só a educação proporciona, a manutenção da sombra da ignorância é, como sempre foi, a arma essencial do *status quo*. Com o recrudescimento da censura, depois do enforcamento do alferes, a toda referência que não fosse europeia que a República não conseguiu romper, quem sonha com mudanças no Brasil sonha com os efeitos de um processo cuja mecânica o País inteiro desconhece quase absolutamente, e que é fruto de uma tecnologia de construção de instituições cheias de sofisticadas sutilezas. É nisso que reside a nossa maior dificuldade. O que se pode reformar, para colher lá na frente esta ou aquela mudança real de rumo de uma sociedade, são as instituições. Mas muito maior que a dificuldade de saber como conseguir abrir a porta a mudanças tem sido a de formular quais mudanças, exatamente, é preciso fazer para colher a democratização que todos desejam. A História tem seus caprichos. Bolsonaro não é a revolução, mas chega no momento em que ela se tornou inevitável. Uma vez no poder, deu-se conta, por meio de um eficiente trabalho intensivo de informação de sua equipe econômica, da urgência e da gravidade terminal da crise da Previdência. Conduzido por ela, vai bater na barreira de sempre. O medo de cair no vácuo venezuelano levou a uma supervalorização da Constituição antes da definição da sucessão pelas redes sociais. Mas o fato é que, na ausência do “direito divino”, ela foi transformada no congelador de privilégios da hora. E tem sido brandida como antes se brandia a heresia para impedir avanços. A verdade é a única arma capaz de romper essa barreira. A reforma de Paulo Guedes, por mais próxima que chegue da profundidade com que foi desenhada, apenas abrirá a porta a um processo de ajustes permanentes em que o Brasil terá de se engajar daqui por diante, dadas as mudanças na extensão da vida humana, nas relações de trabalho, nos costumes, em tudo, enfim, que até aqui descrevia a condição humana. A Previdência, assim como tudo mais na ordem institucional brasileira e mundial, passa a ser um processo em permanente evolução que vai requerer retoques em velocidade alucinantemente crescente. Se nunca fez sentido enfiar privilégios previdenciários na Constituição, portanto, agora faz menos ainda. Desconstitucionalizar a Previdência é, portanto, um objetivo absolutamente prioritário. A forma como a vida nacional já vem sendo decidida através das redes, contornando instituições esclerosadas, proporciona uma sensação de alívio neste primeiro momento de “vingança” dos “sem-voz”, mas não passa de uma reprodução

perigosamente tosca do que os suíços vêm praticando há 729 anos e os americanos de lá importaram há cerca de 120. Como toda ferramenta, esse expediente serve, porém, a quem quer que recorra a ele, para o bem ou para o mal. O que tira desse sistema o seu potencial venenoso é a construção de um modelo confiável de representação do País real no País oficial. Não há mal nenhum em que o povo encurte os caminhos das suas relações com o governo desde que seja para REFORÇAR a representação aumentando o poder de cada representado sobre O SEU representante. Isso só se consegue com eleições distritais puras. Desde que se saiba exatamente qual representante representa cada conjunto de brasileiros, não há mal nenhum, muito ao contrário, em que a relação entre eles seja a mais direta possível, para fazer ou desfazer leis, para encurtar ou encompridar mandatos. Mas se esse encurtamento partir do governo, o resultado é opressão. Nesse sentido, os Bolsonaros vêm “acertando no errado”, o que rende poder, aquela coisa que corrompe sempre e corrompe absolutamente quando é absoluto. Por isso é bom não esquecer jamais. Não existe democracia sem representação (MESQUITA, 2019).

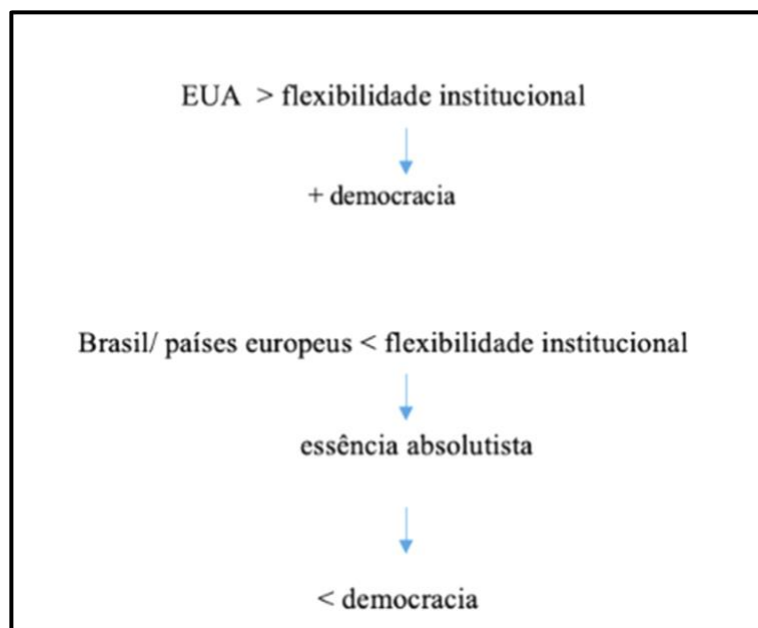
Mesquita inicia o artigo lançando mão de duas comparações implícitas, portanto, metafóricas como recurso argumentativo. No título, ao empregar o termo *fake* para designar a democracia em contraponto à existência de uma outra democracia que, de fato, seria a verdadeira democracia, chama a atenção do leitor a fim de fazê-lo refletir a partir do uso do termo *fake* – amalgamado à noção de democracia – que circulou no espaço público e midiático de modo muito intenso durante as eleições de 2018 com as chamadas *fake news* ou notícias falsas.

Com isso, a pressuposição leva o leitor a pensar: existe uma democracia direta verdadeira e uma não verdadeira ou *fake* e é preciso compreender essas duas dimensões. Trata-se, portanto de uma estratégia argumentativa de captação ancorada no dialogismo interdiscursivo.

A segunda comparação metafórica utilizada pelo orador está ancorada no discurso científico. A comparação da evolução como forma de sobrevivência das espécies em relação à evolução da sociedade, bem como das instituições vai ancorar toda a argumentação proposta pelo articulista. Nesse processo, ele discute e compara a democracia brasileira a democracias de outros países em função de certo processo evolutivo ou de avanços que permitiram a tais sociedades alcançar o que o orador considera uma democracia representativa ou direta.

A construção da democracia nos Estados Unidos da América e em países europeus também passa por um processo de comparação, porém, por meio da comparação dissociativa na qual temos:

Figura 16 – Comparação dissociativa em Mesquita (2019)



Fonte: Elaboração própria

Nesse processo, o orador define por extensão que a base da democracia é a igualdade de direitos. Diferentemente dos EUA, no Brasil e nos países europeus, que não nasceram democráticos, existe uma essência absolutista impregnada nas instituições. Nos EUA o “monopólio” da flexibilidade institucional garante maior democracia, enquanto tanto no Brasil quanto em países europeus, o desconhecimento da flexibilidade institucional democrática resulta em maior concentração de poder e menos democracia.

No caso brasileiro, o articulista considera que as instituições brasileiras estão impregnadas de uma herança absolutista herdada dos portugueses. Temos uma argumentação que se apresenta ou se faz parecer sustentada em dados históricos sobre a organização dos poderes institucionais herdados do império e que alcançaram a primeira república e o Judiciário, resultando em uma concentração de poder que pode se comparar por associação a um sistema “semifeudal”.

Esse sistema garante a manutenção de poder a uma camada restrita de “privilegiados”, representados pela quantificação relativa, “5% da população que recheiam as corporações que controlam o Estado”, produzindo o efeito de intensificar o argumento sobre a concentração de poder a uma camada específica de “privilegiados” da “nobreza”, em que o “baixo clero” está representado por Bolsonaro.

A nomeação “baixo clero”, utilizada para designar parlamentares de pouca expressividade na Câmara dos deputados federais, também é empregada para produzir efeito reforçador da tese do orador. Embora Bolsonaro seja representante do baixo clero, isso não significa que houve uma ruptura na concentração de poder e no modelo absolutista de organização das instituições, pois o recém empossado presidente da república faz parte da mesma “nobreza de detentores de privilégios”.

Em outras palavras, a eleição de Bolsonaro subverteu o sistema eleitoral, pois elegeu alguém com pouca representatividade parlamentar e partiu, principalmente, do movimento das redes sociais, mas não significou maior acesso da população a uma democracia mais representativa. Para o locutor, não temos uma democracia centrada na igualdade de direitos, nem na representação direta, na qual todos os cidadãos podem participar diretamente no processo de tomadas de decisões, semelhante aos modelos da antiguidade como postula Goyarde-Fabre (2013).

Para o articulista, no Brasil existe uma relação de causalidade entre a construção de uma democracia plena e reformas constitucionais e institucionais.

O que se pode reformar, para colher lá na frente esta ou aquela mudança real de rumo de uma sociedade, são as instituições. Mas muito maior que a dificuldade de saber como conseguir abrir a porta a mudanças tem sido a de formular quais mudanças, exatamente, é preciso fazer para colher a democratização que todos desejam. [...] O medo de cair no vácuo venezuelano levou a uma supervalorização da Constituição antes da definição da sucessão [presidencial] pelas redes sociais. Mas o fato é que, na ausência do “direito divino”, ela foi transformada no congelador de privilégios da hora. E tem sido brandida como antes se brandia a heresia para impedir avanços. [...] A Previdência, assim como tudo mais na ordem institucional brasileira e mundial, passa a ser um processo em permanente evolução que vai requerer retoques em uma velocidade alucinantemente crescente. Se nunca fez sentido enfiar privilégios previdenciários na Constituição, portanto, agora faz menos ainda. Desconstitucionalizar a previdência é, portanto, um objetivo absolutamente prioritário (MESQUITA, 2019).

No trecho acima, é possível perceber que o orador orienta a argumentação para a seguinte relação de causalidade:

Não há A sem B ➤ Não há democratização sem reformas

A causalidade revela uma argumentação sustentada por um argumento do tipo pragmático, tendo em vista que o orador não lança luz sobre todas as nuances da reforma previdenciária, colocando em relevo apenas uma das faces ou das consequências dessa reforma, sem se ocupar com outros possíveis efeitos de reformas como as da previdência em um país

com tamanha diversidade socioeconômica, regional e de profundas desigualdades nas relações de trabalho⁵⁰.

Ao escamotear as nuances das reformas com o discurso da democratização, o locutor conduz uma argumentação radical e inflexível, pois o leitor é levado a considerar que não haverá maior democratização ou democracia sem as devidas reformas. Ele deseja convencer o auditório de que não há escolha, a não ser optar pelas reformas constitucionais, principalmente, a desconstitucionalização da previdência, para solucionar as desigualdades e garantir maior acesso à democracia plena.

Para Emediato (2010), o argumento dos inseparáveis postula sempre que tal situação, ideia ou problema é inseparável de uma outra, ou seja, é inconcebível considerar *A* sem considerar também *B*. É como se o orador quisesse impor um ponto de vista ao auditório: maior democratização justifica reformas constitucionais, tal como no raciocínio: os fins justificam os meios.

A fim de definir o que é democracia, o locutor utiliza-se da comparação metafórica semelhante à que introduz o artigo:

A forma como a vida nacional já vem sendo decidida através das redes, contornando instituições esclerosadas, proporciona uma sensação de alívio neste primeiro momento de “vingança” dos “sem-voz”, mas não passa de uma reprodução perigosamente tosca do que os suíços vêm praticando há 729 anos e os americanos de lá importaram há cerca de 120. Como toda ferramenta, esse expediente serve, porém, a quem quer que recorra a ele, para o bem ou para o mal (MESQUITA, 2019).

No trecho, as instituições brasileiras são comparadas a um organismo vivo (“instituições esclerosadas”), um modelo ultrapassado, antiquado que vem sendo renovado através das redes sociais, que permitem um maior acesso dos cidadão nas decisões políticas e “proporciona[m] uma sensação de alívio neste primeiro momento de “vingança” dos “sem-voz”. Vale lembrar que, nas eleições presidenciais de 2018, o uso das redes sociais na disseminação de notícias falsas e ataques a candidatos configurou-se como um marco importante nas estratégias que até então regulavam a comunicação política. A interferência das redes impactou o sistema eleitoral brasileiro de modo significativo e incontornável.

A interferência das redes é apresentada como um mal menor, desde que ocorra a construção de um modelo de representação que funcione:

⁵⁰ MOYA, I; CEOLIN, M, Reformas da previdência social: argumentos contra e a favor. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/reforma-da-previdencia-argumentos/>>. Acesso em: 25 de abril de 2022.

O que tira desse sistema o seu potencial venenoso é a construção de um modelo confiável de representação do País real no País oficial. Não há mal nenhum em que o povo encurte os caminhos das suas relações com o governo desde que seja para REFORÇAR a representação aumentando o poder de cada representado sobre O SEU representante. Isso só se consegue com eleições distritais puras. Desde que se saiba exatamente qual representante representa cada conjunto de brasileiros, não há mal nenhum, muito ao contrário, em que a relação entre eles seja a mais direta possível, para fazer ou desfazer leis, para encurtar ou encompridar mandatos. Mas se esse encurtamento partir do governo, o resultado é opressão. Nesse sentido, os Bolsonaros vêm “acertando no errado”, o que rende poder, aquela coisa que corrompe sempre e corrompe absolutamente quando é absoluto. Por isso é bom não esquecer jamais. Não existe democracia sem representação (MESQUITA, 2019).

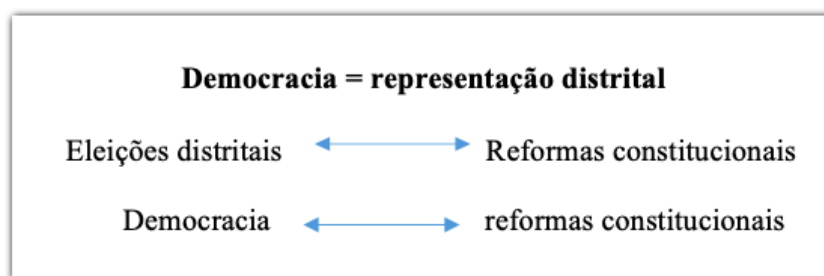
Esse modelo confiável de representação é apresentado como consequência de uma comunicação mais direta entre eleito e eleitores, representantes e representados, a fim de fortalecer um modelo de democracia representativa no qual os cidadãos exerçam certo poder sobre as decisões dos seus representantes. O mal menor – encurtar os caminhos das relações entre o governo e o povo, construir relações diretas para fazer ou desfazer leis, encurtar ou ampliar mandatos – é apresentado como uma consequência aceitável.

Entretanto, tanto no período eleitoral de 2018 quanto durante todo o mandato presidencial, temos ampla utilização das redes sociais como forma de estabelecer censura a opiniões contrárias ao governo. As novas formas de comunicação política podem resultar em opressão e autoritarismo, já que há um crescente descrédito das mídias tradicionais de informação em face à comunicação direta que se estabeleceu entre o Planalto e os eleitores da extrema direita.

Esse efeito que caracteriza os indivíduos que se encontra no poder é apresentado pelo orador como uma petição de princípio – “os Bolsonaros vêm 'acertando no errado', o que rende poder, aquela coisa que corrompe sempre e corrompe absolutamente quando é absoluto” – pois as decisões e opiniões acolhidas pela presidência são somente aquelas que ecoam os valores da extrema direita. A conclusão que a petição apresenta é a de que a presidência (“os Bolsonaros”) concentra poder absoluto nas mãos do governo no que tange à comunicação direta com os representados, pois, essa comunicação “acerta no errado” uma vez que não reflete adequadamente a comunicação direta com todos os eleitores brasileiros.

A noção sobre a qual se argumenta pode ser esquematizada da seguinte forma:

Figura 17 – Esquematização da noção de democracia em Mesquita (2019)



Fonte: Elaboração própria

Para o locutor, só é possível a existência de democracia por meio de “eleições distritais puras” que culminariam em um processo de representação do “país real no país oficial”, ou seja, é preciso alterar o modelo de representação imposto pela Constituição para que haja representação real. O orador, mais uma vez lança mão da causalidade expressa na forma do argumento dos inseparáveis: *Não há A sem B*. Nas palavras do orador “não existe democracia sem representação”, sem que as decisões passem pelos cidadãos, pois se elas partem do governo resultam em “opressão”.

9.5 “DEMOCRACIA É A AMPLIAÇÃO DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS DIANTE DE NOVAS FORMAS DE AUTORITARISMO”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE SALVADORI [T8]

Fausto Salvadori é jornalista e trabalhou em diversos veículos de comunicação como *Folha.com*, *Agora SP*, *Jornal da Tarde*, *Metro*, *Revista Joyce Pascowitch e Criativa*, entre outros. No ano de 2013 recebeu Menção honrosa durante a entrega do prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos pela reportagem “Em busca da verdade”, publicada na revista *Apartes*⁵¹.

O artigo “Não é 64: dá para torturar democracia com Congresso, Supremo, com tudo” foi publicado no portal *Ponte jornalismo* e republicado pelo *Jornal El país* e diversos outros veículos de comunicação jornalística. O site *Ponte Jornalismo* define-se como uma organização sem fins lucrativos que tem por objetivo ampliar o debate sobre direitos humanos e democracia.

⁵¹ Fonte: <<https://theintercept.com/equipe/fausto-salvadori/>>. Acesso em: 27 de abril de 2022

[T8] Não é 64: dá para torturar democracia com Congresso, Supremo, com tudo

Mesmo que o governo Bolsonaro respeite a Constituição, sem recorrer a qualquer rompimento institucional ostensivo, há outras formas de torturar horrivelmente a democracia brasileira

Não estamos em 1964. Muita gente à minha volta está crente de que nos próximos meses veremos tanques avançando na Praça dos Três Poderes, a dissolução do Congresso e o Supremo Tribunal Federal fechado por um cabo e um sargento. Tem amigos que já se imaginam pendurados no pau-de-arara de um Doi-Codi recriado especialmente para caçar os autores de textos subversivos no *Facebook*. E tem outros que trocaram o Whatsapp pelo Signal por terem certeza de que o novo governo estará de olho em todos os *nudes* que andaram distribuindo. Acho que não é por aí. Não estamos em 1964. Provavelmente não voltaremos a estar. Não são temores que vieram do nada, é claro. Acabamos de eleger um defensor entusiasmado da ditadura militar, acompanhado por um vice que durante a campanha eleitoral defendeu a possibilidade de um autogolpe de Estado. Sim, Bolsonaro é motivo de sobra para ter medo. E eu mesmo tenho muito. Mas eu começo a me perguntar se o medo de rompimento institucional que rondou a sua candidatura não acabou funcionando como uma cortina de fumaça que desviou a atenção para as outras ameaças envolvidas em seu projeto político, que podem ser aplicadas sem romper com as regras formais da democracia. Veja como Bolsonaro conseguiu fazer de sua cerimônia de vitória um evento positivo. Havia tanto temor que o capitão estivesse preparando um golpe de Estado que, quando ele tirou do bolso um discurso claramente protocolar, em que afirmava compromisso com as liberdades, a defesa da democracia e a Constituição, itens que deveriam ser o feijão-com-arroz de qualquer político eleito, isso foi recebido pela opinião pública com o entusiasmo de uma revelação. Foi destaque em todas as manchetes. “Jura defender democracia e liberdade”, saudou o Globo. No Estadão: “Promete defender reformas, liberdades e democracia”. E a Folha destacou que o presidente eleito “promete respeitar a Constituição”. Se a lógica da notícia é destacar o inusitado, o homem que morde o cachorro, é muito louco imaginar que a gente tenha chegado a um ponto em que os jornais considerem notícia que um presidente eleito prometa respeitar a Constituição. E não é que Bolsonaro conseguiu transformar sua fama de autoritário num fato positivo? É como se todos tivessem ficado tão aliviados por ele não ter anunciado a criação de pelotões de fuzilamento logo em seu primeiro pronunciamento que deixaram de destacar outros fatos bem mais sinistros, como a oração que o presidente de um Estado supostamente laico fez questão de fazer ao vivo, de mãos dadas com um pastor-parlamentar acusado de promover cruzadas morais à custa de falsas acusações de pedofilia, ou o fato de ter exibido em sua mesa, ao lado da Bíblia, um livro do ideólogo embusteiro Olavo de Carvalho. É o que me leva a perguntar até que ponto parte dos sinais, fortes sinais que apontavam riscos de um golpe de Estado não tenham sido deliberadamente plantados por Bolsonaro como uma forma de testar os limites da opinião pública, usando a técnica de nos assustar com o que é absurdo-para-caralho para no final nos detonar com o que é apenas absurdo. É o que Bolsonaro parece estar fazendo agora, por exemplo, com a proposta de redução da maioria penal: o presidente fala em reduzir para 14 anos, o que é tão absurdo e assustador que, se ao final de muitos protestos, choro e ranger de dentes, o Congresso aprovar “apenas” uma redução para 17 anos, não parecerá tão ruim. Acho que erramos feio ao subestimar a inteligência dessa extrema direita. Sim, as suas pautas mais chamativas são burras, mas explorar a ignorância e o medo de seus eleitores é justamente o que esses políticos fazem de melhor e o que os levou tão longe. Essa gente sabe muito bem que nunca existiu um kit gay nas escolas e que os museus não são antros de pedofilia, mas fabricou esses fantasmas para enfraquecer o PT e a classe artística e abrir caminho para controlar as escolas e a cultura. Não há porque achar que deixarão de fabricar esse tipo de factóide agora que foram eleitos, pelo contrário. É importante manter o povo distraído com histórias de doutrinação marxista nas escolas ou debatendo se Haddad perdeu ou não uma Bíblia enquanto o governo vai ao que interessa, que é a implantação do programa de governo ultraliberal de Paulo Guedes, sobre o qual até agora se sabe muito pouco. Um dos poucos analistas que vi apontar como Bolsonaro e seu pelotão são muito mais inteligentes do que as

ideias que defendem foi Piero Leirner, professor da Universidade Federal de São Carlos e especialista em estratégia militar, em entrevista à Folha de S. Paulo e El País. Leirner defendeu que as confusões e desentendimentos entre Bolsonaro, seu vice e seu economista — e, agora, possivelmente, também entre seu economista e seu futuro ministro da Casa Civil — fazem parte de uma estratégia deliberada para confundir pessoas, instituições e imprensa, que só vão entender o que está acontecendo e para onde a coisa está caminhando ao ouvir um pronunciamento do Capitão Bolsonaro, que “reaparece como elemento de restauração da ordem, com discurso que apela a valores universais e etéreos: força, religião, família, hierarquia”. Há cada vez mais indícios de que Bolsonaro não é um Forrest Gump/Mr. Deeds do mal que chegou ao poder num momento triste da nação, mas alguém perfeitamente alinhado com forças externas poderosas. Os *tweets* e telefonemas calorosos com que Donald Trump e Benjamin Netanyahu saudaram Bolsonaro parecem indicar algo nesse sentido. As entrevistas do Goebbels de Trump, Steve Bannon, que retratam Bolsonaro como representante de um novo movimento direitista mundial, alinhado aos EUA e contrário à China, também. Bom, e o que vem agora? Nada de bom, é certo. Mesmo que o governo Bolsonaro respeite a Constituição, sem recorrer a qualquer rompimento institucional ostensivo, há outras formas de torturar horrivelmente a democracia brasileira. Há muitas atrocidades que governantes podem cometer mesmo dentro dos limites da democracia formal. Donald Trump conseguiu proibir a entrada de imigrantes muçulmanos nos EUA com base em discriminação religiosa, ainda que não oficial, e também foi capaz de separar milhares de crianças pequenas de seus pais, um crime digno das piores ditaduras, e tudo isso dentro dos marcos legais da maior democracia do mundo. Por aqui, então, os limites são mais largos ainda. Dentro da democracia brasileira cabem crimes como a execução sumária de 111 presos no Carandiru, em 1993, que até hoje permanece impune. Também cabe o que o governo tucano fez em maio de 2006, quando policiais e grupos de extermínio mataram 493 pessoas em dez dias, mais do que a ditadura militar em 20 anos — e nem por isso alguém disse que o Brasil teria deixado de ser uma democracia. Seguindo nessa linha, dá para imaginar que o governo Bolsonaro consiga limitar boa parte do que resta de democracia no Brasil sem precisar rasgar a Constituição que jurou defender. Censura e perseguição a jornalistas? Hoje nenhum governo precisa mais instalar censores pagos dentro das redações, um expediente caro e trabalhoso. A internet está repleta de censores, tanto robôs quanto gente de carne, osso e ódio pronto para atacar jornalistas que Mestre Bolsonaro decretar que são desonestos e produtores de fake news. A técnica de linchamento virtual, que é especialmente covarde por se voltar menos às empresas e mais às pessoas físicas dos jornalistas, incluindo seus familiares, é algo que foi aprimorada à perfeição nos últimos anos, especialmente por grupos ligados ao Movimento Brasil Livre. Na prefeitura, João Doria beneficiou-se quando essa rede atacou uma repórter da rádio CBN que denunciou o uso de jatos d’água por funcionários municipais contra moradores de rua. A mesma técnica foi usada contra os jornalistas de empresas de fact-checking que foram contratadas pelo Facebook para um projeto de combate a fake news: vários desses profissionais, bem como seus familiares, foram perseguidos exaustivamente nas redes. E o que falar da Folha de S.Paulo? A repórter Patrícia de Campos Mello, autora da principal denúncia contra Bolsonaro, teve o celular hackeado e o jornal precisou pedir investigação à Polícia Federal. Com exércitos virtuais assim, ninguém precisa dos poucos, caros e lentos burocratas da velha Censura Federal. Vigilância sobre o trabalho de professores? Ninguém precisa mais de agentes disfarçados como estudantes em salas de aula e fazendo relatórios aos órgãos de vigilância. A perseguição macarthista passará a ser feita, de graça, pelos próprios estudantes, agora convertidos em legítimos agentes da repressão. Quem precisa de Dops quando os próprios donos e reitores de escolas e universidades vão assumir o papel de pressionar os professores para que evitem falar de temas incômodos? Censurar artistas? De novo, é desnecessário. Como Roger Waters e, principalmente, Marília Mendonça aprenderam, a nova censura cidadã já é poderosa o bastante. Execução de inimigos e desafetos do governo? Sim, as polícias certamente ajudarão muito nesse serviço. Mas não dá para esquecer do papel das “pessoas comuns”, que, mesmo sem cargo público, vão se dedicar a matar LGBTs, negros e mulheres em nome do seu presidente — desde o primeiro turno, já foram oito mortes em mais de 150 ataques praticadas em nome de

Bolsonaro, segundo o Mapa da Violência Política do Opera Mundi. Não estamos em 1964. Estamos mesmo em 2018. E isso pode ser até pior (SALVADORI, 2018).

No artigo, o locutor lança mão da exemplificação sustentada pelo dialogismo interdiscursivo para elucidar situações que apontam para um enfraquecimento da constituição e, conseqüentemente, dos valores democráticos, sem, contudo, ser necessário intervenção por imposição de forças militares, com “tanques avançando a Praça dos Três Poderes, a Dissolução do Congresso e o Supremo Tribunal Federal fechado por um cabo e um sargento”.

O dialogismo assume papel de conduzir o olhar do auditório por meio de pistas recolhidas no interdiscurso de modo a guiá-lo para o PDV construído pelo orador, qual seja: o enfraquecimento da democracia é resultado do enfraquecimento das instituições e da constituição.

Desse modo, a exemplificação é uma prova utilizada pelo orador para garantir o efeito de verdade da argumentação. Os dizeres “Supremo Tribunal Federal fechado por um cabo e um sargento” podem ser recuperados pela memória discursiva do auditório como um dizer que pode ser atribuído, indiretamente, ao deputado Eduardo Bolsonaro. O deputado afirmou que caso o STF impedisse a posse do presidente Jair Bolsonaro, poderia acionar o Exército para fechar o STF.

Trata-se de uma exemplificação que retoma não apenas um contexto interdiscursivo imediato, mas também rememora outro tema sensível na memória individual e coletiva brasileira: as ações do Exército e das instituições de Estado durante a ditadura militar. Outras exemplificações semelhantes podem ser encontradas como “pendurados no pau-de-arara” e “Doi-Cod” aplicados ao contexto discursivo atual de modo irônico, produzindo certo efeito de humor nas primeiras linhas do artigo.

A quantificação inespecífica (muitas pessoas) busca evidenciar e intensificar para o auditório dimensão do medo que rondou a candidatura e a eleição de Bolsonaro à presidência. Medo de golpe de Estado, da censura, do pau-de-arara, de um golpe contra a democracia. O medo é explorado pelo orador como uma consequência da eleição de Bolsonaro.

Sim, Bolsonaro é motivo de sobra para ter medo. E eu mesmo tenho muito. Mas começo a me perguntar se o medo de rompimento institucional que rondou a sua candidatura não acabou funcionando como uma cortina de fumaça que desviou a atenção para as outras ameaças envolvidas em seu projeto político, que podem ser aplicadas sem romper com as regras formais da democracia (SALVADORI, 2018).

Nesse trecho, o articulista qualifica Bolsonaro por meio da modalização ôntica como a causa do medo tanto das pessoas que o cercam quanto do próprio orador que assume o PDV

(eu mesmo tenho muito [medo]). O orador lança mão de argumentos que iluminam e sustentam a sua tese. Para isso, levanta uma situação hipotética, a fim de persuadir o auditório sobre o ponto de vista construído. É como se dissesse ao auditório: o medo escamoteia o que realmente pode acontecer no governo, o rompimento das regras formais da democracia e “outras ameaças envolvidas em seu projeto político”.

A heterogeneidade cumpre papel dialógico e argumentativo na medida em que retoma, por meio do discurso relatado, o discurso de outras instancias de comunicação e o discurso proferido pelo presidente na posse ao cargo máximo do poder executivo. Amossy (2011) destaca que a argumentação insta-se também no nível interdiscursivo. Entendemos que nos discursos polêmicos, o texto assimila a fala do outros nas diversas formas do discurso relatado. E, nas situações que envolvem uma polêmica pública a fala argumentativa, necessariamente, reage à palavra do outro, quer seja para retomá-la, modificá-la ou refutá-la como em:

Havia tanto temor que o capitão estivesse preparando um golpe de Estado que, quando ele tirou do bolso um discurso claramente protocolar, em que afirmava compromisso com as liberdades, a defesa da democracia e a Constituição, itens que deveriam ser o feijão-com-arroz de qualquer político eleito, isso foi recebido pela opinião pública com o entusiasmo de uma revelação. Foi destaque em todas as manchetes. “Jura defender democracia e liberdade”, saudou o Globo. No Estadão: “promete defender reformas, liberdades e democracia”. E a Folha destacou que o presidente eleito “promete respeitar a Constituição”. Se a lógica da notícia é destacar o inusitado, o homem que morde o cachorro, é muito louco imaginar que a gente tenha chegado a um ponto em que os jornais considerem notícia que um presidente eleito prometa respeitar a Constituição (SALVATORI, 2028).

O discurso relatado e/ou citado explicita a contradição existente no discurso do então recém empossado presidente em comparação com o discurso de Bolsonaro no período da candidatura. Com isso, reforça o PDV de enfraquecimento das instituições como uma forma de ataque moderno à democracia. O orador ressalta o fato que os jornais de referência tenham dado relevo a uma postura que seria comum em sociedades democráticas, um presidente que respeita os ritos democráticos. Aqui esse fato foi recebido como uma boa notícia.

É importante ressaltar que ao lançar mão dos discursos que prometem respeito à normas constitucionais e avaliar negativamente o fato desse acontecimento virar notícia nas mídias tradicionais, o locutor intenciona mostrar ao auditório que as mídias, instâncias importantes para os cidadãos em sociedades democráticas, relativizam o comportamento antidemocrático de Bolsonaro candidato, ao avaliarem positivamente o discurso de Bolsonaro Presidente.

Isso desvela a sutileza com que as instituições podem veicular uma imagem positiva mesmo nas situações nas quais o comportamento das pessoas públicas deveriam ser condenáveis diante de ameaças contra a democracia. Ou seja, as manchetes que louvavam a

promessa de respeito à constituição veicularam algo que deveria ser a regra com o alarde de um acontecimento inusitado, e isso deveria acender uma luz de alerta para a sociedade quando está em questão o posto de maior grau do poder Executivo.

A promessa é uma modalidade enunciativa que implica apenas o sujeito falante/ orador no seu ponto de vista. Por isso, embora seja proferida em uma situação que envolve o caráter público do cargo de presidente, ela suscita a dúvida sobre a realização das ações por parte do locutor. Nesse caso, o orador deseja alertar o auditório de que cumprir os ritos constitucionais é o objeto da dúvida quando deveria ser um acordo tácito de todo e qualquer governante eleito em sociedades democráticas. É nesse sentido que a repetição parafrástica do conteúdo das manchetes reforça a polêmica em torno da noção de democracia.

No excerto a seguir, o argumento de autoridade reforça o PDV do orador ao citar um especialista, com autoridade reconhecida no assunto, bem como sua instituição de origem.

Um dos poucos analistas que vi apontar como Bolsonaro e seu pelotão são muito mais inteligentes do que as ideias que defendem foi Piero Leirner, professor da Universidade Federal de São Carlos e especialista em estratégia militar, em entrevista à Folha de S. Paulo e El País. Leirner defendeu que as confusões e desentendimentos entre Bolsonaro, seu vice e seu economista — e, agora, possivelmente, também entre seu economista e seu futuro ministro da Casa Civil — fazem parte de uma estratégia deliberada para confundir pessoas, instituições e imprensa, que só vão entender o que está acontecendo e para onde a coisa está caminhando ao ouvir um pronunciamento do Capitão Bolsonaro, que “reaparece como elemento de restauração da ordem, com discurso que apela a valores universais e etéreos: força, religião, família, hierarquia” (SALVATORI, 2028).

A voz do especialista em estratégias militares serve como prova que reforça o PDV do locutor, e a qualificação auxilia na construção da imagem da equipe ministerial de Bolsonaro em relação ao PDV. A convocação da voz de um especialista em estratégias militares visa, por meio de processos de clarificação, de exemplificação, demonstrar ao auditório as táticas utilizadas por Bolsonaro e sua equipe ministerial – denominada como pelotão, em relação de proximidade com os pelotões militares do Exército que executavam ações de perseguição e censura durante a ditadura militar.

Na afirmação, o “capitão” Bolsonaro, e sua equipe ministerial, o pelotão, utilizam estratégias deliberadas para “confundir pessoas, instituições e imprensa”, o locutor demonstra como a confusão e o equívoco podem levar tanto as pessoas quanto as instituições a um enfraquecimento. Instituições confusas e enfraquecidas perdem a capacidade de ação e de serem vistas pela opinião pública como garantidoras do direito e da ordem democrática.

Com isso, os mesmos atores que causam, no interior das instituições, “as confusões e desentendimentos” conseguem tempo para desenvolver estratégias de imposição da ordem, a

partir da concepção da extrema direita e do “ultraneoliberalismo”. Reis (2019) afirma que o discurso da ordem, ancorado em valores conservadores e de defesa da família, pautou as grandes manifestações civis-militares em apoio à ditadura militar na década de 1960.

O locutor ilumina aspectos que desvelam o comportamento contraditório em relação ao discurso da presidência da república. Ou seja, o “capitão Bolsonaro” e seu “pelotão” instauram a desordem, opacificada pelo absurdo ou por questões polêmicas, no âmbito das instituições e diante da opinião pública para, posteriormente, reaparecerem “como elemento de restauração da ordem, com discurso que apela a valores universais e etéreos: força, religião, família, hierarquia” valores que possuem forte apelo em seu eleitorado e na considerada extrema direita.

Assim, a extrema direita reforça a imagem de Bolsonaro como o Capitão ou o salvador dos valores conservadores, da tradição e da ordem nacional, em detrimento da perda de direitos causada pelo plano de governo de Bolsonaro e que acaba invisibilizada pela “cortina de fumaça” que confunde pessoas e instituições democráticas.

Outro recurso argumentativo empregado na construção da noção de democracia é a pergunta complexa. Nas perguntas complexas o orador faz questionamentos que envolvem termos que rememoram ações do período ditatorial. Assim quando problematiza:

Bom e o que vem agora? [...]
 Censura e perseguição a jornalistas? [...]
 Vigilância ao trabalho de professores? [...]
 Execução de inimigos e desafetos do Governo? [...]
 (SALVADORI, 2018)

As perguntas complexas carregam implícitos que comprometem o auditório com a tese que o orador deseja construir acerca do que é democracia, levando o interlocutor a refletir sobre os acontecimentos recentes e convidando-o a avaliar a conjuntura. Caso o auditório opte por uma ou outra resposta assumirá uma posição que é inconciliável com a outra.

As perguntas complexas funcionam como uma problematização argumentativa, um artifício retórico já que o próprio orador as responde. Entretanto, não deixam de desempenhar a função ou o efeito de levar o auditório à reflexão. No excerto a seguir temos a organização argumentativa para as problematizações propostas nas perguntas complexas:

Bom, e o que vem agora? Nada de bom, é certo. Mesmo que o governo Bolsonaro respeite a Constituição, sem recorrer a qualquer rompimento institucional ostensivo, há outras formas de torturar horivelmente a democracia brasileira. Há muitas atrocidades que governantes podem cometer mesmo dentro dos limites da democracia formal. Donald Trump conseguiu proibir a entrada de imigrantes muçulmanos nos EUA com base em discriminação religiosa, ainda que não oficial, e também foi capaz

de separar milhares de crianças pequenas de seus pais, um crime digno das piores ditaduras, e tudo isso dentro dos marcos legais da maior democracia do mundo. Por aqui, então, os limites são mais largos ainda. Dentro da democracia brasileira cabem crimes como a execução sumária de 111 presos no Carandiru, em 1993, que até hoje permanece impune. Também cabe o que o governo tucano fez em maio de 2006, quando policiais e grupos de extermínio mataram 493 pessoas em dez dias, mais do que a ditadura militar em 20 anos — e nem por isso alguém disse que o Brasil teria deixado de ser uma democracia. Seguindo nessa linha, dá para imaginar que o governo Bolsonaro consiga limitar boa parte do que resta de democracia no Brasil sem precisar rasgar a Constituição que jurou defender. Censura e perseguição a jornalistas? Hoje nenhum governo precisa mais instalar censores pagos dentro das redações, um expediente caro e trabalhoso. A internet está repleta de censores, tanto robôs quanto gente de carne, osso e ódio pronto para atacar jornalistas que Mestre Bolsonaro decretar que são desonestos e produtores de fake news. [...] Vigilância sobre o trabalho de professores? Ninguém precisa mais de agentes disfarçados como estudantes em salas de aula e fazendo relatórios aos órgãos de vigilância. A perseguição macarthista passará a ser feita, de graça, pelos próprios estudantes, agora convertidos em legítimos agentes da repressão. Quem precisa de Dops quando os próprios donos e reitores de escolas e universidades vão assumir o papel de pressionar os professores para que evitem falar de temas incômodos? Censurar artistas? De novo, é desnecessário. Como Roger Waters e, principalmente, Marília Mendonça aprenderam, a nova censura cidadã já é poderosa o bastante. Execução de inimigos e desafetos do governo? Sim, as polícias certamente ajudarão muito nesse serviço. Mas não dá para esquecer do papel das “pessoas comuns”, que, mesmo sem cargo público, vão se dedicar a matar LGBTs, negros e mulheres em nome do seu presidente — desde o primeiro turno, já foram oito mortes em mais de 150 ataques praticadas em nome de Bolsonaro, segundo o Mapa da Violência Política do Opera Mundi. [...] (SALVADORI, 2018).

A problematização argumentativa conduz o olhar do auditório para a modalização de evidência e a exemplificação sobre fatos observados tanto ao longo da eleição de 2018, quanto em outros governos que ilustram como os limites da democracia brasileira são “largos” e frágeis no que tange à garantia de direitos. Eles podem ser suprimidos sem que sejam infringidos os marcos legais da democracia formal.

Na democracia formal brasileira, cabem violações de direitos como a execução sumária de presidiários, a parceria velada entre a polícia (Estado) e grupos de extermínio (ilegais) que “matou mais que a ditadura militar em 20 anos”, a censura a jornalistas que combatem Fake News ou que investigam e denunciam as ações do governo, a perseguição que tem alunos como agentes a reprimir professores que abordem temas polêmicos e incômodos, a censura cidadã a artistas, a execução de grupos periféricos e marginalizados por pessoas comuns e pelo Estado; “e nem por isso alguém disse que o Brasil teria deixado de ser uma democracia”.

Os efeitos dessas exemplificações e modalização de evidência empregadas na argumentação apontam para a seguinte problematização: o enfraquecimento das instituições democráticas permite que, mesmo na maior democracia do mundo, os EUA, violações de direitos como a proibição da entrada de imigrantes com “base em discriminação religiosa” e a separação de crianças sejam aceitas dentro dos marcos legais da democracia.

Quando esses marcos formais são abalados ou alargados demais não são necessários procedimentos autoritários baseados na força para que a democracia seja suprimida. É isso que o locutor busca demonstrar por meio da repetição:

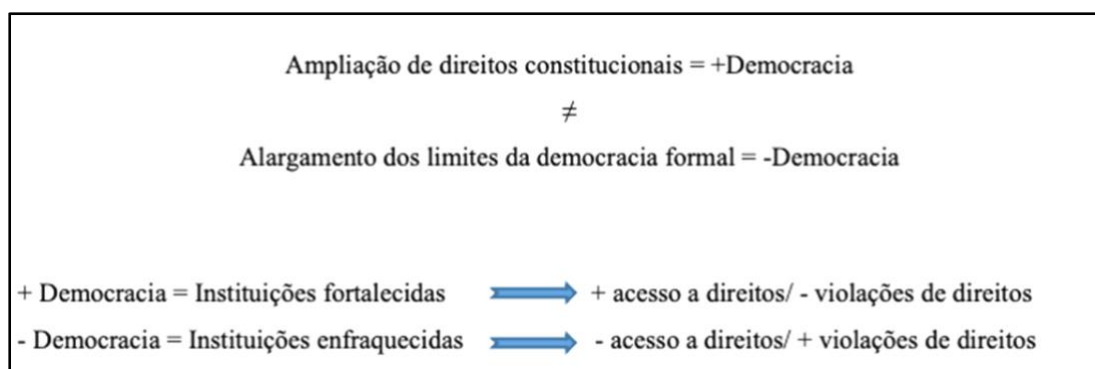
Não é 64: dá para torturar democracia com Congresso, Supremo, com tudo [...] Não estamos em 64 [...] Acho que não é por aí. Não estamos em 1994. Provavelmente não voltaremos a estar. [...] Não estamos em 1964. Estamos mesmo em 2018. E isso pode ser até pior. (SALVADORI, 2018)

A ênfase e a repetição da negação carregam saberes e crenças estocados na memória coletiva que o orador supõe conhecidos do auditório. Por isso, reforçar que não é 1964 ao mesmo tempo que afirma o que está evidente, estamos em 2018, retoma a implícita memória e voz coletiva acerca do que foi o período ditatorial de 1964. Trata-se de uma estratégia para que o auditório seja levado a reconhecer todas as evidências discursivas implícitas desveladas pelos tipos de argumento, pela comparação e a modalização etc, e que apontam para o enfraquecimento das instituições, da democracia e para a violação de direitos.

Para o locutor, “Seguindo nessa linha, dá para imaginar que o governo Bolsonaro consiga limitar boa parte do que resta de democracia no Brasil sem precisar rasgar a Constituição que jurou defender”. O juramento de defesa da Constituição frente às contradições do comportamento do “Capitão” e do seu “pelotão” pode ser entendido como uma aposta que coloca em questão o alargamento dos limites da democracia de modo negativo, um alargamento que suporta violações de direitos e a desigualdade social sem rompimento democrático.

A construção argumentativa nocional nesse artigo pode ser esquematizada da seguinte forma:

Figura 18 – Esquema argumentativa da noção de democracia em Salvadori (2018)



Fonte: Elaboração própria

Quando o locutor compara as violações de direitos ocorridas em outros governos brasileiros – por instituições de Estado, pelo cidadão comum, ou as ameaças do “Capitão Bolsonaro” e seu “pelotão” com fatos ocorridos na “maior democracia do mundo” – objetiva demonstrar que democracia é a ampliação de direitos constitucionais diante de novas formas de autoritarismo diferentemente do alargamento que invisibiliza violações de direitos. Ou seja, diante de governos autoritários, do advento das redes sociais, da confusão de pessoas e instituições, somente a ampliação do acesso aos direitos constitucionais pode barrar o enfraquecimento das democracias.

Quadro 11– Síntese das estratégias argumentativas encontradas no *corpus*

Tipos de argumentos – Categorias argumentativas	
Argumentos empíricos ou factuais	Baseados na experiência vivida.
Argumentos causais	Atribuição de causas no interior de uma intenção explicativa.
Argumentação pragmática – <i>ad consequentiam</i>	Exploração da consequência.
Argumento de autoridade.	O sujeito que argumenta serve-se de sua própria autoridade como força argumentativa. Citação.
Argumento dos inseparáveis	Conjunção
Argumento de identidade	Implicação.
Argumento <i>ad hominem</i>	Crítica ao sujeito e não ao conteúdo da argumentação
Argumento divinizado	Autoridade inquestionável/ argumento de autoridade
Argumento <i>ad populum</i>	Apelo ao povo
Definição extensão	Extensão; relações de equivalência , oposição e diferença.
Definição condensada	Encapsulamento de sentidos, simplificação de noções
Dilema.	Leva o auditório a optar pelo mal menor.
Argumento dos inseparáveis.	Associação de duas situações ou dois termos de modo inseparável.
Comparação	Distinção associativa/ dissociativa – Diferença, aproximação, distanciamento. Metáfora
Gradação	Processo de avaliação negativo ou positivo gradual
Petição de princípio	Parte do princípio de que a conclusão é verdadeira a fim de provar a tese proposta.
Ironia	Dito contrário ao que se quer afirmar
Identificação manipuladora	Ressalta características específicas a fim de suscitar processos de identificação

Operador argumentativo	Marcas linguístico-argumentativas
Bifurcação	Falsa dicotomia
Problematização argumentativa	Pergunta complexa Pergunta retórica
Causação	Relação de causalidade
Formas proverbiais	Dizeres socialmente cristalizados
Exemplificação	Emprego de atos, situações usados como exemplo favorável à argumentação

Elaborado pela autora

10 ANÁLISE DOS IMAGINÁRIOS DO DISCURSO POLÍTICO-MIDIÁTICO

A análise dos imaginário sociodiscursivos tem como objetivo recuperar as representações e imagens de democracia veiculadas pelo discurso político-midiático em diálogo com os discursos filosóficos que trouxemos na primeira parte da tese. Isso porque dá para notar que algumas noções de democracia atualizadas por esses atores sociais retomam, como ecos, as concepções filosóficas. Nesta etapa, faremos uma análise levantando algumas hipóteses interpretativas, tendo como ancoragem a noção de imaginário sociodiscursivos postulada por Charaudeau (2017).

10.1 DEMOCRACIA NO DISCURSO FILOSÓFICO: IMAGENS, IMAGINÁRIOS E REPRESENTAÇÕES

No discurso político-midiático, temos uma comunicação midiática imbricada e comprometida com o que é da ordem do político. Nesse sentido, o próprio gênero artigo de opinião suscita, ao mesmo tempo, imaginários advindos de esferas de atividades de natureza situacional e finalidade distintas. Tanto o discurso midiático quanto o discurso político podem ancorar-se em saberes de crença e de conhecimento que suscitam no auditório efeitos de verdade diversos.

Antes de adentrar a análise do discurso político-midiático, propomos uma breve descrição ilustrativa das representações imaginárias de democracia no discurso filosófico, já apresentado na primeira parte desta pesquisa.

Não pretendemos com as reflexões apresentadas aprofundar a questão de como é construída a noção de democracia no discurso filosófico, mas apenas levantar algumas hipóteses interpretativas para nosso enquadramento de pesquisa, qual seja: os modos de construção da noção de democracia no discurso político-midiático. Entretanto, como as representações e imaginários do discurso filosófico parecem latentes no discurso político-midiático, julgamos ser pertinente sintetizar e descrever as representações e imaginários que emergem dos discursos filosóficos.

Goyarde-Fabre (2013) admite que a noção de democracia possui uma base de sustentação ou de referência para os sentidos por ela veiculados. Para a autora, a oscilação da noção nos impede de responder: o que é democracia?. Entretanto,

[...] ao explorar o campo heterogêneo da ideia de democracia é importante não ceder à moda intelectual de uma interpretação sedutora, comumente chamada de a “querela” entre os modernos e os antigos. Pois, por um lado a noção moderna de democracia, longe de rejeitar, no campo institucional, os parâmetros estabelecidos pelas democracias antigas, pelo contrário os refinou e remodelou a fim de enriquecer seu sentido e conseguir, do ponto de vista teórico, conceituá-los e, do ponto de vista prático, inseri-los na técnica jurídico-política. Por outro lado, [...] foi a lenta transformação do modelo constitucional das antigas cidades que permitiu desenhar a épura dos “regimes” políticos e determinar neles a especificidade de uma ordem democrática. [...] não há (e não pode haver) diferença entre as democracias antigas e as modernas e contemporâneas. Faz vinte e cinco séculos que as democracias para governar devem refletir, pensar, prever, mas também escutar o povo, adaptar-se às suas exigências, escolher entre suas reivindicações (GOYARD-FABRE, 2003, p. 03-04/ p. 348)

Essa base de referência ancora a noção de democracia no imaginários da tradição, pois mesmo na movência dos sentidos ou, nas palavras da autora, no registro psicossocial da noção de democracia estarão sempre latentes os saberes retomados da antiguidade, nos quais a noção pode ser entendida como um governo do povo e que, para a modernidade, é, sistematicamente, mediado pelas instituições. No discurso de Goyarde-Fabre (2013), o imaginário que sustenta a noção de democracia ancora-se na ambivalência, pois na ordem democrática o povo é soberano ao escolher seus representantes, mas não na participação efetiva na tomada de todas as decisões no âmbito das democracias modernas.

Goyarde-Fabre (2013, p. 26-28) comenta que, para Platão, em *A República*, o poder do povo provocava efeitos deletérios para a Cidade-Estado. Em *As leis*, o filósofo “teme nela (na democracia), para além das múltiplas inconstâncias, a diversidade (*poikilia*) que dá inautenticidade à ordem política”. Há uma pretensão à validade da democracia centrada no imaginário da tradição, tendo em vista que Platão entendia que o exercício dela deveria ser voltado àqueles que possuíam conhecimento, *episteme*, como os filósofos, não ao povo, e que

a “lógica do número” precisava dar lugar aos ideais dos valores eternos não alterados pela diversidade do devir temporal.

Aristóteles, comenta Goyarde-Fabre (2013, p. 34), “inseriu deliberadamente a democracia na lógica numérica do poder supremo (...) formado por uma parte ou pela totalidade dos cidadãos”, tendo em vista que “a democracia é o regime em que todos estão incumbidos do governo”. O imaginário da soberania popular retoma o que é da própria essência da noção de democracia, governo da maioria, mas ao mesmo tempo apresenta um efeito paradoxal advindo dessa soberania. Para Aristóteles, quando a maioria está no poder, ela inflinge um desvio à República ou a *Politie*, pois “a autoridade do povo que governa se exerce em geral em detrimento dele mesmo”.

Outro filósofo que compreende a noção de democracia como uma representação da soberania popular é Norberto Bobbio. Bobbio ([1984] 2017, p. 67-68) também reflete sobre a democracia, tendo como valor de referência o imaginário da soberania popular, já que considera que “a regra fundamental da democracia é a regra da maioria” e o respeito aos seguintes ideais: “o ideal da tolerância, o ideal da não violência, o ideal da renovação gradual da sociedade, o ideal da irmandade, a *fraternité*.”.

Essa é uma representação de democracia ampliada pelo acesso aos direitos (*Liberté, Egalité, Fraternité*) alcançados na França, no século XVIII, durante a Revolução Francesa, em prol da democracia liberal ou constitucional em oposição ao absolutismo. A tríade francesa tornou-se o lema de vários regimes democráticos, a fim de proporcionar uma soberania efetiva dos cidadãos em relação ao Estado.

Goyarde-Fabre (2013, p. 348) apresenta os pensamentos de Maquiavel e de Rousseau. Entendemos que ambos sustentam os ideais de democracia em torno da soberania popular. Enquanto Maquiavel considera que a democracia é a *vox Populi*, Rousseau entendia que seria preciso um “povo de deuses” para se governar democraticamente, visto que jamais haverá democracia perfeita. Nesses autores, o imaginário da soberania popular reflete a ambivalência da essência dessa noção.

Ela é perfeita, pois garante a participação da maioria mas, ao mesmo tempo, imperfeita, pois faz parte da natureza imperfeita do homem. Essa natureza feita de luz e sombras lança a democracia em constante estado de movência, instabilidade e crise.

Em Levitsky e Ziblat (2018), o imaginário da tradição estrutura-se na permanência e na solidez institucional como núcleo de poder político. Esse imaginário é estruturado por saberes nos quais depreende-se que em uma democracia são “os partidos e não as massas os responsáveis por frear líderes demagógicos e autoritários”, a fim de impedir o enfraquecimento

e a morte das democracias contemporâneas. Nesse caso, o cão de guarda da democracia é a instituição partidária, com atores detentores de poder no parlamento, pois “a guarda bem-sucedida dos portões da democracia exige que partidos estabelecidos isolem e derrotem forças extremistas”.

Para Avritzer (2016), “a democracia brasileira é capaz de operacionalizar a governabilidade ao mesmo tempo em que cria mecanismos de participação”. Há nessa asserção saberes que estruturam imaginários que se perpassam. O imaginário da tradição é sustentado nas representações sobre a instituição política, o parlamento, e o imaginário da soberania do povo aponta para uma participação política que garanta o funcionamento da democracia.

Já Miguel (2016) mobiliza saberes que estruturam o imaginário da soberania popular. De acordo com o autor:

o risco da democracia é esse: ela abre uma brecha para que se ouçam vozes silenciadas, para que o jogo das elites seja bagunçado. E, como o direito de voto e a norma formal da igualdade política obtêm grande força normativa, reverter a democracia é tarefa custosa. (MIGUEL, 2016, P. 34).

Para o pesquisador, os poderes instituídos entendem que, na democracia, o imaginário de soberania popular entra em concorrência com os saberes que estruturam o imaginário da tradição. Nessa concepção, a vontade popular é vista como uma ameaça para as elites políticas e econômicas, tendo em vista que quando as instituições fortalecem o Estado democrático de direito e criam mecanismos de promoção da igualdade, permitem que vozes marginalizadas rompam as estruturas tradicionais que mantêm o jogo político elitizado, nas mãos de uma tradicional oligarquia política.

O quadro abaixo propõe uma síntese sobre os imaginários do discurso filosófico acerca da noção de democracia. O processo interpretativo tem como objetivo ilustrar as representações de democracia a partir de recortes e trechos das devidas teorias já apresentados na construção do nosso percurso teórico-crítico. Trata-se, portanto, de algumas hipóteses de interpretação, a fim de sintetizar e melhor compreender o que esses autores constroem e produzem enquanto representações de democracia.

Quadro 12 – Imaginários de democracia no discurso filosófico

Imaginários de democracia no discurso filosófico		
Locutor	Tipo de imaginário	Democracia é...?
Aristóteles	Imaginário da soberania popular (<i>Majestas</i> do povo)	Democracia é o regime constitucional de maioria
Platão	Imaginário da tradição (<i>Impotentia populi</i>)	Democracia <i>populus</i> é anárquica
Maquiavel	Imaginário da soberania popular (<i>majestas</i> do povo)	Democracia é a <i>vox populi</i>
Norberto Bobbio	Imaginário da soberania popular (<i>Majestas</i> do povo)	Democracia é o governo da maioria e a <i>triáde</i> da Revolução <i>Francesa</i> .
Goyarde-Fabre (2013)	Imaginário da soberania popular (<i>Majestas</i> do povo e das instituições)	Democracia é o governo do povo mediado pelas instituições
Jean-Jacques Rousseau	Imaginário da soberania popular (<i>Majestas</i> do povo)	Democracia é a participação total do cidadão ou do cidadão total
Steven Levitsky e Daniel Ziblath	Imaginário da tradição (<i>Majestas</i> das instituições)	Democracia é a ação dos partidos contra o autoritarismo
Leonardo Avritzer	Imaginário da soberania popular (<i>Majestas</i> do povo e das instituições)	Democracia é governança e participação
Luiz Felipe Miguel	Imaginário da tradição (<i>Majestas</i> do povo e das instituições)	Democracia é o respeito às balizas do Estado democrático de Direito

Fonte: Elaboração própria

10.2 IMAGINÁRIOS DE DEMOCRACIA NO DISCURSO POLÍTICO MIDIÁTICO: IMAGENS, IMAGINÁRIOS E REPRESENTAÇÕES

A análise dos imaginários de democracia no discurso-político midiático considera as pistas discursivas e efeitos de sentido analisados tanto no enquadramento enunciativo quanto no argumentativo. A partir dos fenômenos argumentativos e enunciativos, propomos a descrição e a análise dos imaginários nos quais emergem as representações de democracia mais significativas e que reverberam nos textos que constituem o *corpus*.

10.2.1 IMAGINÁRIOS DA DEMOCRACIA LIBERAL NO DISCURSO DE AZEVEDO (T1)

No artigo [T1], *Tanques e togas tentam cercar a democracia brasileira*, Azevedo (2018) constrói a argumentação em torno de valores que ancoram o imaginário da democracia liberal. Toda a argumentação justifica e valida essa imagem de democracia. Valores como a autonomia cidadã, a soberania, o pluralismo político e a liberdade estão presentes no discurso do articulista.

No trecho abaixo temos uma exemplificação que sustenta a crítica do articulista à tutela militar exercida sobre o eleitor, o voto e a democracia brasileira.

Tanques e togas tentam cercar a democracia brasileira. Há um esforço deliberado para tratar o eleitor como um débil mental. Generais, juízes e procuradores se arvoram em consciência crítica da brasileirada incapaz. Aos 57 anos, incomoda-me o assédio que ofendia meu senso de autonomia adolescente. [...] Nas democracias chefes militares não fazem considerações sobre política e o processo eleitoral. Também não dizem quem pode e quem não pode ser eleito. Ciro Gomes tem razão ao afirmar, aludindo a Brechet, que o general buscava calar as “vozes das cadelas no cio” do fascismo caseiro. E, destaque-se em nome da precisão Villas Boas descartou um golpe. Mas restou a sombra da tutela. Eu não me bandeiei para o liberalismo como um trãnsfuga. Passei por um processo de conversão silenciosa (AZEVEDO, 2018).

Ao longo do artigo os valores do imaginário da democracia liberal tal como a preservação de direitos individuais e coletivos são retomados por meio de exemplificações, como no excerto abaixo:

[...] Desculpem-me por um tantinho de memória privada a unir setembros. Como naquele filme, sei que a história de uma pessoa “vale menos do que um punhado de feijão neste mundo louco”, mas é a minha história — ou a infância afetiva de um liberal. Entre togas e tanques. Eu tinha 15 anos quando o DOPS (Departamento da Ordem Política e Social) encostou as mãos sujas em mim. Passei por um interrogatório informal na escola. A denúncia partira de um professor infiltrado [...] (AZEVEDO, 2018).

A narrativa de vida inserida na argumentação é mobilizada como uma estratégia de exemplificação. Nesse caso, a rememoração de acontecimentos da infância de Azevedo colaboram para a progressão textual e para a imagem de democracia que o locutor deseja construir, a partir dos valores que essa exemplificação retoma, quais sejam: na democracia liberal não cabe a perseguição política, o cerceamento de direitos e de liberdades individuais, há igualdade perante a lei.

O imaginário da democracia liberal é construído a partir de uma relação de oposição opacificada na qual as ações explícitas do Estado suscitam reflexões sobre valores da

democracia liberal implícitos e latentes no discurso de Azevedo (2018). Esses valores dialogam com o pensamento de Miguel (2016), já explicitado anteriormente, ao sustentar que a democracia rompe com o silenciamento, amplia o direito ao voto e à igualdade formal, na forma da lei.

Além disso, tais valores estão sustentados por um imaginário no qual as instituições devem ser instrumentos sólidos, a fim de garantir o acesso aos direitos democráticos e constitucionais. Nesse caso, temos a representação do imaginário presente no discurso filosófico em Levitsky e Ziblat (2018), *majestas* das instituições.

10.2.2 IMAGINÁRIOS DA DEMOCRACIA DITATORIAL NO DISCURSO DE FELÍCIO (T9)

Em *Defesa hipócrita da democracia*, de Felício (2019), o articulista constrói uma noção de democracia sustentada em valores verticalizados. As designações, nomeações e processos de qualificação delineiam uma noção de democracia ditatorial.

[...] concordo, como milhões de brasileiros, com o que tuitou Carlos Bolsonaro: “Por vias democráticas, a transformação que o Brasil quer não acontecerá na velocidade em que desejamos”. Defendo, e não é de hoje, uma intervenção militar, uma limpeza geral do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público, uma nova Constituição e, a seguir, as eleições gerais. [...] Agiu sobre a população, de maneira geral, pelos meios de comunicação social e, intensa e principalmente nas escolas, sobre estudantes do ensino médio e universitários. Hoje, vários deles são os atuais professores, jornalistas, executivos, empresários, religiosos, artistas, políticos etc. muito obedientes ao politicamente correto, exercendo forte patrulhamento ideológico. Militantes se tornam fanáticos, sem admitirem a crise em que mergulharam o país, pois são imunizados cognitivamente. A imunização, o que surpreende, atinge até mesmo os mais intelectualizados. São produtos do gramscismo na busca de uma nova sociedade e cultura, consequências de um “novo consenso” fundamentado no “senso comum modificado”. Esse último traduzindo a adoção de novos valores, incluso o fim da tradicional família e da religião, sob a hegemonia de classes até então “subalternas”. Buscam o socialismo radical. Essa é a composição da oposição que aparelhou, e ainda aparelha, os Poderes da República e está representada também no Judiciário e no Ministério Público[...] (2019).

No discurso de Freitas (2019), noções como a de democracia e a de liberdade de expressão podem validar discursos contra o Estado democrático de direito e a Constituição, estruturas e normas formais da democracia brasileira. A defesa de mudanças públicas que não passem pelas balizas constitucionais e a proposta de “limpeza” nas principais instituições, bem como a reformulação de novo texto constitucional rememoram atos concretizados pelos atos institucionais (AI-5) durante a ditadura militar brasileira.

No imaginário da democracia ditatorial, valores como os elencados em Levitsky e Ziblat (2018, p. 34-35) delineiam o contorno das ações e dos comportamentos dos indivíduos que, de algum modo, flertam com regimes ditatoriais.

O artigo de Felício (2019) reverbera as reflexões de Levitsky e Ziblat (2018, p. 34-35) acerca de alguns princípios indicadores de comportamento político autoritário, quais sejam: rejeição à Constituição, propensão a violá-la ou suspendê-la; restrição de direitos civis; endosso do uso de meios extraconstitucionais para mudar o governo; recusa em aceitar resultados eleitorais dignos de crédito; descrição de rivais como subversivos ou opostos à ordem constitucional existente, um mal a ser combatido; tolerância ou encorajamento à violência como forma de resolução de conflitos políticos; apoio a leis ou políticos que restringiram liberdades civis e críticas ao governo; ameaça do uso de medidas legais ou outras ações punitivas contra críticos em partidos rivais, sociedade civil ou mídia.

Ao considerar a oposição política como adversários a serem combatidos, o articulista coloca-se em situação oposta a direitos constitucionais, como o pluralismo e a liberdade de expressão, embora julgue defendê-la no início do artigo ao considerar o direito de Carlos Bolsonaro posicionar-se com propostas que aparentemente violam o processo democrático.

Do mesmo modo, ao propor uma democracia na qual seja possível uma intervenção militar, remoção dos demais Poderes bem como a manutenção de determinadas classes sociais em condição de subalternidade e marginalidade em detrimento da promoção da igualdade, o orador relativiza direitos fundamentais. A defesa desses valores indica um imaginário ancorado em valores ditatoriais no âmbito da democracia brasileira. Nesse sentido, embora ditadura e democracia sejam conceitos antagônicos, paradoxalmente, existe uma relação de equivalência entre essas noções, o que nos leva a considerar a existência de um imaginário de democracia ditatorial.

10.2.3 IMAGINÁRIO *impotentia populi* NO DISCURSO DE PONDÉ (T4)

Uma ciência política cética apresenta algumas relações dialógicas com tendências filosóficas discutidas em Goyarde-Fabre (2013), particularmente no que se refere à consideração de Platão no que diz respeito ao povo, na atualidade, eleitorado, e participação política nas democracias.

Platão sustentava a noção de democracia em valores nos quais a participação popular poderia ser maléfica para a cidade estado. Como já foi mencionado em *A República* e em *As leis e os filósofos*, aqui considerando a mudança de posição do filósofo, grosso modo, Platão

considerava que o poder do povo, a *poikilia* (a diversidade e pluralismo), provocava efeitos deletérios para a Cidade-Estado e pervertia a ordem política, dado o potencial efeito anárquico desse poder concedido ao povo.

Existem pontos de sutura entre o discurso platônico e o artigo político midiático de Pondé (2018). O articulista procede a uma série de nomeações qualificadoras dos eleitores:

O número de títulos recentes que trazem um olhar cético sobre a democracia cresce. No caso específico que analiso aqui, esse olhar cético cai sobre a figura do eleitor. [...] a democracia é carregada de expectativas míticas (“folk theory of democracy”). Uma delas é que eleitores com maior formação educacional fazem escolhas “melhores” ou escapam de viés ideológico pesado na sua prática como eleitor. Pelo contrário, sabemos que muitos intelectuais, professores acadêmicos e jornalistas (os especialistas) votam a partir de cargas ideológicas latentes ou explícitas muito distantes do que se poderia chamar de escolhas racionais. [...] “Against Democracy” (Contra a Democracia), vai mais longe em seu ceticismo para com competência do eleitor. [...] A dúvida de Brennan, que apresento aqui apenas em um dos seus aspectos, é se há competência na maioria esmagadora dos eleitores para decidir quem deve fazer a complexa gestão das sociedades. Brennan nos apresenta uma tipologia lúdica, mas nem por isso menos potente. Os eleitores estariam divididos em três tipos. Os dois primeiros, representantes da maioria esmagadora; o terceiro, uma figura extremamente rara entre os eleitores. O primeiro são os “hobbits”, eleitores sem nenhum conhecimento sobre política ou temas como gestão de governo. Costumam ser desinteressados e votam de modo absolutamente inconsistente. Estes são disputados a ferro e fogo (por conta de seu peso numérico) pelo segundo tipo, os “hooligans”, eleitores aguerridos, com maior conhecimento de política, mas absolutamente enviesados ideologicamente, e cegos a qualquer crítica ao seu modo de pensar. O Brasil está tomado por “hooligans” nas mídias sociais. Agressivos, assertivos e impermeáveis a qualquer racionalidade cética em relação às suas crenças. Por último, os “vulcanos” — referência ao personagem do planeta Vulcan, Mr Spock, do filme “Jornada nas Estrelas”, conhecido por sua inteligência superior, científica, sincera e racional. Um tanto blasés, bem informados e sem viés ideológico, não têm nenhum impacto nos resultados eleitorais, devido ao seu caráter numérico insignificante e à sua visão complexa da política. Em tese, salvariam a democracia de sua derrocada populista. Mas, infelizmente, são raríssimos. E a democracia é um regime de quantidades. [...] Alguém discordaria que o cidadão comum não entende nada de economia complexa? (PONDÉ, 2018).

No trecho acima, o articulista evidencia o crescente número de títulos eleitorais no ano de 2018, revelando sua desesperança no aumento da quantidade de eleitores. Procede a uma série de qualificações dos eleitores que auxiliam na construção de seu pensamento sobre os valores democráticos. O emprego do argumento de autoridade o auxilia a validar as categorizações dos eleitores como incapazes de decidir os rumos da democracia e, portanto, do sistema político brasileiro.

O valor universal da democracia como um governo do povo e um regime de maioria é questionado pelo articulista, pois considera que a grande maioria, “hobbits” e “hooligans”, respectivamente, desconhecem o sistema político, os modos de gestão governamental e estão

dominados pela ideologia, numa dimensão patêmica, afetados em sua capacidade crítica. Do outro lado, os “vulcanos” seriam eleitores mais instruídos, “por sua inteligência superior”, entretanto, numericamente, inexpressivos no que tange ao impacto em decisões eleitorais.

Essas nomeações, qualificações e classificações delineiam uma imagem de eleitor incapaz de tomar decisões ou de fazer escolhas importantes para a democracia. Nesse sentido, o discurso de Pondé apresenta pontos de sutura com o imaginário da tradição apresentado no discurso platônico. Os valores que sustentam esse imaginário estão ancorados no entendimento segundo o qual é a incapacidade intelectual e racional do povo que pode levar à anarquia ou a eleger líderes populistas.

No artigo político-midiático, há a existência de um imaginário de *impotentia Populi* no qual os eleitores deveriam ser tutelados pelos “vulcanos” com sua inteligência superior ou por especialistas que dariam conta de uma visão mais complexa do sistema político e econômico. Temos de forma latente uma negação de valores importantes em uma democracia, como a universalidade do voto e a igualdade de direitos políticos entre cidadãos.

10.2.4 IMAGINÁRIO *majestas populi* NO DISCURSO DE JÂNIO DE FREITAS [T3]

Jânio de Freitas, no artigo “Só um candidato representa a continuidade da democracia”, ancora os valores democráticos na relação de oposição entre democracia e autoritarismo, em um processo de personalização dessas duas noções que representam, de um lado, o petismo e, de outro, o bolsonarismo, ou Haddad e Bolsonaro.

Com o acelerado avanço de Fernando Haddad (PT) e a queda de Jair Bolsonaro (PSL) nos últimos dias, qualquer dos dois pode ser vitorioso neste domingo (28). Mas só um representa a continuidade da democracia. O outro propõe o Brasil sob um autoritarismo constituído por concepções e violências extintas com o fim da ditadura militar. [...] O grande avanço do Brasil em benefício de vários desses campos [minorias] foi conquista dos ativismos, que são os movimentos por direitos em geral e defesa das minorias. [...] . O decorrer de sua campanha também os ignorou. O dia a dia da nossa vida de pessoas comuns ficou tão excluído da campanha quanto os problemas maiores do país. [...] Quanto a nós, Fernanda Montenegro resume, “restanos esperar que o Brasil acorde, e cante”. É menos poético, e isso não é bom, mas se o Brasil apenas acordar já estaremos, ainda que exaustos, continuamente livres para agir por nossas consciências. Em um ou outro sentido, cada voto dado neste domingo será histórico (FREITAS, 2018).

No trecho acima, o articulista delineia esse quadro, a fim de conduzir a atenção do auditório para os possíveis efeitos do resultado das eleições de 2018. Para isso, o ideal de

democracia construído por Freitas constitui-se no imaginário da soberania popular. Entretanto, essa soberania somente configura-se em democracia ao vencer o autoritarismo/bolsonarismo.

O imaginário *majestas populi* é sustentado por valores sociais e coletivos tais como, o avanço em políticas públicas de apoio às minorias e de “ativismos” diversos (negro, homossexuais, indígenas, ambientalistas, sem-terra e sem-teto) e demais campos que estão a margem da política econômica dos últimos anos ou que estão na mira do bolsonarismo (aposentados, atores e artistas, pequenos assalariados, empresas de imprensa e jornalistas, favelados).

Os sujeitos coletivos junto aos “muitos milhões com motivo para se sentirem ameaçados por Bolsonaro” instituem o imaginário *majestas populi*, uma forma de ampliação da socialização política para além do projeto econômico vigente nos anos que antecedem a eleição de 2018, pós-*impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Esse imaginário está sustentado no desejo de ampliação da socialização política e sua representação, esta corporificada por meio do discurso relatado de Fernanda Montenegro “resta-nos esperar que o Brasil acorde, e cante”, validada pelo articulista, [...] se o Brasil apenas acordar já estaremos, ainda que exaustos, continuamente livres para agir por nossas consciências [...]. É a vontade popular representada por setores marginalizados, pelos sujeitos coletivos, materializada pelo voto que dá os contornos do ideal de democracia construído no discurso de Freitas, nas palavras do articulista cada voto dado [naquele] domingo [seria] histórico.

Tais representações apresentam pontos de diálogo com o ideal de democracia construído por Miguel (2016), com o imaginário de soberania popular, pois, no imaginário de democracia defendido por Freitas (2018), a concretização ou a plena realização da democracia só é possível quando a coletividade, os sujeitos coletivos, principalmente, os mais vulneráveis tem seu direito defendido ou quando, de acordo com Miguel (2016), a democracia permite que “se ouçam vozes silenciadas”, bagunçando o “jogo das elites”.

10.2.5 IMAGINÁRIO DE DEMOCRACIA AGONÍSTICA NO DISCURSO DE NETO [T7]

O artigo “Sobre temores passados e presentes”, de Aluísio Maciel Neto (2018), sustenta um imaginário de democracia agonística⁵². Nele temos a representação polêmica da política na sua expressão mais aguda da violência, seja verbal (ideológica), no presente, ou física (período ditatorial), no passado. O confronto dessas duas representações culmina na representação de emoções de um sujeito perpassado por representações agonísticas de democracia.

Eu temo a “tomada de poder” anunciada por alguém que está condenado a mais de 30 anos de cadeia e continua a vociferar contra a democracia! Eu temo que um condenado possa articular e manipular uma candidatura de dentro de um presídio, contra os valores democráticos e republicanos de uma sociedade, e a zombar das instituições de Justiça. Eu temo a existência do controle que se quer impor ao Poder Judiciário, pilar de sustentação do Estado Democrático de Direito, como preconizado em determinado plano de governo. Eu temo a nomeação política de mais dois ou três ministros do STF no próximo mandato, a transformá-lo de vez em “quintal” de interesses político-partidários. Eu temo o controle que se quer exercer sobre o Ministério Público, inclusive com a retirada de seus poderes de investigação, como anunciado à imprensa por aquele condenado, em evidente desrespeito à instituição que tem por finalidade a defesa da ordem democrática. Eu temo o controle que se quer impor à imprensa, a calar a liberdade e diversidade de expressão e a transformá-la em porta voz apenas de uma ideologia. Eu temo o aparelhamento ideológico das escolas e Universidades a impedir o livre pensamento e a construção de visões diferentes de mundo. Eu temo o aparelhamento das instituições a impor uma forma correta apenas de se pensar os problemas da sociedade e a sufocar a liberdade de pensamento de outras tantas convicções. Eu temo o aparelhamento das forças armadas, a professar uma única ideológica, e a ser o braço forte de um governo populista e corrupto, como existe atualmente na Venezuela. Eu temo a continuidade da usurpação dos recursos públicos por bilionários esquemas de corrupção, como meio de propiciar a perpetuação do poder, em detrimento das incontáveis demandas sociais de um país de terceiro mundo, sem saneamento básico, segurança, educação e saúde de qualidade. Eu temo que meus filhos, no futuro, pertençam a uma sociedade sem valores, onde não se saiba o que seja o certo e errado, lícito e ilícito, moral e imoral, e que tudo se resolva na expressão de que “os fins justificam os meios”. Eu temo que as classes mais carentes continuem “escravizadas” em programas assistencialistas – como já estão há mais de 15 anos – transformadas em massa eleitoral, conduzidas pelo populismo de acordo com seus interesses políticos espúrios. Eu temo a violência crescente das ruas, a imposição das facções criminosas sobre o Estado, a estabelecer sua cartilha de conduta, a assassinar agentes públicos, e a realizar seus “julgamentos sumários” nas periferias, onde aplicam a pena de morte às suas vítimas sob o silêncio temeroso de suas testemunhas. Eu temo não poder gritar. E, mesmo gritando, que a minha voz seja sufocada pela surdez de uma ideologia reinante. Eu temo acima de tudo temer. E continuar a temer a cada eleição, sem ter a liberdade de escolher quem seja o mais preparado, porque preciso continuar a votar naquele que se torna mais viável eleitoralmente para impedir que meus temores se tornem realidade, e façam a democracia deixar de respirar. É um pouco de tudo o que temo... (NETO, 2018)

⁵² Agonística no sentido postulado por ANSART, P. *La gestion des passions politiques*. Paris: L` age d` homme, 1983, ao afirmar que os múltiplos processos “empregados no discurso dos intercâmbios conflituais ordenam-se sobre eixos constantes, que são a desvalorização do adversário, a legitimação de si próprio e a exaltação das finalidades propostas.” (ANSART, 1978, p. 80)

Nessa representação de democracia, temos um sujeito sufocado por temores passados e presentes. O sentimento do articulista dá os contornos a um cenário democrático agonizante em uma dimensão, ao mesmo tempo, egótica e agonística, reveladora da polêmica pública em torno da noção ou dos valores democráticos durante as eleições de 2018.

A bi-polaridade (“eu não temo” Vs. “eu temo”) desvela o ponto de vista elocutivo sobre o passado e o presente. Do passado, não temo à ameaça aos valores democráticos (ameaça comunista, tortura, ditaduras de esquerda e de direita, porões da ditadura). Do presente, a exaltação do funcionamento institucional (“...as instituições democráticas ainda funcionam! [...] a Polícia Federal, Civil e Militar, assim como o Ministério Público e o Poder Judiciário, ainda, possuem independência suficiente para investigar, processar e condenar criminosos.”).

Paradoxalmente, a bi-polaridade elocutiva apresenta os temores presentes como, por exemplo: “controle que se quer exercer sobre o Ministério Público”, “controle que se quer impor à imprensa”, “o aparelhamento ideológico das escolas e Universidades”, “o aparelhamento das instituições”, “o aparelhamento das forças armadas”, “a continuidade da usurpação dos recursos públicos por bilionários esquemas de corrupção”, “temo que meus filhos, no futuro, pertençam a uma sociedade sem valores, onde não se saiba o que seja o certo e errado, lícito e ilícito, moral e imoral”, “temo que as classes mais carentes continuem “escravizadas” em programas assistencialistas”, “temo a violência crescente das ruas, a imposição das facções criminosas sobre o Estado”; temores que somente podem ser concretizados caso ocorra um rompimento institucional, nas quais o próprio orador confia: “as instituições ainda funcionam”.

A bi-polaridade elocutiva revela a relação polêmica e conflitual da sociedade brasileira. Assim como o articulista apresenta seu estado patêmico diante do cenário presente (“Eu temo não poder gritar...”/ “que a minha voz seja sufocada”) representa, também, o potencial estado da democracia e a desvalorização das ações dos adversários políticos diante da conjuntura política delineada (“... que façam a democracia deixar de respirar”) e a desvalorização das ações dos adversários políticos.

É a representação de um cenário de esquizofrenia política⁵³, de sofrimento emocional intenso, que denota a agonia na qual parte da sociedade estava submetida diante da forte polarização política, alimentada pela onda de ódio, de mentiras e de divulgação de fake news no âmbito da disputa eleitoral. A esquizofrenia política é alimentada pelo extremismo e pelo retorno de fantasmagorias do passado que assombram o presente, potencializadas pela intensiva

⁵³ PAIVA, P. **Esquizofrenia política**. Disponível em: < <https://www.otempo.com.br/opiniao/paulo-paiva/esquizofrenia-politica-1.2595911> > Acesso em: 22 de fev de 2022.

mediatização de informações. Diante desse quadro, os valores democráticos colocados em relevo no discurso do articulista sustentam um imaginário de democracia agonística, em torno do qual está a relação de bi-polaridade elocutiva (temor/ não-temor – passado/ presente).

Nessa breve descrição analítica dos imaginários que emergem do discurso político-midiático, ressaltamos os principais imaginários presentes no corpus, dando relevo às representações que, de algum modo, apresentavam algum ineditismo e privilegiando a análise de apenas um dos textos dentro dos quais consideramos a repetição de uma mesma representação, conforme quadro síntese abaixo.

Quadro 13 – síntese dos principais imaginários de democracia no discurso político-midiático

Imaginários de democracia no discurso político midiático		
Orador	Título	Tipos de imaginário
Reinaldo Azevedo	[T1] Tanques e togas tentam cercar a democracia brasileira	Imaginário da democracia liberal – <i>majestas</i> das instituições
Marco Antonio Felício	[T9] Defesa hipócrita da democracia	Imaginário da democracia ditatorial
Luiz Pondé	[T4] Uma ciência política cética	Imaginário da <i>impotentia Populi</i>
Jânio de Freitas	[T3] Só um candidato representa a continuidade da democracia	Imaginário da <i>majestas populi</i>
Aluísio Antonio Maciel Neto	[T7] Sobre temores passados e presentes	Imaginário agonístico
Imaginário global	Imaginário de tensão	

Fonte: Elaboração própria

Compreender a construção da noção de democracia veiculada pelos artigos político-midiáticos é importante para clarificar como um tema social sensível pode suscitar a polarização e a polêmica, trazendo à tona memórias, vivências e emoções existentes na estrutura das representações cognitivo-sociais que encontram-se em estado de latência na sociedade brasileira. São essas representações que estruturam o imaginário de tensão que perpassa todo o discurso político midiático acerca da noção, pois é por meio desse imaginário que as representações da violência ditatorial, da perseguição política, da tortura, da morte e do medo foram veiculados no artigo político midiático, suscitando intensa mediatização e circulação de discursos que buscam, no espaço das mídias, responder a questão: *o que é democracia?*

Ao analisar os procedimentos argumentativos, na seção 9, e os imaginários sociodiscursivos, na seção 10, percebemos que a noção de democracia estruturam-se também

em alguns fundamentos dóxicos. No quadro abaixo, delineamos os fundamentos mais relevantes na sustentação da noção:

Quadro 14 – Fundamentos dóxicos mais relevantes

Noções de democracia	Fundamentos dóxicos mais relevantes
T1- DEMOCRACIA LIBERAL E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE REINALDO AZEVEDO	Nas democracias a interferência ou participação militar no campo político é inaceitável.
T9- “DEMOCRACIA É A DITADURA DA LEI”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE MARCO ANTÔNIO FELÍCIO	A democracia só pode ser alcançada pela lei e pela ordem imposta pela tutela militar.
T4- “DEMOCRACIA É UM REGIME DE QUANTIDADES E DE VIRTUDES”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE LUIZ PONDÉ	A maioria esmagadora dos eleitores, cidadãos comuns, não estão preparados para decisões complexas impostas pela democracia, como o voto.
T3- “DEMOCRACIA É O VOTO CONTRA O AUTORITARISMO”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO JÂNIO DE FREITAS	A democracia só é possível com governo de esquerda no poder, contra o autoritarismo.
T7- “DEMOCRACIA É NÃO TEMER”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO ALUÍSIO ANTONIO MACIEL NETO	Democracia é a permanência de valores conservadores e da liberdade.
T2- “DEMOCRACIA É ENGAJAMENTO CONTRA O AUTORITARISMO”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE JÂNIO DE FREITAS	A democracia deve ser defendida do autoritarismo pelos cidadãos e pelos partidos.
T5- “DEMOCRACIA É O RESPEITO À ORDEM INSTITUCIONAL”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE LUIZ PONDÉ	A democracia deve ser defendida da a visão política marxista-leninista do Partido dos Trabalhadores e da esquerda.
T6- “DEMOCRACIA É A SOLIDEZ INSTITUCIONAL E O ENGAJAMENTO POPULAR”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE FREI BETO	A democracia deve ser defendida de um candidato de convicções fascistas.
T10- “DEMOCRACIA É A REPRESENTAÇÃO DIRETA E A REFORMA CONSTITUCIONAL”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE MESQUITA	A Constituição enrijece o modelo econômico-eleitoral brasileiro e precisa ser repensada a partir da reformulação do sistema eleitoral, previdenciário etc.
T8- “DEMOCRACIA É A AMPLIAÇÃO DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS DIANTE DE NOVAS FORMAS DE AUTORITARISMO”, REPRESENTAÇÕES NO DISCURSO DE SALVADORI (T)	Existem formas sutis de rompimento institucional sem provocar rompimentos explícitos com as regras formais da democracia.

Fonte: autoria própria

Conforme demonstramos no quadro 14 cada uma das representações da noção em foco podem ser consideradas, em algum nível, *doxais*, pois carregam valores comuns sobre o que é democracia, em função de aspectos intersubjetivos. Ademais, o acionamento de representações sociais e sistemas de valores na construção da noção de democracia, como tema social sensível, também mobiliza um sistema dóxico a fim de persuadir e unificar o auditório previsto pelo locutor.

Nesse sentido, ao delinear a importância dada ao auditório, Amossy (2005) afirma que ele, naturalmente, acarreta na permanência de conjuntos de valores, de evidências e de crenças. Esses conjuntos conduzem a uma doxa comum sobre a qual o locutor sustenta o diálogo na

tentativa de fazer com que o auditório partilhe do seu ponto de vista. Trata-se de um processo intersubjetivo que garante o dialogismo e a interação verbal, além de instituir uma disputa de opiniões acerca do mundo, a fim de moldar as opiniões e as crenças que determinam um *modo de ver* ou um modo de *mostrar* a realidade ou a verdade no discurso político. Para Charaudeau (2005) a doxa é o fundamento dos saberes, seja de crença ou de conhecimento, e no discurso político-midiático que constitui esta pesquisa os fundamentos dóxicos figuram como a base de sustentação da discussão acerca da noção de democracia.

Desse modo, as representações de democracia presentes no *corpus* implicam os sujeitos na construção da noção em foco na medida em que ao lançar mão de crenças e valores para construir os sentidos os locutores partem de um processo intersubjetivo mediado por aspectos sociais e culturais partilhados. Isso nos permite retomar os postulados de Bakhtin (2004) a respeito da construção do signo linguístico. Para o autor todo signo é ideológico por carregar consigo valor e, por isso, de certo modo, modela a construção das identidades.

Nesse sentido, entendemos que os articulistas mais alocados no espectro político de esquerda vão construir a noção de democracia a partir de balizas doxais como o voto contra a ditadura militar, a ampliação de direitos e o sufrágio universal como forma de fortalecimento da democracia, valorizando saberes e crenças relacionados ao *imaginário de soberania popular*; já os articulistas que se identificam mais com o liberalismo vão lançar mão de valores e crenças relacionadas ao *imaginário de soberania das instituições* e ao Estado democrático de direito –, ou a uma doxa relacionada ao reformismo propondo mudanças significativas no sistema eleitoral, como o voto distrital, sustentadas no *imaginário da modernidade*.

Por outro lado os locutores que se identificam com o espectro político considerado de direita ou de extrema direita constroem a noção a partir de valores ancorados na tradição como a família, a religiosidade, a aniquilação de opositores e o clamor por intervenção militar etc., tal como no *imaginário da democracia ditatorial* ou no *imaginário impotentia populi*, que sustenta a crença de incapacidade da população em fazer escolhas políticas assertivas. Além dos fundamentos dóxicos que sustentam os valores e crenças dos imaginários já mencionados anteriormente, podemos considerar que o *imaginário agonístico* também vai se relacionar com saberes e crenças ancorados na tradição, pois lança mão de representações de democracia ancoradas na defesa da família por meio das armas (se necessário), da propriedade privada e das crenças religiosas, sendo o voto o único meio de defesa desses valores.

O imaginário de tensão evidencia a polêmica discursiva existente no espaço interdiscursivo. Esse imaginário condensa a circulação de representações partilhadas por uns e colocadas em confronto por outros, instituindo a disputa pela opinião acerca do mundo,

moldando as crenças na tentativa de justificar, explicar e determinar um *modo de ver* ou um modo de *mostrar* as ações e as posições dos sujeitos políticos em busca responder e apontar para a problematização: *o que é democracia?*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando começamos a nos indagar sobre a noção de democracia e a contrapô-la com a perspectiva teórico metodológica da Análise do Discurso (AD) percebemos a existência de uma camada simbólica na composição da noção. Inicialmente, acreditávamos que essa dimensão seria fruto do senso comum, que perpassava apenas a discussão cotidiana, na conversação ordinária, sobre a noção em voga.

Entretanto, no período que antecedeu as eleições presidenciais de 2018, com a mudança no paradigma político-eleitoral brasileiro, a circulação de discursos, que pareciam comuns, ordinários, cotidianos, ganhou contornos midiáticos bastante intensos, contribuindo para que a noção de democracia assumisse um caráter polêmico. A partir dessa conjuntura, sentimos a necessidade de investigar as condições da democracia brasileira, como os sujeitos compreendiam essa noção e como a investiam de sentido ao partilharem um ponto de vista na tentativa, ainda que implícita, de responder à problematização: *o que é democracia?*.

Essa inquietude despertou-nos o desejo de pesquisar os contornos dados à noção, sobretudo, no artigo de opinião, tendo em vista que ele abarca a opinião sobre temas de relevância cidadã e dá voz a diversos pontos de vista, sendo portanto um gênero privilegiado para a investigação proposta nesta pesquisa.

Ao aprofundar nossas reflexões a partir de bases filosóficas, históricas e políticas vimos que a noção de democracia carrega, desde a antiguidade, uma dimensão mais ampla, abstrata, envolta em uma aura mágica que a legou certa desconfiança enquanto forma de governo do povo e para o povo, como bem esclarece Goyarde-Fabre (2013).

Ao trilhar essa ideia, inspirada principalmente pelas reflexões propostas por Goyarde-Fabre (2013) em sua gênese da democracia, buscamos compreender os processos discursivos envolvidos na enunciação e na argumentação acerca da noção de democracia em materialidades advindas das grandes mídias de informação jornalísticas nas quais os atores sociais discutiam as bases da democracia ou tentavam responder à questão: *o que é democracia?*.

Se pensarmos na constituição do processo de discursivização da noção de democracia e nas contribuições da Teoria Semiológica, podemos afirmar que a construção da noção carrega dados narrativos importantes – apesar da materialidade que compõe o *corpus* ser tradicionalmente argumentativa, como no artigo de opinião –, pois os processos serão os de

enunciar-narrar e *argumentar-narrar* por meio de processos actanciais de agressão e de benfeitoria que explicitam as instâncias adversárias, agentes agressores e agentes benfeitores, actantes vítimas e actantes beneficiários.

O entendimento desses processos contribuíram significativamente para a percepção do dialogismo, da hierarquização, das posturas enunciativas e dos procedimentos argumentativos na etapa de interpretação dos procedimentos linguístico-discursivos envolvidos na mecânica de construção dos sentidos da noção de democracia em uma situação de polêmica pública.

Na análise inicial dos artigos de opinião consideramos que seria possível identificar, no período que compreende as eleições presidenciais de 2018 e os anos iniciais do primeiro mandato do presidente Bolsonaro, uma visão identitária no processo de construção dos sentidos da noção de democracia e que o ponto de vista sobre a noção em foco carrega traços político-ideológicos no seu processo constitutivo.

Ademais, no início dessa pesquisa pensamos em realizar a constituição de um *corpus* composto, de apenas uma instância de comunicação, porém como nosso objetivo não era o de observar como determinada mídia impressa veiculava posições sobre a noção de democracia, mas observar a discursivização da noção em foco em uma situação de polêmica pública, fizemos a opção metodológica de verificar como a noção era veiculada em mais de uma mídia e pelo articulistas que se proporem a discutir a temática no interior das instâncias de comunicação que constituem o *corpus* desta pesquisa.

Ademais o aplicativo de buscas *Google alerts* retornava nossas pesquisas com uma gama muito variada de gêneros textuais, mídias e atores sociais. Por isso, o caminho encontrado foi o de focalizar a noção de democracia no artigo de opinião publicado nas grandes mídias jornalísticas.

Essa opção trouxe consequências metodológicas importantes para esse trabalho, pois nos permitiu verificar que uma mesma mídia pode publicar pontos de vista diferentes, mas que nem todos os pontos de vista estariam contemplados no seu âmbito. Por exemplo, um texto com o ponto de vista como o veiculado no Jornal *O Tempo* dificilmente seria veiculado pela *Folha de S. Paulo* em função da historicidade do jornal.

Ainda assim, a coleta do *corpus* foi bastante complexa, pois foi preciso fazer a seleção dos textos que comporiam a pesquisa dentre um grande número de textos que nos eram sinalizados pelo aplicativo que já foi mencionado.

Nos artigos analisados, percebemos que o ponto de vista de atores sociais mais à esquerda ou liberais no espectro político defendem valores relacionados ao respeito às minorias, à tolerância, à ampliação de direitos para além do voto, às instituições democráticas (legislativo,

judiciário e executivo), e ao fortalecimento da confiança em mecanismos que tornem os processos eleitorais mais amplos, como as urnas eletrônicas.

Já o ponto de vista de atores sociais considerados mais à direita ou à extrema direita no espectro político ancoram o ponto de vista sobre a noção de democracia na manutenção de valores conservadores, tais como a família e a religião, na imposição de valores considerados antidemocráticos, tais como intervenção militar, reforma constitucional, “limpeza no congresso (legislativo e judiciário)”, e na desconfiança nos processos e funcionamento de aferição eleitoral, as urnas eletrônicas.

A análise dos artigos de opinião – que posteriormente nomeamos como artigos político-midiáticos –, e a reflexão a partir de estudos advindos da filosofia, das ciências políticas e da história refinaram nosso olhar sobre vários aspectos da vida pública, como cidadã e como pesquisadora.

É importante ressaltar como este trabalho permitiu-nos reconhecer pontos obscuros do nosso tão recente processo de redemocratização, tais como: os silenciamentos, as dores e os medos legados do período ditatorial brasileiro que reverberam, como um eco interdiscursivo, nos diversos pontos de vista sobre a noção em foco. Bem como, permitiu-nos aprofundar o reconhecimento do *que é democracia* e como sua aura de magia e de esperança nos impulsiona, mesmo com tantas contradições, a sonhar e a *esperançar* com um futuro no qual haverá ampliação de direitos, no qual haverá um Brasil, apenas, para todos os brasileiros.

Por meio do exame dos artigos de opinião publicados na grande imprensa percebemos que os posicionamentos que argumentam sobre a noção de democracia buscam definir, explícita ou implicitamente, *o que é democracia*. Com isso, justificam, desqualificam ou desvalorizam as ações e os dizeres de certos atores em comparação com outros atores da cena política brasileira.

No percurso interpretativo, percebemos que a hierarquização enunciativa de locutores e enunciadores é uma estratégia empregada pelo locutor principal (L1) na gestão do dialogismo interno, a fim de construir um ponto de vista singular e, ao mesmo tempo, compartilhado sobre a noção de democracia. Na gestão do dialogismo interno o locutor lança mão do interdiscurso, do discurso relatado, de estratégias de imputação, a *prise en charge*, como forma de hierarquizar os pontos de vista ou de atribuí-los aos outros locutores e enunciadores.

No processo de gestão dialógica foi possível descrever algumas das relações estabelecidas entre as instâncias enunciativas de cada um dos artigos. Quando existe uma postura enunciativa antiorientada ao conteúdo imputado a um enunciador ou locutor secundários o locutor principal estabelece certo distanciamento do dizer. Esse distanciamento

pode se dá de modo explícito ou implícito a depender de como o locutor deseja explorar o conteúdo imputado. Na maioria dos casos em que a postura dos locutores e enunciadores convocados no discurso é apresentada como coorientada ao discurso do locutor principal o conteúdo do dizer é colocado em relação de proximidade com o locutor principal.

A modalização também se constitui como um importante recurso linguístico discursivo para a identificação dos posicionamentos do locutor e dos posicionamentos imputados na forma de conteúdos proposicionais a enunciadores e locutores diversos. No estudo do modal verificamos, a exemplo do que propõe Moura Neves (2013), que em um mesmo trecho/ excerto pode ocorrer recobrimento de modalidades. Em outras palavras, a materialidade discursivo-enunciativa pode apresentar modalidades de níveis distintos, a depender do propósito e da intencionalidade do Locutor.

Os processos enunciativo-narrativos denotam como as posições estão bem marcadas ao instaurar processos de agressão à democracia, a sujeitos e as posições político-ideológicas divergentes. Os processos actanciais que identificam os actantes vítimas e agressores contribuem para a iluminação das instâncias adversárias ou, em outras palavras, de enunciadores e locutores co-orientados ou antiorientados aos discursos estrategicamente hierarquizados pelo locutor principal.

No enquadramento argumentativo, a análise verticalizada dos artigos nos permitiu construir um inventário das categorias mais utilizadas como estratégia argumentativa de persuasão, de justificação e de construção das convicções. Postulamos que nem todo argumento pode ser considerado como falacioso. Ao contrário, em uma situação discursiva bem marcada, como é o caso da construção polêmica sobre a noção de democracia, um argumento tradicionalmente falacioso pode ser um argumento que veicula uma verdade sobre certo estado de coisas.

Já na análise dos imaginários sociodiscursivos, as etapas anteriores contribuíram significativamente para a análise dos saberes que os estruturam. Os imaginários encontrados no *corpus* dialogam com imaginários percebidos nos discursos filosóficos discutidos na primeira parte desta tese. Essa retomada nos permitiu refletir um pouco mais sobre os imaginários mais significativos, ou seja, quais os imaginários que se repetiam tanto no discurso filosófico quanto no discurso político-midiático ou ainda qual ou quais os imaginários divergentes e inéditos.

Sintetizamos a descrição em seis imaginários. Dois deles se repetiam em um ou outro discurso, o *Imaginário da democracia liberal – majestas* das instituições e o *Imaginário majestas populi*; três apresentavam algum ineditismo, o *Imaginário impotentia Populi*, o *Imaginário da democracia ditatorial* e o *Imaginário agonístico*; e um sexto imaginário,

também inédito, o *Imaginário de tensão*, o qual consideramos ser um imaginário global, presente em todos os discursos, refletindo o contexto de polêmica pública e de polarização que torna a noção de democracia um tema social sensível.

Como tema social sensível, a noção de democracia ativa memórias sociais dolorosas que causam silenciamentos, mas que, ao mesmo tempo, exigem o posicionamento das pessoas em função de seus valores e crenças, como postula Bitencourt (2018). Para a pesquisadora, os temas sociais sensíveis unificam os grupos, acirram as controvérsias, afastam a discussão política e disfarçam as ideologias que instituem representações.

O acionamento de representações sociais e sistemas de valores na construção da noção de democracia, como tema social sensível, também mobiliza um sistema dóxico a fim de persuadir e unificar o auditório. Ao delinear a importância dada ao auditório, Amossy (2005) afirma que ele, naturalmente, acarreta na permanência de conjuntos de valores, de evidências e de crenças. Esses conjuntos conduzem a uma doxa comum sobre a qual o orador sustenta o diálogo e tenta fazer com que o auditório partilhe do seu ponto de vista. Trata-se de um processo intersubjetivo que garante o dialogismo e a interação verbal.

Consideramos que esta tese contribui de maneira significativa para a reflexão sobre o estado da democracia brasileira na atualidade a partir do momento em que se debruça sobre as diversas representações, propondo a reflexão sobre alguns enquadramentos dados à noção em tela. É importante não perder de vista que nosso processo de redemocratização é bastante recente e ainda não vivemos a democracia de modo amplo, em sua plenitude. Como vimos em todos os textos analisados, os ecos interdiscursivos de períodos ditatoriais ainda nos assombram. Ainda há muito chão a ser percorrido para que nenhum brasileiro fique à margem ou na linha que separa os que acessam direitos e políticas públicas de um lado e, de outro lado, os que carregam o legado da miséria.

No âmbito dos estudos linguísticos, esta pesquisa traz contribuições significativas para os pesquisadores que desejam se aventurar na perspectiva da análise do discurso enunciativo-pragmática, como propomos na integração entre diversas teorias, as quais ressaltam a Teoria Semiolinguística e a Teoria Interacional dos pontos de vista. Ademais, essa é uma das propostas de abordagem em análise do discurso que contribui para uma análise linguístico discursiva bastante refinada e que pode ser uma excelente aposta para pesquisas futuras.

No que diz respeito aos estudos retóricos e da argumentação, entendemos que a abordagem discursiva dos procedimentos retóricos-argumentativos propõe um olhar para a argumentação em funcionamento na medida que apreende que alguns tipos de argumentos, como os falaciosos, nem sempre serão negativos ou veiculadores de uma inverdade, conforme

já explicitamos na análises. Esse movimento de análise leva em conta que o que vai constatar a validade de certo argumento ou não é o modo como o locutor o mobiliza e como o associa aos saberes que constitui o discurso.

Escrever esta pesquisa no calor dos acontecimentos que mudaram o paradigma eleitoral e, de certo modo, democrático brasileiro nos impôs alguns desafios, tais como manter-nos com olhar afastado do objeto, a manutenção do foco temático, pois o excesso de informações, os fatos novos e o surgimento de acontecimentos que relacionavam-se com o tema traziam inquietudes que poderiam nos fazer desviar do propósito primeiro desta tese.

Outro fator importante foi a pandemia de Covid-19, durante a realização dessa pesquisa enfrentamos um inimigo invisível que mudou o comportamento da população e nos manteve, pela primeira vez, em confinamento, revelando nosso desamparo diante da debilidade no combate efetivo à pandemia e na implementação de ações que poderiam mitigar a perda das mais 600 mil mortes, somente no Brasil, entre os anos de 2020 e 2021.

Com desejo de finalizar, mesmo com a inquietude que o tema nos desperta, retomamos algumas palavras nossas enfatizadas no início desta tese, a fim de pontuar, ainda que modestamente, *o que é democracia*. Apesar das considerações um tanto céticas a respeito da participação popular, da “promoção popular” para os lugares de decisão política, da aura mítica e controversa que envolve a noção de democracia, entendemos que são a participação e a pluralidade os sentidos próprios da democracia. Participação efetiva e ampliada em todas as formas da vida cidadã. Não somente na escolha representativa, como é o caso do Brasil, mas também na consciência e efetivação de direitos e deveres, na ampliação de acesso a esses direitos para a construção de uma sociedade que não nega ou compreende a política como algo exterior aos indivíduos, mas como parte necessária da vida cotidiana, cidadã, individual e coletiva.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. *In.* : **Democracia em risco**: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo : Companhia das letras, 2019.

ADAM, J.M. **A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. São Paulo: Cortez, 2011.

AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz et al. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *In.*: **EID&A** - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.1, p. 129-144, nov. 2011

_____. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto. 2018.

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre, 2004.

_____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 19, p. 25-42, 3 nov. 2012.

ARENDRT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2006.

BETHELL, L. **História da América Latina**. A América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. V.10, 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2018.

BITENCOURT, S. Pautas e perversidades nas redes em 2018: temas sensíveis e climas de opinião para o repertório do debate eleitoral no Brasil. **Revista Científica Digital** - Publicidade e propaganda, Jornalismo e Turismo, jun. de 2018

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogos. 14 ed. São Paulo: Paz e terra, 2017 [1909].

_____. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Editora da UNESP, 1997.

_____. **Democracia e segredo**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

BARTHES, R. **Mitologias**. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1980. 258p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989. 322p.

CHARAUDEAU, P. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette. 1992.

_____. **Le discours d'information médiatique** Paris: Natan, 1997.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. in Ida Lucia Machado e Renato de Mello. **Gêneros reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004.

_____. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Médias et culture**, Paris, ed. Esp., jan, 2006b.

_____. Uma teoria dos sujeitos da Linguagem. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander. (Orgs.), **Análises do Discurso Hoje**, v.1, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. Um modèle socio-comunicationel du discourse: entre situation de communication et stratégies d'individuation. In : in **Médias et Culture**. Discours, outils de communication, pratiques : quelle(s) pragmatique(s) ?, L'Harmattan, Paris, 2006. consulté le 17 juillet 2022 sur le site de Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications.

_____. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2009 [1983].

_____. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **O discurso político**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. In: **Entrepalavras**. Fortaleza, v. 7, p. 571-591, 2017.

CORTEZ, S. A representação de pontos de vista em reportagens de revista feminina. In:

EMEDIATO, W. (org.). **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013, p. 293-316.

DELGADO, L.A.N. Brasil: 1954-Prenúncios de 1964. **Varia história**. 21 (34). Jul 2005. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-87752005000200013>> Acesso em: 27 de jun. de 22

EMEDIATO, W. Análise contrastiva da configuração linguístico-discursiva de títulos de jornais brasileiros: o jornal de referência e o jornal popular.1996. **Dissertação** (Mestrado em Letras) – UFMG, Belo Horizonte, 1996.

_____. Discurso argumentação e modalização dos processos avaliativos. In: MACHADO, I; COURA, J; MENDES, E. (Org.). **A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem**. Belo Horizonte: UFMG, 2013a.

_____. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: EMEDIATO, W. (Org.). **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013b, p. 69-104

_____. Problemáticas contemporâneas dos estudos do discurso: por uma análise integrada. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida; LARA, Gláucia. (orgs.) **Teorias do Discurso**. Campinas: Pontes, 2020.

_____. **Análise do Discurso numa perspectiva enunciativa e pragmática**. Campinas: Pontes Editora, 2022.

_____. **A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura**. 5. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2010.

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FIORIM, J.L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015

GENETTE, G. Fronteiras da narrativa. In **Análise estrutural da narrativa**. 3ª. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1973[1966].

GHIGLIONE, R. Situations potentiellement communicatives et contrats de communication effectifs. In: **Verbum**, Tome VII, Nancy, 1984.

GOYARDE-FABRE, S. **O que é democracia: a genealogia filosófica de uma grande aventura humana**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GREIMAS, A. J. **Les actants, les acteurs et les figures**. In: Du Sens II: essais sémiotiques. Éditions du Seuil: Paris, p. 49-66, 1983.

GRIZE, Jean- Blaise. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1990.

JODELE, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In Jodelet, D. (Ed.), **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.

KERBRAT-ORECCHIONI, K. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*, Paris, Armand Colin, 1980.

LADEIRA, F.F. Reflexões sobre mídia, público e manipulação. **Revista Uninter de comunicação**. v. 8, n 15, dez. 2020.

LESSA, C. H. **Marcação e destituição de identidade político-discursiva em ensaios de intelectuais de esquerda**: valores, imaginários e a projeção de auto e hetero-imagens. 2009. 254 f. Tese de doutorado em Estudos Linguísticos. Programa de pós-graduação em linguística – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LEVITSKY, S; ZIBLAT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MACHADO, I.L. **Uma teoria de análise do discurso**: a semiolinguística. In: Hugo; Ida Machado; Renato Mello (Orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/ FALE/ UFMG, 2001, p. 39-62.

_____. et al. **Movimentos de um percurso em Análise do discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. São Paulo: Pontes, 1997.

_____. Modalidade. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2014. 2014, p. 3336.

MAZZOTTI-ALVES, J.A. Representações sociais aspectos teóricos e aplicações à educação. **Revista Múltiplas Leituras**, v.1, n. 1, p. 18-43, jan. / jun. 2008

_____. Abordagem estrutural das representações sociais. *Psicologia da educação*, São Paulo, 14/15, 1º e 2º sem. de 2002, p.17-37.

MIGUEL, L. F. Democracia na encruzilhada. In: *Por que gritamos golpe*. São Paulo: Boitempo, 2016

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NEVES. M. H. M. **Texto e gramática**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

NOGUEIRA. M. **Prefácio**. In.: BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 14ª ed. São Paulo: Paz e terra, [1984]2017.

OLIVEIRA, M. O conceito de representações coletivas: uma trajetória da divisão do trabalho às formas elementares. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 13, n. 22 p. 67-94, jul./dez. 2012

OLIVEIRA, C.; CAZARIN, E.A. Democracia no discurso de Lula sob o olhar da AD. In: SEAD, IV. 2009, Rio Grande do Sul. **Anais**. SEAD. Disponível em:

<<http://anaisdosead.com.br/4SEAD/POSTERES/CandidaDeOliveira.pdf>> Acesso: 02 de jun, 2016.

ORLANDI, E. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. Tratado da argumentação: a Nova Retórica. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1958].

PINHO, J.A. G. Bolsonaro tem pressa. **Folha de São Paulo**. São Paulo 19 de jul. 2021. Acesso em: 02 de nov. 2021. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/bolsonaro-tem-pressa/>>

Projeto Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis: análise do discurso polêmico e da gestão interacional de pontos de vista em diferentes meios (EMEDIATO, Wander. **Projeto de pesquisa**. Câmara de Pesquisa da Faculdade de Letras da UFMGA, 2018).

O Projeto **Memória e Resistência desenvolvido** é mantido pela Universidade do Estado de São Paulo – USP. Disponível em: <http://www.usp.br/memoriaeresistencia/?page_id=285>. Acesso em 06 de Jul de 2021.

RABATEL, A. Modalités, modalisations, apprentissage. **Cahiers De L'institut De Linguistique De Louvain**, p. 47-74, v. 31, 2005.

_____. O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista. In: EMEDIATO, W. (org.) **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013, p.19-66.

_____. Retorno sobre um percurso em enunciação. Entremeios: **revista de estudos do discurso**. V. 1, jul.-dez./2015. Entrevista concedida a Débora Massmann.

_____. O desafio das posturas enunciativas e de sua utilização em didática. **Revista de estudos integrados em discurso e argumentação**, Ilhéus, n. 12, jul/ dez 2016a, p. 191-233.

_____. **Homo narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. Volume I: Pontos de vista e lógica da narração: teoria e análise. São Paulo: Cortes, 2016b.

REIS, D. A. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. São Paulo: Zahar, 2000. Kindle

REIS, D. A. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. São Paulo: Zahar, 2019.

REIS, D. A. As armadilhas da memória e a reconstrução democrática. In. : **Democracia em risco**: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Cia das Letras, 2019, p. 274-286

RICCI, R.; ARLEY, P. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

RYRIE, A. Valores cristãos, valores seculares e por que eles precisarão um do outro na década de 2020. In.: Cadernos teologia pública, **Universidade do Vale do Rio dos Sinos**, Instituto Humanitas, Unisinos, ano 11, n.84 (2014), ISSN 1807-0590

RUAM, G. S. Yascha Mounk. ‘Bolsonaro cria desilusão com as instituições para fortalecer seu poder’. **O Globo Época**. São Paulo, 07 de maio de 2019. Cultura. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/epoca/yascha-mounk-bolsonaro-cria-desilusao-com-as-instituicoes-para-fortalecer-seu-poder-23646296> >

SANTOS, W.G. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2017.

SANTOS, D. R. (Org.). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013, p. 48.

SINGER, A. A segunda alma do partido dos trabalhadores. **Novos estudos**. CEBRAP (88), dez 2010, p. 89-111.

BATISTA-SOARES, J.S. Discurso e construção do acontecimento na mídia impressa: uma análise de reportagens sobre as manifestações de junho de 2013. 2017. 254 f. **Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos**. Programa de pós-graduação em linguística – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SOLANO, E. A bolsonarização do Brasil. In.: *In. : Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*. São Paulo: Cia das Letras, 2019, p. 307-321.

SINGER, . VENTURI,. Sismografia de um terremoto eleitoral. *In. : Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*. São Paulo: Cia das Letras, 2019, p. 354-369

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo: a política do nós e eles**. (Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.

STARLING, H.M. ., O passado que não passou. In.: *In. : Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*. São Paulo: Cia das Letras, 2019, p. 337-354.

TOSI, G; GUIMARÃES, R. **Democracia e Elitismo dos antigos e dos modernos - Ensaios**. Curitiba: Editora CRV, 2020.